

A HISTÓRIA
QUE AS CONTAS
NOS CONTAM

TRIBUNAL DE CONTAS

*HISTORY
IN THE
ACCOUNTS*

A HISTÓRIA
QUE AS CONTAS
NOS CONTAM

TRIBUNAL DE CONTAS

*HISTORY
IN THE
ACCOUNTS*

A HISTÓRIA QUE AS CONTAS NOS CONTAM

TRIBUNAL DE CONTAS

HISTORY IN THE ACCOUNTS

Em memória de
António de Sousa Franco,
Presidente do Tribunal de Contas
entre 1986 e 1995

In memory of
António de Sousa Franco,
President of the Court of Auditors
from 1986 to 1995



T
C TRIBUNAL DE
CONTAS

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

Antonio Xavier Soeiro
Souza Soeiro em Conta
reiros Gerais das
Sizas do
Seruidaõ os annos de 1752 a
e Dispenderaõ



Reino do Algarve
Belem

Pello Recabimento que tiverão
do Almozarifado do Reino do Algarve
ve Como Seve na Conta Corrente do
ditto anno a 0498 3280527



o e seu Irmão Manoel de
orrente, Geral como Thezou
eyno, e dos Depozitos dellas que
the 1759 pello que Receberão,
nos dittos annos

Anno de Reino do Al
2752 Algarve
Mão de h
garve

Pella e Despeza que Jefes do
Almozarifado do Reino do Algarve Co
mo seve na Conta Corrente do ditto anno
a 0450

32110361

entos oitenta. doito, ar seis de junho de
duz entos setenta. e duz mil oito ante
vonta. e seis quintas duas apostas. do
de Ciudad. cento. e quatro moxos,
enta. e quatro alquizes. e de mup
uora. de pinguarda, quatro entos trinta
quintas sua ap. e oito ap. e de t
muntas vusas de laradas no incipiamen
minhas provisoes e mandados dos vedor
tomada por diogo Lopes Leitao antada
e Luis alle e todos seus herdeiros
pecutados, nen demandados, e meue un
mando aos vedores de minha fazenda.
ffirmao e p. s. aquy rota carta de quitacao
e guardar como semella conta. Ser

9	Prefácio Contos das Contas Preface Stories from the accounts José F. F. Tavares	135	A rua Larga de São Roque e o imposto da décima Rua Larga de São Roque and the <i>décima</i> tax
13	O Tribunal de Contas: do Castelo de São Jorge à Avenida da República The Court of Auditors: from São Jorge Castle to Avenida da República	153	A reedificação do Aqueduto de Óbidos Rebuilding the Óbidos Aqueduct
43	A origem da expressão «estamos quites» The origin of the expression “we are quits”	161	O primeiro diplomata português nos Estados Unidos da América The first Portuguese diplomat in the United States of America
55	A arte da escrita à mão na prestação de contas The art of penmanship in accounting	179	A viagem da princesa Leopoldina, de Itália ao Brasil The journey of Princess Leopoldina, from Italy to Brazil
87	A edificação da Igreja do Estreito de Câmara de Lobos The construction of the Church in Estreito de Câmara de Lobos	199	Miguel Lupi — pintor e amanuense no Tribunal de Contas Miguel Lupi — painter and amanuensis at the Court of Auditors
99	O antigo Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada The former Jesuit College at Ponta Delgada	211	Portugal na Exposição Universal de Paris de 1900 Portugal at the Paris World Expo 1900
119	Memórias do terramoto de 1755 Memories of the 1755 Lisbon earthquake	231	Aristides de Sousa Mendes, cônsul de Portugal em Bordéus Aristides de Sousa Mendes, Portuguese Consul in Bordeaux
125	Uma dieta hospitalar no século XVIII An 18th-century hospital diet	241	As contas de 1945 das obras da Cidade Universitária de Coimbra The 1945 accounts of the regeneration of the university city of Coimbra
		271	Créditos Credits

Stories from the accounts

Preface

The Portuguese *Tribunal de Contas* [Court of Auditors] of today is the fruit of a centuries-old endeavour that has lasted 635 years, making it one of the oldest public financial auditing bodies in Europe. It originated as the *Casa dos Contos* [House of Accounts] long ago in the year 1389, continuing as the *Erário Régio* [Royal Treasury] in 1761, then the *Tribunal do Tesouro Público* [Court of the Public Treasury] in 1832 and the *Conselho Fiscal de Contas* [Supervisory Council of Accounts] in 1844.

We therefore celebrate, in the current year of 2024, 635 years of the House of Accounts and 175 years of this institution under the designation of Court of Auditors.

Although its name may have changed, this institution has exercised continuous influence over the audit of public finances in Portugal under several regimes, culminating in its current incarnation as Court of Auditors, so denominated by the Decree of 10 November 1849.

As a result, a vast amount of material already exists regarding the Court of Auditors, its origins, its evolution, its duties and its mission.

But it is precisely on this point that this book stands out. Rather than dealing with the history of the institution itself, it instead examines a series of episodes from Portuguese history using documents from the Historical Archive of the Court of Auditors as its lens.

It is worth noting that the Historical Archive contains the equivalent of two kilometres' worth of documents, some dating back to the time of the House of Accounts. Knowing this, it is easy to imagine the sheer abundance of details, curiosities and facts that are held in its files, and are now revealed in this book.

For now, let us take this opportunity to look back and share some comments on the origins of the project, which was conceived during the isolation created by the global pandemic.

It was in this context that a sharing space was established, first only internally, for the commemoration of special occasions, records relating to historical milestones, and reports of events that were unexpected, curious, ironic or dramatic, and which encouraged a feeling of togetherness, common interest and belonging.

The natural next step — sharing these stories with an external audience — was taken in January 2021, with the creation of the series "History in the Accounts". Its first ever article on the "Art of Penmanship" was based on two books showing the "poetry" of calligraphy, which, over the centuries, turned the rendering of accounts into a veritable artform.

Contos das Contas

Prefácio

O Tribunal de Contas é, hoje, fruto de uma experiência secular, com 635 anos de existência, uma das instituições de controlo das finanças públicas mais antigas, em particular na Europa. As suas raízes remontam à Casa dos Contos do distante ano de 1389 e seguem historicamente para o Erário Régio em 1761, depois para o Tribunal do Tesouro Público em 1832 e para o Conselho Fiscal de Contas em 1844.

Celebramos, assim, no corrente ano de 2024, 635 anos da Casa dos Contos e 175 anos da instituição com a designação de Tribunal de Contas.

Diferentes designações, mas uma continuidade na importância que a instituição sempre exerceu no controlo das finanças públicas, em Portugal e em diversos regimes que culminam no atual Tribunal de Contas, assim designado pelo Decreto de 10 de novembro de 1849.

É, por isso, vasta a obra já produzida sobre o Tribunal de Contas, a sua origem, a sua evolução, as suas funções e a sua missão.

Ora é precisamente neste ponto que distinguimos a presente obra, que, ao invés de versar sobre a própria história da instituição, visa antes lançar um olhar sobre alguns factos da História de Portugal, através de documentos do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas.

Como ponto prévio, registre-se que o Arquivo Histórico tem o equivalente a mais de dois quilómetros de documentos, alguns do tempo da Casa dos Contos, e, como tal, facilmente se compreenderá a riqueza dos pormenores, das curiosidades e dos factos que ali constam, e que agora revelamos.

Por ora, merecem espaço nesta apresentação algumas palavras sobre as reminiscências deste livro, cuja conceção se prende com a pandemia e o isolamento que criou.

Foi neste contexto que se desenvolveu, primeiro internamente, um espaço de partilha para a comemoração de efemérides, o registo de marcas históricas, o relato de episódios inesperados, curiosos, irónicos e dramáticos que potencialissem o sentimento de proximidade, o interesse e a união.

A evolução natural para a sua divulgação externa ocorreu em janeiro de 2021, com a criação da rubrica «A História que as Contas nos Contam» e do primeiro artigo sobre a «Arte das Letras», a partir de dois livros que mostram a «poesia» da caligrafia e que, durante séculos, fez da prestação de contas também uma verdadeira forma de arte.

A prestação de contas é um ponto de partida para todas as histórias e, a partir delas, ficamos a conhecer a evolução da instituição no tempo e no espaço, num percurso que passa por quatro sedes diferentes. Três quilómetros e 600

The rendering of accounts is the starting point for all the stories in this book, through which we learn about the evolution of the institution in time and space, on a journey that passes through four different headquarters. Three kilometres and 600 years separate the House of Accounts in São Jorge Castle, from Avenida da República, Lisbon, where the Court is located today.

The details of the journey from Livorno to Rio de Janeiro of Princess Leopoldina, an Austrian princess who married Prince Dom Pedro, add new information to Portuguese history regarding Brazilian independence, as well as revealing an intriguing stop off made on the way, on the island of Madeira.

The centuries-old documents also allow us to journey back to American Independence, the Second World War and the construction of the university city of Coimbra, which would profoundly transform the *Alta* [uptown area of the city]. And there are further stories we must mention here, such as Portugal's presence at the Paris World Expo 1900 and a little-known event that happened after the Exposition, on the journey back to Portugal, when the steamship *Saint-André* sank along with its cargo, among which were works by well-known Portuguese artists that were lost forever.

This story is also the source of a true case of humour meeting art in the form of a satirical engraving by Rafael Bordalo Pinheiro, in the journal *A Paródia*, February 1901, which he captioned as follows:

“Drama and Exposition at the bottom of the sea — on the case of the sinking of the steamship *Saint-André*. Due to the generosity of the Lazarist “Saint-André”, our dear Messrs. Fish, Fishes and Fishies were treated to a splendid exhibition of our best products sent to Paris. Due to the natural reticence of the said Messrs. Fish we cannot give detailed news of the underwater success of Mr Ressano Garcia’s interesting and well-elaborated texts. But we can take a guess...”

In order to enhance your reading experience, QR codes allow access to the digital version of the documents referenced.

These stories have thus been compiled in this first volume of the series *History in the Accounts*, a bilingual edition in Portuguese and English. We highly recommend you give it a read.

Taking inspiration from the words of António Alçada Baptista, we might say these stories lend texture to time, breathing life into the ages.

José F. F. Tavares
President of the Court of Auditors

anos separam a Casa dos Contos, no Castelo de São Jorge, da Avenida da República, em Lisboa, onde hoje está situado o Tribunal.

Os pormenores da viagem de Livorno para o Rio de Janeiro de uma princesa austríaca, a princesa Leopoldina, que casou com o príncipe D. Pedro, acrescentam à História de Portugal novos dados sobre a independência do Brasil e revelam uma passagem pela ilha da Madeira que vale a pena saborear.

Os conjuntos documentais centenários permitem-nos, ainda, viajar pela independência dos EUA, pela II Guerra Mundial e pela construção da Cidade Universitária de Coimbra, a qual veio alterar profundamente a Alta da cidade. Mas sentimos a necessidade de deixar aqui outros registos, como a presença de Portugal na Exposição Universal de Paris de 1900 e um acontecimento pouco conhecido ocorrido após a referida Exposição: o naufrágio do vapor *Saint-André*, que transportava de regresso a Portugal peças de reconhecidos artistas portugueses, que se perderam para sempre.

Nesta viagem, encontramos uma verdadeira pérola do humor e da arte de Rafael Bordalo Pinheiro, que, em fevereiro de 1901, no jornal *A Paródia*, legenda uma gravura sua sobre o naufrágio da seguinte forma:

«Drama e Exposição no fundo do mar a propósito do naufrágio do vapor *Saint-André*. Devido à amabilidade do lazarista “Saint-André” foram os Snrs. Peixes, Peixinhos e Peixotos mimoseados com uma esplêndida exposição dos nossos melhores produtos enviados a Paris. Por causa da natural mudez dos ditos Snrs. Peixes não conseguimos obter notícias detalhadas do sucesso subaquático obtido pelos interessantes e bem elaborados relatórios do Snr. Ressano Garcia. Mas fazemos uma ideia...»

Esperando que o leitor possa aprofundar a sua experiência de leitura, os códigos QR permitem aceder à versão digital dos documentos a que se referem.

Estas histórias foram, então, compiladas neste que é o primeiro volume da série «A História que as Contas nos Contam», obra bilingue com tradução em inglês, e cuja leitura recomendamos.

Inspirando-nos em António Alçada Baptista, são também estas histórias que nos dão a textura do tempo e o respirar de várias épocas.

José F. F. Tavares
Presidente do Tribunal de Contas

**O Tribunal de Contas:
do Castelo de S. Jorge à Avenida da República**
The Court of Auditors:
From São Jorge Castle to Avenida da República



**TRIBUNAL DE
CONTAS**

Three kilometres, as the crow flies, separate São Jorge Castle and Avenida da República, in Lisbon. This distance corresponds to more than 600 years of history — the timespan that separates and unites the current *Tribunal de Contas* [Court of Auditors] and its oldest predecessor, the *Casa dos Contos* [House of Accounts].

Along roads, side streets and grand avenues, our journey begins in medieval Lisbon with the ongoing consolidation of the State, passing through Lisbon the global city of the Renaissance and continuing to Lisbon after the great earthquake of 1755, before finishing in the Lisbon of the 21st century, with its *Avenidas Novas* [New Avenues].

This is also a journey through the history of this Institution, beginning with its first days as the House of Accounts — when the distinction between Crown Finance and Public Finance was practically non-existent — through to the founding of today's Court of Auditors as a supreme, independent body for external auditing of public finance.

Três quilómetros, em linha reta, separam o Castelo de São Jorge da avenida da República, em Lisboa. Na História, esta distância é de mais de 600 anos — o tempo que separa e o tempo que une a Casa dos Contos ao atual Tribunal de Contas.

Por entre ruas, ruelas e grandes avenidas, este percurso faz-se pela Lisboa medieval e da consolidação do Estado, atravessa a Lisboa — cidade global do Renascimento —, estende-se pela Lisboa do pós-Terramoto de 1755 e termina na Lisboa do século XXI e das Avenidas Novas.

Mas é também uma viagem pela história desta instituição, partindo do tempo da Casa dos Contos, o início — no qual a distinção entre a Fazenda Real e a Fazenda Pública era praticamente inexistente —, até à consagração do Tribunal de Contas dos nossos dias, como órgão independente e supremo de controlo externo das finanças públicas.

Princípios do séc. XIII
Livros de *Recabedo Regni*.
Contabilidade extremamente rudimentar.
Preocupação com uma certa fiscalização.

Segunda metade do séc. XIII
Sedentarização dos órgãos da administração pública, da justiça e da contabilidade.

Com D. Dinis (1279-1325)
Desenha-se o embrião dos «Contos».

Com D. João (1385-1433)
Autonomia dos «Contos».
CASA DOS CONTOS (1389-1761)

Com D. José (1750-1776)
ERÁRIO RÉGIO (1761-1832)

A partir do Liberalismo

TESOURO PÚBLICO (1832-1844)
Comissão de Liquidação das Contas do Extinto Erário (1833)
Comissão Fiscal Liquidatária (1836)
Comissão do Exame das Contas dos Exatores (1839)
CONSELHO FISCAL DE CONTAS (1844-1849)
TRIBUNAL DE CONTAS (1849-1911)

Com a República

CONSELHO SUPERIOR DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO (1911-1911)
CONSELHO SUPERIOR DE FINANÇAS (1919-1930)
TRIBUNAL DE CONTAS ENTRE 1930 E 1976
TRIBUNAL DE CONTAS DESDE 1976

Early 13th century
The *Recabedo Regni* books.
Extremely rudimentary accounting.
Some concern for oversight.

Second half of 13th century
Establishment of the bodies for public administration, justice and accounting.

King Dom Dinis (1279-1325)
The embryo of the "Contos" takes shape.

King Dom João I (1385-1433)
The "Contos" gain autonomy.
HOUSE OF ACCOUNTS (1389-1761)

King Dom José (1750-1776)
ROYAL TREASURY (1761-1832)

Liberalism onwards

NATIONAL TREASURY (1832-1844)
Commission for the Settlement of Accounts from the Ex-Treasury (1833)
Supervisory Commission for Settlements (1836)
Commission for the Examination of the Accounts of Exactors (1839)
SUPERVISORY COUNCIL OF ACCOUNTS (1844-1849)
COURT OF AUDITORS (1849-1911)

The Republic

SUPREME COUNCIL FOR THE FINANCIAL ADMINISTRATION OF THE STATE (1911-1911)
SUPREME COUNCIL OF FINANCES (1919-1930)
COURT OF AUDITORS FROM 1930 TO 1976



“In the castle of Lisbon, in a tower built for the purpose named the albarrana tower”
(*Chronicle of the King Dom Pedro I, by Fernão Lopes*)

As its borders stabilised, the progressive consolidation of the Portuguese State would be accompanied by the specialisation of its governing bodies and the methods used for recording revenue and expenses. In 1255, Dom Afonso III established the Court in Lisbon and São Jorge Castle became the Royal Palace, known as the Palace of Alcáçova. During the reign of Dom Dinis (1279-1325), the structure of the embryonic House of Accounts began to take shape.

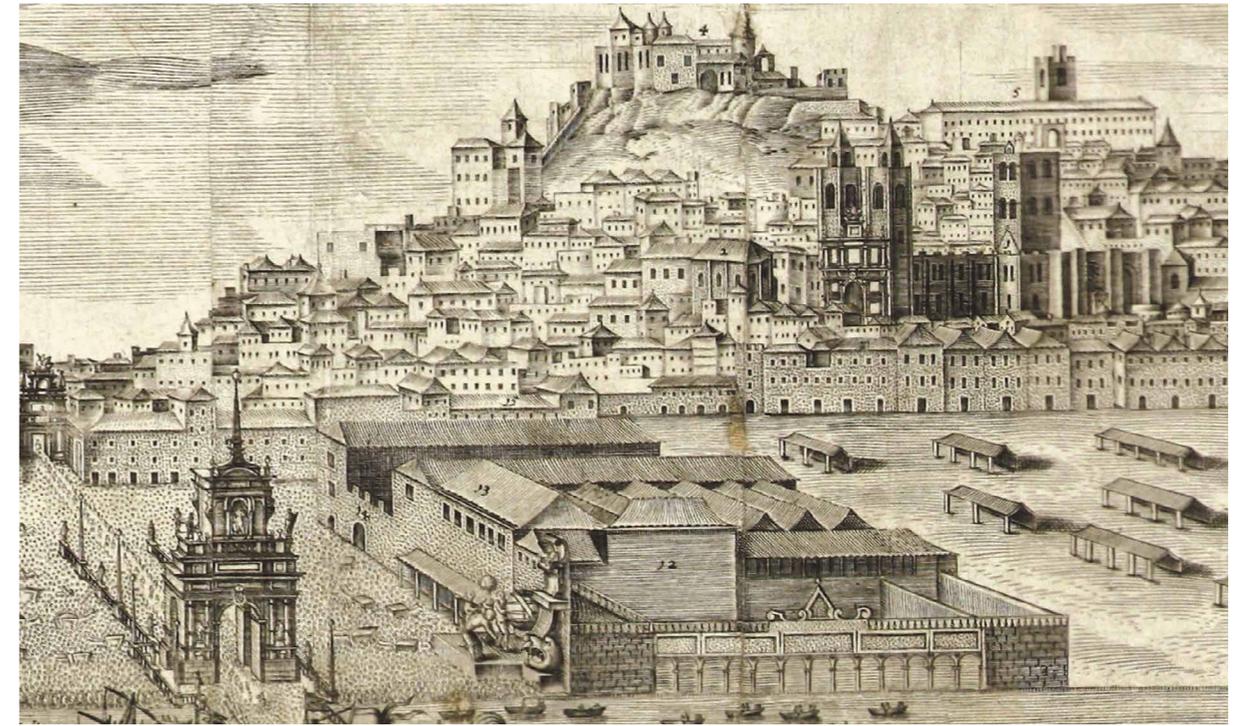
Later on, the distinction between The Lisbon Accounts Office and The King’s Accounts Office began to emerge. The function of the former was to record and verify the expenses and revenue of the country’s *almojarifados**; the latter those of the *Casa Real* [Royal House]. And it was in the albarrana tower of São Jorge Castle that the documents of The Lisbon Accounts Office and The King’s Accounts Office were kept.

The “Citadel of Wealth”
Towards the end of the 14th century, the House of Accounts (whose first Statute dates from 5 July 1389) was installed in a building that also housed

Detalhe do Castelo de São Jorge e das muralhas da cidade no panorama geral de Lisboa

Detail of São Jorge Castle and the city walls within a panoramic view of Lisbon

* An *almojarifado* was a fiscal administrative division in Portugal in the Middle Ages. Most *almojarifados* were located in important cities, such as Lisbon, Porto, Coimbra, Leiria, Guimarães and others, and all were run by an *almojarife*, a royal official responsible for the charging and collecting of taxes.



Os edifícios da Casa dos Contos, da Alfândega e do Terreiro do Trigo, em primeiro plano

The buildings of the House of Accounts, Customs House and the *Terreiro do Trigo* [Public Grain Yard] in the foreground

* *Almojarifado* era uma divisão administrativa fiscal existente em Portugal na Idade Média. A maior parte dos *almojarifados* tinham a sua sede numa cidade importante, como Lisboa, Porto, Coimbra, Leiria, Guimarães, entre outras, e todos estavam a cargo de um *almojarife*, que era um funcionário real responsável pela cobrança e arrecadação de impostos.

«No Castelo de Lisboa, numa torre que para isso fora feita e a que chamavam torre albarrã»
(*Crónica de El-Rei D. Pedro I, de Fernão Lopes*)
Com a estabilização das fronteiras, a progressiva consolidação do Estado português foi sendo acompanhada pela especialização dos seus órgãos e dos métodos de fiscalização das receitas e despesas. Em 1255, D. Afonso III fixava a Corte em Lisboa e o Castelo de São Jorge tornou-se no Paço Real, conhecido como Paço da Alcáçova. No reinado de D. Dinis (1279-1325), começava a desenhar-se o embrião da Casa dos Contos. Mais tarde, surgiria a distinção

entre os Contos de Lisboa e os Contos d’El-Rei. Os primeiros tinham por função tomar e verificar as despesas e receitas de todos os *almojarifados** do País; os segundos, as contas da Casa Real. E era na torre albarrã do Castelo de São Jorge que se encontrava a documentação dos Contos de Lisboa e dos Contos d’El-Rei.
A «Cidadela da Abastança»
Em finais do século XIV, a Casa dos Contos (cujo primeiro Regimento data de 5 de julho de 1389) estava instalada num edifício que também albergava a Alfândega, ao Pelourinho Velho, na confluência aproximada das atuais ruas da Madalena e dos Bacalhoeiros.

Customs, at *Pelourinho Velho* [the old pillory], near the point where today's Rua da Madalena and Rua dos Bacalhoeiros meet. During the reign of Dom Manuel I (1495-1521), the Ribeira Palace, on the bank of the Tejo river, replaced the Palace of Alcáçova as the royal palace and residence. Ribeira Palace and the *Terreiro do Paço* [Palace Yard] became the administrative, political and commercial centre of the Kingdom and Empire. It was in this area that the principle public institutions – as well as those connected to overseas trade, such as India House, located on the square itself – were to be found. As part of this reorganisation of the centre of power, around 1524-1526, the House of Accounts was transferred to the building facing the Misericórdia Church, now the Old Church of the Conception. Júlio de Castilho would call this quadrangular stone building the “Citadel of Wealth” of Lisbon. The reason: besides the House of Accounts, it was also home to the Customs House and the *Terreiro do Trigo*. The House of Accounts remained in this building for around 230 years. A more complete description from the 18th century is given to us by Raphael Bluteau: “This Court, which is found in Lisbon in a sumptuous building facing the Palace, attached to the Customs House, is called the House of Accounts, because all those dealing in royal assets



and accounting affairs must come here. The person in charge is called the *Contador-Mor* [President of the House of Accounts].”

After the earthquake, in the Naval Arsenal

On 1 November 1755, the earthquake and the fire that followed it completely levelled the building. The whereabouts of the House of Accounts in the period immediately following the earthquake are uncertain. We do know that, in 1758, the House of Accounts moved to the site of the Naval Arsenal, one of the first buildings

constructed in the city following the earthquake, on the lands of the Ribeira das Naus shipyard and the Opera House, which had been destroyed in the catastrophe. But the history of the House of Accounts was about to come to an end. On 22 December 1761, it was abolished and replaced by the Royal Treasury, an institution that sought to respond to the demands of a highly centralised regime.

O Terreiro do Paço da Lisboa anterior ao Terramoto de 1755. Do lado esquerdo, o Paço da Ribeira com o seu torreão. Do lado direito, o edifício onde se situava a Casa dos Contos. Maqueta de Lisboa anterior ao Terramoto de 1755 [pormenor].

The *Terreiro do Paço*, Lisbon, before the earthquake of 1755. To the left, Ribeira Palace with its tower. To the right, the building that housed the House of Accounts. Reconstruction of Lisbon before the earthquake of 1755 (detail).

No reinado de D. Manuel I (1495-1521), o Paço da Ribeira, na margem do rio Tejo, substituiu o Paço da Alcáçova como palácio e residência reais. O Paço da Ribeira e o Terreiro do Paço passaram a ser o centro administrativo, político e comercial do Reino e do Império. Era nesta zona que estavam as principais instituições públicas e também as ligadas ao comércio ultramarino, como a Casa da Índia, situada no próprio Paço. Nesta reorganização do centro do poder, a Casa dos Contos foi transferida, por volta dos anos de 1524-1526, para o edifício fronteiro ao portal da Igreja da Misericórdia, hoje Igreja da Conceição Velha. A este edifício quadrangular, todo de cantaria, Júlio de Castilho chamou a *cidadela da abastança de Lisboa*. A razão: além de ser a Casa dos Contos, era nele que também estavam instaladas a Alfândega das Sete Casas e o Terreiro do Trigo. Foi neste edifício que a Casa dos Contos se manteve cerca de 230 anos. Uma descrição mais completa do século XVIII é-nos dada por Raphael Bluteau: «Este Tribunal, que está em Lisboa em hum sumptuoso edifício fronteiro ao Paço, e pegado a Alfândega, chama-se dos Contos, porque todos os que administrarão bens reaes e officios de contas, a vem dar a elle. A pessoa principal se chama Contador-Mor.»

Após o terramoto, no Arsenal da Marinha

Em 1 de novembro de 1755, o terramoto e o incêndio que se lhe seguiu arrasaram o edifício por completo. Por onde andaram os Contos no período imediatamente a seguir ao terramoto, não se sabe ao certo. Sabe-se sim que, no ano de 1758, a Casa dos Contos ficou instalada no edifício do Arsenal da Marinha, um dos primeiros edifícios da cidade erguidos após o terramoto, sobre os terrenos da Ribeira das Naus e da Casa da Ópera, que haviam sido destruídos pela catástrofe. Mas a história da Casa dos Contos estava prestes a terminar. Em 22 de dezembro de 1761, foi extinta e substituída pelo Erário Régio, a instituição que procurava dar resposta às exigências de um regime altamente centralizador.

No Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, encontram-se dois livros com informação sobre as obras do edificio do Arsenal.

No conjunto documental da Casa dos Contos, o *Livro da despesa da conta de António Vaz Coimbra que serviu de tesoureiro dos depósitos dos Contos do Reino e Casa de 2 de novembro de 1755 até 15 de fevereiro de 1759* contém os registos das despesas com a mudança dos Contos para o Arsenal e com o desentulho dos cofres.

No conjunto documental do Erário Régio, no *Livro diário letra A das obras do Real Arsenal pela Administração da Junta do Comércio*, encontramos o primeiro registo de despesas para a construção do Real Arsenal com data de 1 de maio de 1757.

In the Historical Archive of the Court of Auditors, there are two books containing information about the Arsenal building works.

In the House of Accounts archive, the *Book of expenses of António Vaz Coimbra who served as treasurer of the House of Accounts from 2 November 1755 to 15 February 1759* contains a register of expenses relating to the move from the House of Accounts to the Arsenal and the recovery of the coffers.

In the Royal Treasury archive, in *Journal A. on the works at the Royal Arsenal by the Administration of the Board of Trade*, we find the first record of expenses for the construction of the Royal Arsenal, dated 1 May 1757.

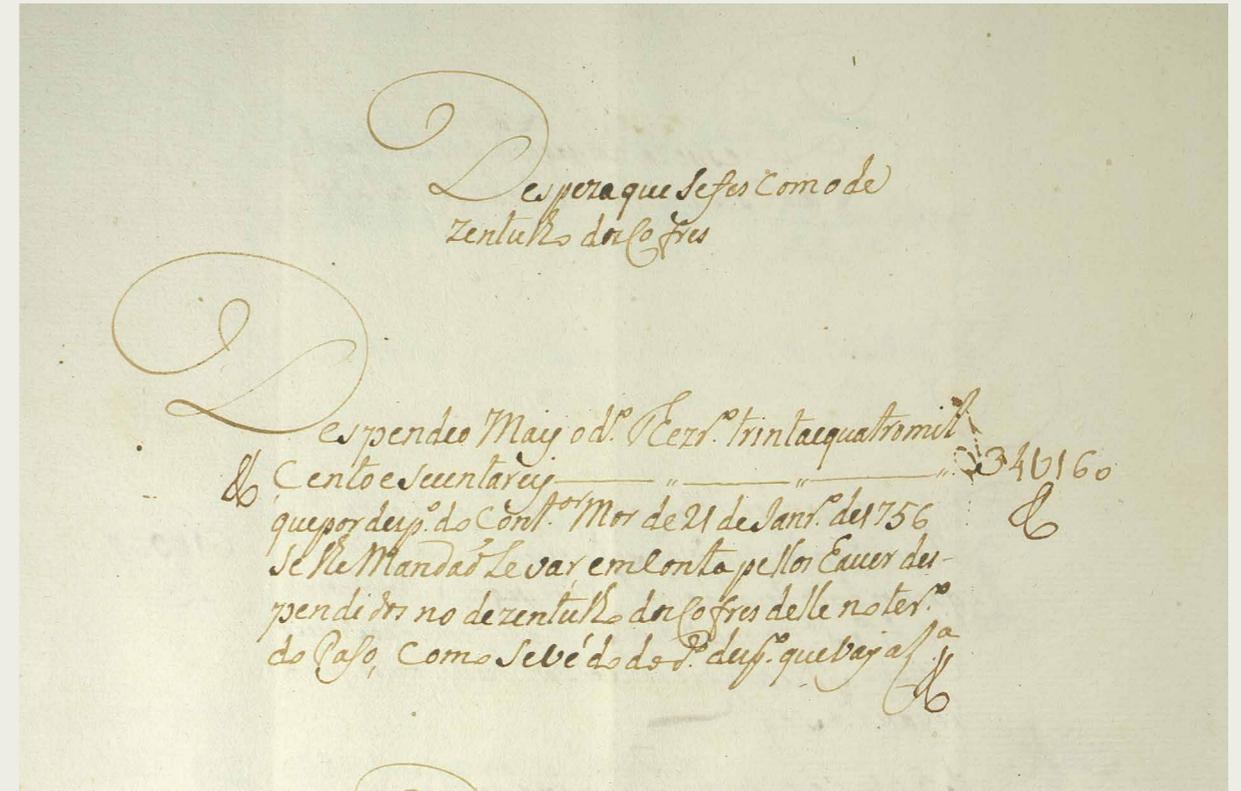


Livro da despesa da conta de António Vaz Coimbra que serviu de tesoureiro dos depósitos dos Contos do Reino e Casa de 2 de novembro de 1755 até 15 de fevereiro de 1759

Book of expenses of António Vaz Coimbra who served as treasurer of the House of Accounts from 2 November 1755 to 15 February 1759



Código QR para aceder ao conteúdo digital
QR code to access digital content



O registo da despesa do contador-mor de 21 de janeiro de 1756, no valor de 34\$160 réis, com o desentulho dos cofres no Terreiro do Paço

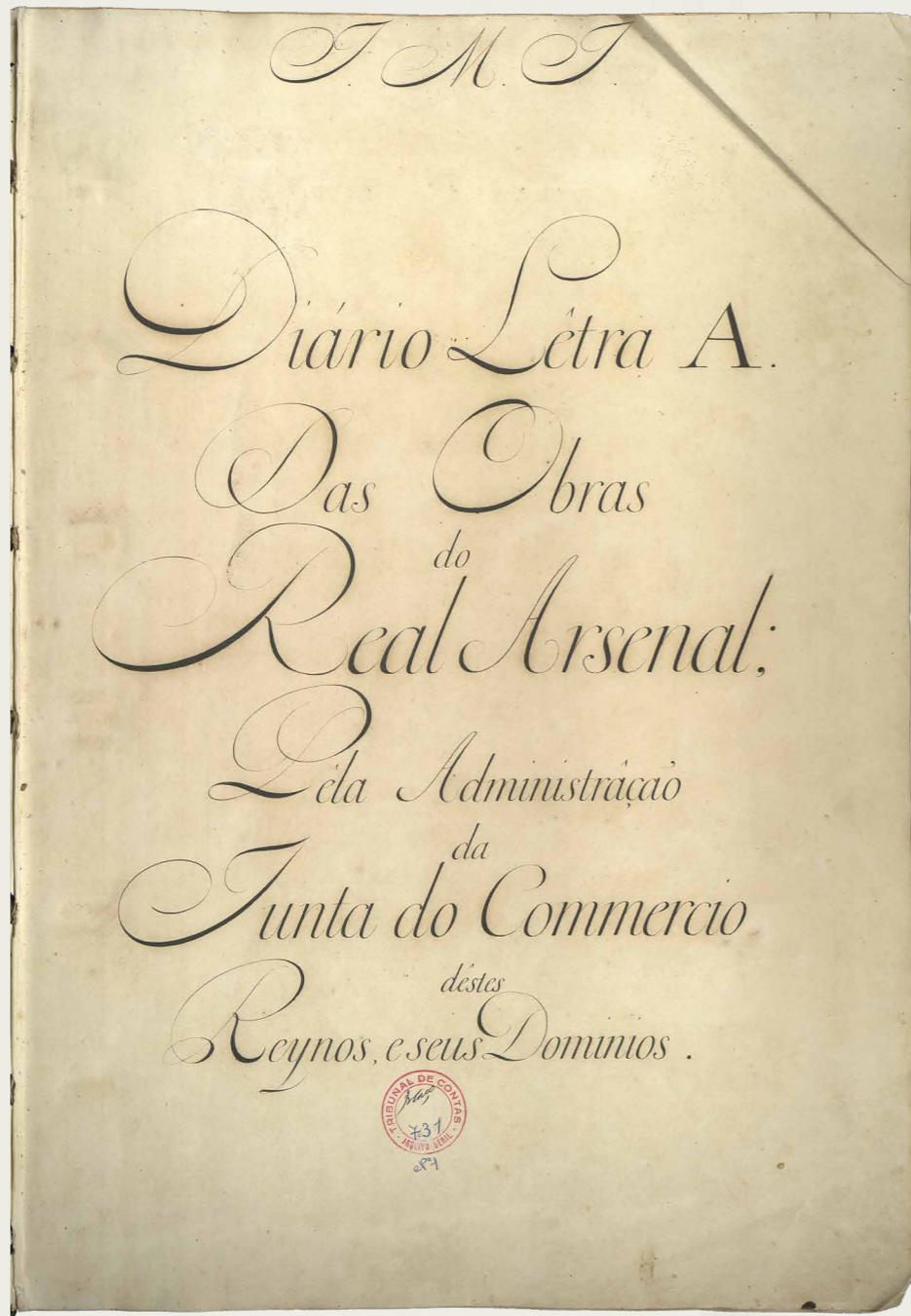
The record of expenditure by the *Contador-Mor* on 21 January 1756, to the value of 34\$160 réis, for the recovery of the coffers at the *Terreiro do Paço*

Livro diário letra A das obras do Real Arsenal pela Administração da Junta do Comércio

Journal A. on the works at the Royal Arsenal by the Administration of the Board of Trade



Código QR para aceder ao conteúdo digital
QR code to access digital content



I. M. J.		1757.	Mayo 1.	
1	Despezas miudas Devem			
2	a João Rodrigues Monteiro, para a Obra do Real Arsenal. R. <i>Por dinheiro, q. se pagou com varias miudezas, q. foram precisas para a Obra do Real Arsenal, q. por Decreto de S. Mag. de 5. de Abril deste anno se fizeo originar pela Administração da Junta do Commercio destes Reynos, e seus Dominios, a saber</i> <i>Por hum Livro, em q. se fez o assento das Materias, q. vem p. as Obras do Real Arsenal, e mais despezas miudas.</i> 800 <i>Por hum Poteiro.</i> 140 <i>Por hum pote, e pucaro para Agua.</i> 320 <i>Por pregos q. se compraram para a Cancellia, e mais gasto</i> 900			2 0160
3	Madeiras da Terra Devem	2.		
4	a Administração das Obras da Afand. Interina. R. <i>Por 2. duzias de tábuas porcas, q. passivam de huma para outra Obra, por cuja razão abona a appropriação, o carregio a o segund. de: de 15. palmos de comprida, avulhada caladuzia, a 4000</i>			8 0000
3	Madeiras da Terra Devem			
2	a João Rodrigues Monteiro, para a Obra do Real Arsenal. R. 11 0650 <i>Por dinheiro, q. se pagou dos fretes de conduzir as Madeiras, q. Custodiou de Anuys remitta do V. de Junta rem, a saber</i> <i>No Arrais João Pereira, de frete de 250. Barreiros de 14. palmos, e 150. ditos de 20. q. trouxo do porto de Arralenta.</i> 6 400 <i>No Arrais Antonio de Rocio, frete de 350. ditos de 14. palmos, e 75. duzias de Espas, q. trouxo do referido porto.</i> 5 200 <i>Despesa q. se pagou do Bulhete no Porto de Madeira.</i> 050			11 0650
3	Madeiras da Terra Devem	4.		
2	a João Rodrigues Monteiro, para a Obra do Real Arsenal. R. 4 0160 <i>Por dinheiro, q. se pagou a o Arrais João Monteiro, frete de 100. Barreiros de 14. palmos, e 100. duzias de Espas, e 100. Cotas de picaretas, q. trouxo do porto de Arralenta, q. remitta Antonio Monteiro Baptista, de S. Carlos, com ordem de Custodiou de Anuys.</i>			4 0160
3	Madeiras da Terra Devem	5.		
2	a João Rodrigues Monteiro, para a Obra do Real Arsenal. R. 6 0390 <i>Por dinheiro, q. se pagou a o Arrais João Monteiro, frete de 200. Barreiros de 14. palmos, e 184. ditos de 20. e 33. duzias de Espas, q. trouxo do porto de Arralenta, q. remitta Antonio Monteiro Baptista, com ordem de Custodiou de Anuys, e importa com 50. reis q. se pagaram no Porto de Madeira.</i>			6 0390
3	Madeiras da Terra Devem	6.		
2	a João Rodrigues Monteiro, para a Obra do Real Arsenal. R. 3 0350 <i>Por dinheiro, q. se pagou a o Arrais Antonio Dias, frete de 146. Barreiros de 14. palmos, e 20. ditos de 20. e 74. duzias de Espas, q. remitta Custodiou de Anuys, de S. Carlos, e importa com 50. reis q. se pagaram no Porto de Madeira.</i>			3 0350

No topo da página, o primeiro registo de despesas com a obra do Arsenal: 2\$160 réis pagos a João Rodrigues Monteiro relativos a despesas miúdas. Incluem um livro para assentamento dos materiais e despesas miúdas, um tinteiro, um pote e um púcaro para a água e pregos comprados para a cancela.

At the top of the page, the first record of expenditure for work on the Arsenal: 2\$160 réis paid to João Rodrigues Monteiro for minor expenses, including: a book for registration of materials and minor expenses, an inkwell, a jar and a water jug, and nails purchased for the gate.



Terá sido no Arsenal que o então conde de Oeiras e futuro marquês de Pombal tomou posse, em 11 de janeiro de 1762, como primeiro inspetor-geral do recém-criado Erário Régio.

The Arsenal is where the then Count of Oeiras and future Marquis of Pombal took his position as the first Inspector-General of the recently established Royal Treasury, on 11 January 1762.

The different areas of the Arsenal, originally conceived as shipyards for the Navy, would be occupied over the years by other services and institutions.

The new Treasury, a building that never existed

In 1789, Queen Dona Maria I approved a proposal to transfer the Royal Treasury to a building of its own, which had been presented for the purpose by the Viscount of Vila Nova de Cerveira, then president of the Treasury. The chosen location was Cotovia de Cima or Patriarcal Queimada, today the site of Praça do Príncipe Real, Lisbon.

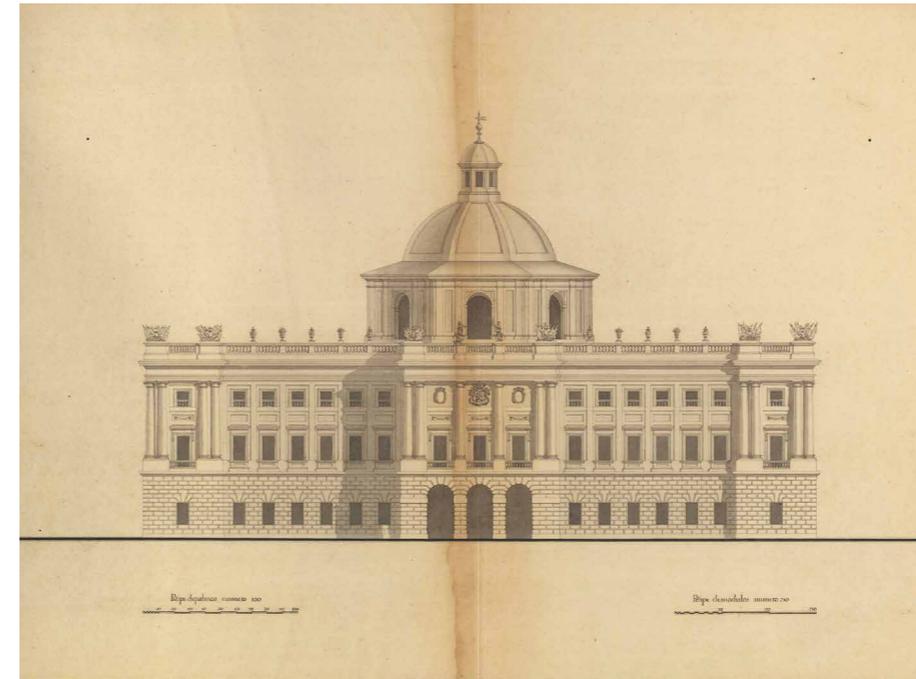
The project was entrusted to the architect José da Costa

e Silva, who designed an imposing building with a rectangular plan based on an octagonal centre, topped by a central tower. It is worth noting that the floor plan and distribution of space in the design reflected the organisational structure of the Royal Treasury.

The works began in 1790 but little progress was made. The poor condition of the terrain and, above all, financial constraints led to the project being abandoned.

A cadeira que, segundo a tradição, terá sido utilizada por marquês de Pombal na qualidade de inspetor-geral do Erário Régio encontra-se, hoje, numa das Salas de Sessões do Tribunal de Contas. Cadeira de noogueira, com assento, costas e manchetes estofados a veludo vermelho. Estilo e época de D. José I
Século XVIII (3.º quartel)
Dim.: 1695 x 970 x 620 mm

The chair that, as legend has it, was used by the Marquis of Pombal in his capacity as Inspector-General of the Royal Treasury, can today be found in one of the Session Rooms of the Court of Auditors. Walnut chair, with seat, back and arm rests upholstered in red velvet.
Period and style - Dom José I
18th century (3rd quarter)
Meas.: 1695 x 970 x 620 mm



Fachada principal do edifício
Main façade of the building

O edifício

Ao centro, a Tesouraria-Mor, para a qual confluíam as quatro Contadorias (da Corte e Província da Estremadura; das Províncias do Reino e Ilhas dos Açores e Baía; da África Ocidental, Maranhão e Baía; do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa).

A estrutura orgânica

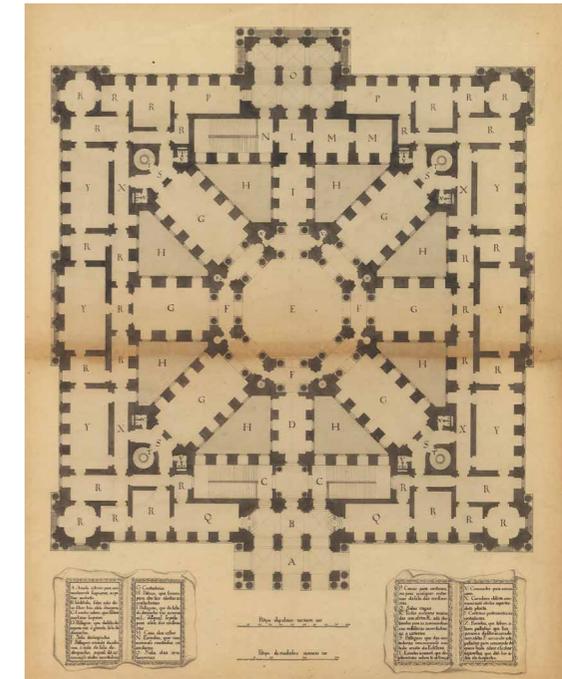
No topo, a Tesouraria-Mor à qual reportavam as quatro Contadorias com diferentes áreas geográficas. Planta do piso térreo.

The building

In the centre, the Central Treasury into which converged the four *Contadorias* [Accounts offices] (from the Court and Province of Estremadura; the Provinces of the Kingdom and Islands of the Azores and Madeira; from West Africa, Maranhão and Baía; and from Rio de Janeiro, East Africa and Portuguese Asia).

The organisational structure

At the top, the Central Treasury, to which the four *Contadorias* covering different geographic areas reported.



Planta do piso térreo
Plan of the ground floor

Os espaços do Arsenal, vocacionados na origem para serem ocupados pela Marinha e para constituírem estaleiros navais, foram, ao longo dos anos, sendo ocupados por outros serviços e instituições.

O novo Erário, um edifício que nunca existiu

Em 1789, a rainha D. Maria I aprovou a proposta de transferência do Erário Régio para um edifício próprio, que lhe tinha sido apresentada pelo visconde de Vila Nova de Cerveira, presidente do Erário. O local escolhido foi a Cotovia de Cima ou Patriarcal Queimada, local onde hoje se situa a praça do Príncipe Real, em Lisboa.

O projeto foi confiado ao arquiteto José da Costa e Silva, que concebeu um edifício imponente, de planta quadrada, desenvolvido a partir de um octógono central, encimado por uma torre ao centro. É digno de nota no projeto o facto de a planta e a distribuição dos espaços refletirem a estrutura orgânica do Erário Régio. As obras tiveram início em 1790, mas pouco evoluíram. As más condições do terreno e, sobretudo, constrangimentos financeiros levaram ao abandono do projeto.



And so, the Royal Treasury – just like the House of Accounts in its final years – and all of the institutions that followed it remained in the Arsenal building until 1954. Even today, the influences of this period of almost 200 years are still present in the building. In the current Session Room of the Lisbon Court of Appeal, which was previously the Session Room of the Court of Auditors, the medallions decorating the walls represent the main legislative reforms of the Court of Auditors from 10 November 1849 (the date of its creation under that name) to 11 April 1911, when, following the Implantation of the Republic, the Court

of Auditors was renamed the Supreme Council for the Financial Administration of the State.

On 25 October 1930, the institution resumed its title of Court of Auditors, maintaining its location in the Arsenal building.

O edifício do Arsenal, no Largo do Pelourinho (praça do Município), em 1937. O edifício do Erário, com o seu frontão e a sua varanda de cantaria sobreposta a um arco fechado por um portão monumental, enfrentava todo o largo [do Pelourinho] estendendo-se para poente até à Casa do Risco, e tinha muito mais imponência do que o Palácio do Senado.

The Arsenal building, in Largo do Pelourinho (Praça do Município), in 1937. The Treasury building, with its façade and stone balcony above an arch enclosing a great door, faced the entire square extending to the west, and was far more imposing than the City Hall.



A que foi Sala das Sessões do Tribunal de Contas – também conhecida por Sala do Almirantado – é hoje Sala de Sessões do Tribunal da Relação de Lisboa

Medalhão alusivo à criação do Tribunal de Contas em 10 de novembro de 1849

Medalhão alusivo à criação do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado que sucedeu ao Tribunal de Contas em 11 de abril de 1911

What was previously the Session Room of the Court of Auditors – also known as the Hall of the Admiralty – is today the Session Room of the Lisbon Court of Appeal

Medallion commemorating the founding of the Court of Auditors on 10 November 1849

Medallion commemorating the founding of the Supreme Council for the Financial Administration of the State, which succeeded the Court of Auditors on 11 April 1911

Assim, o Erário Régio – tal como a Casa dos Contos nos seus derradeiros anos – e todas as instituições que se lhe seguiram permaneceram no edifício do Arsenal até 1954. Ainda hoje, persistem no edifício as marcas desta estada de quase 200 anos. Na atual Sala de Sessões do Tribunal da Relação de Lisboa, que foi a antiga Sala das Sessões do Tribunal de Contas, os medalhões que decoram as paredes representam as principais reformas legislativas do Tribunal de Contas ocorridas entre 10 de novembro de 1849 (data da sua criação com esta designação) e 11 de abril de 1911, quando, já depois de implantada



a República, o Tribunal de Contas passou a designar-se Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.

Em 25 de outubro de 1930, a instituição retoma a designação de Tribunal de Contas, mantendo-se instalada no edifício do Arsenal.



**“the more things change,
the more they stay the same”**

Towards the end of the 1940s, the question of moving the Court of Auditors to new premises was raised. Of the various options, the one that incorporated the eastern tower of Praça do Comércio was chosen. As with other buildings in the area, this tower was under intervention by Pardal Monteiro, the architect of several significant public works ordered by the *Estado Novo* [New State Regime].

On 30 March 1954, the Magistrate body came together for the last time in the Arsenal building: on that day, besides the usual procedures of the “visto” [a priori control], there was an ordinary session and another plenary.

With this move in 1954, the Court of Auditors returned to the approximate location where, until 1 November 1755, the old House of Accounts had stood. On remembering this return, Joaquim Delgado, then Director-General of the Court, said: “In the general archive there is a 17th-century strong box that for many years stood in the House of Accounts. Rescued from the ruins of the building following the earthquake, this piece of furniture was moved to the Treasury, in Rua do Arsenal, in front of the New Pillory. And from there it now moves again, one hundred and ninety-five years later, crossing the historical *Terreiro do Paço* and taking up its position not

far from the place it had left. As the Portuguese saying goes: *passados anos mil, volta o carro ao seu carril**.

* Literally: “after a thousand years, the carriage returns to its tracks”; figuratively: “the more things change, the more they stay the same”.

«Passados anos mil volta o carro ao seu carril»

Em finais dos anos 40 do século xx, começa a ser questionada a transferência do Tribunal de Contas para outras instalações. Das várias hipóteses, foi adotada a que englobava o torreão nascente da praça do Comércio, que, à semelhança de outros edifícios daquela zona, estava a ser objeto da intervenção de Pardal Monteiro, o arquiteto de muitas e das mais significativas obras públicas do Estado Novo.

No dia 30 de março de 1954, o corpo de magistrados reuniu-se pela última vez no edifício do Arsenal: nesse dia, além do despacho normal do «visto», houve uma sessão ordinária e outra plenária.

Com esta mudança, o Tribunal de Contas regressou em 1954 ao local aproximado onde, até 1 de novembro de 1755, estivera a Casa dos Contos. Ao relembrar este regresso, dizia Joaquim Delgado, o então diretor-geral do Tribunal: «Existe no arquivo geral uma arca filipina que serviu muitos anos na Casa dos Contos. Retirado dos escombros do edifício após o terramoto, veio esse móvel até ao Erário, na Rua do Arsenal, frente ao Pelourinho Novo, e dali sai agora, passados cento e noventa e cinco anos, para passar através do histórico Terreiro do Paço e ir assentar seus fundos a pouca distância do local que então deixara. Lá diz o rifão transmontano “passados anos mil volta o carro ao seu carril”.»

Torreão nascente da praça do Comércio, em Lisboa, núcleo das instalações do Tribunal de Contas a partir de 1954 até 1989

A arca ou «burra», em ferro, com duas fechaduras e fecho de tranqueta, encontra-se em exposição no edifício-sede do Tribunal de Contas

The eastern tower of Praça do Comércio, Lisbon, home to the Court of Auditors from 1954 until 1989

The iron chest or “burra”, with two locks and a latch, is now exhibited in the main building of the Court of Auditors





No dia 25 de outubro de 1960, teve lugar a inauguração oficial das novas instalações do Tribunal de Contas.

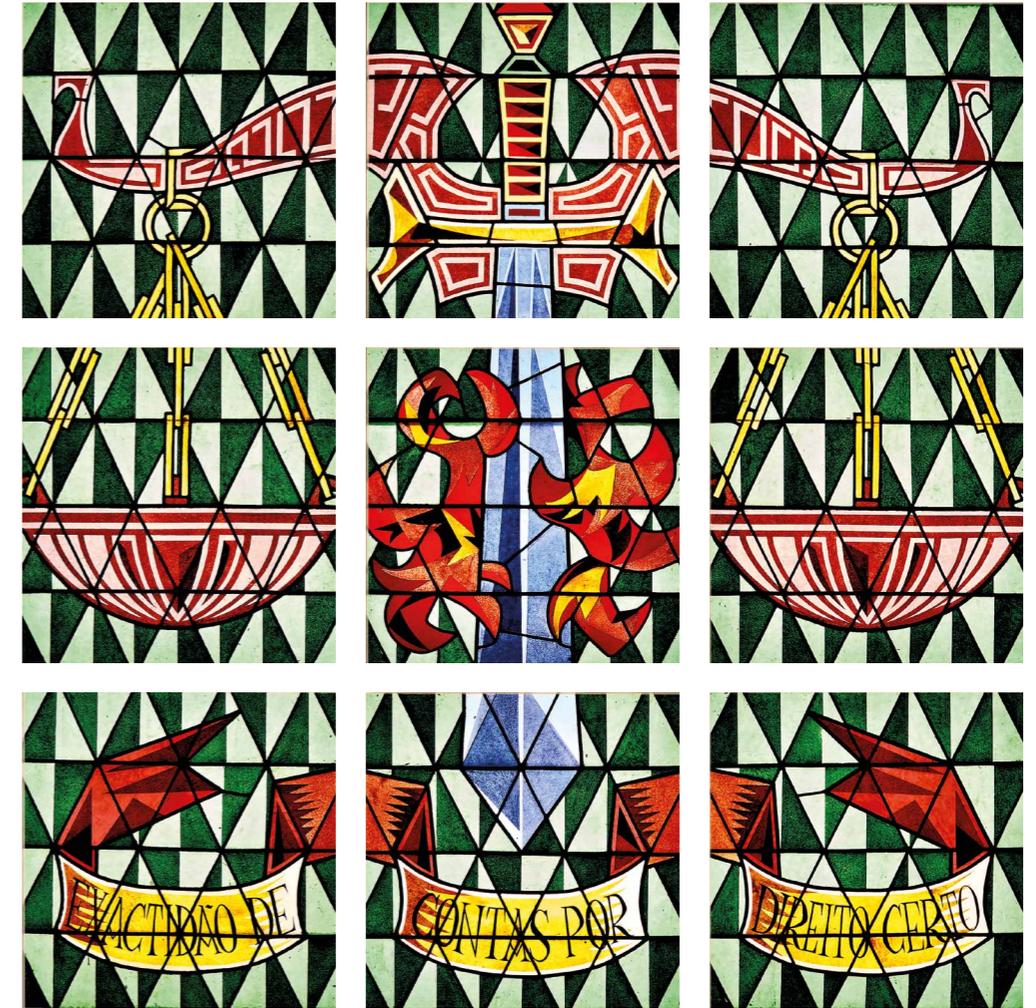
On 25 October 1960, the new premises of the Court of Auditors had their official opening.

On 2 April, now in the new premises at Praça do Comércio, the first plenary session of the Court took place in the Office of the Vice-President, since the Session Room was still under construction. The great tower room and corridors underwent further work, mainly decorative, with several pieces alluding to the

history of the Court of Auditors being commissioned from artists: Almada Negreiros, Jaime Martins Barata, Joaquim Rebocho, Guilherme Camarinha and Carlos Calvet. On 25 October 1960, the new premises of the Court of Auditors had their official opening.

A Sala de Sessões do Tribunal de Contas no torreão nascente da praça do Comércio

The Session Room of the Court of Auditors in the eastern tower of Praça do Comércio



No teto da Sala de Sessões, vitrais de Carlos Calvet com a legenda *Exatidão de contas por direito certo* (1959)

On the Session Room ceiling, stained glass by Carlos Calvet with the following caption: *Exatidão de contas por direito certo* [Accuracy of accounts by right] (1959)

Em 2 de abril, já nas novas instalações na praça do Comércio, realizou-se a primeira sessão plenária do Tribunal no gabinete do conselheiro vice-presidente, uma vez que a Sala das Sessões ainda não estava concluída. A grande sala do torreão e os corredores foram objeto de novas intervenções, sobretudo ao nível decorativo, tendo sido

encomendadas diversas obras alusivas à história do Tribunal de Contas a consagrados artistas plásticos: Almada Negreiros, Jaime Martins Barata, Joaquim Rebocho, Guilherme Camarinha e Carlos Calvet. No dia 25 de outubro de 1960, teve lugar a inauguração oficial das novas instalações do Tribunal de Contas.



Três painéis de óleo sobre tela de Jaime Martins Barata (dim.: 2900 x 2700 mm), seguindo a ordem cronológica das representações da história do Tribunal. Na primeira imagem, D. João I dá quitação a um responsável que jura com a mão sobre os Santos Evangelhos. Na segunda imagem, o Ato de liquidação de contas na Casa dos Contos, no tempo de D. Afonso V. E, por último, um funcionário na Casa dos Contos durante a peste que assolou Lisboa no reinado de D. Sebastião.

Three panels of oil on canvas by Jaime Martins Barata (meas.: 2900 x 2700 mm), depicting, in chronological order, the history of the Court. In the first image, Dom João I discharges an official who swears on the Holy Gospels with outstretched hands. In the second image, the Act of registration of accounts at the House of Accounts, in the time of Dom Afonso V. And, in the third, an Official at the House of Accounts during the plague that assailed Lisbon during the reign of Dom Sebastião.



Em cima
Baixos-relevos em bronze de Carlos Calvet, colocados nas sobreportas da Sala das Sessões

Above
Bas-reliefs in bronze by Carlos Calvet, hung above the doors of the Session Room

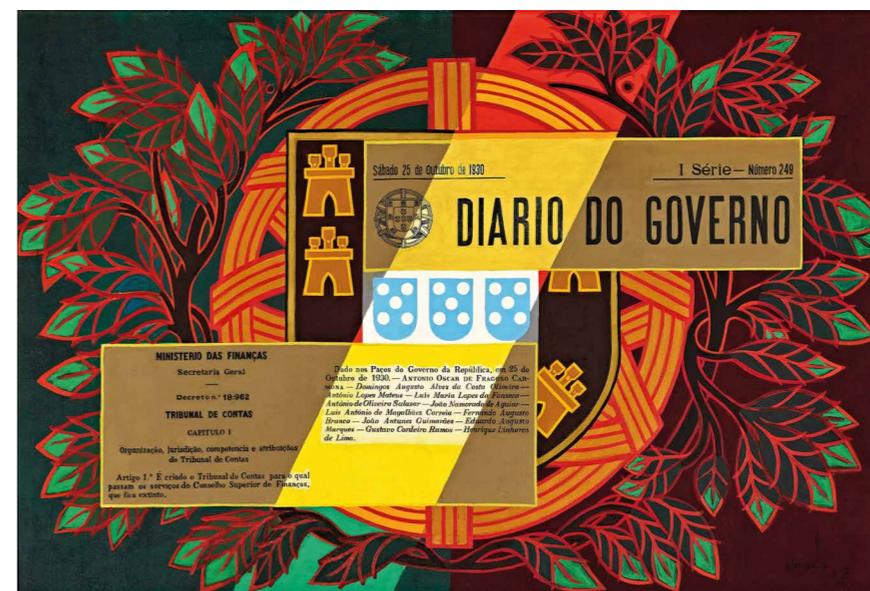


À direita, em cima
A rainha D. Maria II a receber das mãos do duque de Ávila o decreto da criação do Tribunal de Contas, em 1849
Óleo sobre tela de Almada Negreiros (1958)
Dim.: 2900 x 2700 mm

À direita, em baixo
Decreto n.º 18.962, de 25 de outubro de 1930, que criou o atual Tribunal de Contas, regulando a sua organização e funcionamento.
Óleo sobre tela de Almada Negreiros (1958)
Dim.: 1380 x 2000 mm

Top right
Queen Dona Maria II receiving the Declaration of the Founding of the Court of Auditors in person from the Duke of Ávila, in 1849
Oil on canvas by Almada Negreiros (1958)
Meas.: 2900 x 2700 mm

Bottom right
Decree no. 18.962, 25 October 1930, which established the current Court of Auditors, regulating its organisation and functioning.
Oil on canvas by Almada Negreiros (1958)
Meas.: 1380 x 2000 mm





Cena de sequestro dos bens da condessa de Atouguia, entregando o último bem que possuía
Óleo sobre tela de Joaquim Rebocho
Dim.: 2900 x 2700 mm

Scene of the seizure of assets from the Countess of Atouguia, who is depicted handing over the last belonging in her possession
Oil on canvas by Joaquim Rebocho
Meas.: 2900 x 2700 mm

À direita, em cima
O Contador (1957)
Tapeçaria em lã
José de Almada Negreiros
Dim.: 3630 x 3330 mm
Contador é a mais antiga categoria profissional do Tribunal de Contas e remonta à Casa dos Contos

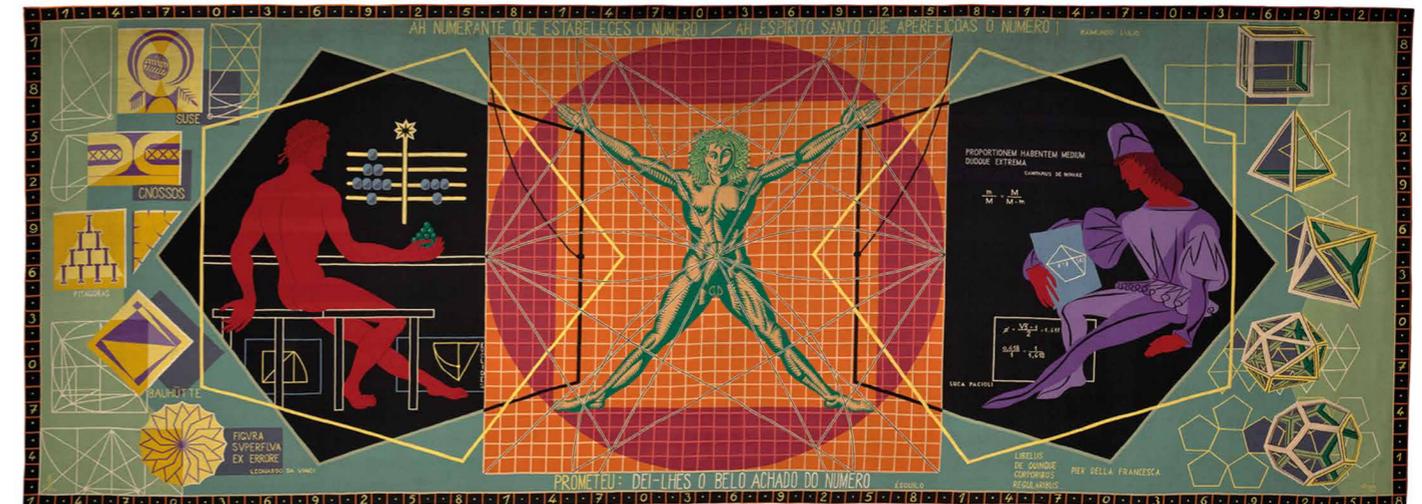
Top right
O Contador
[Accounts Controller] (1957)
Tapestry in wool
José de Almada Negreiros
Meas.: 3630 x 3330 mm
'Contador' is the oldest professional title at the Court of Auditors and dates back to the House of Accounts

À direita, em baixo
O Número (1956)
Tapeçaria em lã
José de Almada Negreiros
Dim.: 2540 x 7020 mm

Bottom right
O Número (1956)
Tapestry in wool
José de Almada Negreiros
Dim.: 2540 x 7020 mm

Almada Negreiros é ainda o autor de outras duas peças de relevo do património artístico do Tribunal de Contas, encomendadas para as novas instalações e que, hoje, podem ser apreciadas no edifício-sede do Tribunal de Contas: duas tapeçarias em lã executadas pela Manufactura de Tapeçarias de Portalegre, sobre cartão do artista.

Almada Negreiros was the author of two further notable pieces in the collection of the Court of Auditors, which were commissioned for the new premises and today can be seen in the main Court of Auditors building: two tapestries in wool woven by the Tapestry Factory of Portalegre, based on paintings by the artist.



1989, na avenida da República

Em 1989, o ano da primeira grande reforma do Tribunal de Contas no regime democrático, a instituição muda-se para o edifício na avenida da República, onde permanece. Ocupa também um outro edifício da avenida Barbosa du Bocage, que podemos ver nesta imagem.

1989, on Avenida da República

In 1989, the year of the first great reform of the Court of Auditors following democratisation, the institution moved to its current building on Avenida da República. It also occupies another building on Avenida Barbosa du Bocage, as seen in the image.



O conjunto documental Casa dos Contos

Do mais remoto antecessor do atual Tribunal de Contas — a Casa dos Contos — existem 47 livros no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas. Este conjunto documental tem como datas de intervalo temporal os anos de 1568 e 1797, mas, na sua maioria, os livros são posteriores a 1756.

O documento mais antigo data de 1568 e faz parte de um conjunto de títulos da Fazenda da extinta Inquisição de Évora.

A documentação evidencia aspectos relacionados com a administração do pessoal da Casa dos Contos, a fiscalização das contas de oficiais do recebimento, o controlo de receitas e despesas, a edificação e a aquisição de património para a Fazenda Real.

Mas se os Contos existiram desde pelo menos 1389 (data do seu primeiro Regimento) e só foram extintos por Carta de Lei de 22 de dezembro de 1761, como explicar que, para um período tão extenso, sejam apenas 47 os livros deste conjunto documental?

A principal razão é bem conhecida: em 1 de novembro de 1755, o edifício da Casa dos Contos foi totalmente destruído pelo terramoto e, sobretudo, pelo incêndio que se lhe seguiu.

E assim se perdeu para sempre a maior parte do arquivo da Casa dos Contos.

The *Casa dos Contos* [House of Accounts] archive in the Historical Archive of the Court of Auditors

In its Historical Archives, the current Court of Auditors holds 47 books from its oldest predecessor — the House of Accounts. This collection of files spans the time period 1568 to 1797, though the majority of the books are from after 1756.

The oldest document dates from 1568 and is related to the Évora Inquisition Court.

These documents reveal aspects relating to the administration of the staff of the House of Accounts, the supervision of accounts of revenue officials, the control of revenue and expenses, and the building and acquisition of property.

But if the House of Accounts came into existence by 1389 (the date of its first Statute) and was only abolished by the Law of 22 December 1761, why is it then, from this extended period of time, that there are only 47 books from the House of Accounts?

The main reason is common knowledge: on 1 November 1755, the House of Accounts building was completely destroyed by the great earthquake and, in particular, the ensuing fire.

This was the reason for the loss of most of the House of Accounts archive.

O conjunto documental Erário Régio

A Carta de Lei de 22 de dezembro de 1761 extinguiu os Contos e criou o Erário Régio.

Símbolo da centralização, era no Erário que davam entrada todas as rendas e direitos da Coroa e era daí que saíam os fundos para as despesas públicas. Gestão e fiscalização concentravam-se num único organismo.

A estrutura orgânica do Erário Régio integrava uma Tesouraria-Mor e quatro Contadorias com competências sobre quatro áreas geográficas distintas (Corte e Província da Estremadura; Províncias do Reino e Ilhas dos Açores e Madeira; África Ocidental, Maranhão e Baía; África Oriental, Rio de Janeiro e Ásia Portuguesa). O novo organismo adotou um novo sistema de contabilidade — o chamado método das *partidas dobradas**.

O conjunto documental *Erário Régio*, com 5495 livros e que integra os anos de 1762 a 1833, reflete esta organização e o método contabilístico adotado.

Arrecadação das receitas públicas, registo e fiscalização de todas as receitas e despesas do Estado, impostos e direitos, administração da dívida pública, consultas e informações recebidas e expedidas, registos de decretos, ordens, portarias, informação sobre a administração e funcionalismo do próprio Erário são os principais conteúdos informativos deste conjunto documental.

* Trata-se de um método contabilístico, em que a cada débito corresponde um crédito de igual valor.

The *Erário Régio* [Royal Treasury] archive in the Historical Archive of the Court of Auditors

The Law of 22 December 1761 abolished the House of Accounts and created the Royal Treasury.

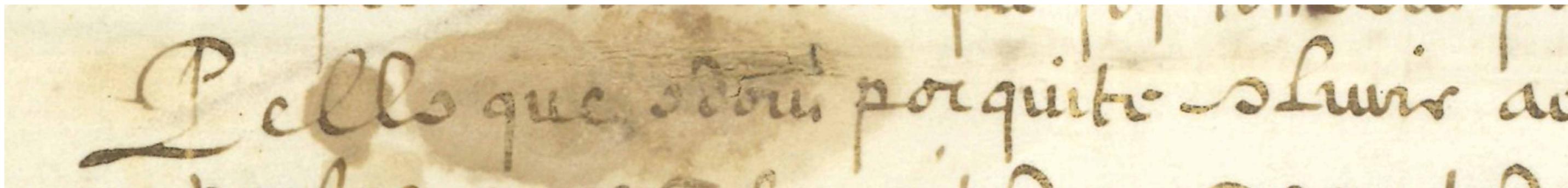
A symbol of centralisation, the Treasury was where all income and duties of the Crown were received, and it was from there that all funds for public expenses were issued. Management and supervision were concentrated in a single body.

The organisational structure of the Royal Treasury featured a Central Treasury and four *Contadorias* [Accounts Offices] responsible for four different geographical areas (the Court and Province of Estremadura; the Provinces of the Kingdom and Islands of the Azores and Madeira; from West Africa, Maranhão and Baía; and from Rio de Janeiro, East Africa and Portuguese Asia). The new body adopted an updated system of accounting — a method of *double-entry* bookkeeping.*

The Royal Treasury archive, consisting of 5,495 books spanning the time period from 1762 to 1833, reflects this form of organisation and the accounting method adopted.

The main information held in this archive covers the following: Tax collection, registration and control of all public revenues and expenses, taxes and duties, administration of the public debt, consultations and information received and expedited, registration of decrees, orders, ordinances, information about the administration and functioning of the Treasury itself.

* This is a bookkeeping method in which every debit corresponds to a credit of equal value.



The popular expression “*estamos quites*” (“we are quits”), is profoundly related to the history of public financial auditing and, therefore, to the Court of Auditors.

To understand this, we will return to the House of Accounts and follow the process of the rendering of accounts.

The House of Accounts was the body to which the officials responsible for collecting revenues and incurring expenses with public money delivered their accounts. The process of rendering these accounts began with the arrival to the House of Accounts of the books of revenue and expenses produced by the respective official (treasurer, *almoxarife*, collector, among others).

Once distributed, the account was conferred — that is, the arrangement and authenticity of the documents was verified — and settled by the cross-checking of the records of revenues and expenses and their respective totals.

The process culminated in “*quitação*” [quittance], in the case that the revenues and expenses in the account in question were equal, or the revenues were greater than the expenses. The process could also end with debt enforcement if the account were not “*quite*” [quits].

To formalise the act of quittance, a letter of quittance signed by the King was given to the official. This document attested that the official had no further obligations to the Royal Exchequer.

Excerpt from the Letter of Quittance to Rui Gonçalves de Castel Branco, who served as Tesoureiro-Mor [Head of Treasury] at Ceuta House from 18 October 1588 to 6 June 1593

Extrato da Carta de Quitação a Rui Gonçalves de Castel Branco que serviu de Tesoureiro-Mor da Casa de Ceuta de 18 de outubro de 1588 até 6 de junho de 1593

A expressão «estamos quites», tantas vezes ouvida, está profundamente relacionada com a história do controlo das finanças públicas e, portanto, do Tribunal de Contas.

Para a conhecermos, vamos recuar à Casa dos Contos e acompanhar o processo da toma de contas.

Era à Casa dos Contos que prestavam contas os oficiais responsáveis pela arrecadação de receitas e realização de despesas com os dinheiros públicos.

O processo da toma da conta iniciava-se com a entrada, na Casa dos Contos, dos livros de receitas e dos livros de despesas produzidos pelo respetivo oficial do recebimento (tesoureiro, almoxarife, recebedor, entre outros).

Depois de distribuída, a conta era conferida — isto é, verificava-se a organização e autenticidade dos documentos —, e liquidada com o confronto dos registos das receitas com os das despesas e respetivos totais.

O processo culminava com a *quitação*, caso se verificasse que as receitas e despesas da conta em julgamento eram iguais ou que a receita superava a despesa. Podia também terminar com a execução de dívidas, se a conta não estivesse quite.

Para formalizar o ato da *quitação*, era passada ao oficial do recebimento uma carta de *quitação*, assinada pelo rei. Era este o documento que atestava que o oficial que prestara contas na Casa dos Contos se encontrava desobrigado perante a Fazenda Real.

Quittance is an instrument of juridical certainty and a straightforward guarantee that men of good accounts can show, when they need to, to attest that they are honourable and free of responsibilities.

Artur Águedo de Oliveira, President of the Court of Auditors from 1948 to 1964

A quitação é um instrumento de certeza jurídica e uma garantia fácil que os homens de boas contas exibem, quando precisarem, atestando a sua honorabilidade e isenção de responsabilidades.

Artur Águedo de Oliveira, presidente do Tribunal de Contas de 1948 a 1964

No Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, existem várias cartas de quitação, entre elas a *Carta de Quitação a Rui Gonçalves de Castel Branco que serviu de Tesoureiro-Mor da Casa de Ceuta de 18 de outubro de 1588 até 6 de junho de 1593*.

Escrita em pergaminho, e com data de 12 de março de 1596, faz parte da coleção de *Cartas de Padrão de Tenças, Mercês e Doações, Escrituras e Alvarás*.

A Casa de Ceuta encontrava-se estabelecida em Lisboa e era a instituição através da qual a Fazenda Real sustentava a presença portuguesa em Ceuta e em outras praças do Norte de África.

Não se conhece a data concreta da sua criação, mas não terá tardado muito após o início da presença portuguesa em 1415. Foi a primeira instituição da expansão, tendo perdurado até 1769, altura em que a retirada de Mazagão marcou o final da presença portuguesa no Norte de África.

Sendo escassas as fontes documentais relacionadas com a Casa de Ceuta, as cartas de quitação são fundamentais para o conhecimento desta instituição.

À semelhança do que aconteceu com o edifício da Casa dos Contos e o seu arquivo, também as instalações da Casa de Ceuta e todos os seus registos se perderam no Terramoto de 1755 em Lisboa.

In the Historical Archive of the Court of Auditors, there are various letters of quittance including *Letter of Quittance to Rui Gonçalves de Castel Branco, who served as Head of Treasury at the Casa de Ceuta [Ceuta House] from 18 October 1588 to 6 June 1593*.

Written on parchment and dated 12 March 1596, it forms part of the archive *Charters granting Offices and Pensions, Donations and Gifts, Deeds and Licenses*.

Ceuta House, based in Lisbon, was the institution through which the Royal Exchequer maintained a Portuguese presence in Ceuta and other areas of North Africa.

The exact date of its founding is unknown, but it would not have been long after the Portuguese conquest of Ceuta in 1415. It was the first institution of colonial expansion and existed until 1769, when the Mazagão retreat marked the end of the Portuguese presence in North Africa.

Given the lack of documental sources related to Ceuta House, the letters of quittance are fundamental for understanding this institution.

Sharing a similar fate with the House of Accounts building and its archive, the premises of Ceuta House and all of its records were lost in the great Lisbon earthquake of 1755.



The accounts of Rui Gonçalves de Castel Branco

By reading the *Letter of Quittance to Rui Gonçalves de Castel Branco*, we learn in detail about the funds and goods supplied to the fortress at Ceuta between 18 October 1588 and 6 June 1593.

In these five years, the Head of Treasury took delivery of 53,073\$827 réis.

The list of goods contains bread, barley, meat, rye and “wheat of all kinds”. As well as “many other things declared on the closing of said account”.

Expenses related to the maintenance and defence of the Ceuta fortress involved, naturally, payments for military equipment and respective ammunition. This is also how we know that expenses were incurred for 767 arquebuses and 104 muskets, lead, fuse, rifle powder and cannon powder. *For which I give, as quit and free, to him and all his vassals and successors of said money and other things, so that they can never*

afterwards be cited or exercised for it, nor sued in my House of Accounts or outside of them, for having thus given account of it all with delivery as stated.

Thus concluded the rendering of accounts of the Head of Treasury at Ceuta House, Rui Gonçalves de Castel Branco, for the period of 18 October 1588 to 6 June 1593.

As contas de Rui Gonçalves de Castel Branco

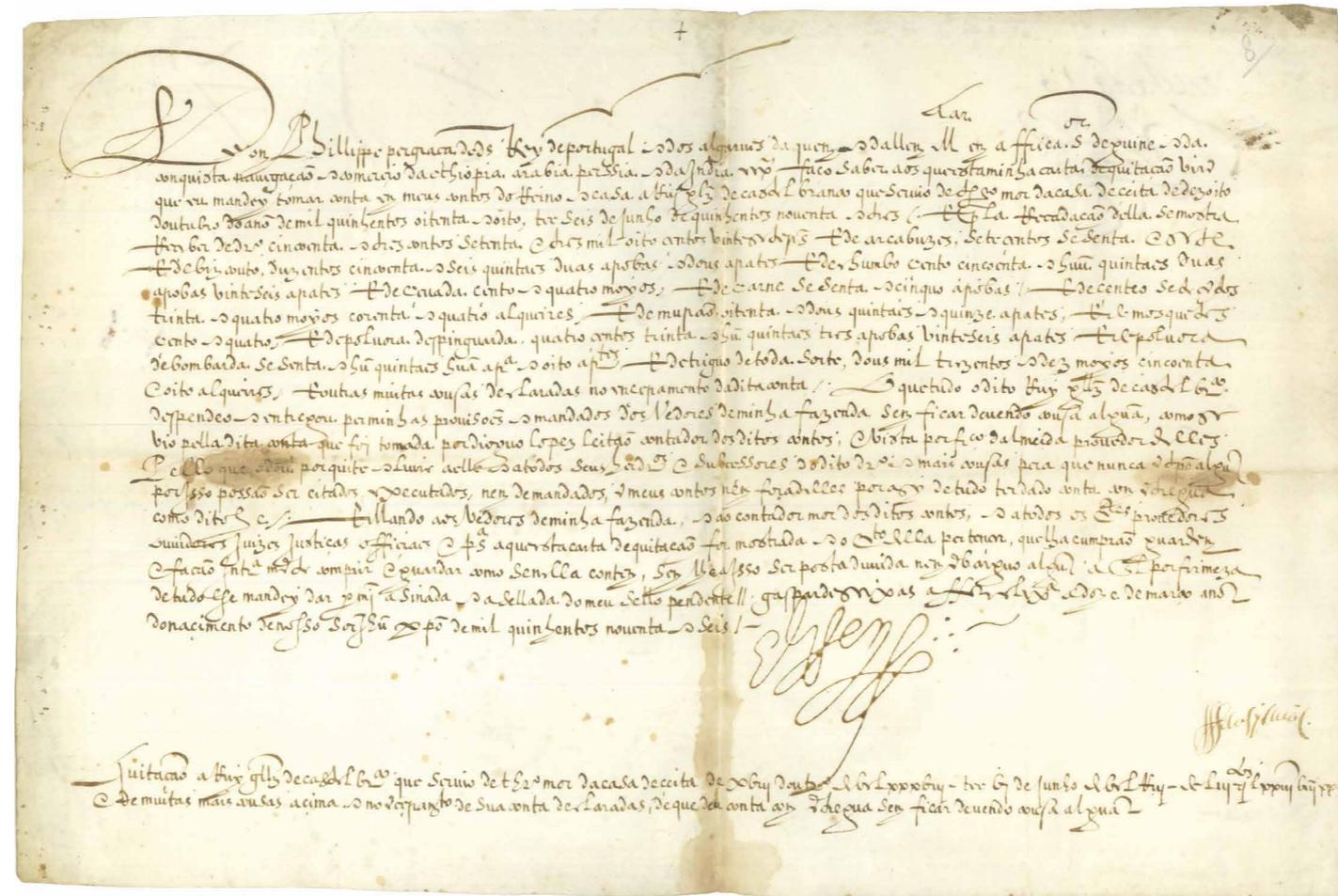
Da leitura da *Carta de Quitação de Rui Gonçalves de Castel Branco*, ficamos a conhecer com detalhe o dinheiro e os géneros utilizados no abastecimento da praça-forte de Ceuta entre 18 de outubro de 1588 e 6 de junho de 1593.

Nestes quase cinco anos, foram entregues ao tesoureiro-mor 53.073\$827 réis.

Da lista de bens constam o biscoito (256 quintais, duas

arrobas e dois arráteis), a cevada (104 moios), a carne (65 arrobas), o centeio (734 moios) e o «trigo de toda sorte» (2310 moios, 58 alqueires). E ainda «outras muitas coisas declaradas no encerramento da dita conta». As despesas com a manutenção e defesa da praça de Ceuta envolviam, naturalmente, despesas com material militar e respetivas munições. E assim ficamos também a saber que foram feitas despesas com 767

arcabuzes e 104 mosquetes, chumbo (151 quintais, duas arrobas e 26 arráteis), morrão (82 quintais e 15 arráteis), pólvora de espingarda (431 quintais, três arrobas e 26 arráteis) e pólvora de bombarda (61 quintais, uma arroba e oito arráteis). *Pelo que o dou por quite e livre a ele e a todos seus vassalos e sucessores do dito dinheiro e mais coisas para que nunca depois algum por isso possam ser citados e executados, nem demandados em meus Contos nem fora deles por assim de tudo ter dado conta com entrega como dito é.* Ficava assim concluída a toma da conta do tesoureiro-mor da Casa de Ceuta, Rui Gonçalves de Castel Branco, para o período de 18 de outubro de 1588 a 6 de junho de 1593.



Letter of Quittance to Rui Gonçalves de Castel Branco, who served as Head of Treasury at Ceuta House from 18 October 1588 to 6 June 1593
Parchment dimensions: 402 x 265 mm



Código QR para aceder ao conteúdo digital
QR code to access digital content

Carta de Quitação a Rui Gonçalves de Castel Branco que serviu de Tesoureiro-Mor da Casa de Ceuta de 18 de outubro de 1588 até 6 de junho de 1593
Dimensões do pergaminho: 402 x 265 mm

Transcript of Letter of Quittance to Rui Gonçalves de Castel Branco, who served as Head of Treasury at Ceuta House from 18 October 1588 to 6 June 1593, passed by King Dom Filipe I of Portugal and signed by his hand on 12 March 1596.

Dom Filipe, by the grace of God the King of Portugal and the Algarves on both sides of the sea, in Africa, Lord of Guinea and the / conquest, navigation and commerce of Ethiopia, Arabia, Persia and India, etc., make known to those who see this my letter of quittance / that I ordered to the House of Accounts to examine the accounts of Rui Gonçalves de Castel Branco, who served as Head of Treasury at Ceuta House, from eighteen / October of the year one thousand five hundred [and] eighty-eight until six June of [one thousand] five hundred and ninety-three. And the accounts shown fifty-three contos [and] seventy-three thousand eight hundred [and] twenty-seven réis. And of arquebuses, seven hundred [and] sixty [and] seven / and of bread, two hundred [and] fifty-six quintals, two arrobas and two arrátels. And of lead, one hundred [and] fifty-one quintals, two / arrobas [and] twenty-six arrátels. And of barley, one hundred and four moios. And of meat, sixty-five arrobas. And of rye [seven hundred] / thirty-four moios, forty-four alqueires. And of fuse eighty-two quintals and fifteen arrátels. And of muskets / one hundred and four. And of rifle powder, four hundred and thirty-one quintals, three arrobas, twenty-six arrátels. And of powder / of cannons sixty-one quintals one arroba and eight arrátels. And of wheat of all kinds, two thousand three hundred and ten moios, fifty / eight alqueires. And many other things declared in the closing of said account. And that all that the aforementioned Rui Gonçalves de Castel Branco / spent and delivered was according to my provisions and orders from the officials of my Exchequer, without any debts being owed, as / seen by the said account, which was taken over by Diogo Lopes Leitão, accountant of the said House of Accounts; and seen by Francisco de Almeida, their provedor [superintendent]. / For which I give, as

*quit and free, to him and all his vassals and successors of said money and other things, so that they may never afterwards / be cited or exercised for it, nor sued in my House of Accounts or outside of them, for having thus given account of it all with delivery as stated. And I command the debtors of my Treasury and the Contador-Mor of the said House of Accounts, and all the judges, officials and persons to whom this letter of discharge is shown and the [content] of it pertains, to comply with it, keep it / and to ensure it is complied with and kept, as it is contained therein, without any doubt or embargo being placed upon it, which for firmness / of all this I have ordered to be given by me signed and sealed with my pending seal. // As enacted by Gaspar de Seixas Lisbon on the twelfth of March in the year / of our Lord Jesus Christ one thousand five hundred and ninety-six.
[Royal signature]
The King*

Quittance of Rui Gonçalves de Castel Branco who served as Head of Treasury and revenues at Ceuta House from 18 October 1588 to 6 June 1593 (...) [53 contos and seventy-three thousand eight hundred and twenty-seven réis] and of many other things above and on the closing of his declared account, which he has given account of as delivered, without remaining debts.

On the reverse two signatures:
Left side: Registered / João de Teive, Contador-Mor
Right side: Seen by me / Francisco de Almeida, Provedor

Transcrição (com ortografia adaptada/atualizada) da Carta de Quitação a Rui Gonçalves de Castel Branco que serviu de Tesoureiro-Mor da Casa de Ceuta de 18 de outubro de 1588 até 6 de junho de 1593, passada por el-rei D. Filipe I de Portugal e assinada de seu punho em 12 de março de 1596.

Dom Filipe por graça de Deus rei de Portugal e dos algarves daquém e d'além mar, em África, senhor de Guiné e da / conquista, navegação e do comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc., faço saber aos que esta minha carta de quitação virem / que eu mandei tomar conta em meus Contos do Reino e Casa a Rui Gonçalves de Castel Branco que serviu de tesoureiro mor da Casa de Ceuta, de dezoito / de outubro do ano de mil quinhentos [e] oitenta e oito, até seis de junho de [mil] quinhentos e noventa e três. E pela arrecadação dela se mostra / receber de dinheiro cinquenta e três contos [e] setenta e três mil oitocentos [e] vinte sete reis. E de arcabuzes, setecentos [e] sessenta [e] sete / e de biscoito, duzentos [e] cinquenta e seis quintais, duas arrobas e dois arráteis. E de chumbo cento [e] cinquenta e um quintais, duas / arrobas [e] vinte e seis arráteis. E de cevada, cento e quatro moios. E de carne sessenta e cinco arrobas. E de centeio [setecentos] / trinta e quatro moios, quarenta e quatro alqueires. E de morrão oitenta e dois quintais e quinze arráteis. E de mosquetes / cento e quatro. E de pólvora de espingarda, quatrocentos e trinta e um quintais, três arrobas, vinte seis arráteis. E de pólvora / de bombardas sessenta e um quintais uma arroba e oito arráteis. E de trigo de toda [a] sorte, dois mil trezentos e dez moios, cinquenta / e oito alqueires. E outras muitas coisas declaradas no encerramento da dita conta. E que tudo o dito Rui Gonçalves de Castel Branco / despendeu e entregou por minhas provisões e mandados dos vedores de minha Fazenda, sem ficar devendo coisa alguma como se / viu pela dita conta que foi tomada por Diogo Lopes Leitão, contador dos ditos Contos; e vista por Francisco de Almeida, provedor deles. / Pelo que o dou por quite e livre a ele e a todos seus vassallos e sucessores do

*dito dinheiro e mais coisas para que nunca depois algum / por isso possam ser citados e executados, nem demandados em meus Contos nem fora deles por assim de tudo ter dado conta com entrega como dito é. E mando aos vedores da minha Fazenda e ao contador mor dos ditos Contos e a todos os corregedores, provedores, / ouvidores, juizes, justiças, oficiais e pessoas a que esta carta de quitação for mostrada e o [conteúdo] dela pertencer, que lha cumpram, guardem / e façam inteiramente cumprir e guardar como se nela contem, sem lhe a isso ser posta duvida nem embargo algum a qual por firmeza / de tudo isso mandei dar por mim assinada e selada do meu selo pendente. // Gaspar de Seixas a fez em Lisboa a doze de março ano / de nosso senhor Jesus Cristo de mil quinhentos e noventa e seis.
[Assinatura régia]
El Rey*

Quitação a Rui Gonçalves de Castel Branco que serviu de tesoureiro mor da receita da Casa de Ceuta de XVIII de outubro de 1588 até 6 de junho de 1593 (...) [53 contos setenta e três mil oitocentos e vinte e sete reis] e de muitas mais coisas acima e no encerramento de sua conta declaradas, de que deu conta como entregou, sem ficar devendo coisa alguma.

No verso duas assinaturas:
Lado esquerdo: Registada / João de Teive [Contador-mor da Casa dos Contos]
Lado direito: Vista por mim / Francisco de Almeida [Provedor da Casa dos Contos]



A coleção de Cartas de Padrão e de Tenças, Mercês e Doações, Escrituras e Alvarás

Fazem parte desta coleção 286 documentos, na maioria em pergaminho, dos séculos XVI a XIX (1561-1830). Alguns destes documentos terão dado entrada no Erário Régio como penhor de empréstimos. Outros como garantia do pagamento dos direitos de mercê, e outros, ainda, provieram dos sequestros que se fizeram por mandado da Junta da Inconfidência. Alguns apresentam selos de papel, outros têm vestígios de selo pendente e apenas um mantém ainda o selo de chumbo pendente.

The collection of Charters granting Offices, Pensions, Donations and Gifts, Deeds and Licenses in the Historical Archive of the Court of Auditors

This collection consists of 286 documents, the majority on parchment, from the 16th to 19th centuries (1561-1830). Some of these documents may have been used as security for loans. Others as guarantees of payment of honorary rights, and others still deriving from confiscations that were ordered by the *Junta da Inconfidência* [the court dealing with crimes of high treason against the King and Kingdom]. Some display paper seals, others have vestiges of appended seals, while only one has its lead seal still appended.

3

De 7 M^o de 1762,
até fim de Fev-
vereiro de 1780

Macor.
Fr. João de S. Joãõ, Religioso de S. Joãõ
de D.ª: administrou no tempo q.
vai declarado.
3 Listas de Receita e Despesa, e entra-
das e saídas.

Pena Macor.

Fr. João dos Santos, Religioso de S. Joãõ de
D.ª: administrou de 8 M^o de 1731, a Ju-
nho de 1749

3 Listas de Receita com suas copias.

2 D^{as} de Despesa.

2 Linhas da mesma.

Fr. Ant^o da Ressurreição, d.ª: admi-
nistrou de 1.º de Junho de 1744, até
23 de M^o de 1748.

4 Listas de Receita e Despesa.

1 Linha das d.ªs, e declarações.

Fr. J.º Filipppe, d.ª, d.ª, de 1.º de Junho
de 1749, até 20 de Julho de 1752.

4 Listas de Receita e Despesa

1 Recencia.

1 Linha de Despesa.

Fr. Nuno da Conceição, d.ª, d.ª, de Ju-
nho de 1752, até 26 de Fev.º de 1780

8 Listas de Receita e Despesa

1 Recencia, e outros papeis.

Fr. Jozé de S. Joãõ de D.ª, d.ª, d.ª de 15 de
Agosto de 1758, até fim de Decem-
bro de 1762.

3 Listas de Receita e Despesa.

1 Linha de papeis.

Fr. Jozé da Natividade, d.ª, d.ª, de
25 de Julho de 1759, até 4 de M^o de
de 1759.

2 Listas de Receita e Despesa.

1 Linha de papeis da m^o.

2 Listas de Receita e Despesa.

1 Linha de papeis da m^o.

Fr. Viar N.º da S.ª, Sindico dos
Religiosos de S.º Ant^o de Pena
Macor, foi nomeado pelo G^{or} das
Armas; administrador Fr. João
de Nat. de Traxeres, em 21 de No-
vembro de 1762, e serviu até Ju-
lho de 1763.

3 Listas de Receita e Despesa

15 De Setembro
de 1708, até
26 de Fev.º
de 1780.



A arte da escrita à mão
na prestação de contas
The art of penmanship
in accounting

Almeida

Assentista Jozé Mangos em
1757

1 Lista de Ementa dos Carretos,
q. se pagaráo aos Lavradores pe-
los mantimentos para o
dito Assento.

1759, a 1760.

1 Moço de papeis pertencentes
aos Assentos, os quaes correrão
por conta da Fazenda Real.

De 1757 a
1760

Os Academos de Mantim.
m^o não de N.º 37 a 39.

Is there still a place for the art of penmanship in a world of mass technology and computer keyboards?

Public accounts are now delivered to the Court of Auditors in a digital format, but this was not always the case. The history of the Court of Auditors is also one of the “Poetry of Penmanship”, with the rendering of accounts being, for centuries, a true artform through its use of calligraphy.

In the Historical Archive of the Court of Auditors we find many examples that demonstrate this, among which there are two books that merit particular attention due to the richness of their calligraphic types.

Current account book of António Xavier Soeiro and his brother, Manuel de Sousa Soeiro, Treasurers of the Sisas do Reino (a property transfer tax, levied in the Kingdom), from 1752 to 1759

This book belongs to the House of Accounts archive, principally covering the final period of the institution from the 1755 earthquake until the abolition of the House of Accounts and its replacement by the Royal Treasury in 1761.

This is an example of the kinds of original documents that were lost in the fire caused by the earthquake, which completely destroyed the House of Accounts building.

Its capital letters, which are ornamented and painted in gold and other colours, are different on each of its 131 folios*, in a manner reminiscent of medieval illuminated manuscripts. Another of the book’s singular features is the type of accounting records it contains: despite this current account of the Treasurers of the Sisas reporting the period between 1752 and 1759 (the House of Accounts era), the bookkeeping method used is already that which would later be adopted by the Royal Treasury.

This is the *double-entry* accounting method, with its characteristic records of revenues (“Devem”) on the left and corresponding records of expenses (“Hão de haver”) on the right.



Código QR para aceder ao conteúdo digital
QR code to access digital content

Capa do Livro de conta corrente de António Xavier Soeiro e seu irmão, Manuel de Sousa Soeiro, como Tesoureiros-Gerais das Sisas do Reino e seus depósitos, nos anos de 1752 a 1759
Dim.: 430 x 280 mm

Cover of the *Current account book of António Xavier Soeiro and his brother, Manuel de Sousa Soeiro, Treasurers of the Sisas do Reino and its deposits, from 1752 to 1759*
Meas.: 430 x 280 mm

* Conjunto de duas páginas, frente e verso, de uma folha de papel em livro numerado por folhas e não por páginas.

* Folio = the pair of two pages, front and back, of a single leaf of paper in a book numbered by leaves and not by pages.

Haverá ainda lugar para a arte das letras desenhadas num mundo de massificação de tecnologia e dos teclados?

Atualmente entregues em formato digital e por meios eletrónicos, as contas públicas nem sempre foram apresentadas ao Tribunal de Contas desta forma. A história do Tribunal de Contas também se fez com a «Poesia das Letras» desenhadas, tendo a própria prestação de contas sido, durante séculos, uma verdadeira forma de arte, através da caligrafia.

No Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, encontramos muitos exemplos que o provam, dos quais damos a conhecer dois livros que, pela riqueza dos tipos caligráficos, merecem lugar de destaque.

Livro de conta corrente de António Xavier Soeiro e seu irmão, Manuel de Sousa Soeiro, como Tesoureiros-Gerais das Sisas do Reino e seus depósitos, nos anos de 1752 a 1759

Este livro pertence ao conjunto documental da Casa dos Contos, cuja documentação reporta maioritariamente ao período final da instituição, entre o pós-Terramoto de 1755 e a extinção da Casa dos Contos e sua substituição pelo Erário Régio em 1761.

Este é um exemplo dos originais que se perderam no incêndio que se seguiu ao terramoto e que destruiu por completo o edifício da Casa dos Contos.

Com as letras capitais ornamentadas, pintadas a dourado e outras cores, diferentes em cada um dos seus 131 fólhos*, este livro remete-nos para a memória das iluminuras medievais.

Uma outra singularidade é o tipo de registos contabilísticos que contém: apesar de a conta corrente dos tesoureiros-gerais das Sisas reportar ao período entre 1752 e 1759 (vigência da Casa dos Contos), o método utilizado é já o que seria adotado no Erário Régio. Trata-se do método contabilístico das *partidas dobradas*, com os característicos registos das receitas «Devem», à esquerda, e o correspondente registo das despesas «Hão-de haver», à direita.

Antonio Xavier Soeiro
 Souza Soeiro em Conta
 reiros Gerais das Sisas do Du
 serviraõ os annos de 1752 at
 e Dispenderaõ

Anno de Reino do Al Bevem

1752 Algarve Pelo Recbimento que tiverão
 do Almoarifado do Reino do Algarve
 ve como se ve na Conta Corrente do
 ditto anno a 01427 3280627

Ditto do Deposito que se fez o de
 cebedor do Almoarifado do Comose
 ve no pr. L.º de Depositos a 073 3030673
 35840498

Provincia do Alentejo

Portalegre Ditto que tu crão do Almoxa
 rifado de Portalegre Como se ve
 na Conta Corrente do d'anno 0173 71130924

Ditto do Deposito que se fez o de
 cebedor do Almoarifado do Comose
 ve no pr. L.º de Sisas a 023 2420807
 73260728
 10340926



de seu Irmão Manoel de
 orrente, Geral como Thezou
 eyno, e dos Depositos dellas que
 the 1759 pello que Receberaõ
 nos dittos annos

Anno de Reino do Al Não de haver

1752 Algarve Pella Despera que se fez do
 Almoarifado do Reino do Algarve Co
 mo se ve na Conta Corrente do ditto anno
 a 042 32110361

Provincia do Alentejo

Portalegre Ditto que se fez do Almoxa
 rifado de Portalegre Como se ve na
 Conta Corrente do ditto anno a 075 73120235

703250656

Abertura do Livro de conta corrente de António Xavier Soeiro e seu irmão, Manuel de Sousa Soeiro, como Tesoureiros-Gerais das Sisas do Reino e seus depósitos, nos anos de 1752 a 1759

Cover page of Current account book of António Xavier Soeiro and his brother, Manuel de Sousa Soeiro, Treasurers of the Sisas do Reino and its deposits, from 1752 to 1759

44
Anno 1753

Devem 1643980328

Porto Demda destinaçõ 628120823
Pello recebimento que tiverão do Almojarifado do Porto Como se ve na Conta Corrente do d'anno, a 03067 131010207 1/2

Ditto do Deposito que fez o Acebedor do Almojarifado Como se ve no l.º p.º della a 0164 1530468

Provincia de Trás dos Montes 132540672 1/2

Villa Real Pello mesmo do Almojarifado de Villa Real Como se ve na Conta Corrente do d'anno, a 01847 5688047

Ditto do Deposito que fez o Acebedor do Almojarifado Como se ve no l.º p.º della a 02247 1670735

Moncorvo Pello mesmo do Almojarifado de Moncorvo Como se ve na Conta Corrente do d'anno, a 02247 56600715

Ditto do Deposito que fez o Acebedor do Almojarifado Como se ve no l.º p.º della a 02247 2040842 1/2

Miranda Pello mesmo do Almojarifado de Miranda Como se ve na Conta Corrente do d'anno, a 0267 67220918

Ditto dos Depositos que fez o Acebedor do Almojarifado Como se ve no l.º p.º della a 0267 1330300

1643980328

60

35
Anno 1753

Devem 1561280411

Porto Dem da destinaçõ 556190210 1/2
Pella Despera que se fez do Almojarifado do Porto Como se ve na Conta Corrente a 0307 117530155

Provincia de Trás dos Montes

Villa Real Pella mesma que se fez do Almojarifado de Villa Real Como se ve na Conta Corrente do d'anno, a 0182 3398093

Moncorvo Pella mesma que se fez do Almojarifado de Moncorvo Como se ve na Conta Corrente do d'anno, a 0176 56600715

Miranda Pella mesma que se fez do Almojarifado de Miranda Como se ve na Conta Corrente do d'anno, a 0267 50780844

83710028 1/2

1561280411

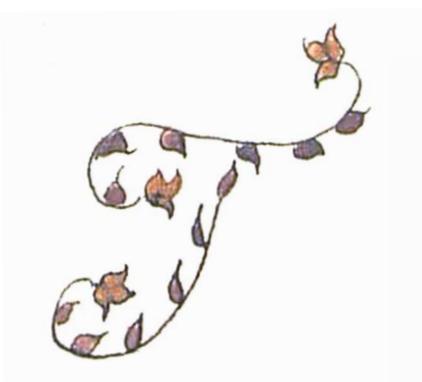
61

Registos de 1753 relativos ao Porto e Provincia de Trás-os-Montes (Villa Real, Moncorvo e Miranda)

Records from 1753 relative to Porto and the Province of Trás-os-Montes (Villa Real, Moncorvo and Miranda)

15	Anno 1753	Venda de soma	16	Anno 1753	Venda de soma	17
	Aveiro	Venda de destinação 41680826		Aveiro	Venda de destinação 4053430976	
		73630387			74440809	
		73240862			74360845	
	Coimbra	73810567		Coimbra	62380446	
		73120396		Castello Branco	64090510	
	Castello Branco	62380446			47860222	
		64090510			47860222	
	Provincia da Extremadura			Provincia da Extremadura		
	Tomar	41610737		Tomar	47860222	
		142354056			47860222	
		1673980528			1503780832	
					1564280411	

18	Anno 1755	Venda de soma	19	Anno 1755	Venda de soma	20
	Provincia da Beira	Venda de destinação 94247089		Provincia da Beira	Venda de destinação 82320154	
	Viseu	40620440		Viseu	40500357	
		720496			41100330	
	Pinhel	53820263		Pinhel	57270993	
		4107024		Lamego	60920997	
	Lamego	54150010			53360236	
		11300876		Guarda	53290885	
	Guarda	58810344			38600318	
		4660830			103100038	
		60480244			1604780338	
		116039045			492800733	



Registos de 1753 relativos a Aveiro, Coimbra, Castello Branco e Tomar

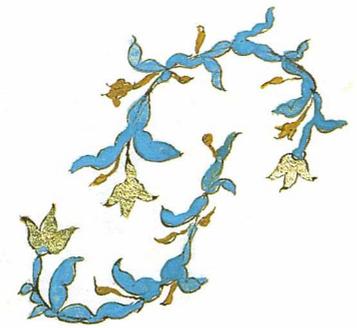
Records from 1753 relative to Aveiro, Coimbra, Castello Branco and Tomar

Registos de 1755 relativos à Provincia da Beira (Viseu, Pinhel, Lamego e Guarda)

Records from 1755 relative to the Province of Beira (Viseu, Pinhel, Lamego and Guarda)

Anno	Item da conta	Valor	Item da conta	Valor	
1753	Item da distincão	1643984328	Item da distincão	1563284433	
Abrantes	Ello o cabimento que heira do Almoxtafado de Abrantes Como se ve na Conta corrente do dulto anno a 1753	43620397	Abrantes	Ello a Despesa que se fez do Almoxtafado de Abrantes Como se ve na Conta corrente do dulto anno a 1753	42870820
Leiria	Ello do Deposito que se fez de Cabimento do Almoxtafado Como se ve na Conta corrente do dulto anno a 1753	234463	Leiria	Ello a Despesa que se fez do Almoxtafado de Leiria Como se ve na Conta corrente do dulto anno a 1753	40510662
Santarém	Ello do Deposito que se fez de Cabimento do Almoxtafado de Santarém Como se ve na Conta corrente do dulto anno a 1753	2864403	Santarém	Ello a Despesa que se fez do Almoxtafado de Santarém Como se ve na Conta corrente do dulto anno a 1753	38860858
Torres Novas	Ello do Deposito que se fez de Cabimento do Almoxtafado de Torres Novas Como se ve na Conta corrente do dulto anno a 1753	310633	Torres Novas	Ello a Despesa que se fez do Almoxtafado de Torres Novas Como se ve na Conta corrente do dulto anno a 1753	48440643
		62270337			1560480235
		1440061			
		1621360464			
		1643984328			1563284433

Anno	Item da conta	Valor	Item da conta	Valor	
1757	Item da distincão	82360933	Item da distincão	733360854	
Beja	Ello o cabimento que heira do Almoxtafado de Beja Como se ve na Conta corrente do dulto anno a 1757	3789373	Beja	Ello a Despesa que se fez do Almoxtafado de Beja Como se ve na Conta corrente do dulto anno a 1757	5570600
Provincia do Minho	Ello do Deposito que se fez de Cabimento do Almoxtafado de Provincia do Minho Como se ve na Conta corrente do dulto anno a 1757	120830	Provincia do Minho	Ello a Despesa que se fez do Almoxtafado de Provincia do Minho Como se ve na Conta corrente do dulto anno a 1757	36730313
Ponte de Lima	Ello do Deposito que se fez de Cabimento do Almoxtafado de Ponte de Lima Como se ve na Conta corrente do dulto anno a 1757	164456	Ponte de Lima	Ello a Despesa que se fez do Almoxtafado de Ponte de Lima Como se ve na Conta corrente do dulto anno a 1757	6770422
Viana do Castelo	Ello do Deposito que se fez de Cabimento do Almoxtafado de Viana do Castelo Como se ve na Conta corrente do dulto anno a 1757	71810732	Viana do Castelo	Ello a Despesa que se fez do Almoxtafado de Viana do Castelo Como se ve na Conta corrente do dulto anno a 1757	3820000
Guimarães	Ello do Deposito que se fez de Cabimento do Almoxtafado de Guimarães Como se ve na Conta corrente do dulto anno a 1757	163054	Guimarães	Ello a Despesa que se fez do Almoxtafado de Guimarães Como se ve na Conta corrente do dulto anno a 1757	344840812
		72210316			
		6310648			
		1520660			
		82360933			733360854



Registos de 1753 relativos a Abrantes, Leiria, Santarém e Torres Novas

Records from 1753 relative to Abrantes, Leiria, Santarém and Torres Novas

Registos de 1757 relativos a Beja e Provincia do Minho (Ponte de Lima, Viana do Castelo e Guimarães)

Records from 1757 relative to Beja and the Province of Minho (Ponte de Lima, Viana do Castelo and Guimarães)

Anno 1755	Item da Conta	1755	Item da Conta
1755	16870074	1755	88110302
Campo de Ourique	6660444	Campo de Ourique	56790143
D	4430876	E	82690117
E	3080800	Extremoz	48460667
D	2530122	E	56500540
Extremoz	5316060	Elvas	41800311
D	420874	D	37387028
Elvas	43450311		464780538
D	340260		
	4440171		
	37387028		
	432830753		

Anno 1759	Item da Conta	1759	Item da Conta
1759	139020705	1759	134764667
Sintra	17061951	Sintra	5710927
D	461872	D	3381829
Termo	13231650	Termo	13107221
	1627301253	D	11880208
		D	330020
		Termo	4210928
		Termo	137437020
		Termo	123304687
		Termo	427670343
		Termo	1264609030
		Termo	621550790
		Termo	13137640820

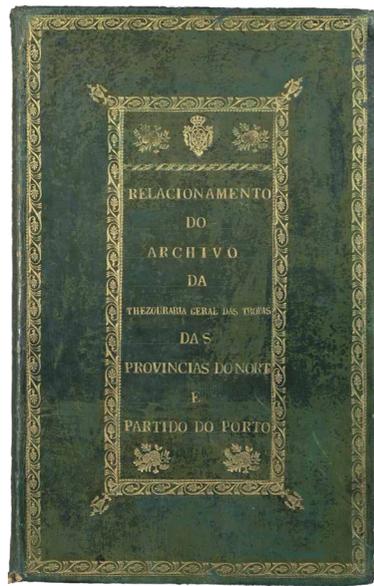


Registos de 1753 relativos Ourique, Évora, Estremoz e Elvas

Records from 1755 relative to Ourique, Évora, Estremoz and Elvas

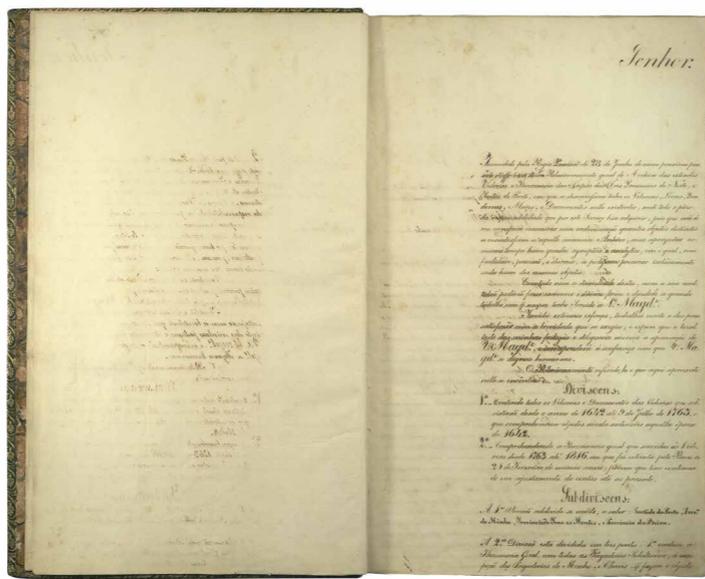
Registos de 1759 relativos a Sintra e Termo de Lisboa

Records from 1759 relative to Sintra and Termo de Lisboa



List of Books from the Archive of the General Treasury of the Army (Northern Provinces and Porto)

This book belongs to the Royal Treasury, the institution that centralised financial administration in Portugal by unifying collection of all public revenues and the releasing of funds for all public expenses. With the objective of putting an end to the previous dispersion of these functions, the Treasury gradually brought together the administration and financial control of various revenues and coffers. An example of this policy of centralisation was the creation, in 1763, of the General Treasury of the Army, to replace the *Vedorias* and *Contadorias* [Accounts Offices] of the War. Three new Treasury Official positions were created: one, residing in Lisbon,



Código QR para aceder ao conteúdo digital
QR code to access digital content

was responsible for accounts relative to the troops based in the Court and Province of Estremadura; another, residing in Elvas, was responsible for accounts relative to the troops based in Alentejo and the Algarve; and the third, residing in Porto, was responsible for accounts relative to the troops based in the provinces of Beira, Trás-os-Montes e Minho, and Porto. Since these Treasury Officials had to deliver accounts to the Royal Treasury monthly, the checking of the accounts of each of these Treasuries (Lisbon, Elvas and Porto) was shared by the three *Contadorias* [Accounts Offices] of the Treasury according to geographic region. Each *Contadoria* [Accounts Office] took on a new clerk to be responsible for these accounts. Comprising 101 numbered

manuscript folios, the book contains dozens of calligraphic types in its titles. It has the closing date of 31 May 1826 and the signature of António Tomás de Almeida Silva, Treasury Official of the Army (Northern Provinces and Porto). It presents a general explanatory summary of all of the books, lists, booklets and other documents that formed the archive of the previous *Vedorias* and General Treasury of the Army (Northern Provinces and Porto). This explanatory summary consists of two sections: one relative to the archive of the *Vedorias*, which existed between 1642 and 1763, and the other relative to the archive of the Treasury, from 1763 to its abolition in 1816.

À esquerda, capa e abertura do livro *Relacionamento do Arquivo da Tesouraria Geral das Tropas das Províncias do Norte e Partido do Porto*
Dim.: 375 x 235 mm

Left, cover and inside of the *List of Books from the Archive of the General Treasury of the Army (Northern Provinces and Porto)*
Meas.: 375 x 235 mm

Relacionamento do Arquivo da Tesouraria Geral das Tropas das Províncias do Norte e Partido do Porto

Este livro pertence ao conjunto documental do Erário Régio, instituição que centralizou a administração financeira portuguesa, pelo facto de aí darem entrada todas as rendas públicas e saírem as verbas para todas as despesas públicas. Com o objetivo de eliminar a anterior dispersão, o Erário foi progressivamente agregando a administração e controlo financeiro de vários rendimentos e cofres. Um exemplo desta política de centralização foi a criação, em 1763, da Tesouraria Geral das Tropas em substituição das *Vedorias* e *Contadorias* da Guerra. Foram criados três cargos de tesoureiros-gerais:



um, com residência em Lisboa, responsável pelas contas relativas às tropas fixas na Corte e Província da Estremadura; outro, com residência em Elvas, responsável pelas contas relativas às tropas fixas no Alentejo e Algarve; o terceiro, com residência no Porto, responsável pelas contas relativas às tropas fixas nas províncias da Beira, Trás-os-Montes e Minho e Partido do Porto. Como, mensalmente, estes tesoureiros-gerais tinham de prestar contas ao Erário Régio, a verificação das contas de cada uma destas Tesourarias (Lisboa, Elvas e Porto) foi repartida pelas três contadorias do Erário, com a correspondente área geográfica. Cada uma passou também a contar com mais um escriturário que ficava encarregado destas contas.

Com 101 fólios manuscritos numerados, o livro apresenta dezenas de tipos caligráficos nos títulos. Tem a data de encerramento de 31 de maio de 1826 e a assinatura de António Tomás de Almeida Silva, tesoureiro-geral das tropas das Três Províncias do Norte e Partido do Porto e apresenta a relação geral demonstrativa de todos os livros, listas, cadernos e mais documentos que formavam o arquivo das extintas *Vedorias* e *Tesouraria Geral das Três Províncias do Norte e Partido do Porto*. Esta relação demonstrativa comporta duas divisões: uma relativa ao arquivo das *Vedorias*, que existiram entre 1642 e 1763, e outra relativa ao arquivo da *Tesouraria* de 1763 até à sua extinção em 1816.

[Faint, mostly illegible handwritten text and markings on the left page, possibly bleed-through or light ink.]

RELAÇÃO GERAL

demonstrativa de todos os Livros, Listas, Quadernos, e mais Documentos que formão o

ARQUIVO
das extintas

VEDORIAS

DAS TRES PROVINCIAS DO NORTE, E PARTIDO DO PORTO, E

Thesouraria Geral

que he succeda, em que se descrevem circumstanciadamente os ditos Matos que o mesmo Arquivo contem, seus N.ºs, e as dallas chronologicamente ordenadas, com respeito aos diferentes objectos que são da competencia das mesmas Vedorias, e Thesouraria Geral; formadas em consequencia da

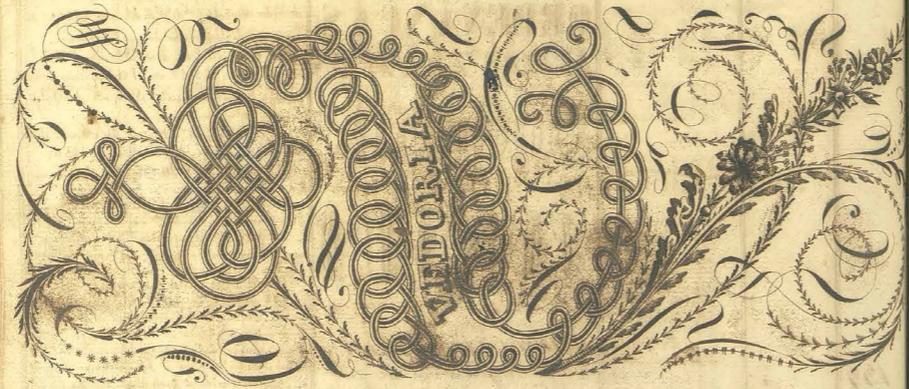
Regin Provisão
de 28 de Junho de 1825.

<i>Anno das Matas.</i>	<i>Volume ou carta hum.</i>	<i>Anno a q. se referem.</i>	<i>Titulo dos Livros, Listas, ou seus objectos.</i>	<i>Observações.</i>
1	10	De 1697, até 1763, da extincção das Vedorias, e criação das Thesourarias.	<p><i>Vedoria do Porto, e seu Partido. 1.ª Plana da Corte, e Fazenda.</i></p> <p>1 Lista da 1.ª Plana da Corte. 2 1.ª da 1.ª Plana da Fazenda de 1 a 7. 3 2.ª da Fazenda, q. serviu no Exercito volante da Prov. do Maranhão, e das vizinhanças, com a 1.ª Regim. do Porto em 1762.</p>	<p>Na Lista da 1.ª Plana da Corte, consta que foram Sargentos Moços de Matilha os Patentes de 25 de Janeiro de 1754, e Diogo do 2.º Sargento Moço de Matilha, e Governador das Armas do Porto e seu Partido; por Patente de 16 de Fevereiro de 1762 - João d'Almeida e Mello, pagou a Thesouraria Geral do Exercito, por Patente de 29 d'Outubro do mesmo anno.</p>

Fl. 1 - Relação geral

Fl. 1 - General summary

Anno in Mogor.	Voluntas de cada hum.	Annos a q. se referem.	Titulo dos Livros, Listas, ou seus objectos.	Observações.
1814			1 Livro grande que não destando do que he por jul- ta de nros. folhas no prin- cipio, no meio, e no fim; mas q. se se ser de Patro- tes, Alvaras, Numerant, Provisões e ordens	C. 1.º he S.º 7.º de Registo de Pro- cessos e Ordens que achat em nro. ar- ch. C. 2.º he S.º 15.º de Registo Real.
11.1	2.	De 25 de Junh de 1756, até 18 de Junho de 1757.	1 outro Livro, 18 de Reg. q.º desta Vidoria de Su- lentes, Alvaras, Decretos, Pri- zos, Nominacões, Quitacões, e Numerant. ^o	
		1816		



Da Provincia da BEIRA

Anno in Mogor.	Voluntas de cada hum.	Annos a q. se referem.	Titulo dos Livros, Listas, ou seus objectos.	Observações.
1	7	De 1.º de Junh de 1750, até 1760	1.ª Mana da Corte Listas da 1.ª Mana, inclusive 1 Quadro volante q. servio na Camp.ª com a V.ª	Hecho se declaro q. a ultima Lista de 1750 até 1760 for remettida para o Mercenaria da Corte, como consta de C. 1.º de Guerra Livros.

Anno in Mogor.	Voluntas de cada hum.	Annos a q. se referem.	Titulo dos Livros, Listas, ou seus objectos.	Observações.
			1.ª Mana da Corte, e Fazenda.	
		De 10 de Junh de 1765.	Listas das ditas 1.ª Manas	Hecho se declaro q. a ultima Lista de 1760 até 1765 for remettida para o Mercenaria da Corte, como consta de C. 1.º de Guerra Livros.
		De 3 de Maio de 1765, até Maio de 1762	1.ª O.ª da Prep.ª d'Artr.ª, e Fazenda.	
			Listas das ditas.	
			Cop.ª d'Artr.ª de Sena-Mucôr.	
		De 20 de Junh de 1745, até 23 de Maio de 1760	Listas das ditas Comp.ª	Hecho se declaro que em 3 de Junho de 1740 se remettia para o Mercena- ria da Corte, a Lista ultima ditas ma- gas: como consta de Resol. que se achat logo a fl. 232 n.º de S.º 5.º da Op- ção das Trez. Hecho se igualmente declaro q. se formou esta Comp.ª de Cap.ª Moe- ros d'Altilha, por Decreto de 17 de Julho de 1745, logo a fl. 235 de S.º 10.º da Trez.
			Companhias d'Artr.ª da Beira Alta.	
			ALMEIDA	
		De 30 de Junh de 1756, até Junh de Julho de 1765.	Listas das d.ªs das Cap.ªs Ant. dos S.ºs, aquem succedente João das Angra João d'Aguiar Garcia, Ant.ª José de Siquincho.	
			DESTACAMENTO D'ARTILHERIA D' ALEM-TEJO, QUE TRANZI- TOU NESTA PROVINCIA.	
		De 1.º de Junh de 1762, até Julho de 1763	1 Lista de dito Destaca- mento. 1 Quadro do Sangue res- pectivo aos Seltas, Alcos, das Mullas, Ferrões, e mais Operarios da dita Artilheria.	

Fl. 62 – Parte relativa à Vedoria da provincia da Beira
Fl. 62 – Excerpt relative to the Vedoria of the province of Beira

Numero das Folhas.	Volume de cada hum.	Annos a q. se referem.	Titulo dos Livros, Listas, ou seus objectos.	Observações.
58	1099 8	Do 2.º de Agosto de 1752, a 1762.	Hosp.ª de S.ªs. Pinhel. Sr. João de Jesus M.ª Religioso de S.ª João de P.ª, administrador no tempo que vai declarado. 2.ª Lista de Recetta e Despesa. 3.ª Quadernhos de papeis da sua conta.	
59	9	Do 7.º de Abril de 1752, até Junho de 1753 e outro de 1750	Francos. Sr. João de S.ª Religioso de S.ª João de P.ª, administrador no tempo q. vai declarado. 2.ª Lista de Recetta e Despesa, e outras das e salidas.	
60	15	Do Setembro de 1708, até 26 de Fev.º de 1730.	Penã Macor. Sr. João dos Santos Religioso de S.ª de P.ª, administrador de S.ª de 1731, a Ju- lho de 1749. 2.ª Lista de Recetta com suas copias. 3.ª de Despesa. 4.ª Lista de papeis. Sr. Ant. da Ressurreição de admni- strador de S.ª de Junho de 1741, até 23 de M.º de 1743. 1.ª Lista de Recetta e Despesa. 2.ª Lista de papeis. Sr. João de S.ª Religioso de S.ª de Junho de 1749, até 20 de Julho de 1752. 2.ª Lista de Recetta e Despesa. 3.ª Recencia. 4.ª Lista de Despesa. Sr. João da Conceição de S.ª de Ju- lho de 1752, até 26 de Fev.º de 1750. 2.ª Lista de Recetta e Despesa. 3.ª Recencia, e outros papeis. Sr. João de S.ª Religioso de S.ª de 15 de Agosto de 1753, até Junho de 1754. 3.ª Lista de Recetta e Despesa. 4.ª Lista de papeis. Sr. João da Natividade de S.ª de Ju- lho de 1753, até 4 de M.º de 1753. 2.ª Lista de Recetta e Despesa. 3.ª Lista de papeis da sua conta. Sr. D.º de S.ª da S.ª, Juiz de S.ª dos Religiosos de S.ª de S.ª de S.ª Macor, foi promovido pelo Gov.º das Fazendas, administrador Sr. João de S.ª de S.ª, em 21 de No- vembro de 1752, e outro até Ju- lho de 1763. 3.ª Lista de Recetta e Despesa. 4.ª Volume de papeis. Sr. João de S.ª, e Sr. D.º Antonio Lopes da Conceição, de S.ª de S.ª de 1708, até Agosto de 1724. 2.ª Lista sem purgatione de Receta. 3.ª de S.ª de S.ª de S.ª da sua conta.	
61	1159	Do Janeiro de 1751, até Junho de 1752.	Hosp.ª da Misericordia Christelle Branco. 2.ª Lista de entradas e salidas q. ser- virão nos d.ºs Hosp.ª da Mi- sericordia.	

Numero das Folhas.	Volume de cada hum.	Annos a q. se referem.	Titulo dos Livros, Listas, ou seus objectos.	Observações.
62	1159	De 1751 a 1760	Almeida. Affidista João Mangos em 1757. 1.ª Lista de Emenda dos Carridos, q. se pagarão aos Lavradores pe- los Arrendamentos para o dito Affidito. 1759, a 1760. 1.ª Moço de papeis pertencentes aos Affiditos, os quizes corriaõ por conta da Fazenda Real.	Os Quadernhos de Manõti. n.ºs de M.º 31 a 39.
63	1178	Do 1.º de Agosto de 1762, até 15 de Julho de 1751	Almeida. Alvarães da dita Traça, João de S.ª Antõnia. 4.ª Lista de Recetta, e outras duas de Despesa. 1.ª Com q. se matricularão os Carr. contra q. a este Alvar.º. 1.ª Volõme de papeis respect. aos Affiditos q. recibão manti- m.º, e munições de Guerra. 2.ª de S.ª de S.ª de S.ª 1.ª Escrito de Obrigação dos Off. da Piedonia, de S.ª, S.ª, e Munições. 1.ª de papeis não comuõs. 1.ª de papeis feitos em 1771 a este Alvar.º.	



Fl. 69 – Parte relativa a Almeida

Fl. 69 – Excerpt relative to Almeida

Anno dos Moços.	Volume de cada livro.	Anno a q. se referem.	Titulo dos Livros, Listas, ou seus objectos.	Observações.
	1470			
79	D	De 11. d. Agosto de 1725, até Outubro de 1725.	Manoel Pereira de Gouveia 3 Listas de Recitas de dito.	
80	9	De 13 de Julho de 1706, até 6 de 8to de 1727.	Fran.º Coelho da Silva. 8 Listas de Recita e Despesa, no preterito a sua conta. 1 Volume grã. com 25 extractos de outras listas Contidors, papus de Despesa.	
81	7	De 1 de Setembro de 1713, até de 9to de 1722.	Manoel Lopes Casquilho. 1 Lista de Recitas de Despesa 5 Quadernos, copias das Listas de Recita 1 Volume com varios papus	
82	7	De 23 de Junho de 1722, até 23 de Maio de 1727.	Dom.º Cabral de Figueiredo 2 Listas de Recitas de Despesa 1 Volume com 21 extractos de Recitas de Recitas 1 Volume de papus com 21 extractos de Contidors de Despesa, incluzo hum Recuncio.	
83	2	De 21 de Junho de 1723, até 21 de 1734.	Joaõ Mourão de Carvalho 2 Listas de sua Recita de Despesa 1 Lista, copia das mais Listas de Recita 4 Volumes de Contidors de Despesa 1 Q.º de Recuncias.	
	1504			

Anno dos Moços.	Volume de cada livro.	Anno a q. se referem.	Titulo dos Livros, Listas, ou seus objectos.	Observações.
	1504			
84	9	De 21 de Setembro de 1721, até 21 de 1736.	Simão Monteiro Coulaõ 2 Listas de Recita de Despesa 1 Q.º de Recita do tempo da Campanha. 1 Volume de Contidors e papus de sua conta.	
85	2	De 27 de Junho de 1726, até Maio de 1727.	João José Mourão. 2 Listas de Recita, sendo hum copia das Listas de Recita 1 Volume de papus, respectivos a sua conta.	
86	2	De 1 de Agosto de 1710, até Fevereiro de 1714.	Thomas de Praga P.º da Silva. 1 Lista de Recita de Despesa 1 Q.º, copia das mais Recitas de l.º com papus de l.º.	
87	3	De 21 de Agosto de 1724, até 9to de 1736.	João de Mourão Mourão - e seu filho João P.º de Mourão. 2 Listas de Recita, sendo hum copia das outras 1 Volume de Contidors.	
88	7	De 1 de Agosto de 1725, até 22 de Outubro de 1736.	Antonio Pereira de Mourão. 1 Lista de Recita de Despesa. 2 Q.ºs, copias de Recita 1 Volume com 21 extractos de Contidors de Despesa. 1 Recuncio de sua conta 1 Relação de d.º recebido pelo Official maior João Mourão 1 Lista com q.º de dita recita de d.º e l.º de Recitas de d.º, q.º l.º de Recitas de Pagador. Cal. Manoel Mourão dos Prandão, de 1732, com d.º de l.º.	
89	1	De 8 de Setembro de 1718, até Junho de 1737.	Felix de Mourão Mourão. 1 Q.º de Recita de Despesa 1 Q.º de d.º applicado p.º a Fortificação 1 Q.º de Recita de Mourão de d.º 1 Volume com 23 Contidors de Despesa, sendo 11 de Mourão, 3 de Fortificação, 3 de Artil.º, 4 de Recitas, e outros papus.	
	1532			

Fl. 75 – Parte relativa às Pagadorias Gerais

Fl. 75 – PExcerpt relative to the Pagadorias Gerais [General Payments Office]

Do método de arrecadação do Tesoureiro e livros dele

A importância atribuída aos registos e à escrituração como forma de controlo era tal que a Carta de Lei que criou o Erário Régio estabelecia os livros que, segundo o novo método contabilístico, deviam ser utilizados em cada Contadoria: um Livro Diário, um Livro Mestre e um Livro Auxiliar para cada uma das casas de arrecadação, contratos, direitos ou impostos.

Todos estes livros eram numerados, rubricados e encerrados: os Livros Diários e Mestres pelo inspetor-geral do Erário; e os Auxiliares pelos contadores gerais, mas não na sua própria Contadoria, de forma a assegurar que não eram numerados, rubricados e encerrados na mesma Contadoria em que eram utilizados. Para garantir a longevidade dos registos, «os Livros Diários, e Mestres serão compostos do papel grande de Holanda, encadernados em pasta de bezerro; e os outros Livros Auxiliares serão compostos do papel mais ordinário e encadernados em pasta de pergaminho».

Para que não existissem dúvidas sobre os assentos escritos nos Livros Diários, a sua escrituração era previamente preparada num Livro Borrador*.

Concerning the collection methods of the Treasurer and his books

The importance attributed to records and bookkeeping as a form of control was such that the Law that created the Royal Treasury determined the exact books that, according to the new accounting method, should be used by each *Contadoria* [Accounts Office]: a Journal, a Ledger Book and an Auxiliary Book for each of the houses of collection, contracts, duties and taxes.

All of these books were numbered, initialled and closed: the Journals and Ledger Books by the Inspector-General of the Treasury; and the Auxiliary Books by the General Controllers, but not for their own *Contadoria* [Accounts Office], in order to ensure they were not numbered, initialled and closed in the same *Contadoria* [Accounts Office], where they had been used.

To guarantee the longevity of the records, “The Journals and Ledger Books will be made of large paper from Holland, bound in calf hide; and the other Auxiliary Books will be made from more ordinary paper and bound in parchment.”

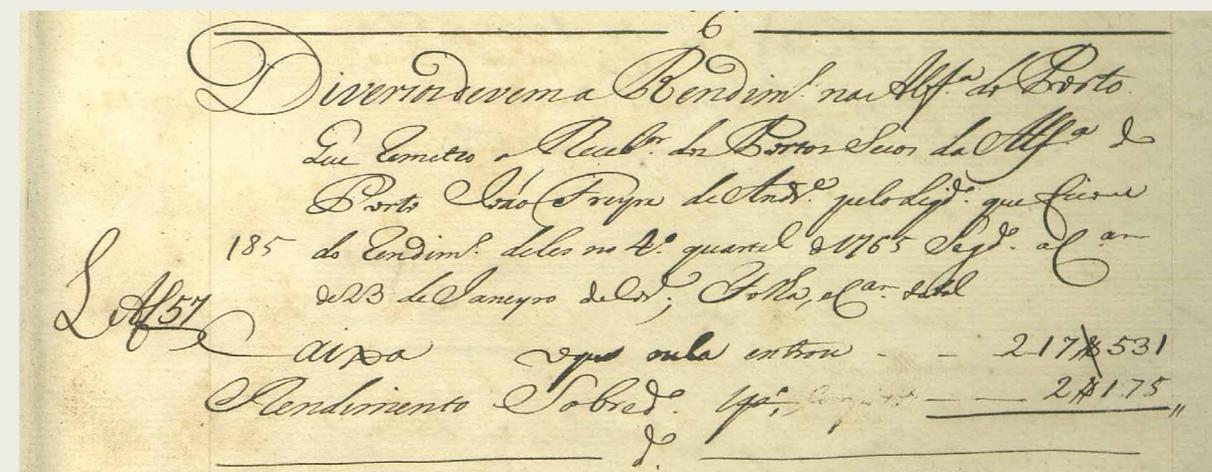
So that there was no doubt regarding what was written in the Journals, the accounts were prepared in advance in a Waste Book.*

* Livro onde são lançadas as operações efetuadas e que serve de base para a escrituração dos outros livros.

* Book where all transactions are recorded and that serves as the basis for the bookkeeping of other books.

A mesma informação registada previamente no Livro Borrador*:

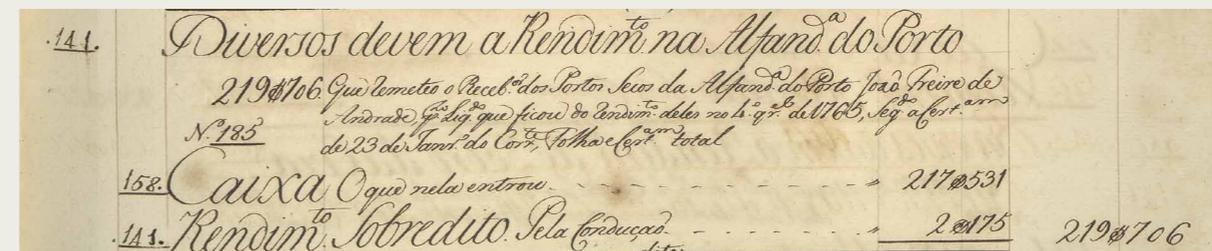
The same information recorded previously in the Waste Book:



Folha do Livro Borrador do Diário da Contadoria das Províncias do Reino e Ilhas dos Açores e Madeira (1766)

Page from the Waste Book of the Contadoria [Accounts Office] of the Provinces of the Kingdom and islands of the Azores and Madeira (1766)

E no Livro Diário: And in the Journal:



Folha do Livro Diário da Contadoria das Províncias do Reino e Ilhas dos Açores e Madeira (1765-1766)

Page from the Journal of the Contadoria [Accounts Office] of the Provinces of the Kingdom and islands of the Azores and Madeira (1765-1766)



**A edificação da Igreja do Estreito
de Câmara de Lobos**
The construction of the Church
in Estreito de Câmara de Lobos

Father Manuel Borges de Alemanha, priest of the Parish Church of Nossa Senhora da Graça, is the main character in this historical tale from the accounts, regarding the construction of the Church in Estreito de Câmara de Lobos, on the island of Madeira. It was he who, in 1747, requested that “a tender be drawn up for a Church able to receive 800 souls”, since “places of worship should be in proportion to the people they are destined for”.

This story is told through the book of the *Budget of expenses for the construction of the Church of Nossa Senhora da Graça, in Estreito de Câmara de Lobos, on the island of Madeira in the year 1747*, which is part of the House of Accounts archive.

Although the book relates to the tracking of expenses, in truth it also offers up other information beyond that pertaining to mere accounting. For example, the construction techniques and materials itemised in the budget, or even demographic characteristics relating to the number of inhabitants and houses in Estreito de Câmara de Lobos. We can also discover the first events of this reconstruction that would last beyond the temporal limits of this book and the House of Accounts itself, seeing as it contains records from 1744 to 1772.

The story goes back to the mandate by the *Conselho da Fazenda* [Council of the Exchequer - created in 1591, the Council was united to the Royal Treasury in 1790] on 30 July 1744 to the Superintendent of the Exchequer of the Island of Madeira.

Everything began when the parish members and priest of the Church of Nossa Senhora da Graça in Estreito de Câmara de Lobos requested that the construction of a new church be ordered, justifying this request by the fact that the existing church was near to ruin and was already too small to hold the population, which, in the meantime, “had grown”.

Upon learning this fact, the Council of the Exchequer ordered the following be done: “begin planning this church that will accommodate the people and draw up a tender of what the stonework and carpentry may cost.”

A central figure in this request was Father Manuel Borges de Alemanha, priest of the Parish of Nossa Senhora da Graça. He affirmed that “places of worship should be in proportion to the people they are destined for and especially in the countryside, where a single church serves all of the people in a parish.” This was why he requested that “a budget be drawn up for a Church able to receive 800 souls, the very least that will come together there.”

Indeed, it was the priest himself who argued that, for the request, it was necessary to demonstrate with certainty the number of households and people living in the parish. And this is how we know, via this book, that in 1718 the Parish of Estreito de Câmara de Lobos consisted of 991 souls and 261 households. By 1746, the parish had grown to 1,356 souls and 341 households.

... And the priest predicted: “with the increase in the birth rate in that parish (...) in a few years there will be two thousand souls.”

Padre Manuel Borges de Alemanha, vigário da paróquia de Nossa Senhora da Graça, é a personagem principal desta história que as *Contas nos Contam* sobre a edificação da Igreja do Estreito de Câmara de Lobos, na ilha da Madeira. Foi ele que, em 1747, pediu que se «mande orçar Igreja capaz de receber 800 almas» pois «os templos devem ser proporcionados ao povo para que se fazem».

Esta história é contada através do livro do *Orçamento de despesa para a edificação da Igreja de Nossa Senhora da Graça, do Estreito de Câmara de Lobos, na Ilha da Madeira no ano de 1747*, que faz parte do conjunto documental da Casa dos Contos.

Tratando-se de um livro de controlo de despesas, na verdade, é possível extrair dele outras informações, além das meramente contabilísticas. Entre elas, técnicas e materiais de construção elencados no orçamento ou até aspectos demográficos relacionados com o número de habitantes e de casas no Estreito de Câmara de Lobos.

Encontramos, ainda, os primeiros episódios de uma reconstrução que se prolongará para além do limite temporal deste livro e da própria Casa dos Contos, uma vez que contém registos entre 1744 e 1772.

A história remonta ao mandado do Conselho da Fazenda de 30 de julho de 1744 para o Provedor e Contador da Fazenda da Ilha da Madeira.

Tudo se inicia quando os paroquianos e o vigário da Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos pediram que se mandasse reedificar nova igreja, dado que a existente, justificavam no requerimento, ameaçava ruína e já era pequena para acolher o povo, que, entretanto, «tinha crescido».

Ao tomar conhecimento da informação, o Conselho da Fazenda ordena que se mande o seguinte: «fazer risco desta igreja que seja acomodada ao povo e fazer o orçamento do que poderá importar a obra de pedreiro e carpinteiro.»

Figura central nesta demanda foi o padre Manuel Borges de Alemanha, vigário da paróquia de Nossa Senhora da Graça. Afirmava que «os templos devem ser proporcionados ao povo para que se fazem e especialmente no campo, a onde uma só igreja é para todo o povo de uma paróquia». Motivo pelo qual pedia que se «mande orçar Igreja capaz de receber 800 almas que é o menos que nela se ajunta».

É, aliás, o próprio vigário a defender que, para o requerimento, é necessário mostrar por certidões quantos fogos e almas havia na freguesia. E, assim, ficamos a saber por este livro que a freguesia do Estreito de Câmara de Lobos contava, em 1718, com 991 almas e 261 fogos. Já em 1746, a freguesia contava com 1365 almas e 341 fogos.

E, previa o Vigário: «porque a multiplicação é muito naquela freguesia (...) daqui a poucos anos haverá nela, duas mil almas.»

«Há de ser feita a dita igreja na terra que é passal da igreja a onde está fundada a igreja velha, principiando na azinhaga que vai para a quinta de Sto. António, ficando com a porta direita ao mar, e o reverendo vigário por si e seus fregueses se obriga a por o sitio para se fundar a igreja terraplanado e direito para que o arrematador possa abrir o alicerce do dito edifício.»

“The aforementioned church will be built on the land belonging to the church and where the old church stands, beginning at the alley that leads to the farm of Santo António, with its door facing the sea, and the reverend priest, on behalf of himself and his parishioners, commits to preparing the land for the church so that it is flat and straight, so that the winning bidder can open the foundations of the aforementioned building.”

Caminho do Calvário e Igreja de Nossa Senhora da Graça, freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, concelho de Câmara de Lobos

Route from Calvário and Church of Nossa Senhora da Graça, Parish of Estreito de Câmara de Lobos



Finally, on 2 May 1747, by mandate of the Superintendent of the Exchequer of the Island of Madeira, Domingos Afonso Barros, the budget for the new church building was presented by the royal master builder, João Martins de Abreu, and the master stonemason, Pedro Fernandes Pimenta. The budget presented, the Council of the Exchequer ordered that the work be put out to tender: “and you will advise the Council of the Exchequer of the lowest bid that is made, so that it may instruct you on how to proceed.” The budget distinguished stonework from woodwork, detailing the dimensions of the new building and the materials

to be used. In respect to stonemasonry, it defined, for example, the measurements of the main body of the new church (120 palms in length from the wall of the chancel arch to the wall of the main door). In addition, it also detailed the building characteristics of the doors, windows, arches, cornices, steps, flagstones, four fonts for holy water, main chapel, sacristy, a dwelling above the sacristy, baptistery, steeple and walls around the church. The budget for stonework totalled 8:077\$690 réis and for woodwork 1:922\$694 réis. In this budget, the costs of scaffolding for both stonework and woodwork were

already included at an amount of 60\$000 réis. Altogether, the budget for works on the new Church of Nossa Senhora da Graça in Estreito de Câmara de Lobos reached a total of 10:000\$384 (ten contos, 384 réis). It was also expressly noted that “not all of the old church will be demolished but only that part which is necessary [also], since if the old church is demolished entirely the people will be left with no place to attend mass or to house the deceased”. The public notice having been affixed and the bids taken, the work was won by the lowest bidder, Manuel Rodrigues da Costa, resident in Rua do Mosteiro

Finalmente em 2 de maio de 1747, por mandado do provedor e contador da Fazenda da Ilha da Madeira, Domingos Afonso Barroso, o mestre das obras reais, João Martins de Abreu, e o mestre de pedreiro, Pedro Fernandes Pimenta, apresentam o orçamento para a reedificação da igreja. Feito o orçamento, o Conselho da Fazenda ordenava que seria depois posta «em pregão» a dita obra: «e do menor lanço que houver avisareis ao Conselho da Fazenda por se vos ordenar o que deveis fazer cumprir.» O orçamento distingue as obras de pedreiro das obras de carpinteiro, detalhando as medidas da nova

edificação e os materiais a utilizar. Na parte respeitante à obra de pedreiro, são definidas, por exemplo, as medidas para o corpo da igreja nova (120 palmos no comprimento da parede do arco cruzeiro até à parede da porta principal). Além desta, são ainda detalhadas as características de construção das portas, janelas, arcos, cantos, escadas, lajeado, quatro pias para água benta, capela maior, sacristia, casa por cima da sacristia, casa da pia batismal, campanário e muros à volta da igreja. O orçamento de pedreiro totaliza 8:077\$690 réis e o de carpinteiro era de 1:922\$694 réis. Neste orçamento, já estava previsto o

custo dos andaimes para toda a obra de pedreiro e de carpintaria, no valor de 60\$000 réis. No conjunto, o orçamento de toda a obra da nova Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos atingia 10:000\$384 (dez contos, 384 réis). Neste fica ainda expressa a advertência de que «o rematador não há de demolir toda a igreja velha mas só aquela parte que for necessária [até] porque se demolir toda a igreja velha ficará o povo sem lugar em que ouça missa e se sepultem os que morrem». Afixado o edital e lançado aos pregões, a obra foi arrematada por Manuel Rodrigues da Costa,

Novo, Funchal, for the fee of 7:579\$000 réis. As can be read in the bidding notice, Manuel Rodrigues da Costa was “obliged, in person and property owned and to be owned, to undertake the said work with all safety and perfection, being ruled and governed by the budget.” Construction of the new church was slow. We know this from the records in this Book, among them the notice of the inspection of the work, which took place on 4 November 1771. On that date, the steeple planned in the 1747 budget had not yet been built, but for good reason: it was the priest who realised that, with the value allocated to the construction of the steeple and a few extra donations, it would be better to “order the construction of a tower alongside the church, for greater safety and to protect the bells, which, in a steeple, are exposed to many inconveniences.” Records from later dates, now in books from the Royal Treasury confirm this. Here we refer to books of records of decrees, provisions and royal charters, among other documents, sent by the Royal Treasury to the *Junta da Fazenda* of the Island of Madeira, or to ministers and others responsible for the Administration and revenue of the Royal Exchequer. An all-new organisation with new auditing methods...



Largo do Patim e rua da Igreja, junto à Igreja de Nossa Senhora da Graça, freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, concelho de Câmara de Lobos

Largo do Patim and Rua da Igreja, next to the Church of Nossa Senhora da Graça, Parish of Estreito de Câmara de Lobos

Conforme pode ler-se no auto de arrematação, Manuel Rodrigues da Costa ficou «obrigado por sua pessoa e bens havidos e por haver a fazer a dita obra com toda a segurança e perfeição, regendo-se e governando-se pelo orçamento».

As can be read in the bidding notice, Manuel Rodrigues da Costa was “obliged, in person and property owned and to be owned, to undertake the said work with all safety and perfection, being ruled and governed by the budget.”

morador na rua do Mosteiro Novo, no Funchal, pelo valor de 7:579\$000 réis. Conforme pode ler-se no auto de arrematação, Manuel Rodrigues da Costa ficou «obrigado por sua pessoa e bens havidos e por haver a fazer a dita obra com toda a segurança e perfeição, regendo-se e governando-se pelo orçamento». A construção da nova igreja foi lenta. Sabemo-lo pelos registos deste Livro, entre eles o auto da vistoria à obra, efetuado em 4 de novembro de 1771. Nesta data, o campanário previsto no orçamento de 1747 não estava construído, mas havia uma justificação: fora o vigário que entendera que, com o valor previsto para a construção do campanário e com mais esmolas, se devia «mandar fazer uma torre junto à mesma igreja para maior segurança dela e também para o resguardo dos sinos que em campanário estão expostos a muitos inconvenientes». Os registos de datas posteriores, já em livros do Erário Régio, também o confirmam. Referimo-nos, essencialmente, a livros de registo de decretos, provisões, cartas régias, entre outros, expedidos pelo Erário Régio para a Junta da Fazenda da Ilha da Madeira ou para ministros e pessoas encarregadas da Administração e arrecadação da Real Fazenda. Novo organismo, novos métodos de controlo...



Em cima

Em 1937, a torre da igreja foi aumentada de forma a comportar um relógio, Igreja de Nossa Senhora da Graça, freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, concelho de Câmara de Lobos

À esquerda

Altar-mor da Igreja de Nossa Senhora da Graça, freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, concelho de Câmara de Lobos

Top

In 1937, the church tower was extended to house a clock, Church of Nossa Senhora da Graça, Parish of Estreito de Câmara de Lobos

Left

Main altar of the Church of Nossa Senhora da Graça, Parish of Estreito de Câmara de Lobos



À esquerda

Igreja de Nossa Senhora da Graça, freguesia do Estreito de Câmara de Lobos

Missa do Parto na Igreja de Nossa Senhora da Graça, em 2022, na qual esteve presente uma delegação do Tribunal de Contas

À direita

Nave central da Igreja de Nossa Senhora da Graça, em 2022, durante a Missa do Parto

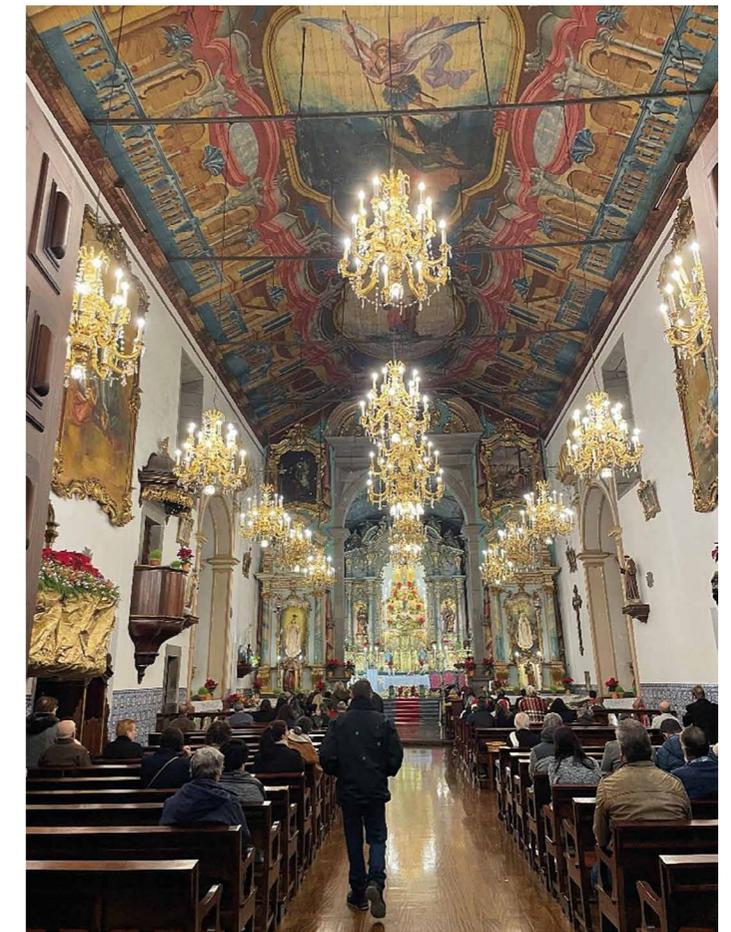
Left

Church of Nossa Senhora da Graça, Parish of Estreito de Câmara de Lobos

Missa do Parto at the Church of Nossa Senhora da Graça, taken during a visit by a delegate of the Court of Auditors in 2022

Right

Central nave of the Church of Nossa Senhora da Graça, in 2022, during Missa do Parto



A curiosity...

The historical tale of this church was first published on our website in June 2021, revealing all that was required for its construction. In December 2022, almost three centuries after the events in question, a delegation from the Court of Auditors, including its president, travelled to Madeira on

a work trip and took advantage of the occasion to visit the priest José Luís Gouveia de Sousa and his church. The meeting took place early one morning that month, around 5.30am, before the *Missa do Parto*, a religious and cultural ceremony unique to Madeira. And so, the priest learnt of the testimony

of the *Budget of expenses for the construction of the Church of Nossa Senhora da Graça* and, later during the mass itself, passed this knowledge on to his congregation, who displayed their appreciation and recognition for the documents they had received.

Uma curiosidade...

A *História que as Contas nos Contam* sobre esta igreja começou por ser publicada no nosso sítio de internet em junho de 2021, dando a conhecer tudo o que foi necessário para a sua edificação. Quase três séculos depois, em dezembro de 2022, uma delegação do Tribunal de Contas, que incluía

o seu presidente, deslocou-se à Madeira numa missão de trabalho e aproveitou a ocasião para conhecer o pároco José Luís Gouveia de Sousa e a sua igreja. O encontro ocorreu numa madrugada daquele mês, pelas 5h30, ainda antes da Missa do Parto, uma cerimónia religiosa e cultural única da Madeira. E o testemunho sobre o *Livro*

do Orçamento de despesa para a edificação da Igreja de Nossa Senhora da Graça chegava assim ao conhecimento, primeiro do pároco e depois, durante a própria missa, do pároco à sua comunidade, manifestando apreço e reconhecimento pelos documentos recebidos.



O antigo Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada
The former Jesuit College at Ponta Delgada



Fachada da igreja do Colégio de Todos-os-Santos, em Ponta Delgada.
À esquerda, a entrada do Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado.

Façade of All Saints' College Church in Ponta Delgada.
To the left, the entrance of the Sacred Art Centre at the Carlos Machado Museum.

No dia 3 de setembro de 1759, D. José promulgava a Lei que tornava proscritos os clérigos regulares da Companhia de Jesus, expulsando-os de Portugal e dos domínios ultramarinos.

No Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, o conjunto documental da Junta da Inconfidência revela-nos mais sobre este conturbado período da história portuguesa. A Lei de 3 de setembro de 1759, que expulsou jesuítas de Portugal e dos domínios ultramarinos, foi o culminar do conflito que, há vários anos, opunha o poder político à Companhia de Jesus.

Antes, os jesuítas já haviam sido banidos da Corte, acusados de envolvimento no atentado contra a vida do rei, e do «tenebroso e façanhoso projeto com que havia[m] intentado e clandestinamente prosseguido a usurpação de todo o Estado do Brasil».

Outro dos momentos que deixava adivinhar o futuro dos jesuítas fora, também, a Ordem de 19 de janeiro de 1759 para o sequestro de todos os bens móveis e de raiz, rendas ordinárias e pensões que pertenciam à Companhia em Portugal e seus domínios, e também para a reclusão dos seus religiosos.

Se tivermos em conta que a Companhia de Jesus possuía 37 colégios em Portugal Continental e nas Ilhas dos Açores e da Madeira, no Brasil, Angola, Moçambique e Macau, a que se somava a Universidade de Évora, também dirigida por jesuítas, percebemos a complexidade e os meios envolvidos quer no sequestro dos bens, quer na reclusão e expulsão dos seus membros.

O sequestro dos bens da Companhia de Jesus, bem como dos bens das Casas de Aveiro, Távora e Atouguia, também em 1759, gerou receita para a Fazenda Real. A arrecadação e administração desta receita, assim como da despesa, ficou a cargo do Juízo da Inconfidência, o Tribunal que julgava os crimes de alta traição ao rei e ao Reino.

Em 22 de dezembro de 1761, era criado o Erário Régio, cujos novos métodos de controlo concentravam num único organismo a administração e fiscalização das receitas e despesas públicas.

E é assim que, a partir de 1766, com o Alvará de 21 de fevereiro, todos os administradores, contratadores, rendeiros, ou seja, todas as pessoas que administrassem bens confiscados aos réus condenados pela sentença da Junta da Inconfidência e aos jesuítas expulsos ficavam obrigadas a entregar no Erário Régio todos os produtos destas receitas. A escrituração de todos estes rendimentos e despesas era feita em livro e conta separados, dando origem à criação de um novo Cofre.

On 3 September 1759, King Dom José passed legislation outlawing the clerics regular of the Society of Jesus, expelling them from Portugal and its overseas Dominions.

The documents relating to the *Junta da Inconfidência* held in the Historical Archives of the Court of Auditors reveal more about this troubled period in Portuguese history.

The Law of 3 September 1759, which expelled the Jesuits from Portugal and its overseas Dominions, was the culmination of a conflict that, for several years, had placed the Society of Jesus in opposition to those in political power.

The Jesuits had already been banished from the Court, accused of involvement in an attempt on the king's life and of the "tenebrous and deceptive project with which they had attempted and clandestinely pursued the usurpation of the whole state of Brazil."

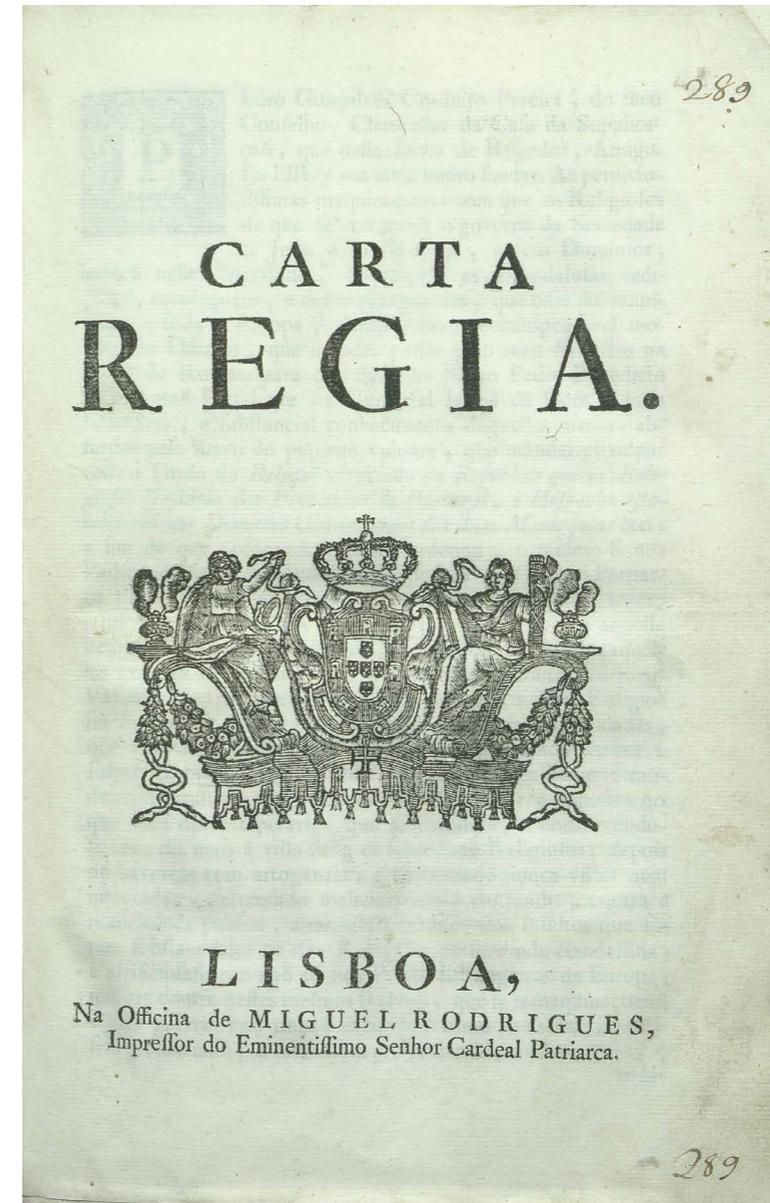
Another occasion which hinted at the future of the Jesuits was the Order of 19 January 1759 calling for the requisitioning of all property, goods, ordinary income and pensions belonging to the Society, in Portugal and its Dominions, and also for the imprisonment of its members.

If we consider that the Society of Jesus had 37 colleges in mainland Portugal and in the Islands of the Azores and Madeira, in Brazil, Angola, Mozambique and Macau, to which we can add the University of Évora, also run by Jesuits, we begin to understand the complexity and means involved in both the seizure of assets and the imprisonment and expulsion of its members.

The seizure of assets belonging to the Society of Jesus, as well as to the Noble Houses of Aveiro, Távora and Atouguia, also carried out in 1759, generated revenue for the Royal Treasury. The collection and administration of this revenue, and of the expenses, was the responsibility of the *Junta da Inconfidência*.

On 22 December 1761, the founding of the Royal Treasury concentrated the administration and supervision of public revenue and expenses in a single body.

And that is how, with the Charter of 21 February 1766, all administrators, contractors and tenants — that is, anyone who administered property confiscated from those convicted by the *Junta da Inconfidência* or expelled Jesuits — were required to deliver the proceeds from these revenues to the Royal Treasury. These revenues and expenses were all recorded in a separate book and account, giving rise to the creation of a new Coffer.



Na Carta Régia de 19 de janeiro de 1759, emitida para o chanceler da Casa da Suplicação, em Lisboa, são transmitidas orientações precisas sobre a forma como quer o sequestro dos bens, quer a reclusão dos jesuítas se deveriam processar. Foram nomeados magistrados (na sua maioria, desembargadores) para proceder ao sequestro de todos os bens, tendo em cada comarca sido elaborados inventários de todos os bens e declarados todos os rendimentos. Os bens teriam o arrendamento como destino, salvaguardando-se o necessário para utilização na celebração do culto nas igrejas. Obrigados à reclusão nos colégios e casas, sob guarda militar, aos religiosos era atribuído um tostão por dia para alimentação.

The Royal Charter of 19 January 1759, to the Chancellor of the Lisbon Court of Appeal, contains detailed guidelines on how the seizure of assets and imprisonment of the Jesuits should proceed. Inventories of property and declarations of earnings were gathered in all districts, and magistrates (most of them *desembargadores*, or superior appellate judges) were nominated to oversee the requisitioning process. This property was destined to be loaned out, once what was deemed necessary for celebration of mass in the churches had been reserved. Forced to remain in their colleges and houses under military guard, the Jesuits received one *tostão* per day for subsistence.

The seizure of assets from Colégio de Todos-os-Santos [All Saints' College] in Ponta Delgada

Dated 4 July 1760, the Royal Charter sent to the Governor of the Island of São Miguel, António Borges de Bettencourt, orders that the “expulsion be executed as peacefully and quietly as it was in these kingdoms”. The Jesuits residing in São Miguel were to be immediately transported to the warship *Nossa Senhora da Natividade*, under the cover of night, “to avoid scandal, not even the slightest communication being allowed with anyone”, added the Royal Charter. The same letter also ordered the governor to send to the *Junta da Inconfidência* a brief and accurate inventory of the assets to be seized.

And so, on 15 August 1760, in the library of All Saints' College and in the presence of the Governor of the Island of São Miguel, António Borges de Bettencourt, the *Juiz de Fora* [the term given to a judge from outside, who was supposedly impartial and unbiased], José António da Silva, and the Prosecutor of the Royal Exchequer, Cosme Dauchel Borges, the inventory of all assets belonging to the sacristy and college church was taken. The *Junta da Inconfidência* archive contains ten filing units with documents relating to All Saints' College. Filing Unit 246 itemises, one-by-one, all college

assets: decorative silver objects, altarpieces from the church, and vestments, among others. All confiscated and delivered to the Royal Treasury, except for what was deemed necessary for the celebration of mass. Assets belonging to the College located elsewhere on the Island of São Miguel were also included in the inventory. Such was the case of the college building itself, which is described as follows:

“City of Ponta Delgada This college, owned by said Priests, consists of a good church adorned with precious ornaments and plenty of silverware (...) the said college with all the comforts of a well-furnished dwelling and granaries and other necessary workshops, and an enclosed area that includes, along with the location of said church and houses, a small piece of land.”

The documents contain much more historical information about what followed in the 18th century, particularly regarding the different fates of the lands surrounding both the college and the church. These lands were acquired by Francisco Tavares França and Felícia Tomásia Pim da Câmara. The college building was

converted into a house. In 1787, for 1:600\$000 réis, Nicolau Maria Raposo do Amaral acquired the building, enclosure, water system, workshops and the use of the corridor running along the western wall of the church, as well as access to a tribune so that he and his family could attend mass. Before the purchase, Nicolau Maria Raposo do Amaral had already been allowed to move into the college building, which he had to partially rebuild due to its advanced state of ruin.

Inventário e outros documentos pertencentes ao Colégio de Todos-os-Santos da Companhia de Jesus, na ilha de São Miguel, Açores

Inventory and other documents belonging to the All Saints' College of the Society of Jesus, on the Island of São Miguel, Azores

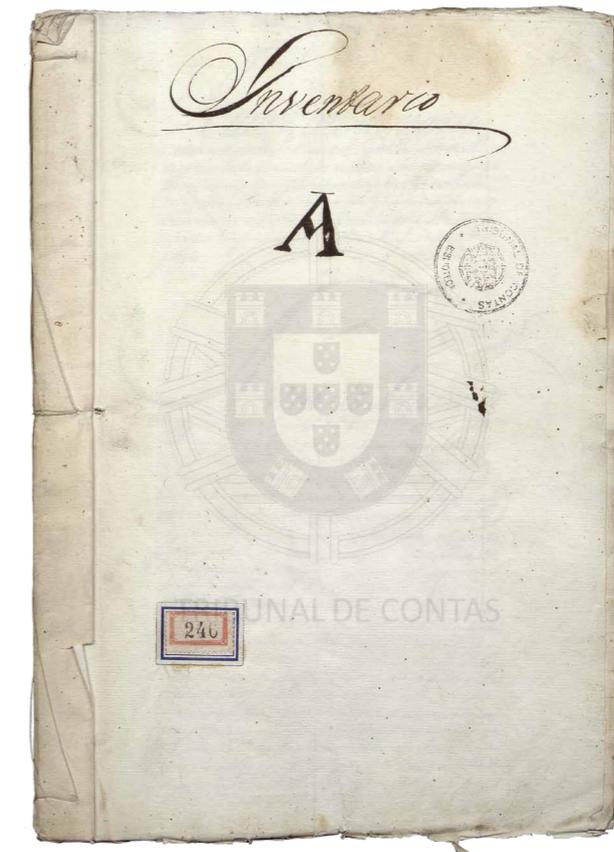


Código QR para aceder ao conteúdo digital
QR code to access digital content

O sequestro dos bens do Colégio de Todos-os-Santos em Ponta Delgada

Data de 4 de julho de 1760 a Carta Régia para o governador da ilha de São Miguel, António Borges de Bettencourt, para que a «expulsão se possa fazer na mesma tranquilidade e silêncio, com que se executou nestes reinos». Os jesuítas residentes em São Miguel deviam ser de imediato transportados para a nau de guerra *Nossa Senhora da Natividade*, o que se faria de noite «por evitar escândalo, sem que se lhes possa permitir a menor comunicação com pessoa alguma», acrescentava a Carta Régia. Na mesma Carta seguia também a ordem para que o governador fizesse remeter ao Juízo da Inconfidência, com toda a exatidão e brevidade, o inventário do sequestro.

E assim se fez, em 15 de agosto de 1760, na casa da livraria (biblioteca) do Colégio de Todos-os-Santos, na presença do governador da ilha de São Miguel António Borges de Bettencourt, do juiz de fora José António da Silva e do procurador da Real Fazenda Cosme Dauchel Borges, o inventário de todos os bens pertencentes à sacristia e igreja do colégio. No conjunto documental da *Junta da Inconfidência*, existem dez maços que contêm documentos relativos ao Colégio de Todos-os-Santos. No maço 246, são



elencados, um a um, todos os bens do colégio: alfaias de prata, frontais dos altares da igreja, paramentos, entre outros. Tudo confiscado, tudo revertido para a Fazenda Real, exceto o necessário para assegurar a celebração do culto. Também os bens de raiz, que pertenciam ao colégio e que se localizavam por toda a ilha de São Miguel, estão inventariados neste maço. É o caso do edifício do próprio colégio, cuja descrição é a seguinte:

«Cidade de Ponta Delgada Possuíam os ditos Padres este colégio que consta de huma boa Igreja adornada de preciosos ornamentos e bastantes peças de pratta (...) o dito colégio com todas as comodidades para huma bem acomodada habitação e seleyros e mais oficinas necessárias e huma cerqua morada que compreende com o cittio da ditta igreja e casas hum moyo de terra.»

As for the church, it was stripped of the artistic and liturgical pieces described in the inventories, which were then scattered across other religious buildings on São Miguel.

Acquired in 1834 by the son of Nicolau Maria Raposo do Amaral, the combined unit of the College and All Saints' Church was thus reconstituted, at least in terms of ownership. In the 20th century, the family donated the church to Ponta Delgada City Hall, which in turn gave it to the Azores Regional Government in 1977.

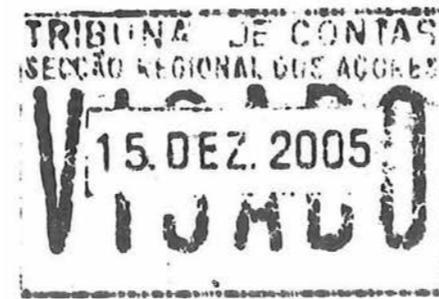
Today, the building that was once the Jesuit College and later the residence of Nicolau Maria Raposo do Amaral, now houses the Public Library and Regional Archive of Ponta Delgada, inaugurated on 21 September 2001.

The Sacred Art Centre of the Carlos Machado Museum, housed in All Saints' Church, has been open to the public since 2006.

From the rendering of accounts for the Royal Treasury to the Court of Auditors a priori control

The Court of Auditors accompanied this whole process. An example of this is the record of accounts rendered to the Royal Treasury from 1766 through the rest of the 18th century, by those administering the property confiscated from the Society of Jesuits and the Houses of Aveiro, Távora and Atouguia. It was not until the 20th century that the contract for public works

on the premises of the Sacred Art Centre at the Carlos Machado Museum, in the Society of Jesus College Church, Ponta Delgada was submitted to a priori control by the Court of Auditors. Prior approval was granted on 15 December 2005.



Carimbo de «visado» pelo Tribunal de Contas, em 15 de dezembro de 2005, no contrato de empreitada de obras públicas para a instalação do Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado

Stamp of "visado" or certification, by the Court of Auditors, on 15 December 2005, from the contract commissioning public works on the Sacred Art Museum, part of Carlos Machado Museum

The Junta da Inconfidência archive in the Historical Archive of the Court of Auditors

Composed of 367 filing units covering the period from 1759 to 1832. It contains documentation from the accounts of the Treasurer of the *Cofre dos Confiscados* [Coffer of Confiscated Items], formed after the requisitioning of property and goods belonging to those condemned by the *Junta da Inconfidência* for the crime of *lèse-majesté*, or high treason, after 12 January 1759, or those belonging to the Society of Jesus.

This archive also contains books relating to the estate of Pedroso, which the Crown seized so that its income could be used to constitute a Literary Subsidy fund and support charges against further defendants held by the *Junta da Inconfidência*.

The archive of the *Junta da Inconfidência* is divided into three large groups: Society of Jesus, Noble Houses and General Fund, which are subdivided, respectively, by colleges, the Houses of Aveiro, Távora and Atouguia, and accounts of the Treasurers of the *Junta da Inconfidência* and the Pedroso estate.

Os documentos do maço 246 e dos restantes relativos ao Colégio de Todos-os-Santos contêm muito mais informação sobre a história que se seguiu ainda no século XVIII, nomeadamente sobre os diferentes destinos que tiveram as terras que o circundavam, o próprio colégio e a igreja. As terras foram adquiridas por Francisco Tavares França e Felícia Tomásia Pim da Câmara. O edifício do colégio foi convertido em casa de habitação. Nicolau Maria Raposo do Amaral adquiriu, em 1787, por 1:600\$000 réis o edifício, cerca, água, oficinas e serventia do corredor, que encostava à parede

ocidental da igreja, com o uso de uma tribuna para que ele e a sua família pudessem assistir à missa. Antes da compra, Nicolau Maria Raposo do Amaral tinha já sido autorizado a mudar-se para o edifício do colégio, que teve de reconstruir em parte, dado o avançado estado de ruína em que se encontrava. Quanto à igreja, viu-se despojada das peças artísticas e litúrgicas que os inventários descrevem e que foram dispersas por outros templos de São Miguel. Com a aquisição, em 1834, pelo filho de Nicolau Maria Raposo do Amaral, reconstituiu-se, pelo menos na posse, a unidade

O conjunto documental Junta da Inconfidência

Composto por 367 unidades de instalação num período que data de 1759 a 1832.

Contém documentação da conta do tesoureiro do Cofre dos Confiscados, formado pela receita proveniente dos sequestros dos bens dos réus condenados por crime de lesa-majestade, por sentença da Junta da Inconfidência de 12 de janeiro de 1759 e da Companhia de Jesus.

Este conjunto documental contém ainda livros do morgado de Pedroso que a Coroa chamara a si para, com os seus rendimentos, constituir o fundo do Subsídio Literário e de processos de outros réus da Junta da Inconfidência.

O conjunto documental *Junta da Inconfidência* encontra-se dividido em três grandes grupos: Companhia de Jesus, Casas Nobres e Fundo Geral, que se encontram subdivididos, respetivamente, por colégios, Casa de Aveiro — Casa de Távora — Casa de Atouguia e contas dos tesoureiros da Junta da Inconfidência e morgado de Pedroso.

Colégio e Igreja de Todos-os-Santos. No século XX, a família doou a igreja à Câmara Municipal de Ponta Delgada que, por sua vez, viria a cedê-la ao Governo Regional dos Açores, em 1977. Hoje, no edifício que foi o antigo Colégio dos Jesuítas e, depois, a residência de Nicolau Maria Raposo do Amaral, encontra-se instalada a Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, inaugurada em 21 de setembro de 2001. Já na Igreja de Todos-os-Santos, está instalado o Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado, aberto ao público desde 2006.

Da prestação de contas ao Erário Régio ao visto do Tribunal de Contas

O Tribunal de Contas acompanhou todo este processo. Exemplo disso é o registo das contas prestadas ao Erário Régio, a partir de 1766 e ao longo do restante século XVIII, pelos administradores dos bens confiscados à Companhia de Jesus, Casas de Aveiro, Távora e Atouguia. E, já no século XX, encontramos o visto concedido pelo Tribunal de Contas ao contrato de empreitada de obras públicas e mais trabalhos para a instalação do Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado na igreja do Colégio da Companhia de Jesus, em Ponta Delgada, em 15 de dezembro de 2005.

**Biblioteca Pública e Arquivo
Regional de Ponta Delgada**

Public Library and Regional
Archive of Ponta Delgada

1.
Entrada do antigo Colégio dos Jesuítas
em Ponta Delgada

Lago do jardim (antiga cisterna)
Quando Nicolau Maria Raposo do Amaral
adquiriu o edifício do antigo colégio
e o transformou em casa de habitação,
entulhou a cisterna no pátio do colégio
e converteu-a num tanque de jardim

2.
Sala de apoio à cozinha do antigo
colégio

Cozinha do antigo colégio

Sala de jantar de Nicolau Maria Raposo
do Amaral

3.
Cavaliariça do antigo colégio.
Ao centro, pormenor do chão original

1.
Entrance of the former Jesuit College
in Ponta Delgada

Garden pond (former cistern)
When Nicolau Maria Raposo do Amaral
acquired the former college building and
converted it into a house, he filled in the
cistern in the college patio and turned it
into a garden pond

2.
Kitchen storage room of the former
college

Kitchen of the former college

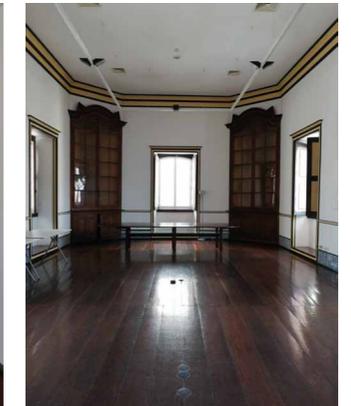
Dining room of Nicolau Maria Raposo
do Amaral

3.
Stables of the former college.
Centre, detail of the original floor

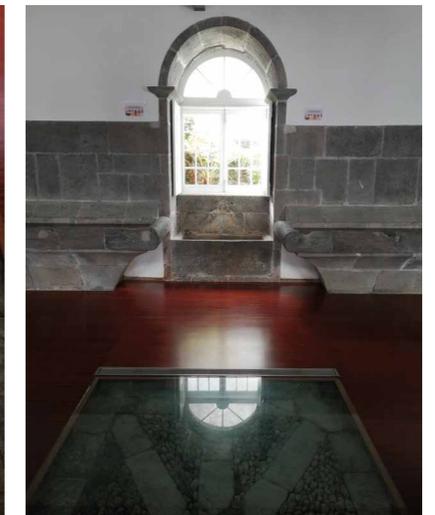
1.



2.



3.



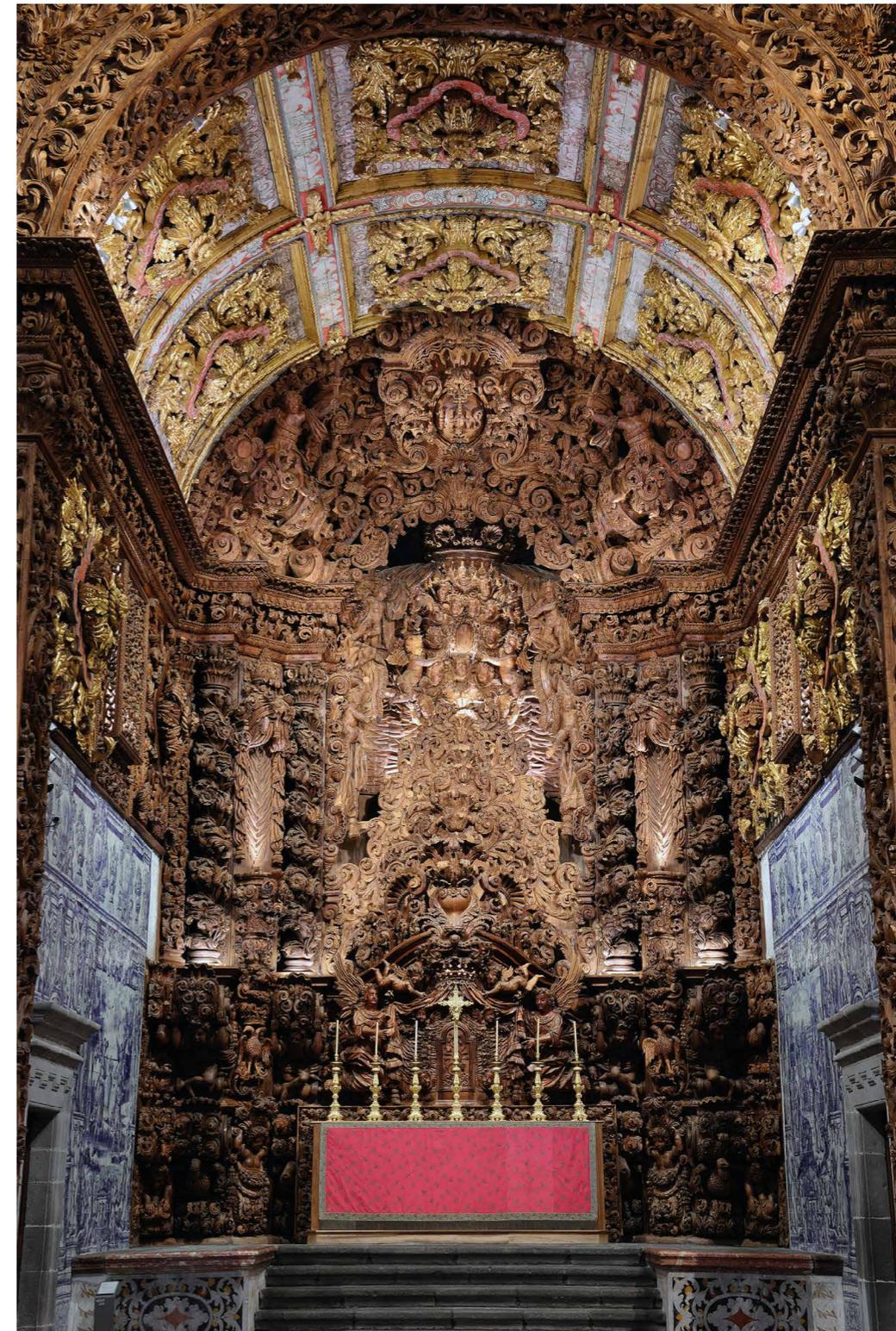
Igreja do antigo Colégio
de Todos-os-Santos

Former All Saints'
College Church



Capela-mor da antiga Igreja do Colégio
dos Jesuítas de Ponta Delgada

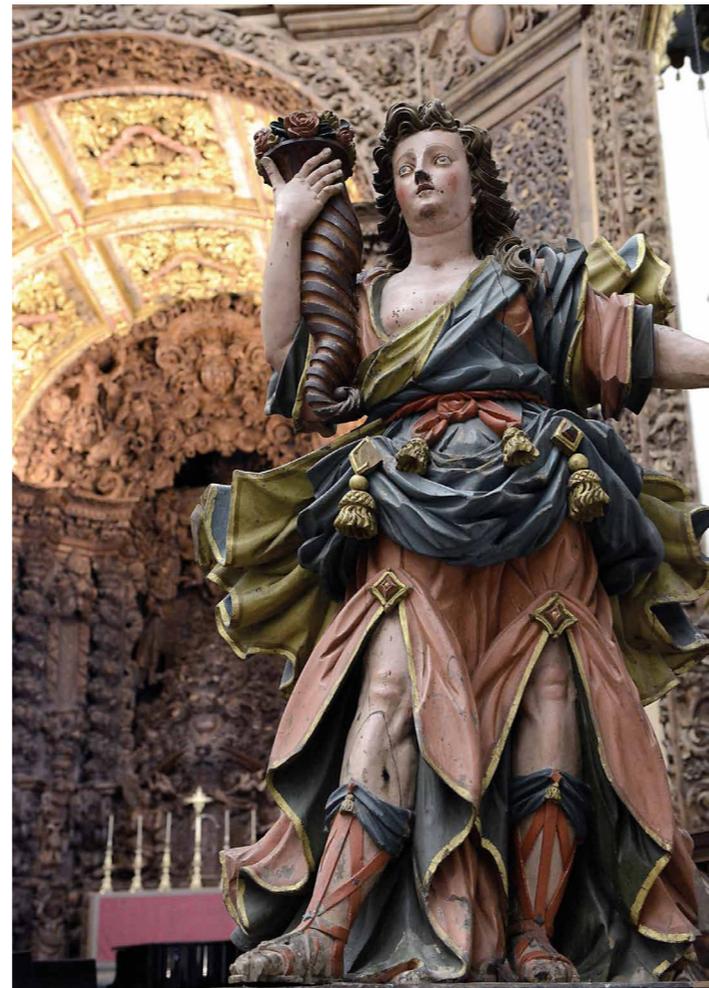
Main chapel of the old Church
of the Jesuit College in Ponta Delgada





Em cima
Anjo tocheiro

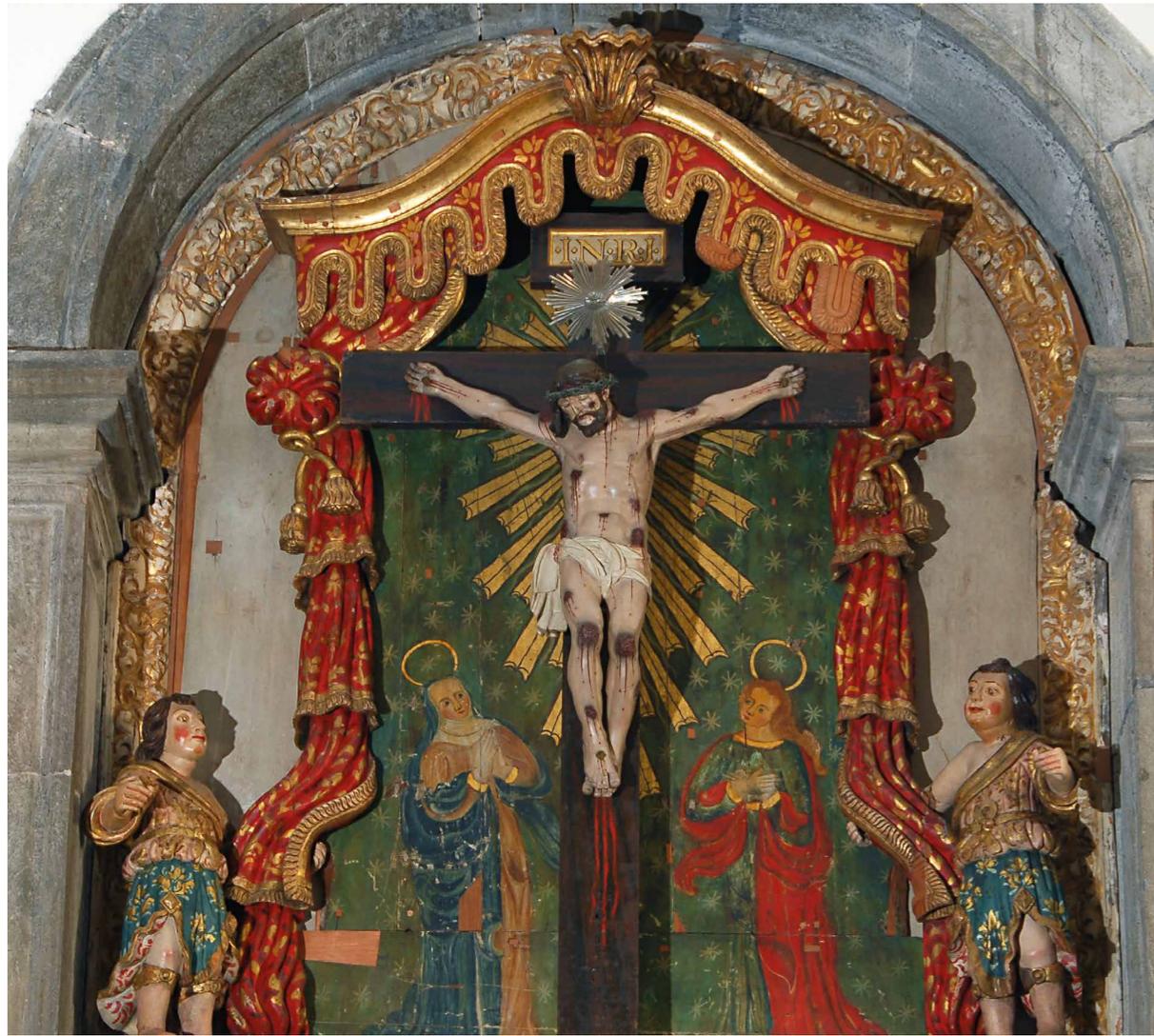
Above
Angel torch holder



À direita
Coluna (pormenor)

Right
Column (detail)





Nichos da sacristia e da antessacristia

Niches in the sacristy and in the ante-sacristy

Em cima
Arcaz da sacristia

À direita
Armário livreiro

Above
Sacristy credens

Right
Book cabinet





D. João Nunes Barreto, da Companhia de Jesus, patriarca da Etiópia, servo. Pintura a óleo sobre tela. Esta pintura faz parte de uma série de retratos de ilustres jesuítas. João Nunes Barreto, abade de Freiriz por nomeação do irmão Gaspar, entrou na Companhia de Jesus em 1544. Foi o primeiro patriarca da Etiópia. Morreu na Índia, em 1562.

Dom João Nunes Barreto, of the Society of Jesus, patriarch of Ethiopia, servant. Painting, oil on canvas. This painting is part of a series of portraits of illustrious Jesuits. João Nunes Barreto, Abbot of Freiriz through nomination by his brother Gaspar, joined the Society of Jesus in 1544. The first patriarch of Ethiopia, he died in India in 1562.



Escultura de Nossa Senhora da Vida. Atualmente, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Livramento, freguesia do Livramento, concelho de Ponta Delgada, que será proveniente da igreja do Colégio.

Sculpture of *Nossa Senhora da Vida* [Our Lady of Life]. Currently located in the Parish Church of Our Lady of Livramento, Parish of Livramento, Municipality of Ponta Delgada, originally from the College Church.

Escultura de Nossa Senhora da Vitória. Atualmente, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Livramento, freguesia do Livramento, concelho de Ponta Delgada, que será proveniente da igreja do Colégio.

Sculpture of *Nossa Senhora da Vitória* [Our Lady of Victory]. Currently located in the Parish Church of Our Lady of Livramento, Parish of Livramento, Municipality of Ponta Delgada, originally from the College Church.





Memórias do Terramoto de 1755
Memories of the 1755 Lisbon earthquake

The earthquake of 1755 reached the city of Lisbon on 1 November [All Saints' Day] of that year, leaving a trail of destruction behind it and opening the door for pillaging and other crimes.

The ensuing chaos made it necessary to identify and record the goods seized and the objects and amounts of money found in the city rubble.

That is where this story begins:

On the first day of November 1755, an eternally fatal year in the history of Portugal, at four past nine o'clock in the morning, with the sky clear, the air still and the sea calm, Lisbon was surprised by one of the most terrible earthquakes to ever be told of or described in books. Its consequences prove this to be true: for in no time at all it reduced almost all of the city's buildings to ruins, burying a large number of its inhabitants in the rubble, especially in the churches, which, it being a day of such solemnity, were attended by hordes of people.

At the same time, the sea was whipped up into such a fury that, rising up into mountains of water, it rushed in through the Tejo estuary; and suddenly it inundated the two banks of the river to a distance it had never reached previously. (...)

Next some buildings, both sacred and profane, caught fire spontaneously and in such an overwhelming way that, the city being deserted, the flames irrevocably devoured the whole of the lower part of town, and a large part of the upper.

(Extract from *Memories of the principal measures taken after the earthquake, suffered by the Court of Lisbon in the year 1755...*, written by Amador Patrício de Lisboa [pseudonym of Father Francisco José Freire], published in 1758, and which forms part of the Antique Book Collection at the Court of Auditors' Library.)

A few days after the earthquake, decrees were issued with the aim of addressing the looting and burglaries it had set off.

Measures were not only taken to identify and punish all who had committed these crimes, but also to identify and register the goods seized and the objects and amounts of money that had been found in the city rubble.

The Historical Archive of the Court of Auditors contains the *Book of objects found in the earthquake of 1755*, created and maintained following the notice of 8 November that same year.



O Largo da Patriarcal depois do terramoto de 1755, gravura do século xx

The Patriarcal Square after the earthquake of 1755

O Terramoto de 1755 atingiu a cidade de Lisboa no dia 1 de novembro daquele ano, deixando um rasto de destruição e o caminho livre para pilhagens e outros crimes.

O caos instalado tornava necessário identificar e registar os bens apreendidos e os objetos e valores encontrados nos desentulhos da cidade.

É deste registo que resulta esta história:

No dia primeiro de novembro de 1755, ano eternamente fatal na história portuguesa, às nove horas e quatro minutos da manhã, estando o céu limpo, o ar sereno e o mar em calma, se viu Lisboa surpreendida por um terramoto dos mais horrorosos que ou a tradição conserva ou descrevem os livros. Seus efeitos provam esta verdade; porque em tão breve tempo deixou reduzidos a ruínas quase todos os edifícios da mesma Cidade, sepultando nos estragos um grande número de seus habitantes, especialmente nos templos, que por ser dia de tanta solenidade, todos se achavam assistidos de numeroso povo.

Ao mesmo tempo embraveceu-se o mar com tanta fúria, que levantando-se em montes de água, entrou pela foz do Tejo; e de repente fez com que inundasse as suas duas margens em distância até onde nunca havia chegado. (...)

Daqui veio atear-se improvisamente em alguns edifícios sagrados, e profanos um incêndio tão arrebatado, que fazendo-se irremediável em uma Cidade deserta, devorou dela todo o Bairro mais baixo, e grande parte do Alto.

(Extrato de *Memorias das principaes providencias, que se derão no terremoto, que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755...*, da autoria de Amador Patrício de Lisboa [pseudónimo do Pe. Francisco José Freire], editado em 1758.)

Poucos dias depois do terramoto, foram promulgados decretos com o intuito de combater os roubos e os assaltos que se seguiram.

Não só foram tomadas medidas para identificar e castigar todos os que praticassem estes crimes, como foi necessário identificar e registar os bens apreendidos e os objetos e valores encontrados nos desentulhos da cidade.

O Arquivo Histórico do Tribunal de Contas tem, no seu espólio, o *Livro dos achados do Terramoto de 1755*, escriturado na sequência do aviso de 8 de novembro do mesmo ano. Perante a impossibilidade de se acharem competentes depositários que recebessem e guardassem todos os objetos de valor encontrados, foram nomeados inteiramente, pelo rei, José Ferreira da Veiga e o seu irmão, Domingos Francisco da Veiga, como depositários e as suas casas como depósito.

Faced with the impossible task of finding competent custodians who could receive and guard all the valuable objects that were found, the King nominated, on an interim basis, José Ferreira da Veiga and his brother, Domingos Francisco da Veiga, as custodians and their houses as coffers.

Remember that the House of Accounts was located in the west wing of the building (facing the *Terreiro do Paço*), that also housed the Customs House and the Public Grain Yard, both also destroyed by the earthquake and fire.

The *Book of objects found in the earthquake* is a book of income and revenue, identifying the goods and money delivered to these temporary coffers. It has 340 records that identify the people who made these deliveries, on which date, and what they delivered, such as jewellery, valuable objects and even animals. At the end of each record are the signatures of José Ferreira da Veiga, Domingos Francisco da Veiga and clerk Paulo de Almeida Seabra.

Alongside this book, there is a small booklet holding the “general calculation of money entering the coffers due to the untoward happenings on the occasion of the earthquake of 1 November 1755.” This refers to the money delivered, the amounts arising from valuation of goods, the sum of silverware, the sum of horses, and so on. These documents cover the chronological period of 1755 to 1761.

Recorde-se que a Casa dos Contos estava localizada na ala poente do edifício (virada para o Terreiro do Paço), onde se encontravam a Alfândega das Sete Casas e o Terreiro do Trigo, também ele destruído pelo terramoto e pelo incêndio.

O *Livro dos achados do terramoto* é um livro de receita e arrecadação, onde estão identificados os bens e valores entregues a estes depositários. É composto por 340 assentos onde são identificadas as pessoas que fizeram as entregas, a data em que o fizeram e o que entregaram, como, por exemplo, joias, objetos de valor ou mesmo animais. No final de cada registo, assinam José Ferreira da Veiga e Domingos Francisco da Veiga e o escrivão Paulo de Almeida Seabra.

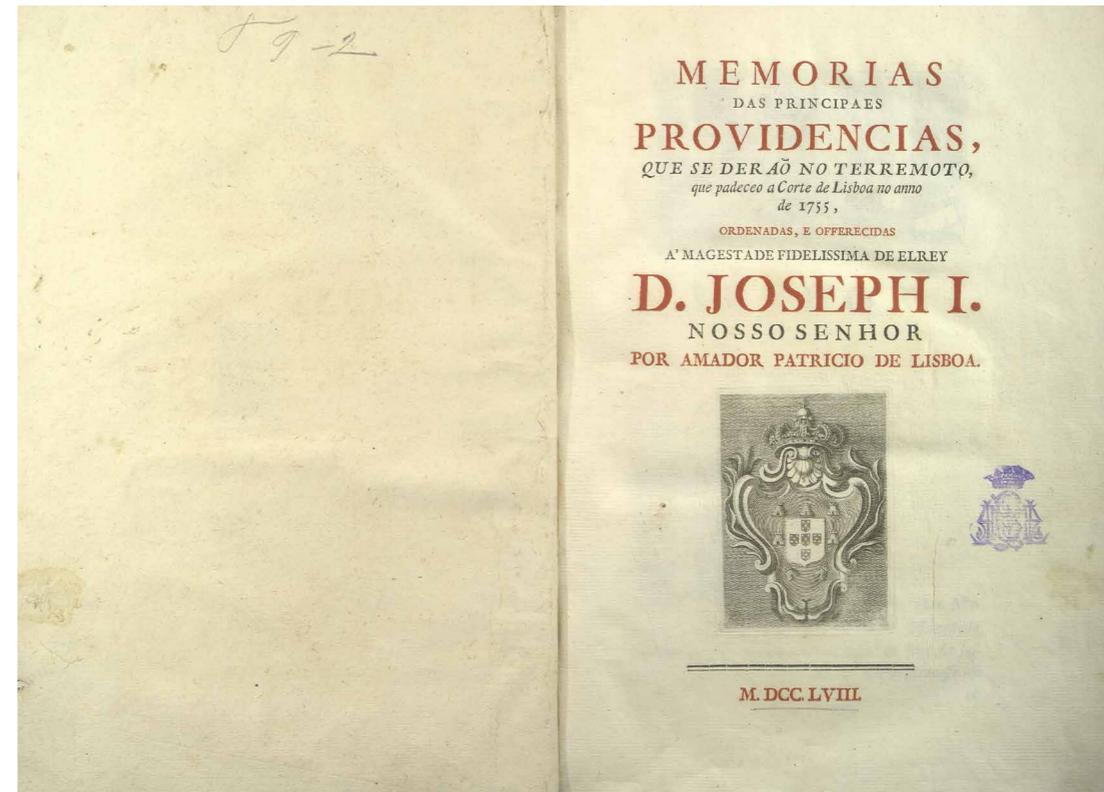
Junto a este livro, existe um pequeno caderno onde consta o «[c]álculo geral do dinheiro entrado no depósito dos descaminhos acontecidos pela ocasião do terramoto de 1 de novembro de 1755». Aí faz-se referência ao dinheiro entregue, à importância das arrematações que se fizeram dos móveis, ao produto das pratas rematadas, ao produto das cavalgadas, entre outros.

Estes documentos abrangem o período cronológico entre 1755 e 1761.

Livro dos achados do terramoto

Book of objects found in the earthquake

Código QR para aceder ao conteúdo digital
QR code to access digital content



Memorias das principaes providencias, que se derão no terremoto, que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755... da autoria de Amador Patricio de Lisboa

Memories of the principal measures taken after the earthquake suffered by the Court of Lisbon in the year 1755... written by Amador Patricio de Lisboa

Código QR para aceder ao conteúdo digital
QR code to access digital content

O Marquez de Pombal Sr. D. João de S. J. Junta da
Administração da Fazenda Real da Capitania das Minas
Geraes, q. d. Casa da Moeda desta Cidade, se remetem à Junta
da Fazenda Real da Cap. do Rio de Janeiro, em se Vario Sumaria
Fortunata, para provimento das Casas e Buidiões desta Capitania
de Materiaes e mais generos contheudos na Realacao inclusa, as
signada por Luiz Inez de Brito, Contador Geral do Territorio
da Realacao do Rio de Janeiro, e Africa Oriental, e Azia S. J.
quero, para oes fazer logo remessa a esta Junta a qual se fará
por nacevida arrecadação, tendo particular cuidado, em q. no seu

Uma dieta hospitalar no século XVIII
An 18th-century hospital diet

A simple broth of veal and oatmeal for those sick with fever. For convalescents, boiled veal by itself or accompanied by a portion of rice or hulled barley, grains and greens, such as celery, sorrel or others of this kind.

This is an example of the diets maintained at the São José Royal Hospital, Lisbon, and which were communicated to royal and military hospitals across the Kingdom.

Lisbon, 1 August 1775. The reign of King Dom José was coming to an end. The reformist policies of the Marquis of Pombal had reached every branch of the Administration, as part of an effort to consolidate all power centrally.

The Boards of the Royal Exchequer, which had been established in every *Capitania* [administrative division of colonial Brasil], were subject to the Royal Treasury, which was now almost 14 years old.

And presiding over the Treasury, in the role of Inspector-General: the Marquis of Pombal. This had been so since the Treasury was founded on 22 December 1761, when Sebastião José de Carvalho e Melo was still known only as the Count of Oeiras. In the archive of the Royal Treasury, the books of income and expenses, the records of decrees, orders and provisions sent by the Treasury in Lisbon to the Boards of the Royal Exchequer, and the representations sent by the Boards in turn to Lisbon, tell us a story that goes far beyond mere numbers and financial records.

A hospital diet from Lisbon to Minas Gerais

In one of the books of provisions and charters sent by the Royal Treasury to the Capitania of Minas Gerais, we find a Charter of 1 August 1775 that orders the military hospital of the Capitania of Minas Gerais to apply a new diet, which had already been established in São José Royal Hospital, Lisbon, and in all royal and military hospitals of the Kingdom.

The story can be told briefly: at a meeting of physicians and surgeons in Lisbon Military Hospital (between physicians Joaquim José Santa Ana e Brito and Manuel Raposo Pereira, surgeon Teotónio dos Santos e Almeida, and head surgeon of the Fleets, António José da Costa), it had been agreed what food should be given to patients in the hospitals. Contradicting the idea still present today of the therapeutic

virtues of chicken broth, we read that “after having learnt from serious reflections and multiple experiments, and from the practice of all civilised nations, that the use of chickens for that purpose was an unsubstantiated and fictitious concern, and even counter-productive to the principles on which it was used (...), the new diet would entail the abolishment of (...) the standard practice of feeding chickens to the sick.”

Caldos simples de vitela e de farinha de aveia para os enfermos febris. Para os convalescentes, vitela simples cozida ou acompanhada de uma porção de arroz ou de cevada pilada, grãos e algumas ervas, como aipo e azedas e outras desta natureza.

Este é um dos tipos da dieta estabelecida no Hospital Real de São José, em Lisboa, e que foi transmitida para os hospitais reais e militares do Reino.

Lisboa, 1 de agosto de 1775. O reinado de D. José aproximava-se do fim. A política reformista de marquês de Pombal alcançara todos os ramos da Administração, num esforço de consolidação do poder central.

Ao Erário Régio, criado há já quase 14 anos, estavam sujeitas as Juntas da Real Fazenda, estabelecidas nas várias capitanias.

A presidir ao Erário, na qualidade de inspetor-geral, lugar-tenente do rei D. José e imediato à sua real pessoa, o marquês de Pombal. Era assim desde que, em 22 de dezembro de 1761, o Erário fora criado, ainda Sebastião José de Carvalho e Melo era conde de Oeiras.

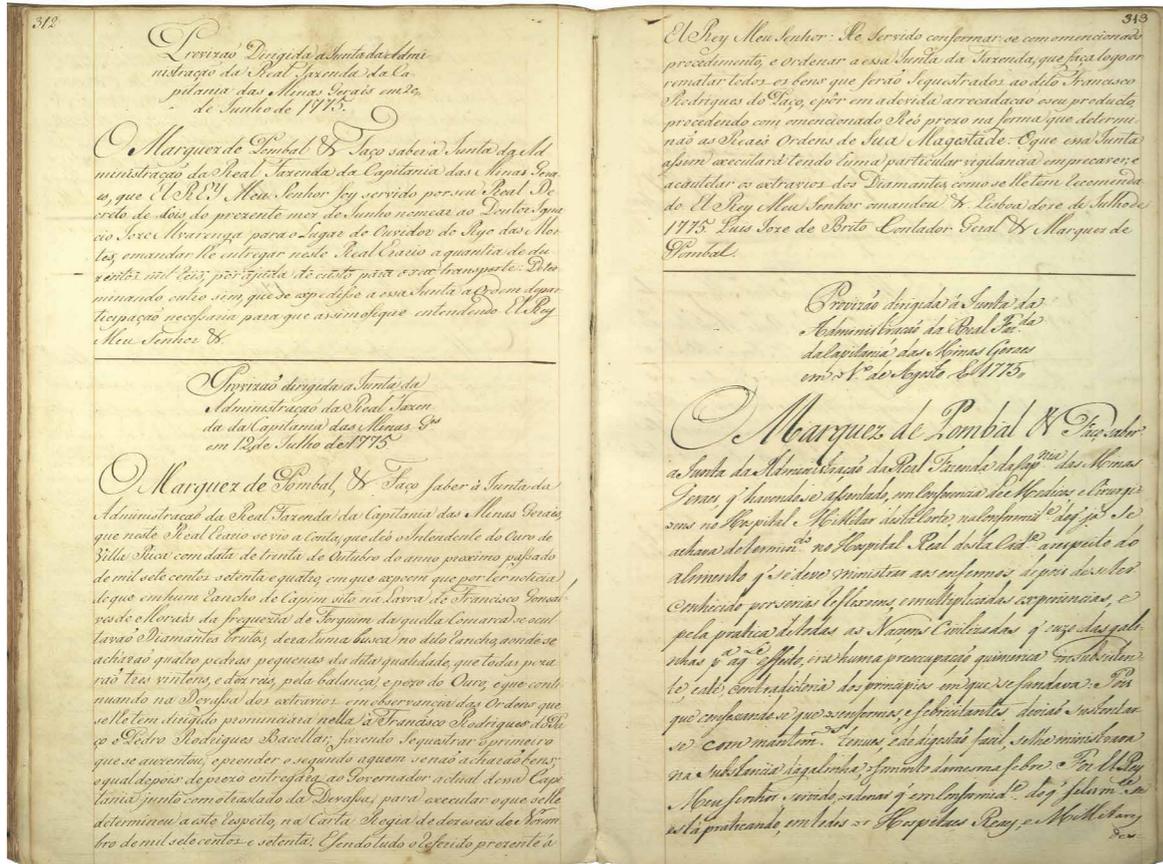
No conjunto documental do Erário Régio, os livros de receitas e de despesas, os registos dos decretos, ordens, provisões enviadas do Erário em Lisboa para as Juntas da Real Fazenda ou as representações remetidas das Juntas para Lisboa contam-nos uma história que vai muito além dos números e dos registos financeiros.

Uma dieta hospitalar de Lisboa para Minas Gerais

Num dos livros de provisões e cartas expedidas pelo Erário Régio à Capitania de Minas Gerais, encontramos uma Provisão de 1 de agosto de 1775 que manda aplicar, no hospital militar da capitania de Minas Gerais, a dieta que já se encontrava estabelecida no Hospital Real de São José, em Lisboa, e em todos os hospitais reais e militares do Reino. A história conta-se em poucas

palavras: em conferência de médicos e cirurgiões no Hospital Militar de Lisboa (os médicos Joaquim José Santa Ana e Brito e Manuel Raposo Pereira, o cirurgião do banco, Teotónio dos Santos e Almeida, e o cirurgião-mor das Armadas e do Regimento dos Caís, António José da Costa) tinha ficado assente qual a alimentação dos enfermos nos hospitais. Contrariando a ideia ainda hoje tão presente das virtudes

terapêuticas do caldo de galinha, ficamos a saber que «depois de se terem conhecido por sérias reflexões e multiplicadas experiências, e pela prática de todas as nações civilizadas que o uso das galinhas para aquele efeito, era uma preocupação quimérica insubsistente, e até, contraditória dos princípios em que se fundava (...), na nova dieta ficava abolido (...) o uso ordinário das galinhas que até agora mandavam dar aos enfermos».



Provision of 1 August 1775 sent to the Capitania of Minas Gerais

But these instructions went beyond the simple abolition of the use of chicken. In fact, three diets were established according to the state of the patient:

“A simple broth of veal and oatmeal”, for the sick who were not well enough to eat; “stewed veal by itself or accompanied by a portion of rice or barley, grains and leaves, such as celery, sorrel or others of this kind” for those who, already convalescing, were able to feed themselves; and “mutton, or beef (...) tapioca,

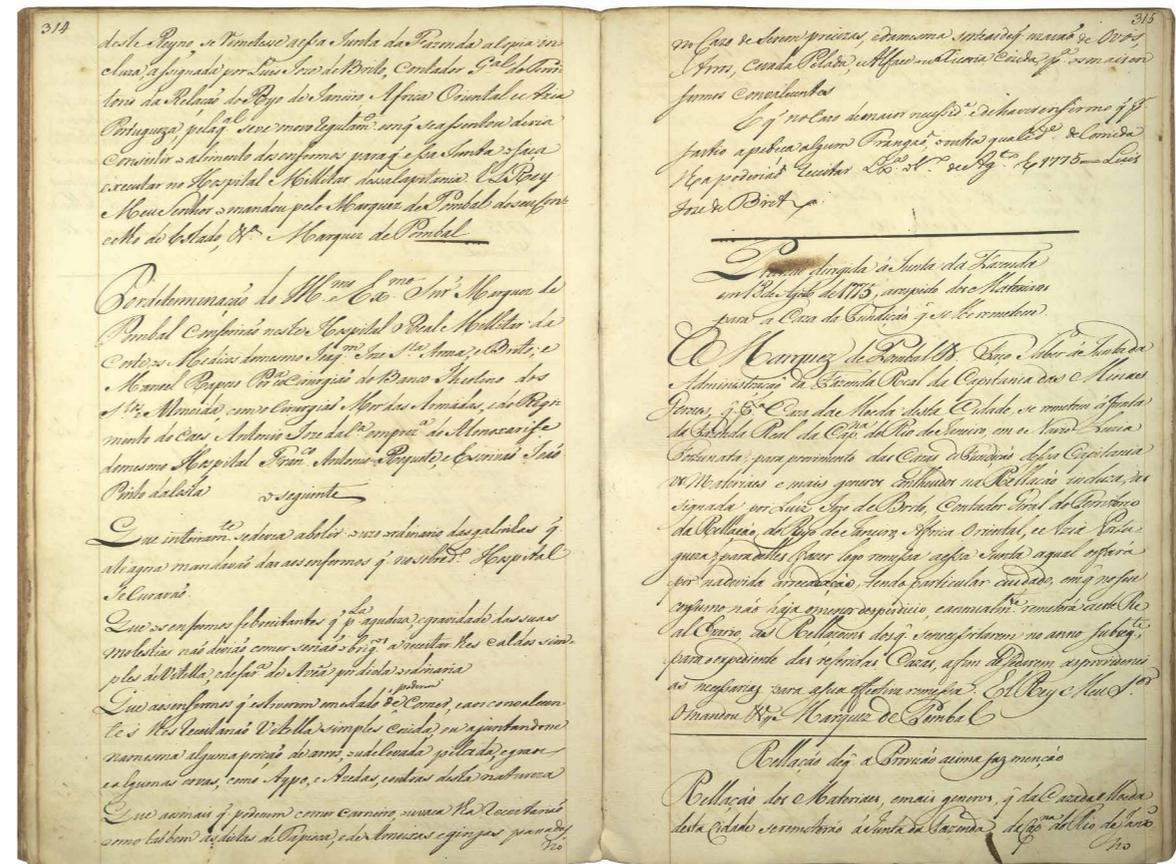
dried plums and cherries if necessary, (...) eggs, rice, hulled barley, and boiled lettuce or chicory” for the remaining convalescents.

And there was room for exceptions: “in the case of greater necessity and for patients who, through lack of appetite, crave only chicken or another type of food, you may prescribe it to them.”

Reading this document gives us a new perspective into hospitals of the 18th century, which, at the time, would mainly be used by disadvantaged people who were able to procure, in these spaces, the basic conditions of rest and diet missing in their daily lives. And this rest and reinforced diet were often the main therapy.



Código QR para aceder ao conteúdo digital
QR code to access digital content



Provisão de 1 de agosto de 1775 dirigida à Capitania de Minas Gerais

Mas estas instruções iam mais além da simples abolição do uso da galinha. Na verdade, eram estabelecidas três dietas a aplicar consoante o estado dos enfermos:

«Caldos simples de vitela e de farinha de aveia por dita ordinária», para os enfermos que não estivessem em condições de comer; «vitela simples cozida, ou ajuntando na mesma alguma porção de arroz ou de cevada pilada e grãos e algumas ervas, como aipo e azedas, e outras

desta natureza» para os que, já convalescentes, se pudessem alimentar; «carneiro, ou vaca (...) tapioca, ameixas e gingas passadas no caso de serem precisas, (...) ovos, arroz, cevada pilada, ou alface ou chicória cozida» para os demais enfermos convalescentes.

E havia ainda espaço para exceções:

«no caso de maior necessidade e de haver enfermos que por fastio apeteça algum frangão ou

outra qualidade de comida, lha poderiam receber.»

A leitura deste documento exige um enquadramento e um olhar diferente sobre os hospitais do século XVIII, onde, à época, recorriam sobretudo os mais desfavorecidos, que encontravam nestes espaços condições de repouso e alimentação de que não dispunham na sua vida quotidiana. E o repouso e uma alimentação reforçada eram, muitas vezes, a principal terapia.

Charter sent to the Capitania of Minas Gerais,
on the first of August 1755

The Marquis of Pombal // I make known to the Board of the Royal Exchequer of the Capitania of Minas Gerais that, having been settled, in a conference of physicians and surgeons in the Military Hospital of this Court, in conformity with what had already been determined in the Royal Hospital of this City regarding the food to be given to the sick, after having learnt from serious reflections and multiple experiments, and from the practice of all civilised nations, that the use of chickens for that purpose was an unsubstantiated chimerical concern, and even contradictory to the principles on which it was based; because, admitting that the sick and feverish should be sustained with thin and easily digestible food, they were given chicken substance, which caused the same fever. The King, my Lord, was served to order, in conformity with what is fortunately being practiced, in all the Royal and Military Hospitals of this Kingdom, that the enclosed copy be sent to the Board of the Public Exchequer, signed by Luís José de Brito, General Controller [of the General Accounts] of the Territory of the Domains of Rio de Janeiro, Eastern Africa and Portuguese Asia, which expounds the new regulation of what the food of the sick should consist, so that the Board may enforce it in the Military Hospital of that Capitania. The King, my lord, ordered it by the Marquis of Pombal of his Council of State. // Marquis of Pombal. By determination of the Most Illustrious and Most Honourable Lord Marquis of Pombal, a conference

was held at this Royal Military Hospital of the Court, between physicians Joaquim José Santa Ana e Brito and Manuel Raposo Pereira, and surgeon Teotónio dos Santos e Almeida, with Surgeon General of the Fleets, António José da Costa, in the presence of the almoxarife of the same hospital, Francisco António Roquete and [the] clerk, João Pinho da Costa, who determined the following:

That the standard use of chickens, which until now were given to the sick being treated in the aforementioned hospital, should be entirely abolished.

That those sick with fever, who due to the severity and seriousness of their illnesses should not eat, should be prescribed simple broths of veal and oatmeal for their standard use.

That the sick who are well enough to eat, and the convalescent, shall be prescribed boiled veal by itself, or with a portion of rice or hulled barley and grains and some greens, such as celery and sorrel, and others of this nature.

That, for those able to eat it, mutton or beef may be prescribed, as well as the aforesaid tapioca and dried plums and cherries if necessary, and, used in the same way, eggs, rice, hulled barley, or lettuce or chicory for the remaining sick and convalescent.

And that in the case of greater need and for patients who, through lack of appetite, crave only chicken or another type of food, it may thus be prescribed. Lisbon, the first of August 1775, Luís José de Brito.

Provisão dirigida à Junta da Administração da Real Fazenda da capitania das Minas Gerais, em o primeiro de agosto de 1775

O Marquês de Pombal // Faço saber à Junta da Administração da Real Fazenda da capitania das Minas Gerais, que havendo-se assentado, em conferência de médicos e cirurgiões no Hospital Militar desta Corte, na conformidade do que já se achava determinado no Hospital Real desta Cidade a respeito do alimento que se deve ministrar aos enfermos depois de se terem conhecido por sérias reflexões e multiplicadas experiências, e pela prática de todas as nações civilizadas que o uso das galinhas para aquele efeito, era uma preocupação quimérica insubsistente, e até, contraditória dos princípios em que se fundava; pois que confessando-se que os enfermos e febricitantes, deviam sustentar-se com mantimentos ténues e de digestão fácil, se lhes ministrava substância da galinha, fomento da mesma febre. Foi el-rei, meu senhor servido, ordenar em conformidade do que felizmente se está praticando, em todos os Hospitais Reais e Militares deste Reino, se remetesse a essa Junta da Fazenda a cópia inclusa, assinada por Luís José de Brito, contador geral [da Contadoria Geral] do Território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa, pela qual se vê o novo regulamento em que se assentou [e] devia consistir o alimento dos enfermos para que essa Junta o faça executar no Hospital Militar dessa Capitania. El-rei, meu senhor, o mandou pelo marquês de Pombal do seu Conselho de Estado. // Marquês de Pombal.

Por determinação do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marquês de Pombal, conferiram neste Hospital

Real Militar da Corte, os médicos do mesmo, Joaquim José Santa Ana e Brito e Manuel Raposo Pereira, e o cirurgião do banco, Teotónio dos Santos e Almeida, com o cirurgião mor das Armadas e do Regimento dos Cais, António José da Costa, em presença do almoxarife do mesmo hospital, Francisco António Roquete e [o] escrivão, João Pinho da Costa, o seguinte:

Que inteiramente se devia abolir o uso ordinário das galinhas que até agora mandavam dar aos enfermos que no sobredito Hospital se curavam.

Que os enfermos febricitantes que pela agudeza e gravidade das suas moléstias não deviam comer seriam obrigados a receitar-lhes caldos simples de vitela e de farinha de aveia por dita ordinária.

Que aos enfermos que estiverem em estado de poderem comer, e aos convalescentes lhes receitarão vitela simples cozida, ou ajuntando na mesma alguma porção de arroz ou de cevada pilada e grãos e algumas ervas, como aipo e azedas, e outras desta natureza.

Que aos mais que pudessem comer carneiro, ou vaca lha receitariam como também as ditas de tapioca e de ameixas e gingas passadas no caso de serem precisas, e da mesma sorte de que usavam de ovos, arroz, cevada pilada, ou alface ou chicória cozida para os mais enfermos convalescentes.

E que no caso de maior necessidade e de haver enfermos que por fastio apeteça algum frangão e outra qualidade de comida, lha poderiam receitar. Lisboa, o primeiro de agosto de 1775, Luís José de Brito.



Hospital Real de São José, Lisboa

São José Royal Hospital, Lisbon

The settings for this story

São José Royal Hospital
Named in honour of King Dom José, the hospital was inaugurated in 1775 as a successor to Royal All Saints' Hospital. Built between Praça da Figueira and the square known today as the Rossio, during the reign of King Dom Manuel I, the original hospital suffered severe damage in the earthquake of 1755.

The new hospital was installed in the former Jesuit college of Santo Antão-o-Novo, the ownership of which, with the expulsion of the Society of Jesus, had passed to the Crown. The college, too, did not escape the earthquake unscathed. For years, the remaining stonework

would be used in other buildings (Lisbon Medical School, The National Theatre), however the marble, mosaics, columns and the altarpiece of the main chapel were transferred to the Church of São José.

A range of works and necessary adaptations were carried out so that it could begin functioning as a hospital in 1775.

Vila Rica, Ouro Preto.

The military hospital of the Capitania of Minas Gerais was located in the city of Ouro Preto, originally named Vila Rica. With a history profoundly connected to the search for gold that started towards the end of the

17th century, Vila Rica/Ouro Preto was founded in 1711 through the merging of several villages. In 1720, it was chosen as the headquarters for the Capitania of Minas Gerais and, only ten years later, it would be home to around 40,000 inhabitants, making it the most populous city in all of South America.

Ouro Preto's historical centre, with its rich architectural and artistic heritage, has been well-preserved, and it received the designation of UNESCO World Heritage Site in 1980.



Vila Rica, Ouro Preto

Vila Rica, Ouro Preto

Os cenários desta história

Hospital Real de São José
Assim chamado em homenagem ao rei D. José, foi inaugurado em 1775. Sucedeu ao Hospital Real de Todos-os-Santos, inaugurado no reinado de D. Manuel I, erguido entre o atual Rossio e a praça da Figueira e que ficara severamente danificado no Terramoto de 1755. O novo hospital ficou instalado no antigo colégio jesuíta de Santo Antão-o-Novo que, com a expulsão da Companhia de Jesus, passara para a posse da Coroa. Também o colégio conheceu os efeitos do terramoto. Durante anos, a cantaria que restara foi sendo usada noutros edifícios (Escola Médica de Lisboa, Teatro

Nacional); já os mármore, mosaicos, colunas e o retábulo da capela-mor seguiram para a Igreja de São José. Enquanto hospital, também foram efetuadas obras diversas, desde logo as necessárias adaptações para que pudesse entrar em funcionamento, em 1775.

Vila Rica, Ouro Preto.

Era na cidade de Ouro Preto, inicialmente designada como Vila Rica, que se situava o hospital militar da capitania de Minas Gerais. Com a sua história profundamente ligada à exploração do ouro, iniciada em finais do século XVII, Vila Rica/Ouro Preto foi criada

em 1711 com a junção de vários arraiais. Em 1720, foi escolhida para sede da capitania de Minas Gerais e, apenas dez anos depois, tinha cerca de 40 000 habitantes, o que a tornava a cidade com mais população de toda a América do Sul.

Ouro Preto conservou o centro histórico com um rico património arquitetónico e artístico, estando inscrita como Património Mundial pela UNESCO desde 1980.



A rua Larga de São Roque e o imposto da décima
Rua Larga de São Roque and the *décima* tax

How can a tax tell us the history of a building, a street, a city, a country, a whole society?

Guided by one book in the archive of the *Décima* tax, in the Historical Archive of the Court of Auditors, we will discover the story of Rua Larga de São Roque, now Rua da Misericórdia, in Lisbon, 1779.

What kinds of buildings stood in this street? And how were they used? Who lived there and who owned businesses? What professions were most common?

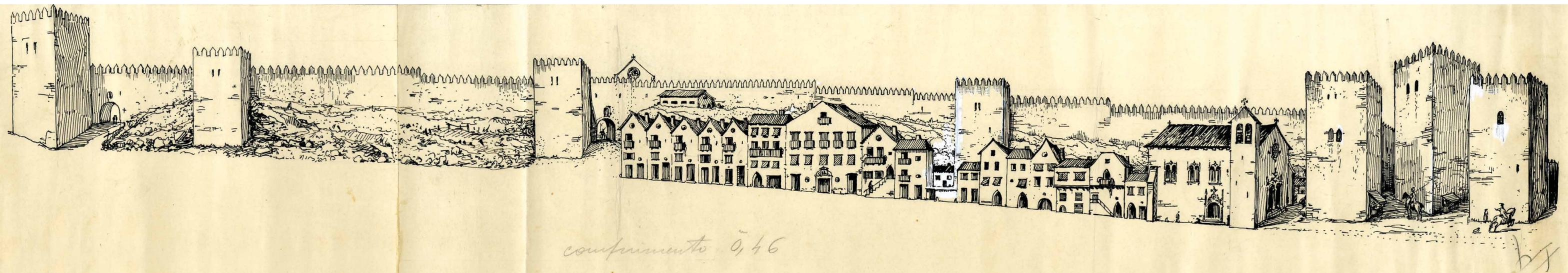
Rua Larga de São Roque, Lisbon, which is today known as Rua da Misericórdia, was built under orders from King Dom Sebastião. It followed the route linking the Santa Catarina Gates (one of the gates in the city walls built in the 14th century), near today's Largo do Chiado, to the mills at São Roque.

The contour of the street has changed little since it was built, despite the disappearance of the buildings adjoining the *cerca fernandina*, as well as the demolition of Trinity Convent.

In 1779, 100 years after the Parish of Encarnação was created, Rua Larga de São Roque reveals to us the state and progress of the restructuring and transformation of Lisbon following the earthquake of 1755.

The western end of Rua Larga de São Roque next to the *cerca Fernandina* (City walls built in the 14th century by King Dom Fernando), before the earthquake of 1755. To the left, the Álvaro Pais tower and, next to it, the São Roque wicket gate,

followed by a stretch of city wall featuring the Trindade door and a row of 16th century buildings in front, the last of which is the Church of Nossa Senhora do Loreto. Finally, to the right, the Santa Catarina Gates.



Como pode um imposto contar a história de um prédio, uma rua, uma cidade, um país, de toda uma sociedade?

Guiados por um dos livros do conjunto documental da *Décima*, do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, partimos à descoberta da rua Larga de São Roque, hoje rua da Misericórdia, na Lisboa de 1779.

Que tipo de prédios existiam nesta rua? E como eram ocupados? Quem lá vivia ou quem lá tinha os seus negócios? Que profissões se encontravam mais representadas?

A rua Larga de São Roque, em Lisboa, que hoje conhecemos como rua da Misericórdia, foi mandada abrir por D. Sebastião, no caminho que ligava as Portas de Santa Catarina (uma das portas da cerca fernandina próxima do atual Largo do Chiado) aos moinhos de São Roque.

Exterior à muralha, o traçado da rua pouco se alterou até hoje, apesar do desaparecimento dos edifícios construídos junto à cerca fernandina e da demolição do Convento da Trindade.

Em 1779, 100 anos após a criação da freguesia da Encarnação, a rua Larga de São Roque revela uma dinâmica e progresso que se enquadram na reestruturação e remodelação da cidade após o Terramoto de 1755.

O lado ocidental da rua Larga de São Roque encostado à *cerca fernandina* de Lisboa, antes do Terramoto de 1755. À esquerda, a torre de Álvaro Pais e, logo ao lado, o postigo de São Roque, seguindo-se um troço da cerca com

a porta da Trindade e uma fileira de edifícios quinhentistas encostados à cerca, sendo o último o da Igreja do Loreto. No final, à direita da imagem, as Portas de Santa Catarina.

Through records from this book, we learn of the property owners, their tenants and professions, the types of buildings and what they were used for, and the rents charged, among other details.

Of the various landlords, the largest was *Santa Casa da Misericórdia* [Lisbon Holy House of Mercy] with 21 tenants, all on the right-hand side of the street. On the same side, the Order of the Trinitarians had 14 tenants, the Royal College of Nobles had 11 and the Parish of Our Lady of Loreto had nine.

Next, the Count of Lousã and the Marquis of Alorna had 11 tenants each, and the Count of Lumiares seven.

Among the tenants, we can highlight Francisco Xavier Bontempo, musician at the *Câmara Real* who lived on the second floor of a building on the right-hand side of the street owned by the House of Mercy, for which he paid 50\$000 réis in rent. It was in this house that his son, João Domingos Bontempo, was born — a famous composer and pianist who would go on to become the first director of the National Conservatory of the Arts.

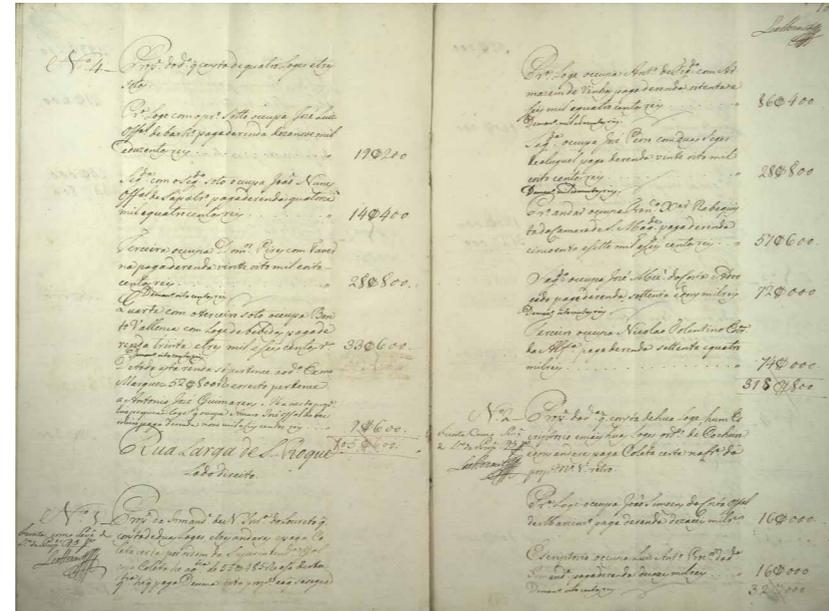
On the left-hand side of Rua Larga de São Roque, in a building owned by António Soares de Mendonça, we find Nicolau Maça, proprietor of a drinks store, for which he paid 38\$400 réis.

O nosso guia pela rua Larga de São Roque em 1779

Livro dos Arruamentos e lançamento da Décima das Propriedades, Maneios, da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação, do termo da cidade de Lisboa, para o ano de 1779

Our guide to Rua Larga de São Roque in 1779

Book of Decima tax collection, Parish of Nossa Senhora da Encarnação [Our Lady of the Incarnation], City of Lisbon in the year 1779



Nas fls. 10 a 20V, os assentamentos da rua Larga de São Roque, lado direito

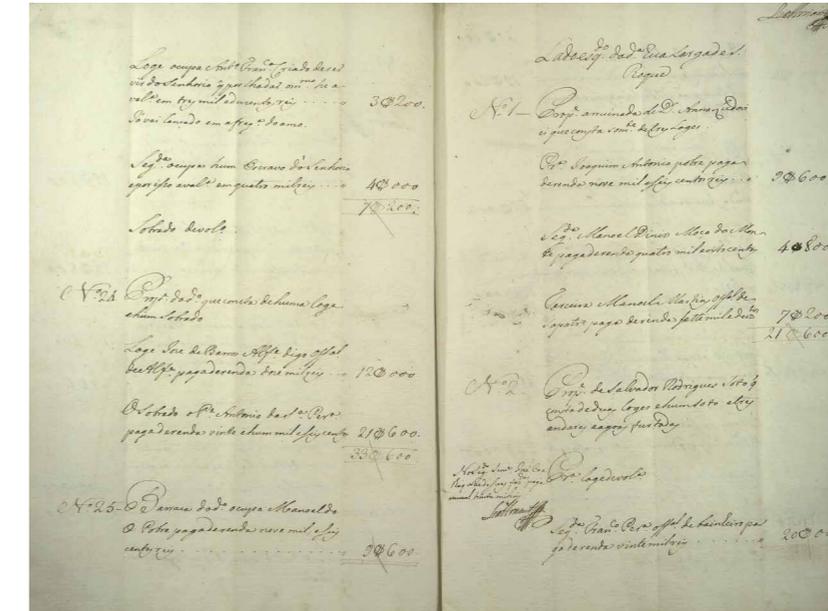
On folios 10 to 20V, the records of Rua Larga de São Roque, right-hand side

Através dos registos deste livro, conhecemos os proprietários, os arrendatários e as suas profissões, o tipo e utilização dos imóveis, as rendas cobradas, entre outros pormenores.

Dos vários proprietários de prédios de rendimento, destaca-se a Misericórdia, a maior proprietária de toda a rua, com 21 arrendatários, todos em prédios do lado direito. Também no mesmo lado da rua, a Ordem da Trindade tinha 14 arrendatários, o Real Colégio dos Nobres 11 e a Irmandade de Nossa Senhora do Loreto nove. Seguiu-se o conde da Lousã e o marquês de Alorna, com 11 arrendatários cada, e o conde de Lumiares, com sete.

Do lado dos arrendatários, podemos destacar Francisco Xavier Bomtempo, músico da *Câmara Real*, que vivia no 2.º andar de um prédio do lado direito da rua, propriedade da Misericórdia, pelo qual pagava 50\$000 réis de renda. Terá sido nesta casa que nasceu o seu filho João Domingos Bomtempo, famoso compositor e pianista que viria a ser o primeiro diretor do Conservatório Nacional.

Também neste lado da rua estava instalada a Direção das Águas Livres, num 1.º andar, propriedade de Dr. António José Pestana, com uma renda de 96\$000 réis.



Nas fls. 21 a 36, os assentamentos do lado esquerdo da rua Larga de São Roque

On folios 21 to 36, the records of Rua Larga de São Roque, left-hand side



Código QR para aceder ao conteúdo digital
QR code to access digital content

Also living on this side of the road was the Consul of Spain in Lisbon, who, for the third floor in a building owned by José Frederico Ludovice, paid a rent of 240\$000 réis.

Rua Larga de São Roque was also home to 13 clergyman and ten lawyers, all tenants. The highest rent — 650\$000 réis — was paid by João Batista Locatelli, who occupied “noble houses, a shop, a storehouse and four more ordinary houses”, which, though abandoned, were the property of the heirs of Dona Maria Antónia. Presumably of Venetian origin, he founded a cotton weaving factory in Aveiro, where he would die in 1795.

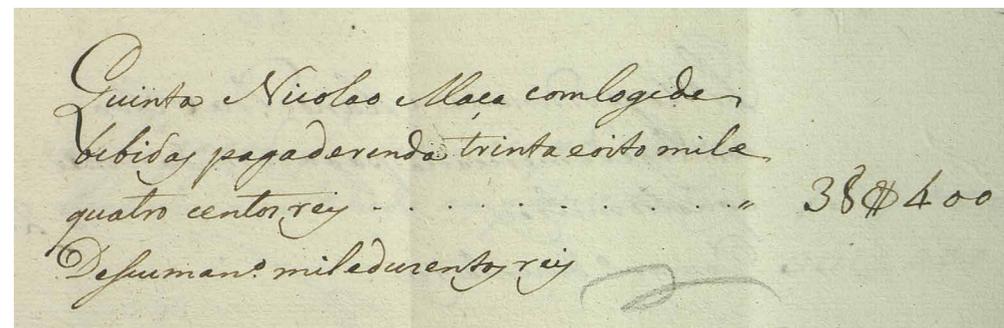
The next highest was a rent of 310\$000 réis, paid by the wine cellar of Luís Gaspar, which was installed in a building owned by José Félix da Cunha, on the left-hand side of the street.

The lowest rent was 3\$200 réis, paid by António Francisco, a servant employed by the owner of the building.

This street shows us, in a single year, the wealth of information held by the more than 7,000 books relating to the *Décima* Tax of the City of Lisbon and concerning the history of Lisbon and its inhabitants, the evolution of its occupation, the types of properties and how they were used, and the ways of life of the population. In short, one among many of the historic tales hidden in the accounts...

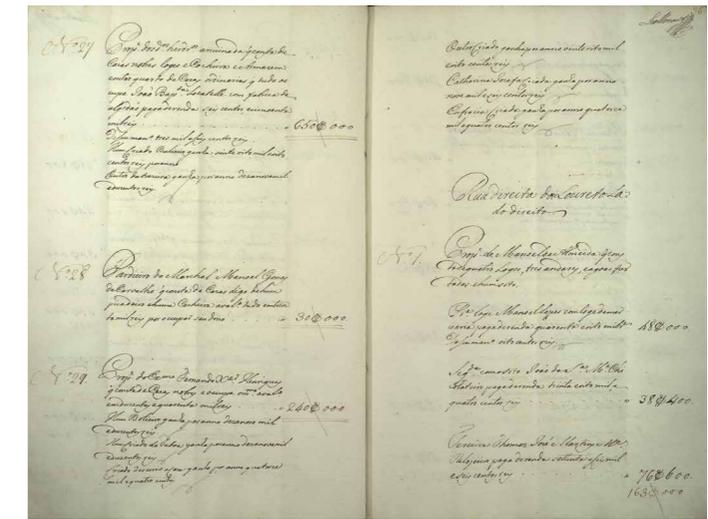
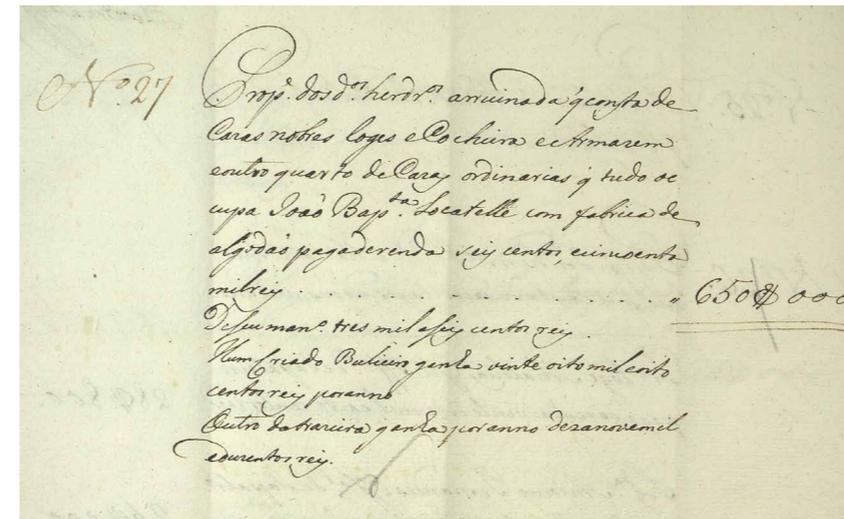
Nicolau Maça, ou Massa, com a alcunha de Talão, fundou em 1779 esta loja de bebidas, que viria a dar origem ao conhecido restaurante Tavares. Em 1784, mudaria para um outro edifício na mesma rua, onde permanece até hoje. A designação de Tavares advém do apelido dos dois irmãos — Manuel e António — que, em 1823, se tornaram proprietários do estabelecimento.

Nicolau Maça, or Massa, with the nickname Talão, founded this drinks store in 1779, which would later become the well-known restaurant Tavares. In 1784, it moved to another building in the same street, where it has remained until today. The designation Tavares derives from the surname of the two brothers — Manuel and António — who, in 1823, took over ownership of the establishment.



A fachada do restaurante Tavares, na rua da Misericórdia, n.º 37

The façade of the Tavares restaurant, in Rua da Misericórdia, number 37



No lado esquerdo da rua Larga de São Roque, num prédio de António Soares de Mendonça, encontramos Nicolau Maça, com uma loja de bebidas pela qual pagava 38\$400 réis.

Também neste lado da rua vivia o cônsul de Espanha que, por um 3.º andar num prédio de José Frederico Ludovice, pagava uma renda de 240\$000 réis.

Na rua Larga de São Roque, eram igualmente arrendatários 13 sacerdotes e dez advogados.

A renda mais elevada — 650\$000 réis — era paga por João Batista Locatelli, que ocupava «casas nobres, loja, armazém e outro quarto de casas ordinárias», mas arruinadas, propriedade dos herdeiros de D. Maria Antónia. Presumivelmente de origem veneziana, fundou uma fábrica de fiação de têxteis em algodão em Aveiro, onde viria a falecer em 1795.

Seguia-se a esta, a renda de 310\$000 réis, paga por um armazém de vinhos de Luís Gaspar, instalado em loja e andar de prédio de José Félix da Cunha, no lado esquerdo da rua.

A renda mais baixa, de 3\$200 réis, era paga por António Francisco, criado de servir do proprietário do prédio.

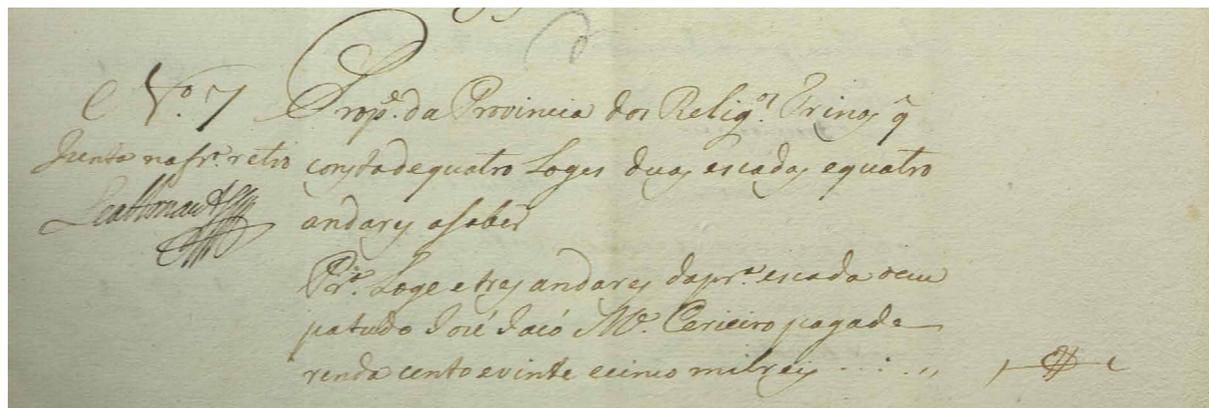
Por esta amostra da rua, num único ano, ficamos com uma ideia da riqueza da informação que os mais de 7000 livros relativos à *Décima* da Cidade de Lisboa contêm para a história da cidade e dos seus habitantes, da evolução da ocupação do espaço, do tipo de propriedade e do seu uso, dos modos de vida da população, enfim, mais uma entre muitas histórias que as contas nos contam...

The many professions of the inhabitants of Rua Larga de São Roque

The records of the *Décima* tax collection in Rua Larga de São Roque in 1779 give us precious information about the professions of its inhabitants: *albardeiro* (saddle maker); *alfaiate* (tailor); *armador* (armourer), *bainheiro* (scabbard maker); *banqueiro* (banker); *barbeiro* (barber); *boticário* (apothecary, master and apprentice); *boleiro* (coachman); *busca caixas da Alfândega* (employed by the Customs House to identify incoming parcels by their labels and prepare them for dispatch); *cabeleireiro* (hairdresser, master and apprentice); *caixeiro* (shop attendant); *caldeireiro* (boiler/cauldron maker); *capelista* (haberdasher); *capitão* (captain); *carpinteiro* (carpenter); *carpinteiro de seges* (makes seges, carriages with two wheels and one seat);

cerieiro (candlemaker); *chocolateiro* (chocolatier); *cirurgião* (surgeon); *proprietário de seges de aluguer* (owns seges for rental); *confeiteiro* (confectioner); *Consul de Espanha* (Spanish Consul); *contador dos contos* (accounts controller); *correeiro* (leatherworker); *criado* (servant); *cutileiro* (bladesmith, master and apprentice); *dentista* (dentist); *entalhador* (carver); *escriturário da Misericórdia* (clerk of the House of Mercy); *escrivão do Reino* (Royal scribe); *esteireiros* (makes and sells mats); *ferrador* (farrier); *guarda da Alfândega* (Customs guard); *livreiro* (bookseller, master and apprentice); *marceneiro* (joiner); *medico* (doctor); *mercador de mercearias* (owner of a market shop who sells buttons, ribbons, combs, scissors and other small goods); *mestre de obras* (master builder); *músico (de Salteiro)* (musician who plays stringed

instruments, such as the harp or lute); *músico (rabequista, fiddler)*; *músico (de S. Majestade e da Patriarcal)* (court musician to the King); *negociante* (merchant); *oficial da Fazenda Real* (Royal Exchequer official); *oficial de canteiro* (stonework official); *opositor a lugares* (he who fulfils the same position, title or chair as another); *ourives* (goldsmith); *papelista* (stationer); *pasteleiro* (pastry maker, master and apprentice); *pedreiro* (stonemason); *porteiro da Mesa Censória* (doorman for the Censor's Office); *procurador* (prosecutor); *professor de grego* (Greek teacher); *relojoeiro* (watchmaker, master and apprentice); *sapateiro* (shoemaker); *soldado* (soldier); *sombreireiro* (sells hats and sun hats); *tabelião* (notary); *taberneiro* (taverner); *tanoeiro* (cooper); *tendeiro* (street seller); and *tenente* (lieutenant).

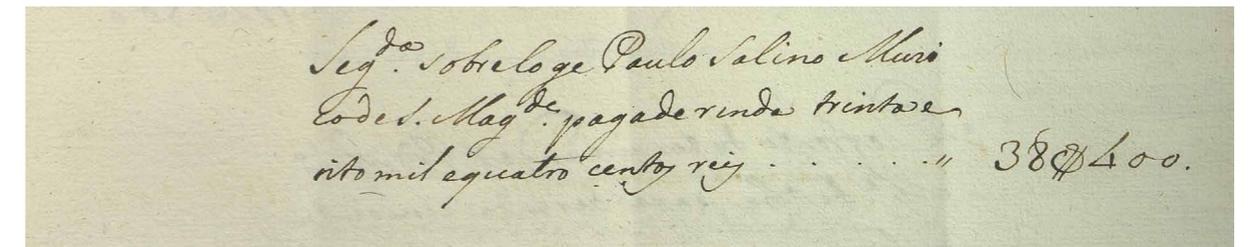
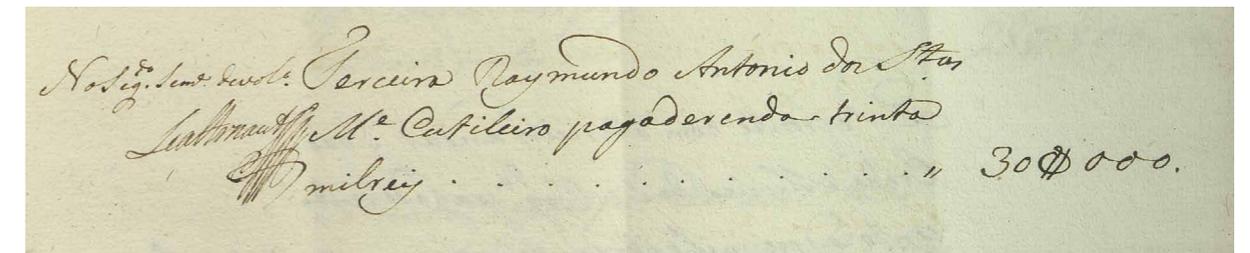


Alguns dos mil ofícios existentes à época

Nos registos de lançamento da *Décima* da Rua Larga de São Roque em 1779, encontramos informação preciosa sobre os ofícios dos seus habitantes: *albardeiro* (faz albardas); *alfaiate*; *armador*; *bainheiro* (faz bainhas de espadas); *banqueiro*; *barbeiro*; *boticário* (mestre e oficial); *boleiro* (cocheiro que monta a besta de sela nas seges); *busca caixas da Alfândega* (oficial da Alfândega, que busca pelas marcas as caixas que a ela iam para serem despachadas); *cabeleireiro* (mestre e oficial); *caixeiro*; *caldeireiro*; *capelista*; *capitão*; *carpinteiro*; *carpinteiro de seges*

(carruagem antiga, com duas rodas e um só assento); *cerieiro* (faz velas de cera); *chocolateiro*; *cirurgião*; *proprietário de seges de aluguer*; *confeiteiro*; *cônsul de Espanha*; *contador dos contos*; *correeiro*; *criado*; *cutileiro* (mestre e oficial); *dentista*; *entalhador*; *escriturário da Misericórdia*; *escrivão do Reino*; *esteireiros* (faz e vende esteiras); *feitor da Mesa da Fruta*; *ferrador*; *guarda da Alfândega*; *livreiro* (mestre e oficial); *marceneiro*; *médico*; *mercador de mercearias* (que tem loja de mercearia e vende botões, fitas, pentes, tesouras e outras miudezas); *mestre de obras*; *músico (de saltério)* (músico de cordas, toca um

instrumento como harpa e alaúde); *músico (rabequista)*; *músico (de S. Majestade e da Patriarcal)*; *negociante*; *oficial da Fazenda Real*; *oficial de canteiro*; *opositor a lugares* (aquele que pretende o mesmo ofício, dignidade ou cadeira que outro); *ourives*; *papelista*; *pasteleiro* (mestre); *pedreiro*; *porteiro da Mesa Censória*; *procurador*; *professor de grego*; *relojoeiro* (mestre e oficial); *sapateiro*; *soldado*; *sombreireiro* (que vende chapéus ou sombreros); *tabelião*; *taberneiro*; *tanoeiro* (que faz tonéis, pipas e barris); *tendeiro* e *tenente*.



À esquerda
Registos relativos a um mestre cerieiro

À direita
Registos relativos a um mestre cutileiro e a um músico

Left
Records related to a master candlemaker

Right
Records related to a master bladesmith and a musician

The Décima Tax

Created in 1641, the *Décima* Tax aimed to ensure the maintenance of a permanent army that could defend the country.

In 1762, during the reign of King Dom José, the tax was relaunched with the same objective: to supplement defence expenses in the year that Portugal was invaded three times by French and Spanish troops, in the context of the Seven Years' War.

The *Décima* was a general contribution of 10% on the value of buildings, professions and salaries, borrowed capital and profits from industry and commerce, and fell on everyone, including hired workers.

The recording of payments was carried out locally in dedicated books according to the revenue in question (street areas, rural and urban buildings, professional tax, interest and others). These were organised by parish and, within each parish, street by street, building by building (left and right, when these existed), stating the name of the property owner and tenants, leases, rents and, sometimes, the tax corresponding to the tenant's profession ("maneios").

Covering as they do such a broad range of the population and revenues, these payment books constitute one of the best sources for studying the social structure of the era.

The *Décima* was the principal tax on revenues until the creation of property tax (1852), industrial tax (1860) and interest tax (1887).

*Loço com o jur. Sotto occupa José Luiz
Offal de barbi. pagaderenda dezanove mil
cento e rey 19\$200*

*Loço com o seg. soto occupa João Nunes
Offal de sapati. pagaderenda quatorce
mil e quatrocento rey 14\$400*

*Terceira occupa Dom. Pires com Taver
na pagaderenda vinte oito mil e oito
cento rey 28\$800.*

Demora oito cento rey

*a quarta com o terceiro soto occupa Ben
to Vallencia com loço de bebida pagade
renda trinta e tres mil e seis cento r. 33\$600.*

Demora oito cento rey

*De toda esta renda se pertence a o. Exmo
Marquez 52\$800 e o resto pertence
a Antonio José Guimarães. Ho nes da jur. q.
Luo pequena loço q occupa Amaro Ine offal de bai
mão paga derenda nove mil e seis cento rey 9\$600.*

Rua larga de S. Roque 50\$600.

Lado direito.

O Imposto da Décima

Criado pelas Cortes de 1641, o imposto da *Décima* teve como propósito assegurar a manutenção de um exército que garantisse permanentemente a defesa do País.

Em 1762, no reinado de D. José, o imposto foi relançado com a mesma finalidade: acudir às despesas de defesa no ano em que, no contexto da Guerra dos Sete Anos, Portugal foi por três vezes invadido por tropas francesas e espanholas.

A *Décima* era uma contribuição geral com uma taxa 1/10 que incidia sobre prédios, ofícios e ordenados, capitais emprestados a juros e lucros da indústria e do comércio e que recaía sobre todos, incluindo artífices e jornaleiros.

O registo da cobrança era feito localmente em livros específicos consoante o rendimento a que diziam respeito (arruamentos, prédios rústicos e urbanos, maneios, juros e outros). Eram organizados por freguesias e, dentro destas, rua por rua, prédio por prédio (com lado direito e lado esquerdo da rua, sempre que existiam), onde constava o nome do proprietário do imóvel e dos arrendatários, os foros, as rendas e, por vezes, o imposto correspondente à sua profissão (maneios).

Abrangendo um tão largo espectro de rendimentos e da população, os livros de registo da cobrança deste imposto constituem uma das principais fontes para o estudo das estruturas sociais da época.

A *Décima* foi o imposto principal sobre os rendimentos até à criação da contribuição predial (1852), da contribuição industrial (1860) e da contribuição de juros (1887).



Placa existente no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas que identificava a localização no depósito do subconjunto documental da Décima da Cidade

Plaque from the Historical Archive of the Court of Auditors identifying the location of the *Décima* tax archive

The *Décima* tax archive in the Historical Archive of the Court of Auditors

When the *Décima* tax was relaunched on 26 September 1762, it set in motion the intensive production of documents relating to its application. The *Décima* collection record books were delivered to the Royal Treasury, so that the accounts prepared by those responsible for registering and collecting the tax locally could be adjusted. This was the origin of one of the largest holdings of the Historical Archive of the Court of Auditors – the *Décima* tax archive, with more than 14,000 books from the period 1762 to 1834. It includes two sub-archives: City *Décima* Tax (of the City of Lisbon and its surroundings, with 7,268 books) and the Provincial *Décima* Tax (of the Provinces of Estremadura – Leiria, Santarém, Tomar, Torres Vedras, with 6,856 books).

O conjunto documental da *Décima*

Quando, em 26 de setembro de 1762, o imposto da *Décima* foi relançado, teve início uma intensa produção documental relativa à cobrança deste imposto. Os livros de registo da cobrança da *Décima* deram entrada no Erário Régio para o ajustamento das contas dos responsáveis que faziam o assentamento e recolha deste imposto a nível local. Assim teve origem um dos maiores acervos do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas – o conjunto documental da *Décima*, com mais de 14 000 livros, dos anos de 1762 a 1834; inclui dois subconjuntos: *Décima* da Cidade (Cidade de Lisboa e seu Termo, com 7268 livros) e *Décima* da Província (Província da Estremadura – Leiria, Santarém, Tomar, Torres Vedras, com 6856 livros).



Rua de São Roque na primeira década do século xx

Rua de São Roque in the first decade of the 20th century

After council deliberations on 27 October 1910, and in homage to the republican journal O Mundo, whose main façade looked onto this road, the name was changed to Rua do Mundo, until, in 1937, it was given its current name – Rua da Misericórdia.

The contour of this road has changed little, apart from the final stretch that today ends at Largo Trindade Coelho and before ended, approximately, where the Glória Funicular stands today, in São Pedro de Alcântara. The name Rua Larga de São

Roque was shortened to Rua de São Roque in 1889. After council deliberation on 27 October 1910, and in homage to the republican journal *O Mundo*, whose main façade looked onto this road, the name was changed to Rua do Mundo until, in 1937,

it was given its current name – Rua da Misericórdia. Still today, as you climb Rua da Misericórdia, your path is marked at the start by the Church of Nossa Senhora do Loreto and, at the top, by São Roque Church.



Rua da Misericórdia em 2024

Rua da Misericórdia in 2024

Por deliberação camarária de 27 de outubro de 1910, em homenagem ao jornal republicano O Mundo cuja fachada principal dava para esta rua, passou a designar-se rua do Mundo, até que, em 1937, tomou a designação atual – rua da Misericórdia.

O traçado desta rua pouco foi alterado, exceto no troço final que hoje termina no Largo Trindade Coelho e antes terminava, aproximadamente, onde hoje se situa o Elevador da Glória, já em São Pedro de Alcântara. De rua Larga de São Roque, viu

a sua designação encurtada para simplesmente rua de São Roque, em 1889. Por deliberação camarária de 27 de outubro de 1910, em homenagem ao jornal republicano *O Mundo* cuja fachada principal dava para esta rua, passou a designar-se rua do

Mundo, até que, em 1937, tomou a designação atual – rua da Misericórdia. Ainda hoje, subindo a rua da Misericórdia, o percurso é marcado no seu início pela Igreja de Nossa Senhora do Loreto e, no topo, pela Igreja de São Roque.



Church of Nossa Senhora do Loreto: the Church of Italians in Lisbon
This church was built on the initiative of the Italian community living in Lisbon in the 16th century. Opened to the congregation in 1522, it was given direct protection by the Pope and affiliated to the Archbasilica of Saint John Lateran (Cathedral of Rome). In 1551, the Our Lady of Loreto Parish was established, with its headquarters in the church. The church was destroyed by two fires: the first in 1651, after which it was rebuilt within ten years; the second, on 1 November 1755. Although it was not damaged by the earthquake itself, the church

was destroyed by an ensuing fire that spread from an adjoining building. In 1860, the churchyard was demolished and replaced by two stairways leading to the church doors, one in Largo do Chiado and the other in Rua da Misericórdia.

Igreja de Nossa Senhora do Loreto: a Igreja dos Italianos em Lisboa
A igreja foi edificada por iniciativa da comunidade italiana residente em Lisboa no século XVI. Aberta ao culto em 1522, ficou sob a direta proteção do papa e agregada à Basílica de São João de Latrão (Sé de Roma).

Em 1551, é criada a paróquia de Nossa Senhora do Loreto, ficando sedeada na igreja. A igreja foi destruída por dois incêndios: o primeiro, em 1651, sendo reconstruída em dez anos; o segundo, em 1 de novembro de 1755. Embora não tivesse ficado danificada pelo terramoto, a igreja foi destruída pela propagação do incêndio que lavrou num edifício vizinho. Em 1860, o adro da igreja foi demolido, tendo sido construídas duas escadarias de acesso às duas portas da igreja, uma no Largo do Chiado, outra na rua da Misericórdia.



São Roque Church
Thirteen years after it arrived in Portugal on the invitation of King Dom João III, the Society of Jesus built, on the existing hermitage of São Roque, its first church and professed house (one of the first in the world), which would also be the headquarters of the order in Portugal. With the expulsion of the Society of Jesus in 1759, the church and professed house and all of its goods were donated, in 1768, to the *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, for use as a Home for orphans and abandoned children. Built in the 16th century to a design by Filipe Terzi, in

partnership with Afonso and Bartolomeu Álvares, this extraordinary church has a richly decorated interior, and has been a designated national monument since 1910.

Igreja de São Roque
Treze anos após a sua chegada a Portugal a convite de D. João III, a Companhia de Jesus constrói, na já existente ermida de São Roque, a sua primeira igreja e casa professa (e uma das primeiras em todo o mundo), que será também a sede da Ordem no nosso País. Com a expulsão da Companhia de Jesus em 1759, a igreja

e casa professa, com todos os seus bens, foram doadas, em 1768, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para estabelecimento do Recolhimento das órfãs e expostos. Edificada no século XVI, sob risco de Filipe Terzi, com a colaboração de Afonso e Bartolomeu Álvares, esta extraordinária igreja com interior ricamente decorado é monumento nacional desde 1910.



A reedificação do Aqueduto de Óbidos
Rebuilding the Óbidos Aqueduct

The queen granted the wish of the people of Óbidos and decided to order, by Decree, the rebuilding of its aqueduct due to “lack of water proper for being used”.

This is a chapter that demonstrates the importance of aqueducts for the development of populations.

The history of population centres, no matter of what size, has always been closely dependent on access to water resources. Capturing, redirecting, distributing and supplying water to urban centres has been, over time, a challenge that is both technical and financial in nature.

An example of this in Portugal is its aqueducts, constructions that have existed since the time of the Roman Empire and which continued to be built between the 15th and 18th centuries, with some still standing in our landscape today.

This story is about one of them, the Óbidos Aqueduct, also known as the Usseira Aqueduct, built in 1573 by Queen Dona Catarina of Austria, wife of King Dom João III.

Its importance to the town of Óbidos was undeniable. Six kilometres in length, it featured an aerial span reaching from Vale dos Arcos to the gates of Óbidos and two underground sections, one next to the source and the other ending inside the village at the Santa Maria Fountain, which supplied the local population. Later, it would also be used to transport water to other fountains and taps in Óbidos, thus becoming indispensable for the village inhabitants.

However, the condition of the aqueduct deteriorated over time and the population began to complain of the ruinous state of the Arches and the “Aqueducts of the fountain”, which began to hinder the water supply. Such was the case that, in 1788, the Council and people of Óbidos complained to Queen Dona Maria I of the “lack of water proper for being used”, as attested in the Queen’s Decree for the rebuilding of the Óbidos Aqueduct, dated the same year.

In the decree, Queen Dona Maria I acknowledged the motive for the complaint and ordered the president of the Royal Treasury, the Viscount of Vila Nova de Cerveira, to rebuild the aqueduct, with the works being paid for by the Royal Treasury. Leading the project was the architect Manuel Caetano de Sousa, who had designed the Palace of Ajuda in Lisbon, and who was made responsible for the design and execution of the works.

A rainha acedeu ao desejo do povo de Óbidos e decidiu ordenar, por decreto, a reedificação do aqueduto por «falta de água capaz».

Um capítulo que mostra a importância dos aquedutos para o desenvolvimento das populações.

A história dos aglomerados populacionais, qualquer que seja a sua dimensão, sempre esteve fortemente condicionada pelo acesso a recursos hídricos. Captar, conduzir, distribuir e abastecer de água os centros urbanos foi, ao longo dos tempos, um desafio técnico e também financeiro.

Exemplo disso em Portugal são os aquedutos, estruturas presentes desde o tempo do Império Romano e que continuaram a ser erguidos entre os séculos xv e xviii, destacando-se ainda hoje na nossa paisagem.

Esta história fala sobre um deles, o Aqueduto de Óbidos, também conhecido por Aqueduto da Usseira, mandado construir em 1573 por D. Catarina de Áustria, mulher do rei D. João III.

A sua importância nesta vila de Óbidos foi inegável. Estendia-se por seis quilómetros, com um troço aéreo desde o Vale dos Arcos até às portas de Óbidos e dois troços subterrâneos, um junto à nascente e outro já no interior da vila até ao Chafariz de Santa Maria, onde se abastecia a população. Posteriormente, chegaria também a transportar água para mais chafarizes e bebedouros da vila, tornando-se indispensável para os habitantes de Óbidos.

Contudo, o aqueduto foi-se degradando e a população começava a queixar-se do estado de ruína em que se encontravam os Arcos e os «Aquedutos da fonte», que começavam a dificultar o abastecimento. E tanto era assim que, em 1788, a Câmara e o povo de Óbidos queixaram-se a D. Maria I da «falta de água capaz para o seu uso», como o atesta o Decreto da Rainha para a reedificação do Aqueduto de Óbidos, datado daquele mesmo ano.

No decreto, a rainha D. Maria I reconheceu a razão da queixa e ordenou ao presidente do Erário Régio, o visconde de Vila Nova de Cerveira, que se reedificasse o aqueduto, com as obras a serem custeadas pelo Erário Régio. À frente das obras destacou-se o arquiteto Manuel Caetano de Sousa, autor do projeto do Palácio da Ajuda, em Lisboa, que ficou responsável pelo plano e direção dos trabalhos.

Havendo-me representado a Camara, e
 Povo da Villa de Obidos, a necessidade em que se achavam por falta de
 agua Capaz, p^o seu uso, e se haverem arruinado os Arcos, e Aqueductos da
 fonte da mesma Villa, sendo-me outro Simpremente, em Consulta do Conselho
 da Fazenda, Estado, e por varias informacoes a q^{as} mandei proceder, nao
 somente a grande precisão, q^{ue} ha de se reedificarem os mesmos Arcos, e Aqued-
 ductos, mas tambem q^{ue} a dita obra, devia ser feita p^{or} conta da mesma Fazenda,
 e Estado. Sou servida q^{ue} o Visconde de Vila Nova da Cerveira, q^{ue} serve de Preside-
 nte do Meu Real Erario, mande proceder, a ditta reedificacao, de baixo da Ins-
 pecção do Sargento Mor, e Manuel Caetano de Sousa, e conforme o plano, e
 orçamento, q^{ue} elle tem feito da dita obra. Sou outrossim servida, que
 pelo Cofre das Rendas da Sobredita Fazenda, e Estado se lhe entregue em
 cada mes um conto de reis, p^{ara} satisfazer a sobreditta Despesa, da qual
 a presentará na Contadoria g^{eral} Espectiva, as Competentes Folhas, Publicadas
 pelo mesmo Visconde, e lhe servirem de abono, a encontro do q^{ue} assim for
 recebido. E q^{ue} nesta conformid^e, se lhe entregar, sera levado em conta ao The-
 soureiro Mor do Real Erario, e este Decreto somente, sem embargo de qualq^{ue}
 Lei, Regimento, ou Ordem em contrario. O mesmo Visconde de Vila
 Nova da Cerveira, o tenha assim entendido, e faça executar. Villa das
 Caldas 26 de Mayo de 1788 // com a rubrica de Sua Mage^{stade} Reg^{ia}
 a fls. 15^a Cumprase e Registre-se Lisboa 7 de Junho de 1788 // com a
 rubrica do Visconde que serve de Preside^{nte} do Erario Regio.

Decreto da rainha D. Maria I para a reedificação do Aqueduto de Óbidos,
 sob a direção de Manuel Caetano de Sousa. 26 de maio de 1788

Decree of Queen Dona Maria I for the rebuilding of the Óbidos Aqueduct,
 under the leadership of Manuel Caetano de Sousa. 26 May 1788

Havendo-me representado a Camara, e Povo da vila
 de Óbidos, a necessidade em que se achavam por falta
 de água capaz para o seu uso, por se haverem arrui-
 nado os Arcos e Aquedutos da fonte da mesma vila, e
 sendo-me outrossim presente, em consulta do Conse-
 lho da Fazenda e Estado, e por várias informações a
 que mandei proceder, não somente a grande precisão,
 que há de se reedificarem os mesmos Arcos, e Aquedu-
 tos mas também que a referida obra, devia ser feita
 por conta da mesma Fazenda e Estado. Sou servida
 que o Visconde de Vila Nova da Cerveira, que serve
 de Presidente do Meu Real Erário, mande proceder, a
 dita reedificação, de baixo da inspeção do Sargento
 Mor, Manuel Caetano de Sousa, e conforme o plano,
 e orçamento, que ele tem feito da referida obra. E sou
 outrossim servida, que pelo Cofre das Rendas da so-
 bredita Fazenda e Estado, se lhe entregue em cada
 mês um conto de réis, para satisfazer a sobredita des-
 pesa, da qual apresentará na Contadoria Geral res-
 petiva, as competentes folhas, rubricadas pelo mesmo
 Visconde, para lhe servirem de abono, a encontro do
 que assim for recebendo. E o que nesta conformidade
 se lhe entregar, será levado em conta ao Tesoureiro
 Mor do Real Erário, por este decreto somente, sem
 embargo de quaisquer leis, regimentos, ou ordens em
 contrário. O mesmo Visconde de Vila Nova da Cervei-
 ra o tenha assim entendido, e faça executar. Vila das
 Caldas 26 de maio de 1788 // com a rubrica de Sua
 Majestade. Registado a fls. 15, cumpra-se e registre-se.
 Lisboa 7 de junho de 1788 // com a rubrica do Visconde
 que serve de Presidente do Erário Régio.

Having been represented to me by the Council and Peo-
 ple of Óbidos, the need in which they found themselves
 for lack of water proper for their use, due to the certain
 state of ruin in which the Arches and Aqueducts of the
 fountain of the same town were to be found to be in,
 and with other information also brought to my atten-
 tion, in consultation with the Council of the Excheq-
 uer and State, that I specified in no uncertain terms,
 not only the great need to rebuild the same Arches and
 Aqueducts, but also that the said work should be car-
 ried out on behalf of the same Exchequer and State. I
 am authorised to order the Viscount of Vila Nova da
 Cerveira, who serves as President of my Royal Treas-
 ury, to carry out the aforesaid rebuilding under the
 supervision of the Sargeant-Major, Manuel Caetano
 de Sousa, and in accordance with the plan and budget
 he has drawn up of the said work. And I am further
 ordered that the Revenue Coffers of the aforemen-
 tioned Exchequer and State, be delivered each month
 one conto of réis, to satisfy the aforesaid expense, for
 which it will present to the respective General Ac-
 counts, the competent records, initialled by the same
 Viscount, to serve as an advance, to meet what is thus
 received. And what is delivered to him in this conform-
 ity will be accounted for to the Head of Treasury of the
 Royal Treasury, by this decree alone, without prejudice
 of any laws, regiments, or orders to the contrary. May
 the same Viscount of Vila Nova da Cerveira have it so
 understood and enforce it. Vila das Caldas, 26 May
 1788 // with the rubric of Her Majesty. Recorded on
 page 15, to be confirmed and registered. Lisbon, 7 June
 1788 // with the rubric of the Viscount, who serves as
 President of the Royal Treasury.

Fulfilling its mission, the Royal Treasury administered and supervised the expenses of the works through the Coffers of the Queens' House.

The records of the expenses from the rebuilding works on the Óbidos Aqueduct in the years 1788, 1790, 1791, 1793 and 1797 appear in the Ledger book of accounts of the Revenues of the House and State of Our Lady the Queen, collected by the General Accounts of Western Africa, Territory of the Relação da Baía and Dependent Governments

Despesa com a Reedificação dos Arcos, e Aqueductos da Fonte da Villa de Obidos.		Deze		Ha de haver.	
1788, Agosto, 20	Caixa	Pago a M ^{te} C ^{da} d ^{ta} C ^{da} Dep ^{ta} de S ^{ta} de corr ^{ta} , a dep ^{ta} de 21 de Junho até 19 de Julho pass ^{ta}	116	231	865
Outubro, 1	d ^{ta}	d ^{ta} de 23 de Julho, d ^{ta} de 20 de Julho até 30 de Julho		20	268965
Novembro, 27	d ^{ta}	d ^{ta} de 20 de corr ^{ta} , d ^{ta} de 1 ^{ta} de Julho até 25 de Set ^{br} pass ^{ta}	120	1418	745
				<u>3677</u>	<u>575</u>
1790, Agosto, 20	d ^{ta}	d ^{ta} de 18 de corr ^{ta} , d ^{ta} de 26 de corr ^{ta} 1788 até 3 de Junho de 89	114	455	330
1791, Janeiro, 21	d ^{ta}	d ^{ta} de 3 de Set ^{br} do anno pass ^{ta} até 16 de Set ^{br} do mesmo anno	119	633	740
Abril, 13	d ^{ta}	d ^{ta} de 20 de Fev ^{ro} até 26 de Março do corr ^{ta} anno		234	270
Julho, 12	d ^{ta}	d ^{ta} de 9 de corr ^{ta} de 27 de Março até 4 de Junho	155	547	110
Setembro, 7	d ^{ta}	d ^{ta} por Dep ^{ta} de 23 de Set ^{br} , a dep ^{ta} de 5 de Junho até 13 de Set ^{br}		497	980
Outubro, 17	d ^{ta}	d ^{ta} por d ^{ta} de 6 de corr ^{ta} , a d ^{ta} de 14 de Set ^{br} até 17 de Julho	157	391	745
Novembro, 21	d ^{ta}	d ^{ta} por d ^{ta} de 14 de corr ^{ta} , a d ^{ta} de 19 de Set ^{br} até 29 de Set ^{br}		748	435
				<u>3053</u>	<u>280</u>
1793, Junho, 18	d ^{ta}	d ^{ta} por d ^{ta} de 23 de Maio pass ^{ta} , a dep ^{ta} de 15 de Fev ^{ro} de 22 até 16 de Fev ^{ro} de 23	170	4136	700
1796, Dezembro, 12	Caixa	d ^{ta} por d ^{ta} de 13 de Novembro pass ^{ta} , a dep ^{ta} de 19 de Fev ^{ro} até 27 de Fev ^{ro} de 1794	194	1695	740
1788, Dezembro, 31	Do Erário da Casa, e Estado das Sr. ^{as} Rainhas	Por Balança	129	3677	575
1790, Dezembro, 31	Do Dito	Por Balança	135	455	330
1791, Dezembro, 31	Do Dito	Por Balança	135	3053	280
1793, Dezembro, 30	Do Dito	Por Balança	126	4136	700
1796, Dezembro, 30	Do Dito	Por Balança	125	1695	740

Cumprindo a sua missão, o Erário Régio administrou e fiscalizou as despesas da obra através do Cofre da Casa das Senhoras Rainhas.

Os registos das despesas com as obras da reedificação do Aqueduto de Óbidos nos anos de 1788, 1790, 1791, 1793 e 1797 constam do Livro mestre das contas dos Rendimentos da Casa e Estado da Rainha Nossa Senhora que se arrecadam pela Contadoria Geral da África Ocidental, Território da Relação da Baía e Governos de Sua Dependência

de Matrona per temp. in quibusdam...
ao Ministro na Corte de Londres pelo sig. de...
24528922 e sup. daquelle Secretaria: tudo not. q. do corr. anno...

Junho

14

Adida... Pago ao Presidente nomeado dos Estados Unidos d'America
a saber: 16000000 de ajuda de custo; e 2560000 pelo vencim. de 11 me
zadas ate Mayo do corr. anno de 1800 e 11 mezes p. ult. favor de custo. N. 460

17

Adida... Pago a João Theodoros Koster a assistencia q. fez com o seu
fins a Agosto do anno de 1800, encarregado dos Neg. de Portugal na de Vienna
e Austria e sup. daquelle Secretaria not. q. do corr. anno...

20

Adida... Pago aos seg. arabes: 30586000 a Simão de Moraes e
16174928 a Fran. Maria Bossi p. sup. das Secretarias de Legacao de
Paris desde o de Outubro do anno pp. ate fim de Março do corr. anno. N. 477, 482

O primeiro diplomata português
nos Estados Unidos da América
The first Portuguese diplomat
in the United States of America

Julho

12

Adida... Pago aos seg. arabes: 27946000 ao Ministro na Corte de
Copenhague e sup. daquelle Secretaria not. q. do corr. anno e 34442674 a
Paula Jorge pelo q. mandou pagar na Corte de Haaga a proprietaria
das Armas em q. reside o Ministro de Portugal. N. 532, 533

17

Adida... Pago aos seg. arabes: 38666600 ao Ministro na Corte de



PENN'S TREE, with
The City & Port of PHILADELPHIA, on the River Delaware from Kensington.

Published as the Act direct by W. Birch, Springland Cot, near Bristol, 1800.

A cidade e o porto de Filadélfia em 1800

The city and port of Philadelphia in 1800

4 July 1776

IN PHILADELPHIA, the 13 British Colonies of North America became independent from Great Britain. The act was formalised in the Declaration of Independence ratified by the Second Continental Congress in Philadelphia. Its principal author was Thomas Jefferson, one of the founding fathers of the American nation and the third President of the United States of America.

“These United Colonies are, and of Right ought to be Free and Independent States.”

Extract from the Declaration of Independence

IN LISBON, a decree was signed that prohibited the entry into Portuguese ports of ships coming from the British colonies of North America. This was during the reign of King Dom José I and the government of the Marquis of Pombal.

“These vassals who have so publicly and formally rebelled against their natural Sovereign.”

Extract from the decree of 4 July 1776

Did you know that Portugal was one of the first countries to recognise US independence?

On 4 July 1776, in Philadelphia, the Declaration of Independence was signed. In Lisbon, a decree was issued prohibiting the entry into Portuguese ports of ships coming from the British colonies in North America. A strange coincidence...

Another coincidence is that Portugal's first diplomatic representative in the USA (1794-1799), Cipriano Ribeiro Freire, would go on to become Director of the Royal Treasury (1808-1809).

The death of King Dom José I, the fall of the Marquis of Pombal and the new reign of Queen Dona Maria I would lead to a change in the Portuguese position.

On 15 February 1783, Portugal recognised the independence of the United States of America, becoming, along with France and Holland, one of the only countries to do so before the definitive peace treaty was signed between the USA and Great Britain on 3 September of that year.

Independence now recognised, the first communications between the new nation and Portugal concerned trade relations between the two countries. The USA wished in particular to guarantee exports to Portugal and the general principle of free navigation, while Portugal desired an exchange of diplomatic representatives.

4 de julho de 1776

EM FILADÉLFIA, as 13 Colônias Britânicas da América do Norte tornavam-se independentes da Grã-Bretanha. O ato ficou formalizado na Declaração de Independência ratificada pelo Segundo Congresso Continental em Filadélfia. O seu principal autor foi Thomas Jefferson, um dos pais fundadores da nação americana e 3.º Presidente dos Estados Unidos da América.

«Estas Colônias Unidas são e de direito têm de ser Estados livres e independentes.»

Extrato da Declaração de Independência

EM LISBOA, era assinado o decreto que proibia a entrada nos portos portugueses de navios provenientes das colônias britânicas da América do Norte. Reinava D. José I e governava marquês de Pombal.

«Uns Vassalos que se acham, tão pública, e formalmente sublevados contra seu natural Soberano.»

Extrato do decreto de 4 de julho de 1776

Sabia que Portugal foi dos primeiros países a reconhecer a independência dos EUA?

No dia 4 de julho de 1776, em Filadélfia, era assinada a Declaração de Independência. Em Lisboa, decretava-se a proibição da entrada nos portos portugueses de navios provenientes das colônias britânicas da América do Norte. Uma curiosa coincidência...

Outra coincidência é a do primeiro representante diplomático de Portugal nos EUA (1794-1799), Cipriano Ribeiro Freire, ter sido, mais tarde, o Diretor do Erário Régio (1808-1809).

A morte de D. José I, a queda de marquês de Pombal e o novo reinado de D. Maria I trariam uma mudança da posição portuguesa.

Em 15 de fevereiro de 1783, Portugal reconhecia a independência dos Estados Unidos da América, tornando-se, juntamente com França e Holanda, num dos únicos países a fazê-lo ainda antes da própria assinatura do tratado de paz definitivo entre os EUA e Grã-Bretanha, em 3 de setembro desse ano.

Reconhecida a independência, as primeiras conversações entre a nova nação e Portugal incidiram sobre as relações comerciais entre os dois países. Os EUA pretendiam especialmente garantir exportações para Portugal e o princípio geral da livre

This situation took years to resolve, mainly due to the difference in positions: while the North Americans understood that this representation could be assured by a *chargé d'affaires*, Portugal wished to be represented by a resident minister, demanding the same degree of North American representation in the Court of Lisbon.

A resolution came into view when Luís Pinto de Sousa Coutinho, who had been ambassador in London, took over the role of Secretary of State for Foreign Affairs, in 1788. Faced with the impasse in negotiations, in 1790 Portugal nominated its first diplomatic representative in the USA, Cipriano Ribeiro Freire, at the time *chargé d'affaires* in London, with the rank of resident minister.

Cipriano Ribeiro Freire left for the United States only in 1794, presenting his credentials to President George Washington in the provisional capital of Philadelphia on 30 October. He served there until 1799, returning to Lisbon at the beginning of the year 1800.

Through his career he would hold several diplomatic posts. In 1801, he would be nominated as extraordinary envoy and plenipotentiary minister to the Court of Copenhagen, a role he never actually took up, having been named, in the meantime, as plenipotentiary minister to the Court of Madrid. He remained in this post until June 1805, when he returned to Lisbon.

On 24 September 1808, after the first period of French occupation during the first invasion, the governors of the Kingdom gave him interim responsibility for the Royal Treasury, with full jurisdiction as Inspector-General and President, taking office on the 26th of that month.

The reason for this interim appointment was the fact that the royal family and Court found themselves, at that time, in Brazil.

It was in Rio de Janeiro, on 10 January 1809, that the Prince Regent Dom João (future King Dom João VI) nominated Cipriano Ribeiro Freire as Director of the Royal Treasury, to perform the previous role of the President of the Treasury.

Since the Court and centre of power were then in Brazil, the Director of the Royal Treasury in Lisbon was, in fact, fully subordinate to and dependent on the President of the *Real Erário*, or Royal Treasury, created in Rio de Janeiro on 11 March 1808, with the same prerogatives as the Treasury created in 1761, in Lisbon.

navegação, enquanto Portugal aspirava a uma troca de representantes diplomáticos. Esta situação demorou anos a resolver-se, muito pela diferença de posições: enquanto os norte-americanos entendiam que esta representação podia ser assegurada por um encarregado de negócios, Portugal queria ser representado por um ministro residente, exigindo o mesmo grau de representação norte-americana na Corte de Lisboa.

O desfecho começou a desenhar-se quando Luís Pinto de Sousa Coutinho, que fora embaixador em Londres, ocupou o cargo de secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, em 1788. Perante o impasse das negociações, Portugal nomeou, em 1790, o seu primeiro representante diplomático nos EUA, Cipriano Ribeiro Freire, à data encarregado de negócios em Londres, com a categoria de ministro residente.

Cipriano Ribeiro Freire partiu para os Estados Unidos da América apenas em 1794, apresentando as suas credenciais ao Presidente George Washington, na capital provisória de Filadélfia, em 30 de outubro. Aí esteve em funções até 1799, tendo regressado a Lisboa no início do ano de 1800.

No seu percurso, contam-se vários postos diplomáticos. Em 1801, seria nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário para a Corte de Copenhaga, cargo que não chegou a exercer por ter sido, entretanto, nomeado ministro plenipotenciário para a Corte de Madrid. Nesse posto, esteve até junho de 1805, data do seu regresso a Lisboa.

Em 24 de setembro de 1808, já depois do período da ocupação francesa ocorrida na sequência da primeira invasão, os governadores do Reino encarregaram-no interinamente do Erário Régio, com toda a jurisdição de inspetor-geral e presidente, tomando posse em 26 do mesmo mês.

A razão da nomeação interina decorria do facto da família real e da Corte se encontrarem no Brasil.

É no Rio de Janeiro que, em 10 de janeiro de 1809, o príncipe regente D. João (futuro rei D. João VI) nomeia Cipriano Ribeiro Freire diretor do Erário Régio, desempenhando as tradicionais competências de presidente do Erário.

Uma vez que a Corte e o centro de poder se encontravam no Brasil, o diretor do Erário Régio em Lisboa estava, na verdade, na total subordinação e dependência do presidente do Real Erário ou Tesouro Geral, criado no Rio de Janeiro, em 11 de março de 1808, com as mesmas prerrogativas do Erário criado em 1761.

DOM JOSÉ por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquém, e dalém mar, em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que este Edital virem: Que sendo ultimamente informado de que as Colonias da America Ingleza por hum Acto emanado do Congresso, que tiveram em quinze do mez de Maio proximo precedente; não só se declararam inteiramente apartadas da sujeição á Coroa da Grão Bretanha; mas ficavam já formando Leis estabelecidas na sua propria, e particular Authoridade, para resistirem á legitima de ElRey Britanico, Meu Bom Irmão, Amigo, e Alliado: E devendo hum exemplo tão pernicioso interessar até os Principes mais indifferentes para negarem todo o favor, e auxilio, directo, ou indirecto, a hums Vassallos, que se acham tão pública, e formalmente sublevados contra o seu natural Soberano: Sou servido Ordenar, que em nenhum dos Portos destes Reinos, e seus Dominios se dê prática, ou entrada a Navio algum, que a elles chegar com carga, ou sem ella, vindo de qualquer dos Portos da sobredita America Septentrional Ingleza; mas que pelo contrario sejam dos ditos Portos repellidos nos mesmos Actos, em que a elles chegarem, sem lhe ser dado soccorro algum, de qualquer qualidade que seja. Os Mestres Capitães, a que até agora se houver permittido a entrada, na consideração de que não havia motivo para lha

pro-

proibir, serão notificados para sahirem com os seus Navios dos sobreditos Portos no termo de oito dias continuos, successivos, e improrogaveis: Examinando-se antes de sahirem se levam Polvora, ou Armamentos alguns dos que já prohibi pelas Minhas Reaes Ordens expedidas em vinte e hum de Outubro do anno proximo preterito ao Arsenal do Exercito, e ao Consulado da sahida: E confiscando-se a beneficio das Obras públicas quaesquer dos ditos Navios, em que se possam achar clandestina, e furtivamente introduzidas as sobreditas Munições prohibidas, como bens pela corporal apprehensão manifestamente visto serem de levantados. ElRey Nosso Senhor o Mandou por seu Real Decreto de quatro do corrente mez de Julho, dirigido ao Conselho de sua Real Fazenda, Ordenando que se mandasse estampar, e affixar por Edital em todos os lugares públicos da Cidade de Lisboa, e Portos deste Reino, e do Algarve, para que chegue á noticia de todos, e não possa alguem allegar ignorancia. Luiz Antonio Lara o fez em Lisboa a cinco de Julho de mil setecentos setenta e seis. José Paes de Vasconcellos o fez escrever.

CONDE DE AZAMBUJA P.



SUA MAGESTADE foi servida mandar baixar ao Conselho de sua Real Fazenda, para que se fizesse público, o Decreto da Cópia, que se segue.

COPIA DO DECRETO.

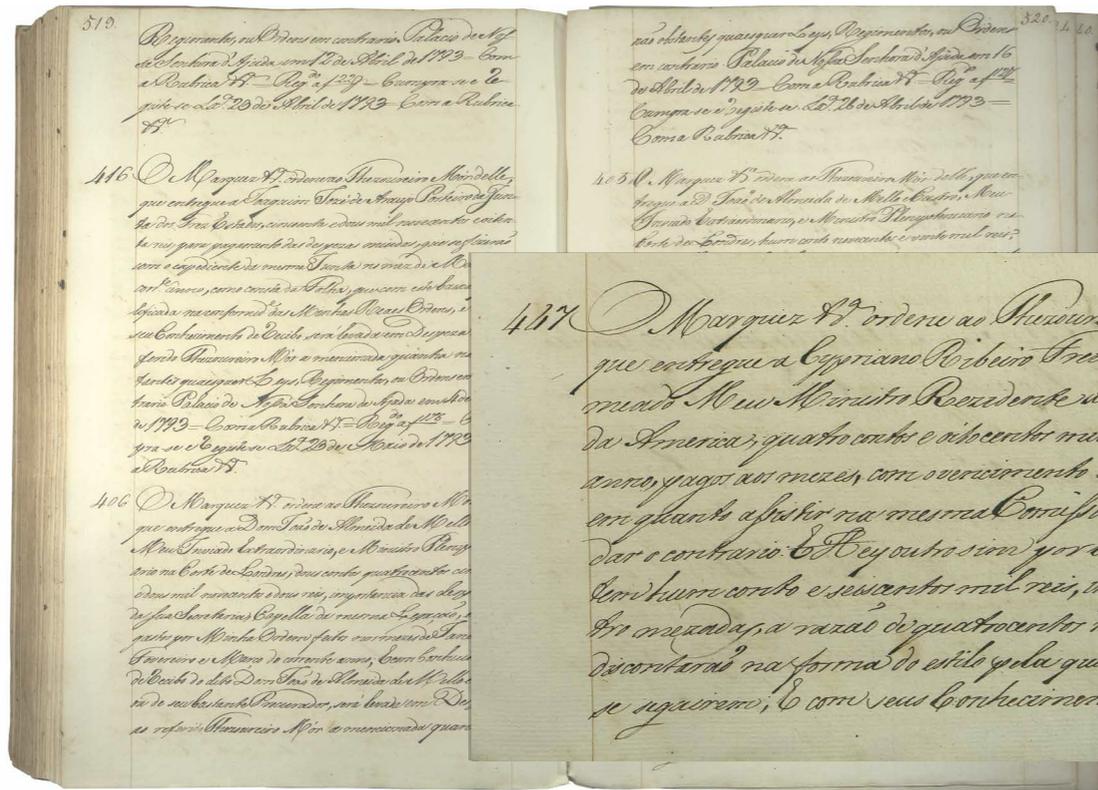
POR quanto com a independencia dos Estados Unidos da America Septentrional, tem cessado os motivos, que constituirão o Objecto do Real Decreto de quatro de Julho de mil setecentos setenta e seis, e Edital do Conselho de Minha Real Fazenda de cinco do mesmo mez, e anno: Sou servida abolir, e cassar inteiramente os sobreditos Decreto, e Edital, para nunca mais produzirem effeito algum: E Ordeno, que em todos os Pórtos destes Reinos, e seus Dominios se dê prática, e entrada a todos os Navios, que a elles vierem da referida America Septentrional, da mesma
ma-

maneira que antes se observava com todos aquellos, que das ditas Colonias vinhão aos mencionados Pórtos, para nelles gozarem de toda a hospitalidade, e favor, que experimentão os das outras Nações amigas. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido, e mande estampar, e affixar este por Edital em todos os lugares públicos da Cidade de Lisboa, e Pórtos deste Reino, e dos Algarves, para que chegue á noticia de todos, e ninguem possa allegar ignorancia. Salvaterra de Magos em quinze de Fevereiro de mil setecentos oitenta e tres. = Com a Rubrica de Sua Magestade. =

E para que chegue á noticia de todos esta Real Resolução da dita SENHORA, se mandou estampar, e affixar este nos lugares públicos desta Cidade, e nos mais do Reino, como no mesmo Decreto se determina. Lisboa dezefete de Fevereiro de mil setecentos oitenta e tres.

Gonsalo José da Silveira Preto. José da Costa Ribeiro.

Na Regia Officina Typografica.



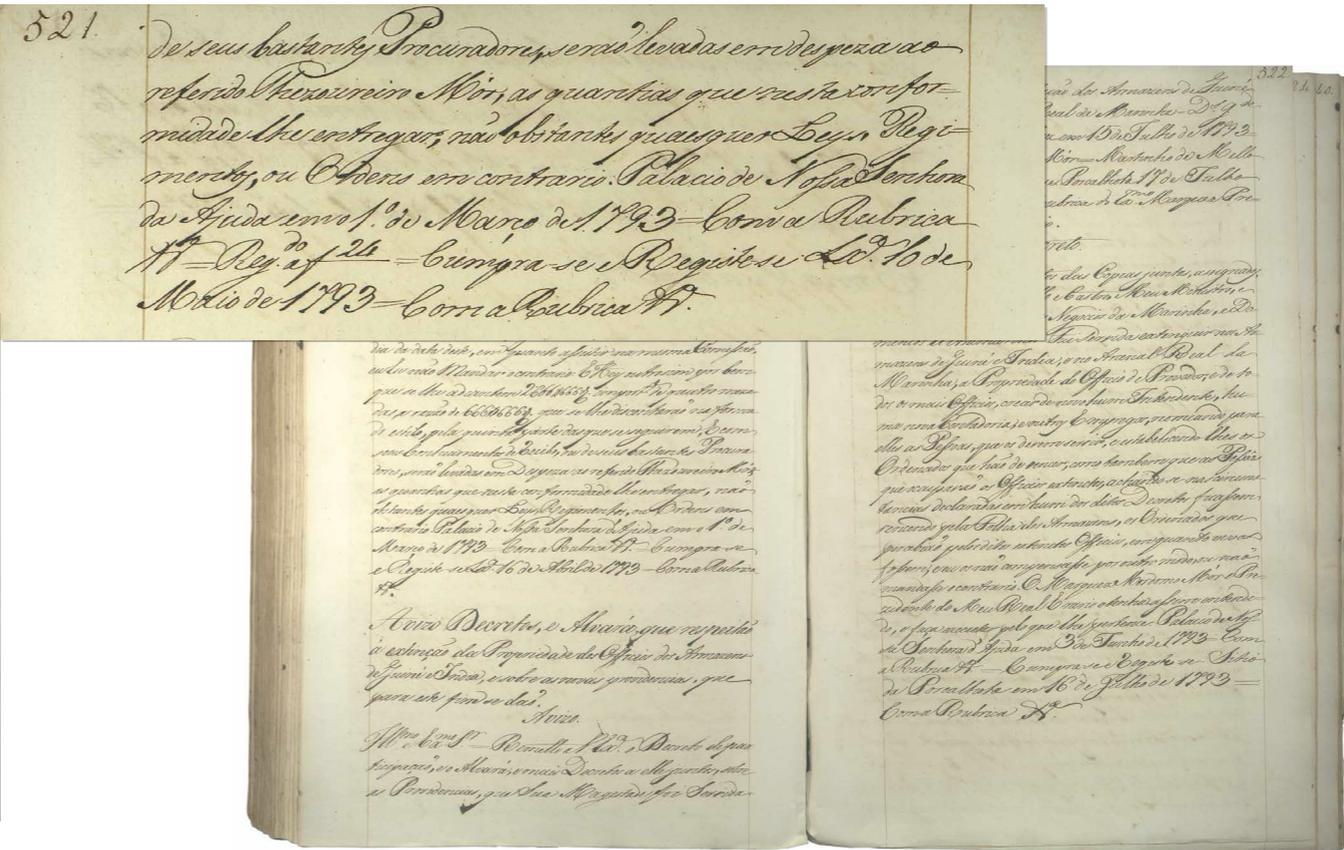
Ordem de 1 de março de 1793
Record of 11 June 1793

The “monthly allowance” paid by the Royal Treasury to the resident minister in the USA

The *Book of revenues and expenses of the Head of Treasury* and the *Ledger book of the General Accounts of the City of Lisbon* (Royal Treasury), which are held in the Historical Archive of the Court of Auditors, contain records of the payments made to Cipriano Ribeiro Freire, the resident minister in the USA. On 1 March 1793, the Prince Regent, future King Dom João VI, gave the Order to the President of the Royal Treasury (Viscount of

Vila Nova de Ceveira and Marquis of Ponte de Lima) that the Head of Treasury at the Royal Treasury should send Cipriano Ribeiro Freire, resident minister in the USA, 4:800\$000 réis per year, in monthly payments of 400\$000 réis. An advance of four monthly payments, that is 1:600\$000 réis, was also established. In accordance with this Order we find, in the *Book of revenues and expenses of the Head of Treasury*, the record of the advance payment of this value, as an allowance for the cost of the journey, which was made on 11

June 1793. Notably, the payment was made to Cipriano Ribeiro Freire’s proxy, Francisco Dias Santos. In turn, in the *Ledger book of the General Accounts of the City of Lisbon*, under the title of *Monthly Allowances and Expenses of Her Majesty’s Ministers in Overseas Courts*, we find the record of the payment made on 11 June 1793 of 4:160\$000 réis (the sum of 1:600\$000 réis in allowance, plus 2:560\$000 réis in allowances paid up to May of the same year). A graduate of the *Aula do Comércio* business school,



As «mesadas» pagas pelo Erário Régio ao ministro residente nos EUA

O *Livro da receita e despesa do Tesoureiro Mor* e o *Livro mestre da Contadoria-Geral da Cidade de Lisboa e seu Termo* (Erário Régio), que integra o Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, contém os registos dos pagamentos efetuados a Cipriano Ribeiro Freire, ministro residente nos EUA. A Ordem do príncipe regente, futuro D. João VI, de 1 de março de 1793, ao presidente do Erário Régio (visconde de Vila Nova de

Cerveira e marquês de Ponte de Lima) estabelecia que o tesoureiro-mor do Erário deveria entregar a Cipriano Ribeiro Freire, nomeado ministro residente nos Estados Unidos, 4:800\$000 réis por ano, em pagamentos mensais de 400\$000 réis. Ficava também estabelecido o pagamento adiantado de quatro mesadas, ou seja, 1:600\$000 réis. Em cumprimento desta Ordem encontramos, no «Livro da receita e despesa do Tesoureiro Mor», o registo do pagamento do adiantamento desse valor, a título de ajuda de custo para

a jornada, o qual é efetuado em 11 de junho de 1793. Note-se que o pagamento é feito ao procurador de Cipriano Ribeiro Freire, Francisco Dias Santos. Por sua vez, no «Livro mestre da Contadoria-Geral da Cidade de Lisboa e seu Termo», sob o título *Mesadas e Despesas com os Ministros de Sua Majestade nas Cortes Estrangeiras*, encontramos o registo do pagamento efetuado em 11 de junho de 1793 no valor de 4:160\$000 réis (soma de 1:600\$000 réis da ajuda de custo mais 2:560\$000 réis das mesadas pagas até maio do mesmo ano).

Summa segue a Salida R. 25375617513

Junho 10 Recibos de Joaquim Soze da Briga e Castro Corriva, Thezourario Geral das Provas das Provincias do Norte, por 500 mil do Contracto das Seras de Cabaco, para custeiar o pagamento das Provas da sua Jurisdicção, como consta do consequente Recibo, que se leva em conta por Suppachio do presente dia: seis centos de do. 443 3.000\$000

M. Manoel de Aguiar, Official Mayor da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, por Decreto de 22 de Março 1793.

11 Francisco Dias Santos, como Procurador de Cypriano Ribeiro, Praxe, que S. Mag. foi servida nomear Ministro Residente nos Estados Unidos da America, pelo q. S. Mag. lhe manda dar despesa da Custo para a sua jornada: hum conto e seis centos mil do, por Decreto de 11 de Abril p. p. 446 1.600\$000

Francisco Dias Santos

12 Idem, como Procurador do liberto, por Decreto do 1. de Março p. p. 447 2.560\$000

Francisco Dias Santos

Segue R. 2562141\$106

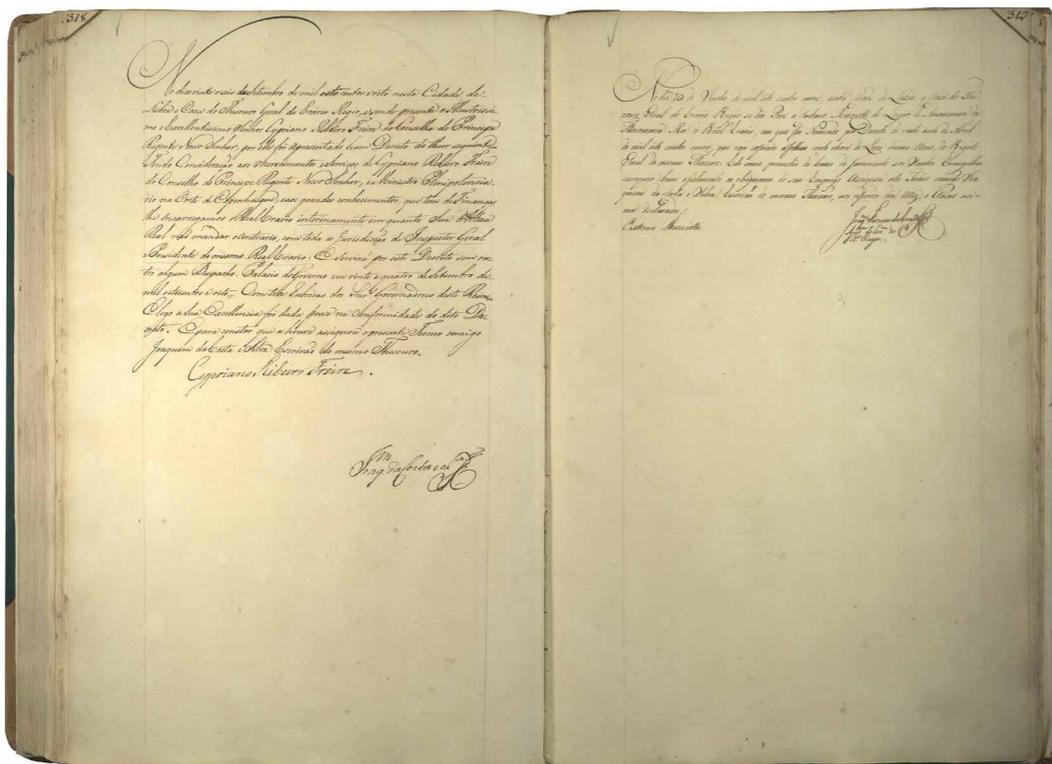
Segue R. 2562141\$106

Mexadas e Despesas com Deveres os Ministros de Sua Magestade nas Cortes Estrangeiras

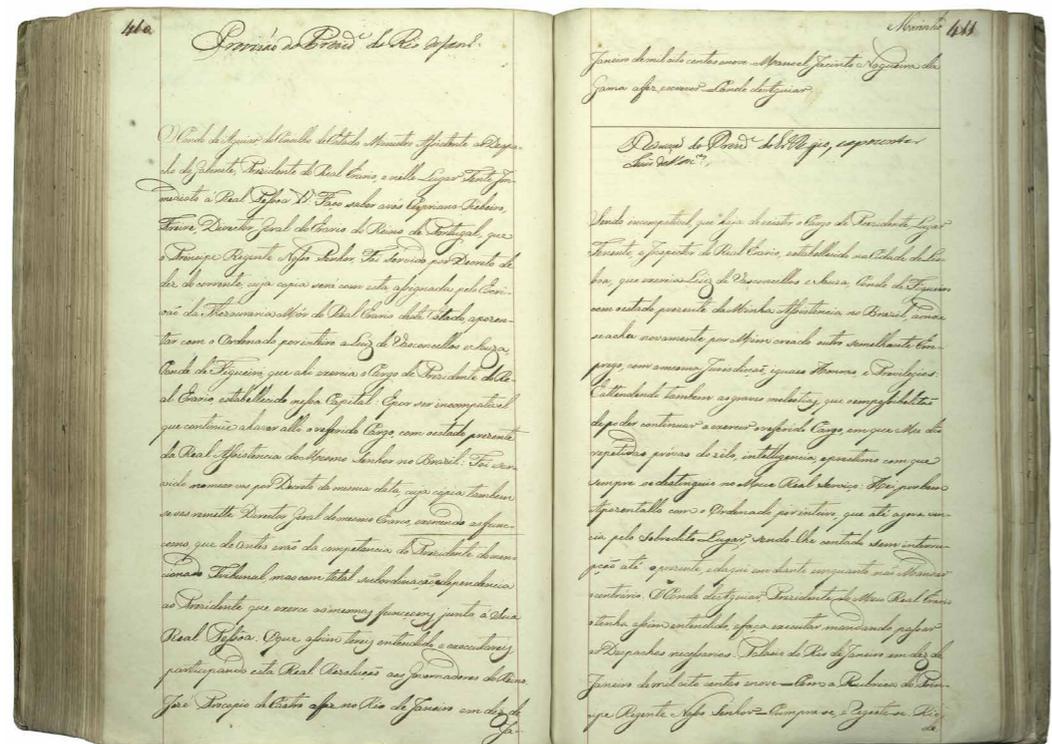
1793	Por transporte da Semina da vida de Debita de Felha, 53,	21.197.8926
Março 20	Adito: Pago ao Sr. Luiz Alves de Almeida encarregado da Secretaria de Estado da Guerra e da Marinha, 144,	1.466.125
Abril 18	Adito: Pago ao Sr. Ministro na Corte de Espanha, 144,	59.28380
23	Adito: Pago ao Sr. Ministro na Corte de Viena, 144,	2.080.000
Mayo 8	Adito: Pago ao Sr. Ministro na Corte de Londres, 144,	4.222.8176
15	Adito: Pago ao Sr. Ministro na Corte de Viena de Austria, 144,	3.732.832
16	Adito: Pago ao Sr. Ministro na Corte de Madrid, 144,	

Junho 11 Adito: Pago ao Sr. Ministro na Corte de Viena de Austria, 144,

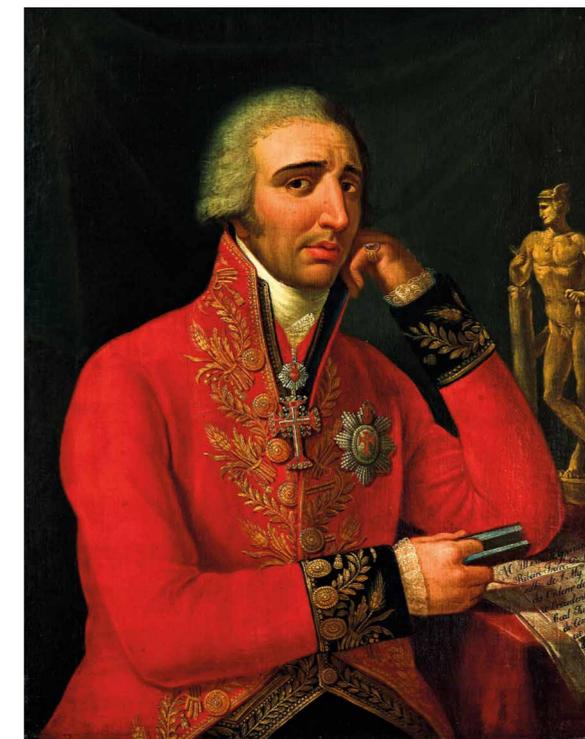
20	Adito: Pago ao Sr. Ministro na Corte de Viena de Austria, 144,	933.800
Julho 12	Adito: Pago ao Sr. Ministro na Corte de Viena de Austria, 144,	1.923.8528
17	Adito: Pago ao Sr. Ministro na Corte de Viena de Austria, 144,	6.228.867
19	Adito: Pago ao Sr. Ministro na Corte de Viena de Austria, 144,	4.132.8931
23	Adito: Pago ao Sr. Ministro na Corte de Viena de Austria, 144,	3.428.8373
31	Adito: Pago ao Sr. Ministro na Corte de Viena de Austria, 144,	2.500.000
Agosto 19	Adito: Pago ao Sr. Ministro na Corte de Viena de Austria, 144,	900.000
20	Adito: Pago ao Sr. Ministro na Corte de Viena de Austria, 144,	5.412.8505
	Segue conforme	65.492.4763



Código QR para aceder
ao conteúdo digital
QR code to access
digital content



Código QR para aceder
ao conteúdo digital
QR code to access
digital content



À esquerda, em cima
24 de setembro de 1808 — encarregado
interinamente do Erário Régio com
toda a jurisdição de inspetor-geral
e presidente

À esquerda, em baixo
10 de janeiro de 1809
(diretor do Erário Régio, em Lisboa)

À direita, em cima
Retrato de Cipriano Ribeiro Freire (1825)
Ângelo Foschini
Óleo sobre tela

Left, top
24 September 1808 — interim
responsibility for the Royal Treasury,
with full jurisdiction as Inspector-
-General and President

Left, bottom
10 January 1809
(Director of the Royal Treasury, Lisbon)

Right, top
Portrait of Cipriano Ribeiro Freire (1825)
Ângelo Foschini
Oil on canvas

Diplomado pela Aula do Comércio, Cipriano Ribeiro Freire desenvolveu carreira diplomática, ocupando diversos postos nas cortes europeias e nos EUA. Foi também presidente da Junta do Comércio e inspetor da Fábrica das Sedas (1810 e 1823), presidente da Real Junta dos Juros dos Empréstimos (1820) e inspetor do Real Colégio dos Nobres (1820). Foi sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, da Sociedade de Antiquários de Londres, da Associação dos Amigos da Humanidade (de Londres) e da Sociedade Filosófica Americana de Filadélfia.

A graduate of the *Aula do Comércio* business school, Cipriano Ribeiro Freire pursued a career in diplomacy, occupying several posts in the courts of Europe and the USA. He was also President of the *Junta do Comércio* [Board of Trade] and Inspector of the Real Fábrica das Sedas [Royal Silk Factory] (1810 and 1823), President of the Junta dos Juros dos Reais Empréstimos [Royal Board of Interest and Loans] (1820) and Inspector of the Royal College of Nobles (1820). He was a member of the Royal Academy of Sciences in Lisbon, the Society of Antiquaries of London, the Association of Friends of Humanity in London and the American Philosophical Society in Philadelphia.

Idem, em Arroz	Libras	2:876	178	312
Idem, em Amendoas	d.	2:201	316	944
Idem, em Alhum	Barriz	6	43	200
Idem, em Amendoas	Libras	2:795	89	440
Idem, em Agua de Rosas	Vidros	1	4	400
Idem, em Alcapas	"	3	3	380
Idem, em Arroz d'Europeo	Libras	22	1	6040
Idem, em Amexas	d.	1:768	61	880
Idem, em Alpaus	"	2:252	7	882
Idem, em Aipo	Moithos	100	4	480
Idem, em Albobras	"	1:100	66	000
Idem, em Alhos	Restias	704	16	554
Idem, em Alquidares de barro	"	66	20	880
Idem, em Albantes	"	72	2	880
Idem, em Bisuita fino	Libras	160	25	760
Idem, em dito Ordinario	d.	2:592	134	416
Idem, em Barathas	d.	352	21	296
Idem, em Bois vivos	"	44	3:148	640
Idem, em Bastilha branca	Cordas	8	5	400
Idem, em Beizos de barro	"	72	6	240
Idem, em Batatas Inglozas	Libras	6:437	106	200
Idem, em Bombolas de Cobre	"	2	5	400
Idem, em Barriz Estangues	"	66	72	765
Idem, em Barricas de Suo	"	148	36	000
Idem, em Bilhas de barro	"	42	3	120
Idem, em Cebo em Villas	Libras	270	39	825
Idem, em Caffé em grão	d.	216	40	600
Idem, em Chies de Leite	d.	478	237	200
Idem, em Chaleiras de Cobre	"	2	8	000
Idem, em Cafeleiras de folha com torneira de bronze	"	1	3	600
Idem, em Casarola de dita	"	6	3	300
Idem, em Carrilla	Libras	11½	19	200
Idem, em Cebollas	"	5:378	24	200
Idem, em Cha de diversas qualidades	Libras	13	10	800
Idem, em Corrimim	Vastos	2	1	600
Idem, em Corveja	Garrifas	124	19	840
Idem, em Carneiros vivos	"	110	61	6000
Idem, em Cabras para Leite	"	8	54	400
Idem, em Curo de Marromhao	Libras	9	4	320

Idem, em Caxotes de Madeira	"	109	38	200
Idem, em Cortes de palha	"	96	26	820
Idem, em Canastra com rede para Salinhas	"	29	20	247
Idem, em Carvais	Libras	9:000	45	000
Idem, em Esmeril	d.	8	6	480
Idem, em Espunjas	d.	11	9	210
Idem, em Frijão branco	Alguieiros	4	3	780
Idem, em d. verde, em que entra equivo se salgado	Libras	1:316	69	090
Idem, em Farinha de trigo	d.	18:159	1:224	025
Idem, em Frangos	"	878	91	361
Idem, em Fio de Caxos Vellos	Libras	1	6	392
Idem, em Foles de assupear o fogo	"	4	1	200
Idem, em Forno para o Fado	Sacas	200	120	000
Idem, em Furos de diversas cores	Pistias	12	2	880
Idem, em Funder para gamfan	"	8	1	600
Idem, em Figos verdes	Libras	16	6	40
Idem, em diversas Farias q. Castanha, e matar gado	"	8	6	000
Idem, em Fraqueiras com frascos de vidro	"	8	124	160
Idem, em Furos de Vidro branco y Leite	"	19	6	60
Idem, em Frijoleiras de barro	"	148	8	160
Idem, em Galinhas	"	2:172	549	250
Idem, em Gansos	"	30	19	800
Idem, em Golpellas de palmeira	"	25	1	000
Idem, em Sinjas	"	2	1	920
Idem, em Gamaforas	"	64:096	325	195
Idem, em Lenha	Libras	16:789	243	440
Idem, em Laranjas	"	8:000	201	120
Idem, em Limão	"	2	7	360
Idem, em Licores d'Alquecomes	Caxotes	2	28	800
Idem, em Lampreias de vidro	"	30	24	000
Idem, em d. de rede e Vidro	"	103	14	880
Idem, em Linguas fumadas	"	24	4	560
Idem, em Leite	Canadas	1:199	223	613
Idem, em Mantiga de Uria	Libras	20	2	880
Idem, em dita de Porco	d.	1:035	117	472
Idem, em Mecanicas	"	979	44	055
Idem, em Melcos	"	558	305	527
Idem, em Moitho	Moqueiros	2:952	235	828
Idem, em Massas diversas	Libras	19	1	085
Idem, em Morangos	d.	3:561	207	873

A viagem da princesa Leopoldina, de Itália ao Brasil
The journey of Princess Leopoldina, from Italy to Brazil



Retrato de Maria Leopoldina,
arquiduquesa da Áustria (1815)
Joseph Kreutzinger
Óleo sobre tela

Portrait of Maria Leopoldina,
Archduchess of Austria (1815)
Joseph Kreutzinger
Oil on canvas

No dia 14 de agosto de 1817, no porto de Livorno, em Itália, começava finalmente a longa viagem marítima de mais de 80 dias que levou uma princesa, de 20 anos e que nunca vira o mar, do centro da Europa até à única Corte europeia a sul do Equador.

No Brasil, esperava-a o príncipe D. Pedro, filho de D. João VI, rei do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves.

D. Leopoldina chegou a ser rainha de Portugal em 1826, por um curtíssimo período, de menos de dois meses. Foi mãe de sete filhos, entre eles, D. Maria II, a única rainha portuguesa que nasceu em solo brasileiro, e D. Pedro II, imperador do Brasil. Foi no dia 13 de maio de 1817 que a arquiduquesa Maria Carolina Josefa Leopoldina de Habsburgo, filha do imperador austríaco Francisco I e irmã de Maria Luísa, a segunda mulher de Napoleão Bonaparte, casou por procuração com o príncipe D. Pedro, filho de D. João VI, rei do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves, em Viena, a sua cidade natal e capital do império austríaco.

Após uma primeira jornada por terra, iniciada em 3 de junho em Viena, a princesa chegava a Livorno em 12 de agosto, tendo, em nome do imperador, seu pai, sido confiada ao marquês de Castelo Melhor, comissário de D. João VI.

Dois dias depois, a bordo da nau portuguesa *D. João VI*, e acompanhada pela nau *São Sebastião*, partia de Livorno rumo ao Rio de Janeiro, para se juntar à Corte portuguesa, que para lá se transferira em 1808, aquando da primeira invasão francesa. Na viagem, pisou pela primeira vez o solo português na ilha da Madeira. Foram dois breves dias de paragem, entre 11 e 13 de setembro, em que ficou alojada no Palácio de São Lourenço.

Com uma educação muito completa e apaixonada por botânica e mineralogia, a princesa mostrou-se impressionada pela natureza exuberante da ilha da Madeira, conforme relatou numa carta escrita ao pai.

Retomada a viagem, D. Leopoldina e a sua comitiva chegaram ao Rio de Janeiro em 5 de novembro de 1817.

A cidade engalanou-se para receber a nova princesa, tendo a cerimónia de casamento acontecido no dia seguinte, na capela real.

The day of 14 August 1817, in the Port of Livorno, Italy, saw the start of a long sea voyage of more than 80 days that would bring a 20-year-old Princess, who had never before seen the ocean, from the centre of Europe to the only European Court sitting south of the Equator.

In Brazil, she was awaited by Prince Dom Pedro, son of Dom João VI, King of the United Kingdom of Portugal, Brazil and the Algarves.

Dona Leopoldina would become queen of Portugal in 1826, for a very short period of less than two months. She was mother to seven children, among them Dona Maria II, the only Queen of Portugal to be born on Brazilian soil, and Dom Pedro II, Emperor of Brazil.

It was on 13 May 1817 that the Archduchess Maria Carolina Josefa Leopoldina of Habsburg, daughter of the Austrian Emperor Francisco I and sister to Maria Luísa, the second wife of Napoleon Bonaparte, entered a proxy marriage with Prince Dom Pedro, son of Dom João VI, King of the United Kingdom of Portugal, Brazil and the Algarves, in Vienna, her city of birth and capital of the Austrian empire.

After a journey over land, beginning in Vienna on 3 June, the Princess arrived at Livorno on 12 August, having been entrusted to the Marquis of Castelo Melhor, commissary of Dom João VI, in the name of her father, the emperor.

Two days later, on board the Portuguese ship *Dom João VI*, and accompanied by the ship *São Sebastião*, she left Livorno for Rio de Janeiro, in order to join the Portuguese Court that had been moved there during the first French invasion in 1808.

On the way, she stepped foot on Portuguese soil for the first time on the island of Madeira. This stop lasted two short days, from 11 to 13 September, during which time she lodged at São Lourenço Palace.

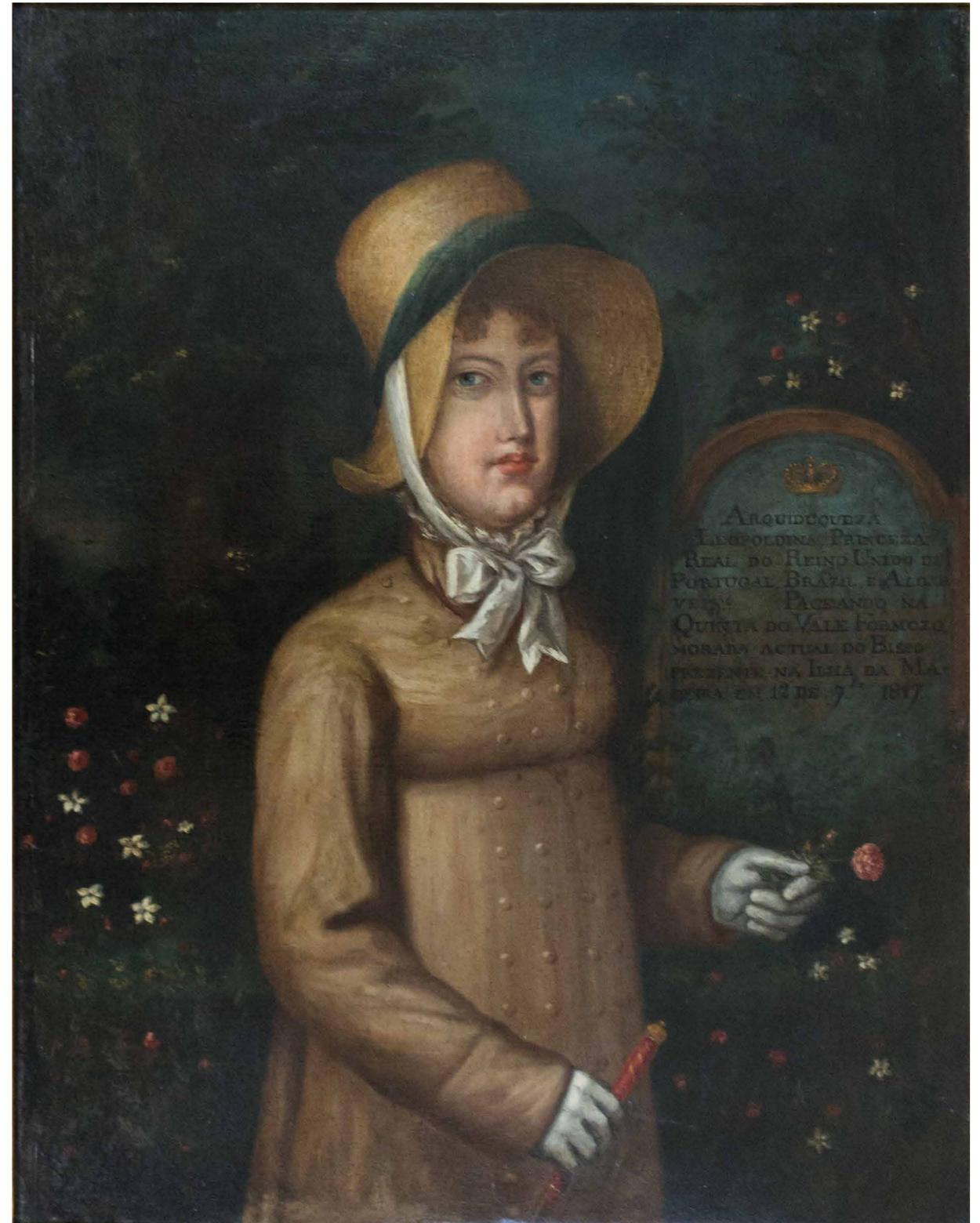
Well-educated and passionate about botany and mineralogy, the Princess was impressed by the exuberant natural life found on the island of Madeira, as shown by a letter she wrote to her father.

Having set sail again, Queen Dona Leopoldina and her entourage arrived at Rio de Janeiro on 5 November 1817.

The city decked itself out to receive the new Princess, and the wedding ceremony took place on the following day at the royal chapel.

D. Leopoldina, na ilha da Madeira (1817)
Autor desconhecido
Óleo sobre tela

Dona Leopoldina, on the island
of Madeira (1817)
Unknown artist
Oil on canvas



The years Queen Dona Leopoldina spent in Rio de Janeiro were among the most notable in the history of Portugal and Brazil: in 1821, Dom João VI returned to Portugal, leaving Dom Pedro in Brazil as Regent; in 1822, Brazil declared its independence and Dom Pedro was proclaimed Emperor; in 1826, Dom João VI died, and Dom Pedro abdicated from the Portuguese Crown in favour of his oldest daughter Maria da Glória, Queen Dona Maria II.

In that same year, on 11 December 1826 in Rio de Janeiro, Queen Dona Leopoldina also died, still yet to reach the age of 30. However, there has been an increasing acknowledgement of her role in Brazilian independence.

Nau D. João VI (1817)
Franz Joseph Frühbeck
Aquarela

Ship Dom João VI (1817)
Franz Joseph Frühbeck
Watercolour



Os anos que lá viveu foram dos mais marcantes da história de Portugal e do Brasil: em 1821, D. João VI regressou a Portugal deixando, no Brasil, D. Pedro como regente; em 1822, o Brasil declarou a independência e D. Pedro foi proclamado imperador; em 1826, morreu D. João VI e D. Pedro abdicou da Coroa portuguesa a favor de sua filha mais velha D. Maria da Glória, a rainha D. Maria II.

Nesse mesmo ano, em 11 de dezembro de 1826, faleceu também, no Rio de Janeiro, D. Leopoldina, que não chegou a completar 30 anos. Contudo, o seu papel na independência do Brasil tem vindo a ser cada vez mais reconhecido.

In the Princess's retinue there were several scientists, among them botanists, mineralogists, zoologists and painters, who explored the Brazilian landscape and revealed, through their studies, travel diaries and paintings, the fauna and flora of Brazil.

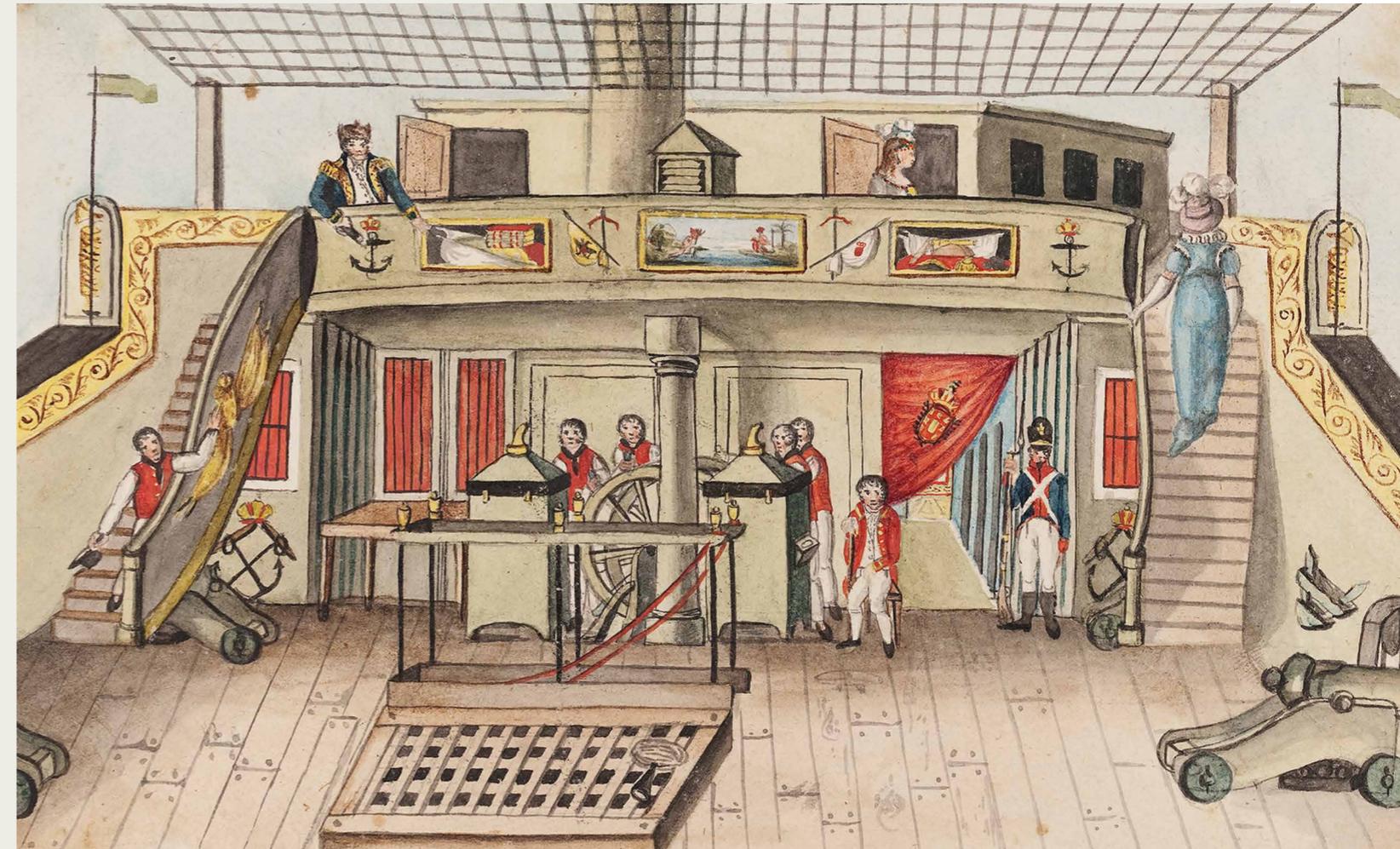
What was known as the Austrian Mission collected and brought back to Austria all of the material that would lead to the founding of the Brazilian museum in Vienna — the *Brasilianeum* — which was open from 1821 to 1836. There are also drawings of the journey from Livorno to Rio de Janeiro, by Franz Joseph Frühbeck, a young librarian who was part of the Princess's entourage.

À esquerda
Salão da nau *D. João VI* (1817)
Franz Joseph Frühbeck
Aquarela

À direita
O interior da nau *D. João VI* (1817)
Franz Joseph Frühbeck
Aquarela

Left
Drawing room of the ship *Dom João VI* (1817)
Franz Joseph Frühbeck
Watercolour

Right
The interior of the ship *Dom João VI* (1817)
Franz Joseph Frühbeck
Watercolour



Faziam parte da comitiva da princesa vários cientistas, entre eles botânicos, mineralogistas, zoólogos e pintores que exploraram o território brasileiro, dando a conhecer, através dos seus estudos, diários de viagens e pintura, a fauna e a flora do Brasil.

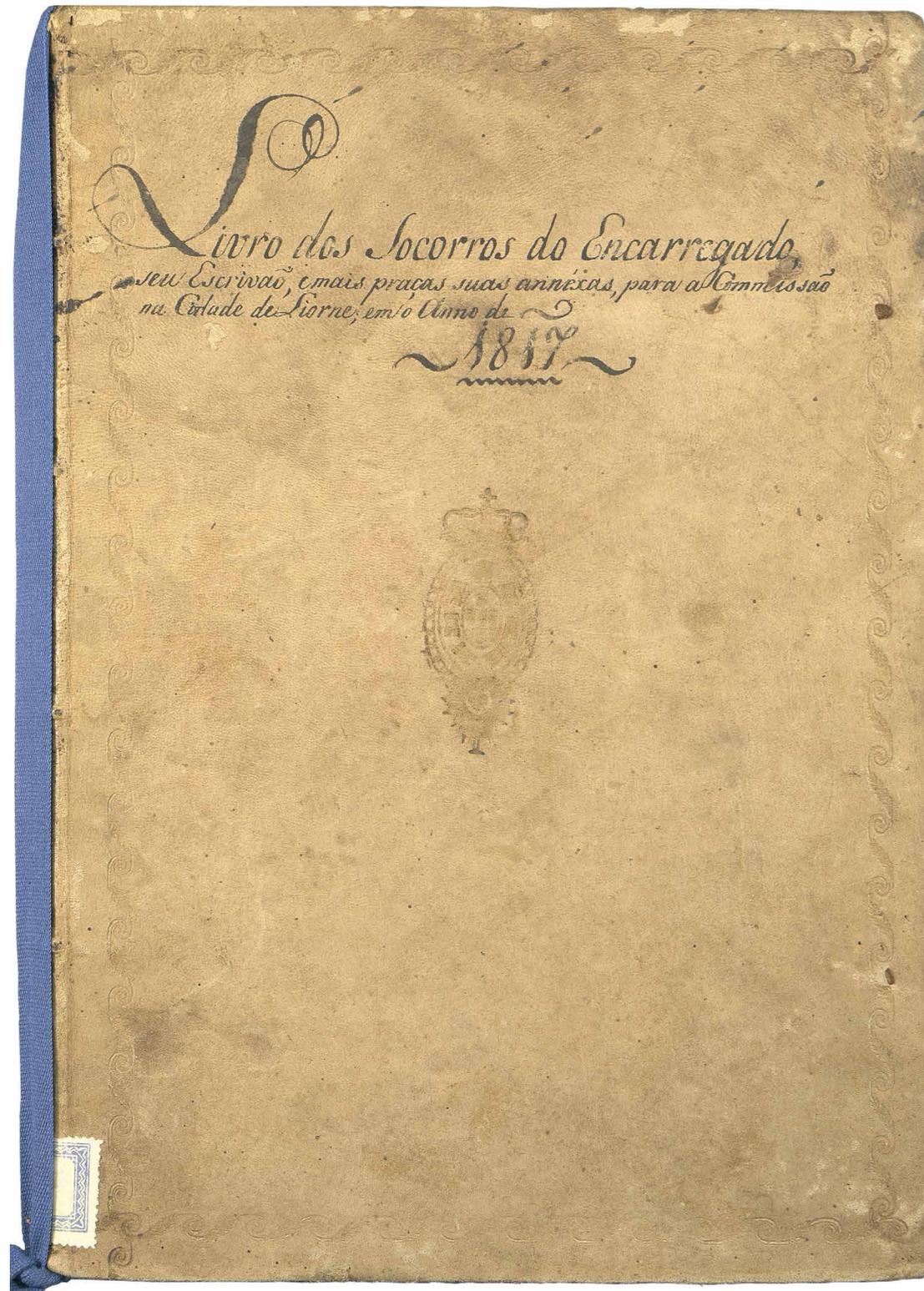
A chamada Missão Austríaca recolheu e levou para a Áustria todo o material que deu origem à criação do museu brasileiro em Viena — o *Brasilianeum* —, que funcionou entre 1821 e 1836.

Também existem desenhos da viagem de Livorno ao Rio de Janeiro, executados por Franz Joseph Frühbeck, jovem bibliotecário que integrava a comitiva da princesa.

Desembarque da princesa Leopoldina
no Rio de Janeiro no dia
6 de novembro de 1817
Franz Joseph Frühbeck
Aquarela

Princess Leopoldina disembarks
at Rio de Janeiro on
6 November 1817
Franz Joseph Frühbeck
Watercolour





As contas da viagem

O tratado de casamento de D. Pedro e D. Leopoldina, assinado em Viena em 1816 e ratificado no Rio de Janeiro em 1817, estabelecia os dotes, as questões sucessórias e também os custos com a viagem da princesa até ao Rio de Janeiro: o percurso de Viena a Livorno era custeado pela Coroa austríaca, e de Livorno ao Brasil pela Coroa portuguesa. No Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, no conjunto documental do Erário Régio, existem registos e documentos que nos revelam a logística e os custos da viagem marítima. A partir do elenco dos bens alimentares, é-nos possível conhecer o que terão sido as refeições servidas a bordo nos

*Livro dos socorros do encarregado, seu
escrivão e mais praças suas anexas, para
a comissão na cidade de Liorne no ano
de 1817 (1817-1818)*

*Book of means for the officer, his clerk
and others attached to him, for the
commission of the City of Livorno in
the year of 1817 (1817-1818)*

mais de 80 dias da viagem: azeite, arroz, açúcar, atum, amêndoas, ameixas, alhos, aipo, abóboras, bacalhau, cebolas, chá de diversas qualidades, biscoitos finos e biscoitos ordinários, café em grão, canela e chocolate. Mas também perdizes, patos e pombos, gansos, peixe fresco e salmão salgado, ostras, frutas várias, vinhos e licores, queijo parmesão, de Bolonha e flamengo, e muito mais. Em alguns casos, as quantidades são impressionantes: 1456 dúzias de ovos, 1850 molhos de couves, 808 molhos de chicória, 5378 libras de cebola, 6437 libras de batata inglesa. Para a confeção das refeições foram adquiridos tachos e vasos de barro, utensílios de cobre,

Para tratar do abastecimento e da logística da armada que transportou a princesa, foi criada uma comissão composta por um encarregado do aprovisionamento (José António de Matos que, entre abril de 1817 e fevereiro de 1818, recebeu 900\$000 réis), um escrivão do encarregado (António Correia, que recebeu 640\$000 réis) e três fiéis do encarregado que receberam, cada um, 185\$640 réis.

como chaleira, cafeteira de folha com torneira de bronze e diversas peças de prata e até colheres de pau. E, claro, lenha, num total de 64 096 libras. Os produtos mais caros eram: 7282 canadas de vinho, no valor de 1:015\$839 réis, 98 porcos vivos no valor de 1:764\$000 réis, farinha de trigo, no valor de 1:224\$025 réis e 44 bois vivos no valor de 3:148\$040 réis. Mas também há registos das despesas com neve, perfumes, aluguer de armazém, fretes, ordenado de dois ajudantes de copa e pintura da câmara real. Enfim, uma grande logística para uma longa viagem... e muitas outras histórias que estas contas nos contam.

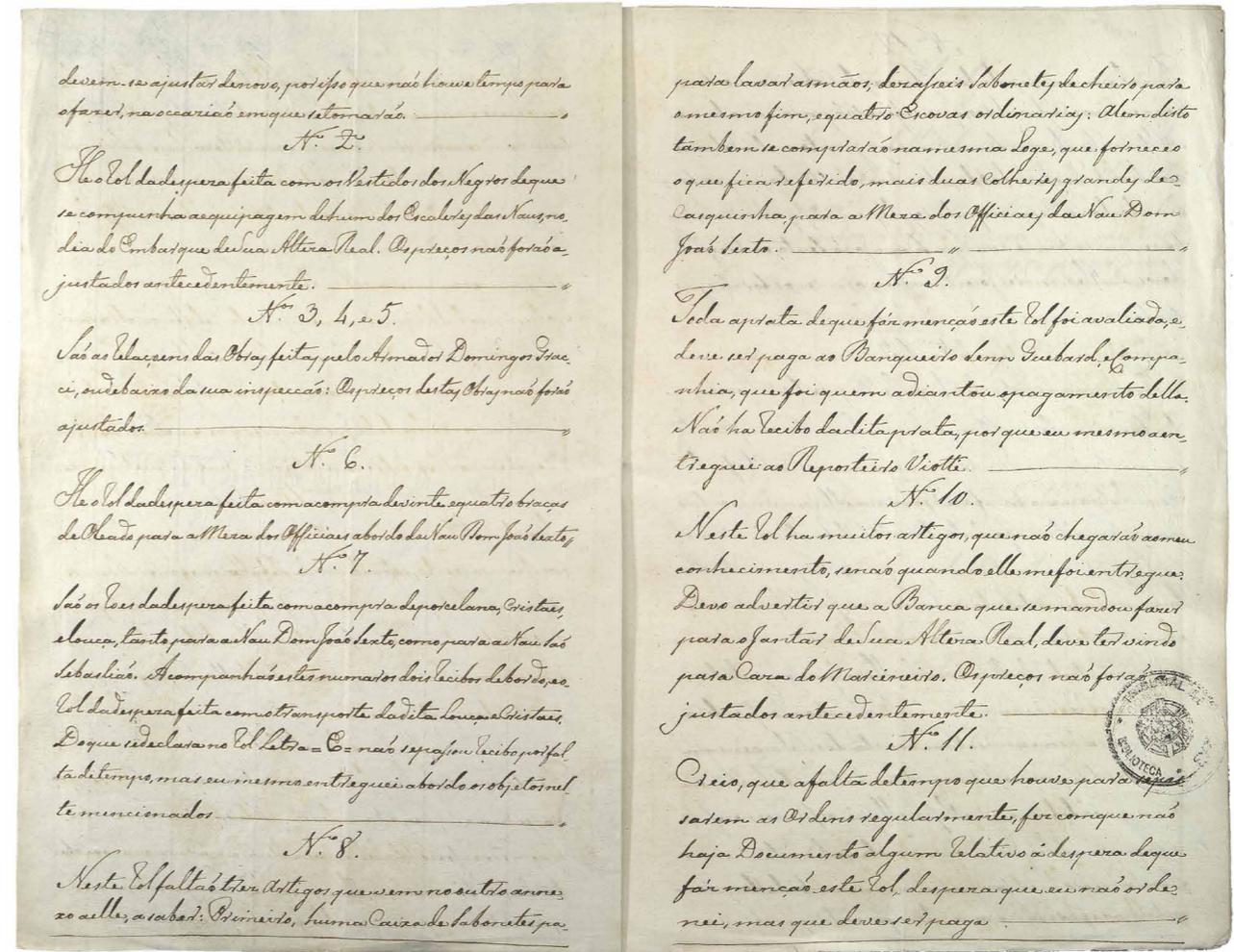
To manage the supplies and logistics of the fleet that transported the Princess, a commission was formed, composed of an officer of provisions (José António de Matos who, between April 1817 and February 1818, received 900\$000 réis), a clerk (António Correia, who received 640\$000) and three clerks, who each received 185\$640 réis.

Accounts of the journey

The marriage treaty between Dom Pedro and Dona Leopoldina, signed in Vienna in 1816 and ratified in Rio de Janeiro in 1817, established the endowments, issues of succession and also the costs of the Princess's journey to Rio de Janeiro: the route from Vienna to Livorno was funded by the Austrian Crown, and from Livorno to Rio de Janeiro by the Portuguese Crown. In the Historical Archive of the Court of Auditors, in the Royal Treasury archive, there are records and documents that reveal the logistics and costs of this sea journey. From the list of edible goods, we learn of the meals served on board

during the more than 80-day voyage: olive oil, rice, sugar, tuna, almonds, plums, garlic, celery, pumpkin, codfish, onions, tea of various kinds, fine and ordinary biscuits, coffee beans, cinnamon and chocolate. And partridges, ducks and pigeons, geese, fresh fish and salted salmon, oysters, various fruits, wines and liqueurs, Parmesan, Bologna and Flemish cheese, and much more. In some cases, the quantities are astonishing: 1,456 dozen eggs, 1,850 heads of cabbage, 808 heads of chicory, 5,378 pounds of onions, and 6,437 pounds of English potatoes. For preparing the meals, pans and clay pots were purchased, along with copper equipment such as

a kettle, a tin cafetiere with a bronze tap, various silver items and even wooden spoons. And, of course, firewood, to a total of weight of 64,096 pounds. The most expensive products were: 7,282 canadas of wine, with a value of 1:015\$839 réis; 98 live pigs, with a value of 1:764\$000 réis; wheat flour, with a value of 1:224\$025 réis; and 44 live oxen, with a value of 3:148\$040 réis. But there are also records of expenses for ice, perfumes, warehouse storage, freight, and the salaries of two assistants, one in the pantry and one painter of the royal chamber. In sum, a huge logistical task for a long voyage...



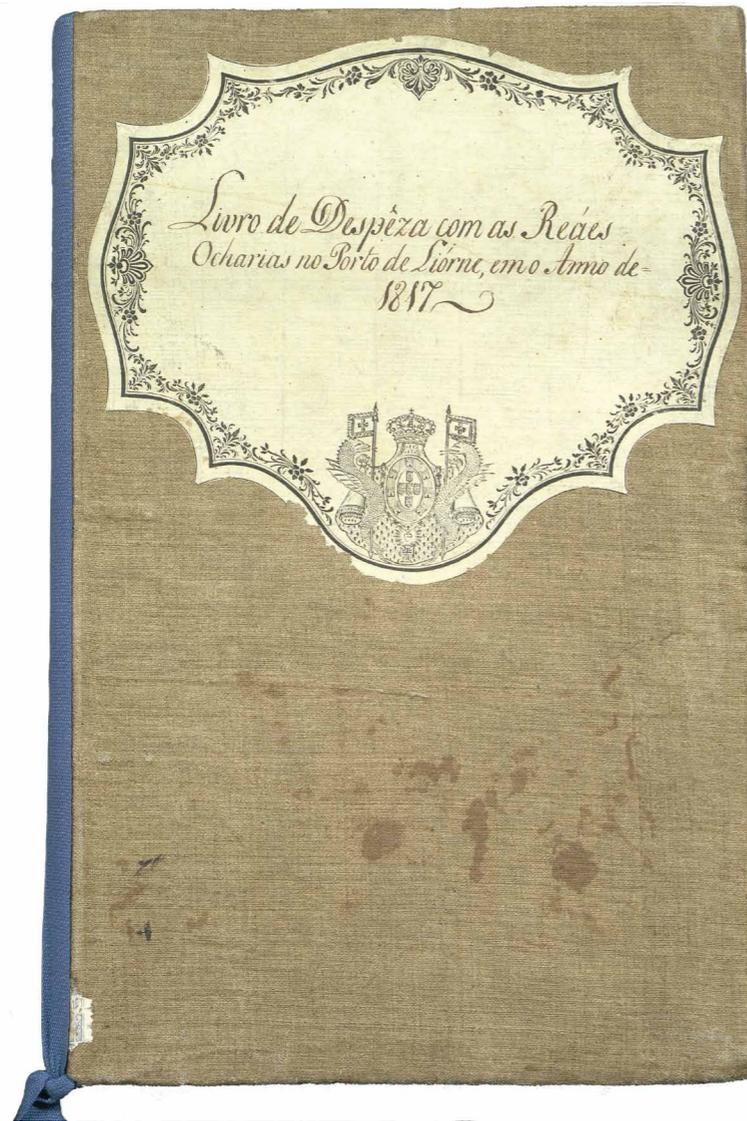
As relações de móveis e outros objetos adquiridos pelo marquês de Marialva (que negociara o tratado matrimonial) para o uso da princesa e da sua comitiva a bordo das naus constam de um relatório, assinado em Livorno em 17 de agosto de 1817, remetido a José António de Matos, encarregado do aprovisionamento, para providenciar o pagamento aos respetivos fornecedores.

The list of furniture and other objects acquired by the Marquês de Marialva (who negotiated the matrimonial treaty), for the Princess and her entourage to use on board the ships, is given in a report, signed in Livorno on 17 August 1817, and forwarded to José António de Matos, who was in charge of provisions, for payment to the respective suppliers.

Treslado das relações dos móveis e outros objetos que se compraram para uso de sua Alteza Real (princesa D. Leopoldina da Áustria) e da sua comitiva a bordo da nau *D. João VI* e da nau *São Sebastião*, em 18 de julho de 1818

Copy of the list of furniture and other objects bought for the use of Her Royal Highness (Princess Leopoldina of Austria) and her entourage on board the ship *Dom João VI* and the ship *São Sebastião*, on 18 July 1818

The Book of expenses of the royal dispensaries in the port of Livorno in the year 1817 was created for the “demonstration of all the expenses and their values, made in the purchase of all that was required from the officer José António de Matos for the Royal service of the most Serene Lady Princess Royal of the United Kingdom of Portugal, Brazil and the Algarves, and the others who accompanied her. And also for the Dispensaries on board the ships of the Crown, Dom João Sexto and São Sebastião, in the port of Livorno, as is all recorded in the documents delivered and in the form below demonstrated.”



Código QR para aceder ao conteúdo digital
QR code to access digital content

Demonstração de toda a Despesa e sua importancia, feita nas Compras de tudo o que
for requerido ao encarregado José António de Matos, para o Real serviço da Serenissima Senhora Princesa Real do Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves, e mais pessoas que a acompanharam. E igualmente para as Ucharias a bordo das Naes da Coroa, D. João Sexto, e São Sebastião, no Porto de Liorne, em o Anno de 1817, e de todas as outras despesas que se fizeram para a mesma Princesa Real e para as Ucharias.

1817	Preço	Medidas	Quantidades	Importancia total	1817	Preço	Medidas	Quantidades	Importancia total
Para a despesa em Liorne			358	245 8228	Transporte				
Para a despesa em Liorne			2376	178 6352	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			2201	516 4944	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			6	43 8200	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			2795	89 4400	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			3	8400	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			22	8350	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			1702	61 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			2252	94 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			100	4050	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			1300	66 8000	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			704	16 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			66	20 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			72	28 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			100	25 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			2592	134 8400	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			252	21 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			44	5 148 8400	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			3	5 8000	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			72	6 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			6157	100 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			2	50 8000	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			66	72 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			148	36 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			42	30 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			276	39 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			216	40 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			472	237 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			2	2 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			1	3 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			6	20 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			112	19 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			5372	24 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			15	10 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			2	10 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			110	61 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			5	54 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			9	46 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			2	46 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			12	8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			268	19 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			1252	136 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			148	24 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			226	30 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			2	30 8250	Para a despesa em Liorne				
Para a despesa em Liorne			2	30 8250	Para a despesa em Liorne				

O Livro de despesa com as reais ucharias no porto de Liorne no ano de 1817 foi criado para se fazer a «[d]emonstração de toda a despesa e sua importância, feita nas compras de tudo o que foi requerido ao encarregado José António de Matos para o Real serviço da Serenissima Senhora

Princesa Real do Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarve e mais pessoas que a acompanharam. E igualmente para as Ucharias a bordo das naus da Coroa, D. João Sexto e São Sebastião, no porto de Liorne, como tudo consta dos documentos da entrega e na forma que abaixo se demonstra».

A lista de despesa, que podemos ver nesta página e nas duas seguintes, engloba produtos alimentares, utensílios, peças diversas e animais vivos

The list of expenses seen here and on the following two pages covers food, utensils, other objects and live animals

Continua a Mesma Demonstração de f. 1.

1817	Transporte	Peso e Medidas	Quantidades	Importancia total
	Reliquias mais de penico em Pagul de joaze	Ruano = Cadomes	16 = 0	24 6254
	Idem, em d. de Crumarié	"	40 =	40 6280
	Idem, em d. de São Paulo	"	6 =	1 6440
	Idem, em d. de São Paulo	"	400 =	2 6000
	Idem, em d. de São Paulo	"	96 =	2 6928
	Idem, em d. de São Paulo	"	19 =	11 6400
	Idem, em d. de São Paulo	"	12 =	8 6640
	Idem, em d. de São Paulo	"	8 =	8 6200
	Idem, em d. de São Paulo	Sacos	200 =	12 6000
	Idem, em d. de São Paulo	"	1.153 =	5 6188
	Idem, em d. de São Paulo	Idem	21 =	6 6300
	Idem, em d. de São Paulo	"	98 =	1.764 6000
	Idem, em d. de São Paulo	"	129 =	78 6045
	Idem, em d. de São Paulo	"	122 =	43 6920
	Idem, em d. de São Paulo	"	82 =	20 6500
	Idem, em d. de São Paulo	"	"	100 6000
	Idem, em d. de São Paulo	Barril	6 =	12 6200
	Idem, em d. de São Paulo	Idem	3:682 =	115 6983
	Idem, em d. de São Paulo	"	3:565 =	40 6320
	Idem, em d. de São Paulo	Meather	30 =	6 6260
	Idem, em d. de São Paulo	d.	3:250 =	64 6000
	Idem, em d. de São Paulo	"	23 =	102 6260
	Idem, em d. de São Paulo	Idem	367 =	149 6560
	Idem, em d. de São Paulo	d.	246 =	36 6210
	Idem, em d. de São Paulo	d.	110 =	11 6175
	Idem, em d. de São Paulo	"	10:733 =	284 6124
	Idem, em d. de São Paulo	Meather	574 =	4 6132
	Idem, em d. de São Paulo	Idem	300 =	10 6399
	Idem, em d. de São Paulo	d.	30 =	2 6160
	Idem, em d. de São Paulo	Idem	674 =	260 6388
	Idem, em d. de São Paulo	Idem	10:578 =	153 6384
	Idem, em d. de São Paulo	Meather	101 =	1 6090
	Idem, em d. de São Paulo	Idem	27 =	1 6080
	Idem, em d. de São Paulo	d.	38 =	4 6389
	Idem, em d. de São Paulo	d.	305 =	55 6305
	Idem, em d. de São Paulo	"	2 =	2 6180
	Idem, em d. de São Paulo	Idem	32 =	5 6280
	Idem, em d. de São Paulo	d.	246 =	32 6103
	Idem, em d. de São Paulo	d.	2:328 =	57 6036
	Idem, em d. de São Paulo	"	4 =	8 6960
	Idem, em d. de São Paulo	"	263 =	13 6400
	Idem, em d. de São Paulo	Canadas	7:282 =	1.015 6339
	Idem, em d. de São Paulo	d.	906 =	113 6250
	Idem, em d. de São Paulo	Idem	9:255 =	624 6712
	Idem, em d. de São Paulo	"	6 =	4 6000
	Idem, em d. de São Paulo	"	36 =	850 6320
	Idem, em d. de São Paulo	"	6 =	1 6080
	Idem, em d. de São Paulo	"	"	11 6300
	Idem, em d. de São Paulo	"	"	19 6200
	Idem, em d. de São Paulo	"	"	8 6000

1817	Transporte	Peso e Medidas	Quantidades	Importancia total
	Pilegimando de fogueira em d. de São Paulo da Cepa	"	"	3 6200
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	18 6400
	Idem, por se estar havendo diversas passagens de Cobre	"	"	17 6600
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	23 6800
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	10 6800
	Idem, no frete de fogueira de fogueira em d. de São Paulo	"	"	128 6940
	Idem, no frete de fogueira de fogueira em d. de São Paulo	"	"	20 6200
	Idem, no frete de fogueira de fogueira em d. de São Paulo	"	"	3 6200
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	233 6200
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	130 6000
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	33 6260
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	19 6000
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	147 6080
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	28 6000
	Idem, no frete de fogueira de fogueira em d. de São Paulo	"	"	1 6200
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	15 6060
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	15 6000
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	45 6280
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	33 6280
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	12 6720
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	15 6280
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	13 6000
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	65 6000
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	80 6000
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	464 6705
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	102 6355
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	33 6390
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	16 6000
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	764 6340
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	154 6200
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	84 6000
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	9 6000
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	409 6600
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	274 6010
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	624 6000
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	31 6200
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	23 6200
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	41 6280
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	1 6320
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	592 6000
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	14 6400
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	106 6300
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	106 6695
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	50 6000
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	926 6010
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	12 6800
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	248 6290
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	74 6960
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	8 6480
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	4 6300
	Idem, em d. de São Paulo da Cepa	"	"	16 6000

17.7739400

25.218425

Visconde de Albuquerque. P.
Tribunal de Contas. P. Vieira
nos dias de Outubro de mil oitocentos e cinco,
Tribunal de Contas no salto das suas sessões
Conselheiros Presidente do mesmo Tribunal Vis-
conde presentes os Conselheiros Lobo, Sousa, Pais
e Soares d'Albergaria, Ajudante do Conselheiro
Aguiar, compareceu Antonio Ernesto de Almeida
tomar posse do lugar de Aspirante de segunda
do mesmo Tribunal para que fôra transferido
do Districto de Castello Branco para Porto
Alto ultimo, e depois de prestar o juramento de
referido lugar de Aspirante das ditas discussões.
Lavoura este termo, que eu Francisco Simões
do Tribunal de Contas, escrevi.

de [illegible] [illegible]

Miguel e Angelo Lupi.
Nos dias do mes de Maio de mil oitocentos e
seis, abrando-se reunido o Tribunal de Contas no salto
sessões, sob a Presidencia do Conselheiro Presidente Visconde d'
do presentes os Conselheiros Lobo, Sousa, Pais e Soares,
e Soares d'Albergaria, Ajudante do Conselheiro Procurador
Da Fazenda, compareceu Antonio Marcos Xavier de Magalhães
a fim de tomar posse do emprego de segundo Official do
do Tribunal de Contas para que fôra nomeado por Decreto
De Agosto do anno proximo passado, communicado no Tribunal
Portaria de quatorze de Outubro seguinte, e depois do referido
Marcos Xavier de Magalhães ter prestado o juramento de
posse do dito lugar. E para constar se lavrou este termo
Francisco Simões Magalhães, Secretario do mesmo Tribu-
nal.

Miguel Lupi — pintor e amanuense
no Tribunal de Contas
Miguel Lupi — painter and amanuensis
at the Court of Auditors

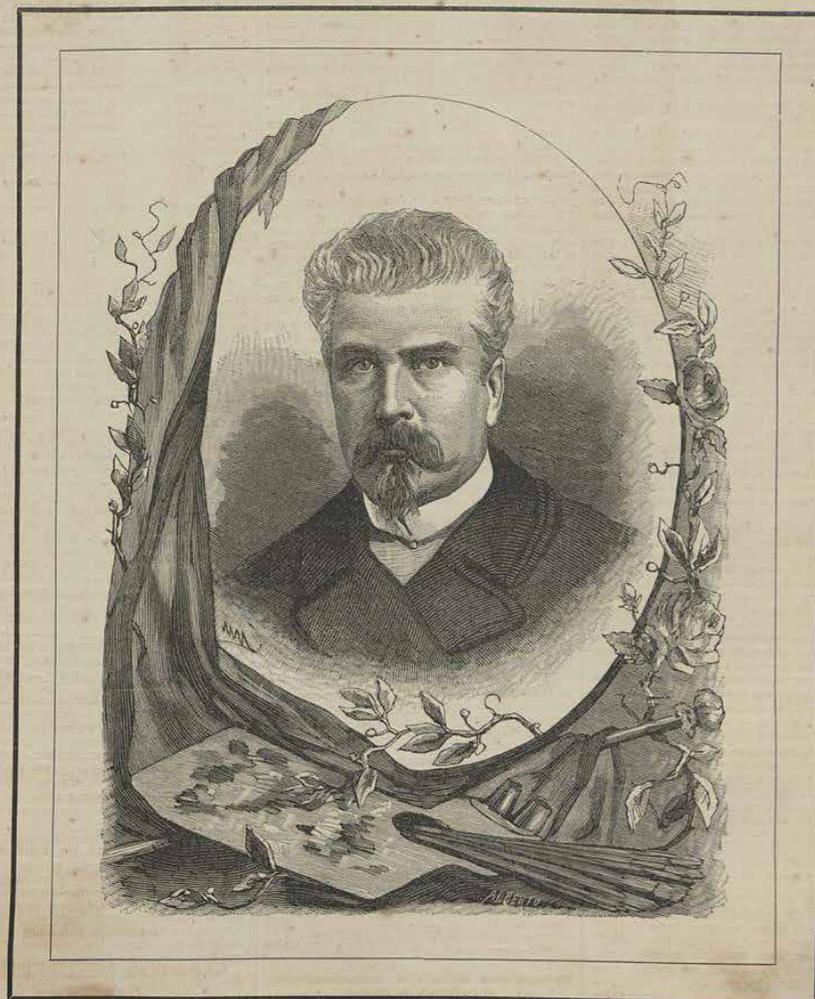
[illegible]

OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO ESTRANGEIRO

Preços da assignatura	Anno	Semestre	Trim.	N.º	6.º ANNO — VOLUME VI — N.º 153	REDACÇÃO — ATELIER DE GRAVURA — ADMINISTRAÇÃO LISBOA, RUA DO LORETO, ENTRADA PELA RUA DAS CHAGAS, 42 Todos os pedidos de assignatura deverão vir acompanhados do seu importe, e dirigidos a Francisco Antonio das Mercês, administrador da empresa.
	56 n.ºs	18 n.ºs	6 n.ºs	2 n.ºs		
Portugal (franco de porte, moeda forte)	36\$000	18\$000	6\$000	\$120		
Possesões ultramarinas (idem).....	48\$000	24\$000	8\$000	—		
Estrangeiro (união geral de correios)	56\$000	28\$000	9\$000	—		
Brazil (moeda fraca).....	156\$000	78\$000	26\$000	—		

21 DE MARÇO 1883



MIGUEL ÂNGELO LUPI, PROFESSOR DE PINTURA HISTÓRICA, NA ACADEMIA DE BELAS-ARTES DE LISBOA.
Retido em 26 de fevereiro de 1883 (segundo uma photographia de Rehb.).

Sabia que Miguel Ângelo Lupi, pintor português do século XIX, na encruzilhada entre o romantismo e o realismo, foi funcionário do Tribunal de Contas? E que é ele o autor do retrato a óleo de D. Pedro V que podemos admirar no átrio do edifício-sede?

Miguel Lupi nasceu em Lisboa em 8 de maio de 1826. Revelando vocação para o desenho e a pintura desde jovem, foi aluno da Academia de Belas-Artes entre 1841-1846. Contudo, a sua dedicação exclusiva à pintura não foi imediata. Iniciou a vida profissional no funcionalismo público, primeiro na Imprensa Nacional (1849-1851) e, depois, como contador na Junta da Fazenda, em Luanda (1851-1853).

Em outubro de 1855, foi nomeado aspirante de 2.ª classe da repartição de Fazenda do Distrito do Porto e, por portaria de 24 do mesmo mês, foi transferido para o Tribunal de Contas, tendo tomado posse como aspirante de 2.ª classe no dia 5 de novembro.

Era então presidente do Tribunal de Contas, criado em 10 de novembro de 1849, José António de Sousa Azevedo, visconde de Algés.

Os livros de registo dos vencimentos dos empregados revelam-nos que Miguel Lupi recebia 16\$666 réis por mês, perfazendo anualmente um vencimento de 200\$000 réis. Em 26 de agosto de 1859, Miguel Lupi passou à categoria de amanuense.

Apesar da curta duração, a sua permanência no Tribunal, que se prolongou durante cerca de cinco anos, foi determinante para lançar a sua carreira como pintor. Sabendo do seu talento para a pintura, o presidente do Tribunal de Contas em 1859, barão de Porto de Mós, tê-lo-á convidado para executar o retrato do monarca reinante, D. Pedro V, para a Sala de Sessões do Tribunal.

Como nos conta Pinheiro Chagas num artigo publicado na revista *O Ocidente*, de 21 de março de 1883:

«Lupi tinha então trinta e três anos. Os anos mais brilhantes e que podiam ser mais fecundos da sua mocidade passara-os a copiar officios e a fazer contas de multiplicação. Nunca abandonara o pincel e a paleta. Resignara-se a ser um simples curioso, e foi isso o que lhe valeu para que o encarregassem de pintar um retrato de D. Pedro V para o Tribunal. A sua brilhante carreira artística deve-a Lupi ainda assim ao facto de ser apenas um curioso; se fosse um artista, ninguém lhe encomendaria semelhante coisa. Como era um curioso lembraram-se dele. Oh! Os curiosos em Portugal! Como eles mereciam uma monografia! Em todo o caso, abençoada qualidade! Foi assim que Lupi pôde realizar, ao menos em parte, as suas aspirações artísticas.»

Did you know that Miguel Ângelo Lupi, a 19th century Portuguese artist working at the intersection of romanticism and realism, was employed at the Court of Auditors? And that it was he who painted the oil portrait of Dom Pedro V that can be admired in the hall of its main building?

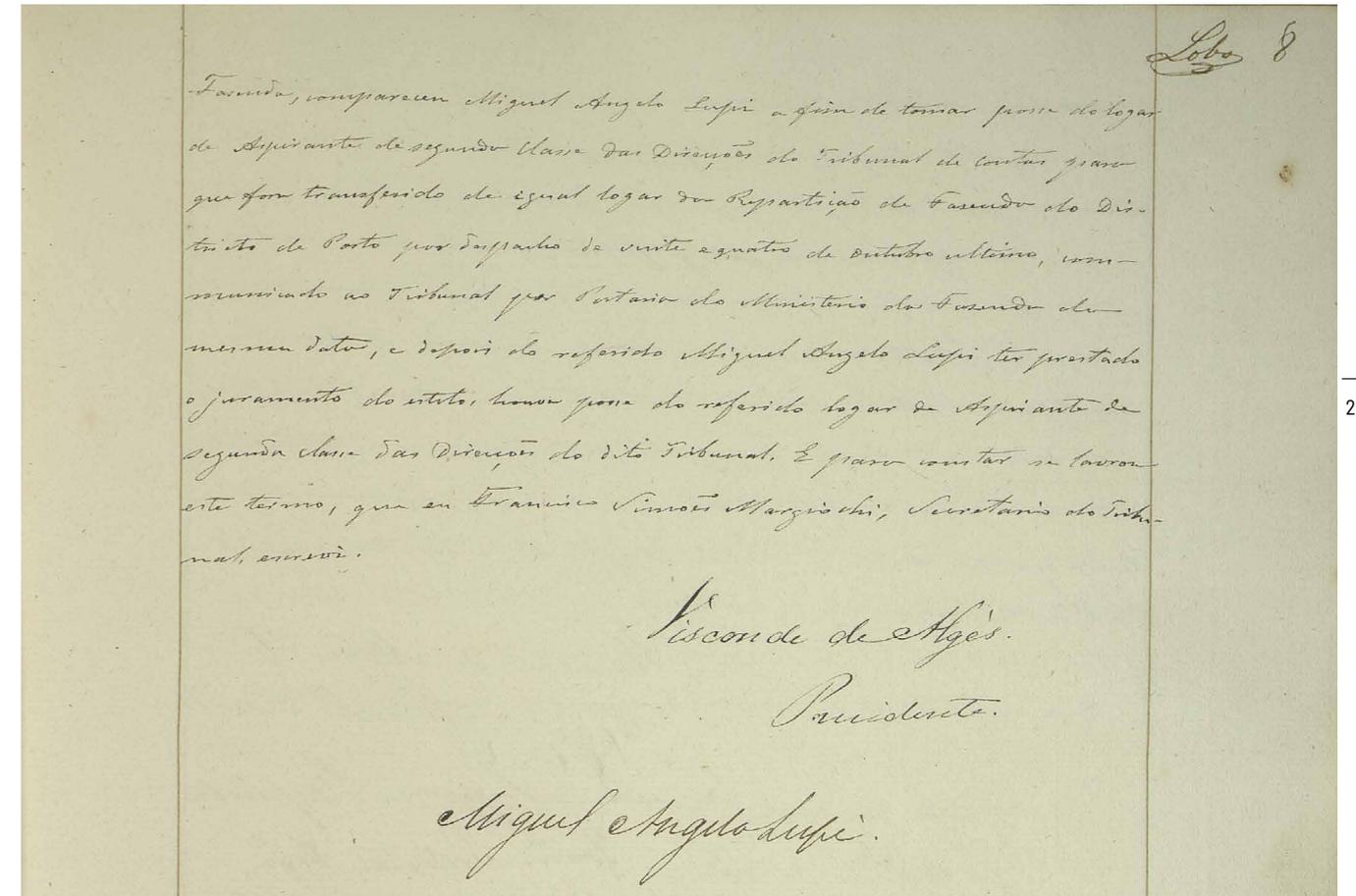
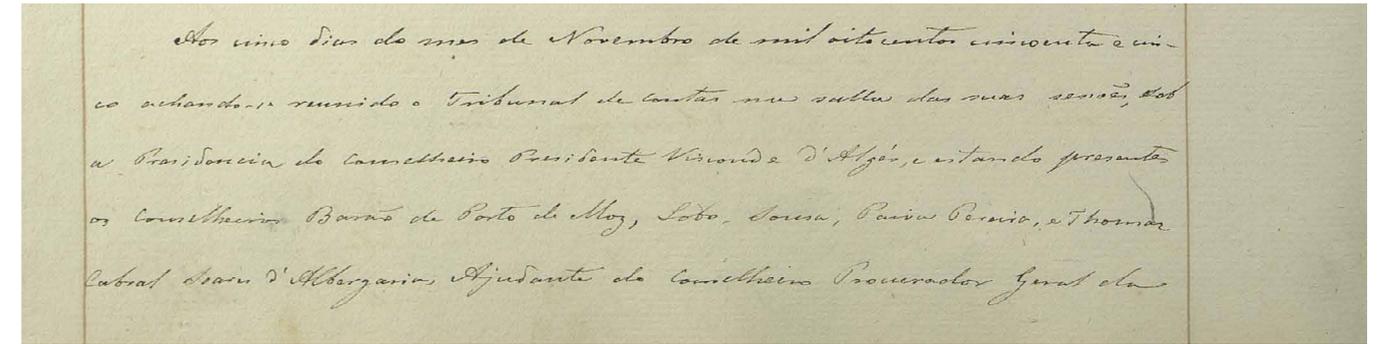
Miguel Lupi was born in Lisbon on 8 May 1826. Having shown skill in drawing and painting from a young age, he became a student at the National Academy of Fine Arts from 1841 to 1846. However, he did not immediately dedicate himself solely to painting. He began his professional life in public service, first at the National Press (1849-1851) and then as an accountant at the Board of the Exchequer, in Luanda, Angola (1851-1853).

In October 1855, he was nominated 2nd class aspirant to the Tax Office of the District of Porto and, by decree on the 24th of that month, transferred to the Court of Auditors, where he took his position as 2nd class aspirant on the 5th of November. The President of the Court of Auditors, founded on 10 November 1849, was then José António de Sousa Azevedo, Viscount of Algés.

The books recording the salaries of employees tell us that Miguel Lupi was paid 16\$666 réis per month, corresponding to an annual salary of 200\$000 réis. On 26 August 1859, Miguel Lupi was promoted to the role of amanuensis.

Despite being short in duration, his presence at the Court, which lasted around five years, was pivotal for launching his career as a painter. In 1859, the President of the Court of Auditors, the Baron of Porto de Mós, knowing of his talent for painting, invited him to produce a portrait of the reigning monarch, Dom Pedro V, for the Session Room at the Court.

As Pinheiro Chagas tells us in an article published in the magazine *O Ocidente*, on 21 March 1883: “Lupi was then thirty-three years old. The brightest and most productive years of his youth had been spent copying letters and doing multiplication. But he had never abandoned his brush and palette. He resigned himself to being an amateur, and that was what won him the commission to paint a portrait of Dom Pedro V for the Court. Lupi owed his brilliant artistic career to the fact that he was an amateur; if he had been an artist, no one would have commissioned him to do such a thing. Since he was an amateur, they thought of him. Oh! The amateurs of Portugal! How they deserve a monograph! In all cases, blessed quality! That is how Lupi could fulfil, at least in part, his artistic aspirations.”



Termo de posse de Miguel Ângelo Lupi em 5 de novembro de 1855
Registo de termos de posse do Tribunal de Contas: 13-11-1849 a 28-05-1888

Term of office of Miguel Ângelo Lupi on 5 November 1855
Record of terms of office of the Court of Auditors: 13-11-1849 to 28-05-1888

[Faint, mostly illegible handwriting on the left page]

Amanuense

Miguel Angelo Lupi
vence annualmente . . . 200\$000

Nomeado por Decreto de 26 de Agosto de 1859.
Por Officio de 24 de Novembro de 1860, do Tit. Miguel
do est. da Fazenda foram concedidos a Miguel Lupi,
a este Amanuense dois annos de li-
cença sem vencim.^{to} para estudar no

Por Officio de 24 de Agosto de 1861 do Officio Real das
da Fazenda se participou que Am. Bellas artes.
nomeado Guilherme Meuller p.
servir interinamente no lugar do
Amanuense Lupi durante a licença
que lhe foi concedida p.^{to} na Italia.

Por Officio do Ministerio da Fazenda
de 11 de Julho de 1862 se participou
que fora prorrogada por mais um
anno a licença concedida ao Am.
manuense Lupi para os seus estudos na Italia.

Guilherme Meuller deixou de servir
interinamente o lugar do Amanuense Lupi
por este se ter apresentado ao serviço
em 9 de Novembro de 1863. = Nid. a 1863.

Por Officio da Secretaria d'Estado dos Ne-
gocios da Fazenda de 5 de Julho de 1864, de-
clara que por Despacho da mesma data foi
Nomeado Gabriel Maria Thomé Alves da Sil-
va para substituir o Amanuense Miguel An-
gelo Lupi durante o tempo que este Amanuense
se estiver regendo a cadeira de desenho histo-
rio na Academia de Bellas Artes de Lisboa
vence annualmente . . . 200\$000

190
Assentamento

Por desp. de
5 de Maio de
1868 foi reso-

usado de lei
d'amanuense

Angelo Lupi,
por ter sido
nominado Po-
sitor d'acade-

Real das
Bellas artes.

nomeado Guilherme Meuller p.
servir interinamente no lugar do

Amanuense Lupi durante a licença
que lhe foi concedida p.^{to} na Italia.

Por Officio do Ministerio da Fazenda
de 11 de Julho de 1862 se participou

que fora prorrogada por mais um
anno a licença concedida ao Am.
manuense Lupi para os seus estudos na Italia.

Guilherme Meuller deixou de servir
interinamente o lugar do Amanuense Lupi
por este se ter apresentado ao serviço
em 9 de Novembro de 1863. = Nid. a 1863.

Por Officio da Secretaria d'Estado dos Ne-
gocios da Fazenda de 5 de Julho de 1864, de-
clara que por Despacho da mesma data foi
Nomeado Gabriel Maria Thomé Alves da Sil-
va para substituir o Amanuense Miguel An-
gelo Lupi durante o tempo que este Amanuense
se estiver regendo a cadeira de desenho histo-
rio na Academia de Bellas Artes de Lisboa
vence annualmente . . . 200\$000

Segue

Assentamento de Miguel Angelo
Lupi, amanuense do Tribunal
de Contas
Assentamento dos conselheiros
e empregados do Tribunal
de Contas

Record of Miguel Angelo Lupi,
amanuensis at the Court of
Auditors
Records of salaries paid to
counsellors and employees
of the Court of Auditors

The portrait of Dom Pedro V returns home

In 1860, the portrait of Dom Pedro V was hung in the Session Room at the Court of Auditors, then located in the Arsenal building, Lisbon. And there it remained until 1909 – near the end of the Portuguese monarchy – as shown by the inventory taken at the time. In 1954, the Court of Auditors

began to move its premises to the eastern tower building in Praça do Comércio, where it remained until 1989, the year of its transfer to its current location in Avenida da República, Lisbon.

The portrait of Dom Pedro V, which had meanwhile been kept at the National Palace of Ajuda, returned to the Court of Auditors in 2010, where it still hangs in prime position in the entrance hall of the main building.

The Public Treasury and subsequent institutions archive in the Historical Archive of the Court of Auditors

The *Public Treasury* and subsequent institutions archive brings together documentation produced through the activity of the organisations that, succeeding the Royal Treasury – which was abolished in 1832 by the liberal legislation of Mouzinho da Silveira – were tasked with the supervision and auditing of the public finances: several short-lived Commissions created after 1832; the Court of Auditors, founded in 1849, the first time the institution was given this name, and which continued until 1911; the Supreme Council for the Financial Administration of the State] (1911-1919); the Supreme Council of Finances] (1919-1930); and the current Court of Auditors, which, in 1930, resumed this name once more.

The archive contains documentation regarding the institution's work of supervision and auditing, its functioning, planning and control of activities, administrative management, human resources and finances.

O regresso a casa do retrato de D. Pedro V

Em 1860, o retrato de D. Pedro V foi colocado na Sala de Sessões do Tribunal de Contas, ao tempo instalado no edifício do Arsenal, em Lisboa. E lá permanecia em 1909 – quase no final do regime monárquico –, uma vez que consta do inventário então realizado.

Em 1954, o Tribunal de Contas iniciou a mudança das suas instalações para o edifício do torreão oriental da praça do Comércio, local onde permaneceu até 1989, ano em que se transferiu para as atuais instalações na avenida da República, em Lisboa.

O retrato de D. Pedro V, entretanto à guarda do Palácio Nacional da Ajuda, regressou ao Tribunal de Contas em 2010, onde se encontra desde então em lugar de destaque no átrio de entrada do edifício-sede.

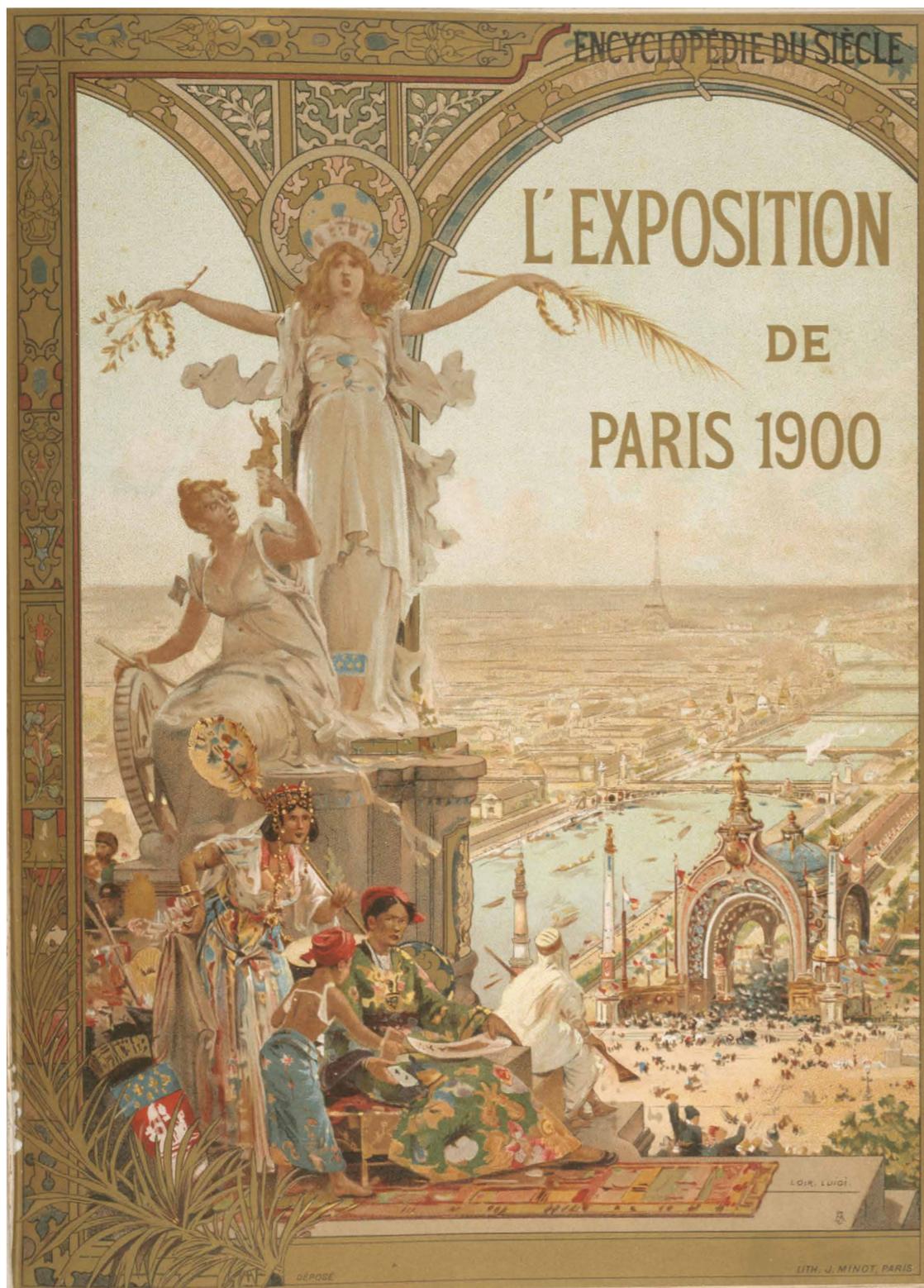
O conjunto documental *Tesouro Público e organismos sucessores*

O conjunto documental *Tesouro Público e organismos sucessores* reúne a documentação produzida no âmbito da atividade dos organismos que, sucedendo ao Erário Régio, extinto em 1832, pela legislação liberal de Mouzinho da Silveira, tiveram como atribuição a fiscalização e controlo das finanças públicas: as várias Comissões de vida efémera, criadas após 1832; o Tribunal de Contas, criado em 1849, ano em que a instituição teve pela primeira vez esta designação, mantendo-a até 1911; o Conselho Superior de Administração Financeira do Estado (1911-1919); o Conselho Superior de Finanças (1919-1930) e o atual Tribunal de Contas que, em 1930, retomou esta designação. Contém documentação sobre as atividades de fiscalização e julgamento da instituição, o seu funcionamento, planeamento e controlo de atividades, gestão documental, gestão de pessoal e gestão financeira.

	o grupo XVIII			
	Divisorias no grupo XVIII	Fr. 360,00		
		<u>387,60</u>	69.768	
383	Artigo 46. ^o K Material-Imprevistos			
	Aluguer de carroças	Fr. 80,00		
	Ornamentação do grupo IX	" 201,50		
	Noves esculda	" 1500,00		
		<u>" 1781,50</u>	320.670	
385	Artigo 47. ^o A Vencimentos			
	Vencimento de J. ^o Luiz Monteiro	Fr. 2250,00		
	Idem a J. ^o Alexandre Soares	150,00		
	Idem a J. ^o Balduino da Silva	375,00		
		<u>Fr. 2775,00</u>	499.500	
389	Artigo 48. ^o Imprevistos			
	Reparação de uma machina	Fr. 33,00	5.940	
391	Artigo 49. ^o A Vencimentos a pessoal			
	Adiantamento a Carlos Cam- po	Fr. 750,00	135.000	
	Vencimentos a Ant. ^o Arroyo, Circinnato Costa, J. ^o J. ^o Aze- vedo e Vasco Bruges	Fr. 3200,00	576.000	
	Vencimento a J. J. Azevedo	" 600,00	108.000	
	Idem a Vasco Bruges	" 150,00	27.000	1674.000
	Idem Idem	" 180,00	32.400	
		<u>Fr. 4580,00</u>	878.400	
385	Artigo 47. ^o A Vencimentos			
	Vencimentos aos architectos J. ^o Luiz Monteiro e Alexandre Soares	Fr. 1275,00	229.500	
393	Artigo 49. ^o B Passagens			
	Passagens de J. ^o J. ^o Azevedo auxiliar tecnico	Fr. 187,85	33.815	
395	Artigo 50. ^o Instalação Comm. ^o Executiva			
	Artigo de escriptorio	Fr. 66,80		

	A Canteira	" 45,00		
	Trabalho de estofador	" 40,00		
		<u>Fr. 257,05</u>	46.270	
397	Artigo 51. ^o Expediente			
	Artigo p. ^o o escriptorio	Fr. 115,40		
	Despesas d'illuminaçã nos diversos grupos	" 37,60		
	Material	" 200,40		
	Trabalho de impressã	" 38,00		
	Despesas diversas pa conta apresentada pelo Visconde de Vildich	" 26,50		
		<u>Fr. 417,90</u>	75.222	
399	Artigo 52. ^o Imprevistos			
	Excesso de viagem e transpor- te a	Fr. 129,55	23.320	
1/2	Artigo 53. ^o Vencimentos a delegados			
	Vencimento a Estevão Torres	Fr. 975,00	175.500	
3/2	Artigo 55 A Vencimentos a guardas			
	Vencimento ao pessoal menor	Fr. 2007,50		
	Idem aos fideis Alameda Ne- greiros, Ant. ^o Duffner, Candido Lopes L., Luiz Vidal, Gamboa S. ^o Pinto e A. Pinto Machado.	" 2005,00		
	Vencimento ao guarda Firmo da Silva a 12,50 fr.	6450	375.000	
	Idem a Alameda Vaqueiros	" 525,00		
	Idem a J. ^o Ferr. ^o S. Piedade	" 225,00		
	Idem a Alameda Vaqueiros	" 150,00		
		<u>Fr. 5287,50</u>	951.750	
4/2	Artigo 55 B Vencimentos			
	Passagem de Lisboa a Paris, abonada a Firmo da Silva	Fr. 90,00	16.200	15.647.505

Portugal na Exposição Universal de Paris de 1900
Portugal at the Paris World Expo 1900



Cartaz
da Exposição
Universal
de 1900

Poster of the
Paris World
Expo 1900

Venha connosco nesta viagem no espaço e no tempo à Paris de 1900. Vamos visitar a Exposição Universal e encontrar os dois pavilhões portugueses: Pavilhão das Matas, Caça e Pesca e Pavilhão das Colónias com a exposição dos produtos agrícolas e industriais.

Mais uma história com algumas curiosidades que as *Contas nos Contam*, como o caso das obras de arte perdidas no naufrágio do vapor *Saint-André*, na altura pouco noticiado, e que deram por isso origem a críticas, por exemplo, de Rafael Bordalo Pinheiro, através de caricatura.

Sob o tema «Balanço de um Século», a Exposição Universal de Paris de 1900 decorreu entre 15 de abril e 12 de novembro. Portugal foi um dos 40 países presentes. Naqueles 212 dias, a Exposição acolheu mais de 50 800 000 visitantes, número que só viria a ser ultrapassado pelas Exposições Universais de Osaka, em 1970, e de Xangai, em 2010.

Ocupou uma área de 216 hectares, repartidos entre o centro da cidade, ao longo das duas margens do Sena, e o Bois de Vincennes, deixando construções icónicas que ainda hoje perduram: a ponte Alexandre III, o Grand Palais e o Petit Palais, a Gare d'Orsay (hoje museu) e o Metro de Paris, cuja primeira linha foi inaugurada para a Exposição.

Em 1892, o relatório apresentado ao Presidente da República Francesa pelo ministro do Comércio e Indústria contextualizava a escolha da data e do que viria a ser o tema da Exposição «Balanço de um Século»: «1900, será o fim de um século de prodigioso desenvolvimento científico e económico; será também o limiar de uma era à qual todos os sábios e filósofos profetizam grandeza e onde as realidades excederão sem dúvida os sonhos das nossas imaginações».

Por decreto do Presidente Sadi Carnot, de 13 de junho de 1892, era aprovada a realização em Paris de uma Exposição Universal de obras de arte, produtos agrícolas e industriais. Pela quinta vez, a capital francesa seria o palco de uma Exposição Universal, a 13.ª desde a realização da primeira em Londres em 1851.

Com um orçamento inicial estimado em 100 milhões de francos e tendo como comissário-geral Alfred Picard (engenheiro e conselheiro de Estado), Paris preparava-se para a realização do evento.

Em 1895, são formulados os convites a 53 nações estrangeiras. 40 países aceitaram e vieram a estar presentes. Portugal foi um destes países.

Por decreto de 12 de novembro de 1898, ficaram regulados os termos em que deviam ser organizados os serviços da secção portuguesa na Exposição de Paris. Rainha D. Carlos e o governo (o 49.º da monarquia constitucional) era presidido por José Luciano de Castro.

Join us on a voyage through time and space to Paris in 1900. We will visit the World Exposition, where we find the two Portuguese pavilions: the Pavilion of Forests, Hunting and Fishing and the Pavilion of the Colonies, exhibiting agricultural and industrial products.

This is another historic tale from the accounts, full of curiosities, such as the works of art lost in the sinking of the steamship *Saint-André*, little reported at the time, resulting in it being the subject of various critical mentions, one example being the caricatures of Rafael Bordalo Pinheiro.

With the theme “Weighing up a Century”, the Paris World Expo 1900 took place between 15 April and 12 November, and Portugal was one of 40 countries present. During those 212 days, the Exposition received more than 50,800,000 visitors, a number that would only be surpassed by the World Expositions in Osaka, in 1970, and Shanghai, in 2010.

The event occupied an area of more than 216 hectares distributed around the centre of the city, along the two banks of the Seine and through the Bois de Vincennes Park, leaving iconic constructions that remain standing today: the Pont Alexandre III, the Grand Palais and the Petit Palais, the Gare d’Orsay (today’s museum) and the Paris Metro, the first line of which was inaugurated for the Exposition.

In 1892, the report presented to the President of the French Republic by the Minister of Commerce and Industry gave the context for the choice of date that would become the theme for the Exposition: “Weighing up a Century”. “The year 1900 will be the end of a century of prodigious scientific and economic development; it will also be the beginning of a new era that all wise men and philosophers have prophesied as one of greatness, an era in which reality will surely surpass the wildest of dreams.”

The Paris World Expo, featuring works of art and agricultural and industrial products, was approved by decree of President Sadi Carnot on 13 June 1892. For the fifth time, the French capital would be the stage for a World Exposition, the 13th held since the first one took place in London in 1851.

With an initial estimated budget of 100 million francs and led by the Commissioner-General Alfred Picard (engineer and State counsellor), Paris began to prepare itself for the event.

In 1895, invitations were sent to 53 foreign nations. 40 countries accepted and would later be present at the event. Portugal was one of those countries.

A decree of 12 November 1889 defined the terms under which the Portuguese display at the Paris Exposition would be organised. At the time, King Dom Carlos was on the throne and the government (the 49th of the constitutional monarchy) was led by José Luciano de Castro.



Vista panorâmica da Exposição

Panoramic view of the Exposition

A report preceding the decree, issued by the Minister for Public Works, Commerce and Industry, Elvino de Brito, stated that “Portugal should not ignore this trend, indeed it is our duty to show, to the eyes of those who intentionally seek to belittle us, what has been, despite the financial crisis that oppresses us, the considerable progress of our trade, agriculture and industry, both on the mainland and in the colonies”.

Under the terms of the decree, two executive commissions were appointed in Lisbon and Porto, composed of representatives put forward by commercial, agricultural and industrial associations, who were made responsible for preparing the collections of products to be taken to the Exposition.

The members of the Lisbon Commission were Alfredo de Brito, Bernardino Cincinato da Costa, Henrique Pereira Taveira, Luís Diogo da Silva and Dom Luís Filipe de Castro. The Porto Commission consisted of António Alves Calem Júnior, António Ramos Pinto, António da Silva Cunha, the Count of Samodães, João Henrique Andressen and Dom Joaquim de Azevedo de Carvalho Melo Faro.

The Commissions were led by the Inspector-General nominated by the government, who would also oversee all of the services of the Portuguese display at the Exposition. This role fell to Frederico Ressano Garcia, the man leading the ongoing urban renewal of Lisbon — the greatest such project since the Pombaline reconstruction in the 18th century — which involved the building of Avenida da Liberdade, Praça Marquês de Pombal, Avenida 24 de Julho and the neighbourhoods of Campo de Ourique and Estefânia, etc.

The role of Commissioner in Paris was given to the Viscount of Faria.

The Portuguese display would have agricultural, industrial and colonial sub-displays, with works of art held in a dedicated sub-display.

The expenses associated with the Portuguese display at the Paris Exposition were funded by the amounts defined in the budget of the Ministry of Public Works, Commerce and Industry: the budget of 1899-1900 foresaw an extraordinary expense of an amount equal to 100:000\$000 réis, while the budget of 1900-1901 stipulated an amount of 40:000\$000 réis.

In May 1899, tenders were launched to design the two pavilions that Portugal would present at the Exposition — one dedicated to Forests, Hunting and Fishing and the other to the Colonies. The architect Miguel Ventura Terra won both tenders.

No relatório do ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Elvino de Brito, que precedia o decreto, dizia-se que «Portugal não deveria ficar estranho a esta corrente, antes nos cumpre patentear, aos olhos dos que intencionalmente procuram amesquinhar-nos, quais têm sido, a despeito da crise financeira, que nos oprime, os progressos consideráveis do nosso comércio, agricultura e indústria, tanto na metrópole como nas colónias».

Nos termos do decreto, foram nomeadas duas comissões executivas, uma em Lisboa, outra no Porto, compostas por representantes propostos pelas associações comerciais, agrícolas e industriais, às quais cabiam preparar as coleções de produtos a levar à Exposição.

Faziam parte da Comissão de Lisboa Alfredo de Brito, Bernardino Cincinato da Costa, Henrique Pereira Taveira, Luís Diogo da Silva e D. Luís Filipe de Castro. Para a Comissão do Porto foram nomeados António Alves Calem Júnior, António Ramos Pinto, António da Silva Cunha, conde de Samodães, João Henrique Andressen e D. Joaquim de Azevedo de Carvalho Melo Faro.

Presidia às Comissões o inspetor-geral nomeado pelo governo e que superintendia em todos os serviços da secção portuguesa da Exposição. A escolha recaiu em Frederico Ressano Garcia, o responsável pela renovação urbana de Lisboa — a maior desde a reconstrução pombalina — com a construção da avenida da Liberdade, praça Marquês de Pombal, avenida 24 de Julho, os bairros de Campo de Ourique e Estefânia, etc.

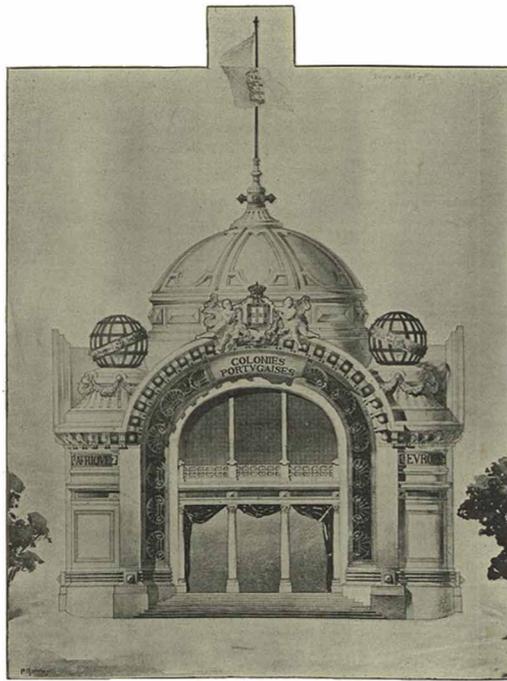
Para comissário em Paris foi nomeado o visconde de Faria.

A secção portuguesa teria subsecções agrícola, industrial e colonial, constituindo as obras de arte uma subsecção especial.

As despesas da secção portuguesa na Exposição de Paris eram custeadas com as verbas inscritas no orçamento do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria: no Orçamento de 1899-1900 previu-se como despesa extraordinária uma verba de 100:000\$000 réis e no Orçamento de 1900-1901 a verba foi de 40:000\$000 réis.

Em maio de 1899, foi aberto o concurso para os projetos dos dois pavilhões que Portugal iria apresentar na Exposição — um dedicado às Matas, Caça e Pescas e outro às Colónias. O arquiteto Miguel Ventura Terra venceu os dois concursos.

**The Portuguese pavilions
in the magazine *O Ocidente*,
30-11-1899**



O Pavilhão das Colónias,
situado na rua das Nações

The Pavilion of the Colonies,
located on the *Rue des Nations*

A description of the Portuguese pavilions in the Exposition guide, published by Le Bon Marché department store

Pavilion of Forests, Hunting and Fishing
Covering 350 m², the pavilion is divided into two rooms. The entrance room, which is square, contains everything related to fishing. This room has the most interesting decoration, including, among other things, six panels representing the six main Portuguese fishing ports. The author of these paintings is a well-known artist, João Vaz, a Portuguese painter and teacher in Lisbon. The other room occupies the rest of the pavilion and brings together products from the forest, hunting and chemical industries.

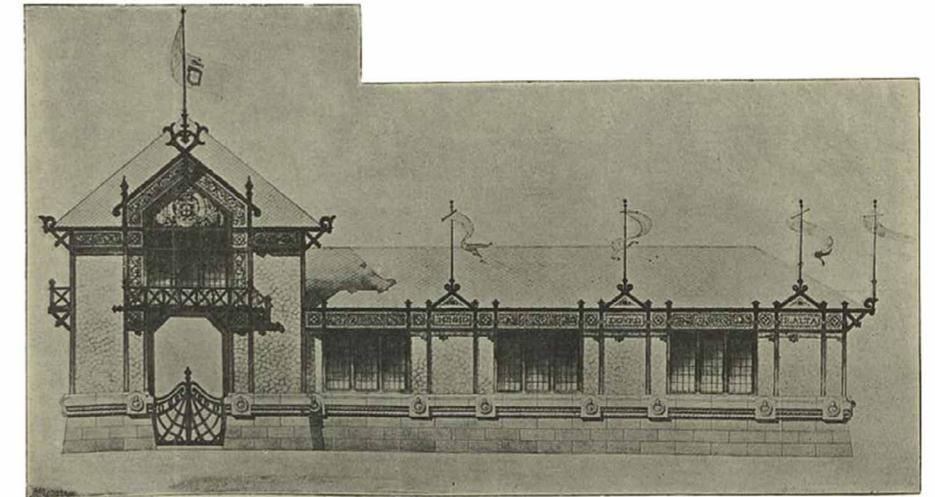
On the first floor, in the entrance hall, there is a reception desk. This pavilion is made of wood and plaster. Its architecture is very simple and, for exterior decoration, it has a painted frieze with a beautiful effect.

Pavilion of the Colonies

This pavilion is intended to exhibit agricultural and industrial products from the Portuguese colonies of East and West Africa, Goa, Macau and Timor, and the islands of São Tomé and Cape Verde. The entrance hall has a surface area of 200 m². On the first floor, there is a 140 m² gallery. Although it is not very unique, it has a good decorative effect both inside and outside. At the top of the main

façade, a group of women hold up the Portuguese coat of arms. This sculpture is the work of a very well-known sculptor, Tomás da Costa, resident in Paris. It also features decorative paintings. Inside, the paintings that decorate the Dome of the pavilion have the theme of navigation. Outside, friezes frame the façades. All these paintings, like the ones in the other pavilion, are by João Vaz. This pavilion is also entirely built of wood and plaster.

**Os pavilhões portugueses
na revista *O Ocidente*,
de 30-11-1899**



O Pavilhão das Matas, Caça e Pesca, situado no Quai d'Orsay

The Pavilion of Forests, Hunting and Fishing, located on the *Quai d'Orsay*

Uma descrição dos pavilhões portugueses no guia para a exposição, editado pelas Lojas Le Bon Marché.

Pavilhão das Matas, Caça e Pesca
Com 350 m², o pavilhão está dividido em duas salas.

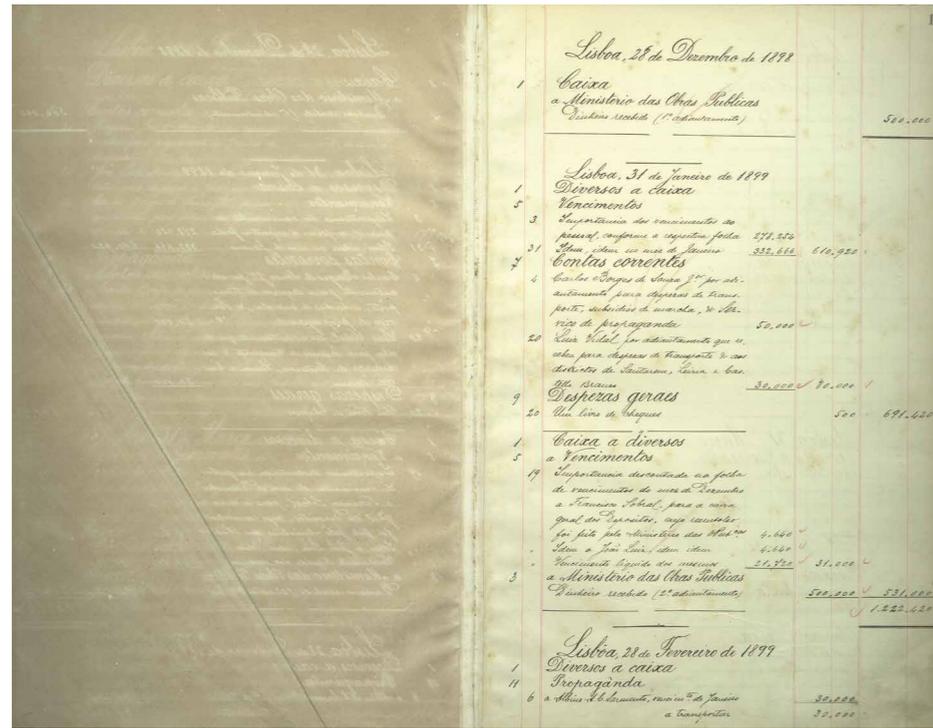
A da entrada, quadrada, tem tudo o que diz respeito à pesca. A decoração desta sala é das mais interessantes e compreende, entre outras coisas, seis painéis representando os seis principais portos de pesca portugueses. O autor destas pinturas é um artista muito conhecido, João Vaz, pintor português, professor em Lisboa. A outra sala ocupa o resto do pavilhão e reúne os produtos da

floresta, da caça e das indústrias químicas. No primeiro piso, na sala de entrada, há um balcão de atendimento. Este pavilhão está construído com madeira e gesso. Tem uma arquitetura muito simples e como decoração exterior tem um friso pintado com um belo efeito.

Pavilhão das Colónias

Destina-se à exposição dos produtos agrícolas e industriais das colónias portuguesas da África Oriental e Ocidental, de Goa, Macau e Timor, e das ilhas de São Tomé e Cabo Verde. A sala do piso de entrada tem uma superfície de 200 m². No primeiro piso, uma galeria de

140 m². Embora não tenha uma natureza muito particular, apresenta um bom efeito decorativo tanto no interior como no exterior. No topo da fachada principal, um grupo de mulheres suporta o escudo português. Este trabalho é obra de um escultor muito conhecido, Tomás da Costa, residente em Paris. Também apresenta pinturas decorativas. No interior, têm como tema a navegação e decoram a cúpula. No exterior, frisos emolduram as fachadas. Todas estas pinturas, tal como as do outro pavilhão, são da autoria de João Vaz. Também este pavilhão é inteiramente construído em madeira e gesso.



The Journals of expenses for the Paris Exposition

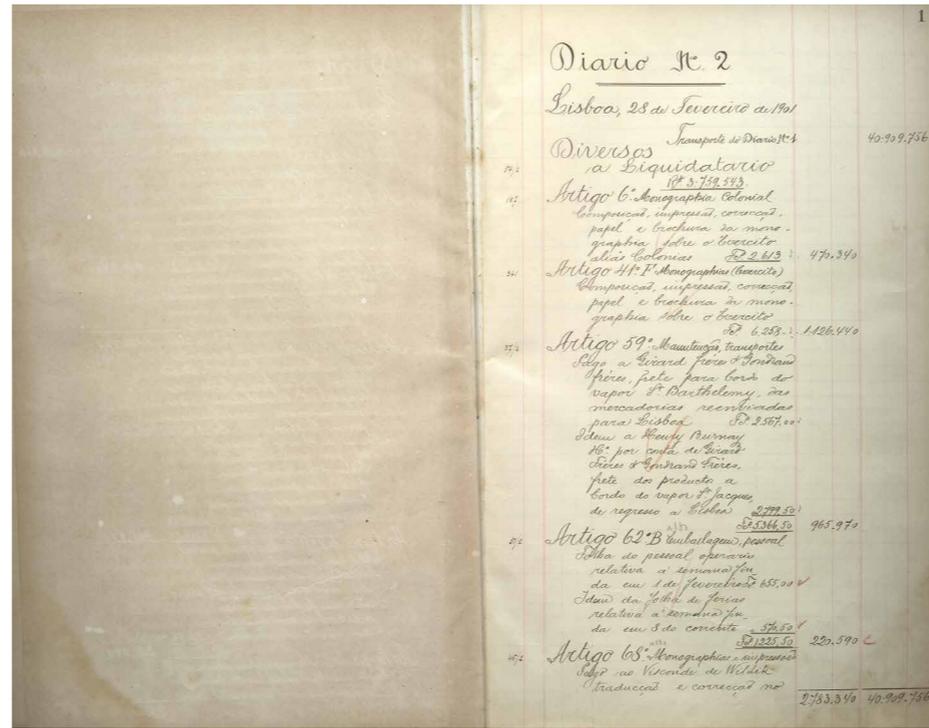
In the *Public Treasury and subsequent institutions* archive, in the Historical Archive of the Court of Auditors, there are three *Journals [of expenses for the 1900 Paris Exposition]*, with records between 28 December 1899 and 31 October 1908, and which at the time would have been forwarded to the Court of Auditors for verification of the accounts.

À esquerda
O *Livro Diário* n.º 1 tem registos de 28 de dezembro de 1899 a 28 de fevereiro de 1901

Left
Journal no. 1 contains records from 28 December 1899 to 28 February 1901



Código QR para aceder ao conteúdo digital
QR code to access digital content

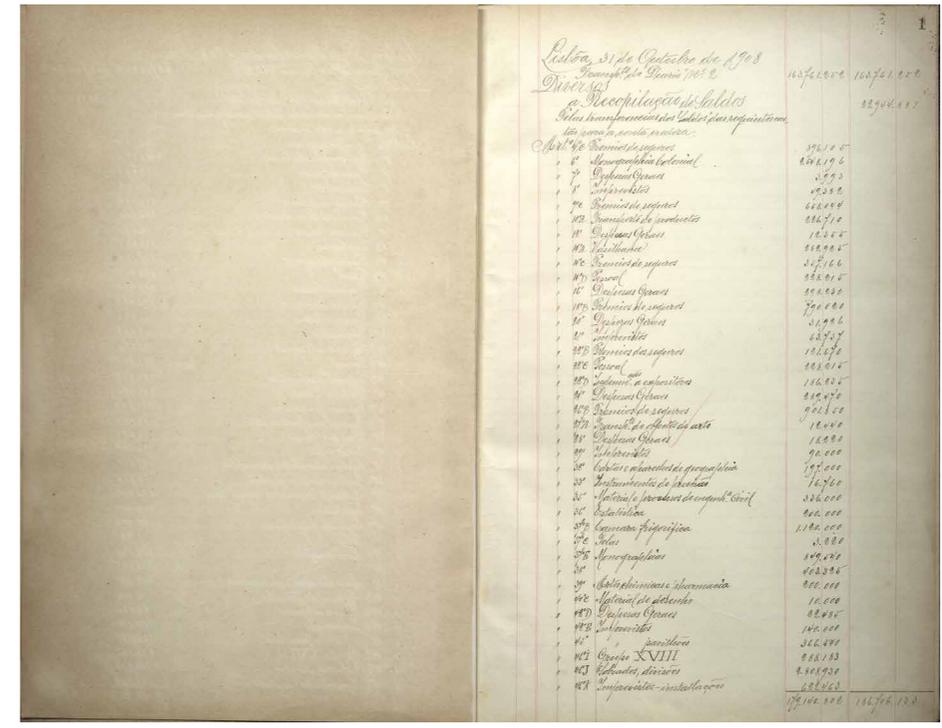


Os livros diários das despesas da Exposição de Paris

No conjunto documental *Tesouro Público e organismos sucessores*, do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, existem três *Livros Diários [das despesas da Exposição de Paris em 1900]*, com registos entre 28 de dezembro de 1899 e 31 de outubro de 1908, e que certamente terão sido remetidos na época ao Tribunal de Contas para verificação das contas.

Ao centro
O *Livro Diário* n.º 2 tem registos de 28 de fevereiro de 1901 a 31 de outubro de 1908

Center
Journal no. 2 contains records from 28 February 1901 to 31 October 1908



À direita
O *Livro Diário* n.º 3 tem registos de 31 de outubro de 1908

Right
Journal no. 3 contains records from 31 October 1908

Lisbôa, 31 de Agosto de 1899

TRIBUNAL DE CONTAS

1	Caixa			
1	4	a Ministério das Obras Publicas		
		Dinheiros recebidos		10.000.000
<hr/>				
1	Diversos a caixa			
27	8	art.º 5.º - Despesas em Lisboa		
		Pago a Ventura Terra, 1.º premio do pavilhão Colonial	500.000	
		Pago a José Christiana de Paula Ferreira da Costa, importancia que recebeu pelo segundo premio do projecto do pavilhão Colonial que apresentou no concurso a transportar	300.000	800.000
			500.000	10.000.000

The records of expenses in these books are many and varied. They reveal the expenses incurred in the preparation of the Exposition related to salaries, the construction of the pavilions, the fleets of ships that transported materials from Portugal to France, insurance, purchase of goods, trips to France, and others.

Ventura Terra received 500\$000 réis for first prize in the competition for the Pavilion of the Colonies and the same amount for first prize for the second pavilion. The two values are stated in records from 31-08-1899.

Lisbôa, 31 de Agosto de 1899

1	Diversos a caixa			
		Transporte		800.000
37	8	art.º 10 - Despesas em Lisboa		
		Pago a Ventura Terra, metade da im- portancia do premio para o pavilhão das matthas, pesca e prod.ºs Chiquicos	250.000	
		" Pago a Bernardo da Costa e Alfredo Campos, idem, idem	150.000	
10		Pago a Carlos Borges de Sousa 7.º por 22 dias de serviço no mes de Julho	17.600	
		" Pago a João Rodrigues da Silva, me- tade da 4.ª fact.º de photographias	10.000	
16		Pago a Augusto Botane, idem, idem	138.500	
19		Pago a J. J. Ribeiro 2.º app.º de analysis	52.800	618.900
49	8	art.º 20 - Despesas em Lisboa		
		Pago a Ventura Terra, metade da im- portancia do premio para o pavilhão das matthas, pesca e productos Chiquicos	250.000	
		" Pago a Bernardo da Costa e Alfredo Cam- pos, idem, idem	150.000	

São muitos e variados os registos de despesas nestes livros. Revelam, para a preparação da Exposição, as despesas com vencimentos, com a construção dos pavilhões, os fretes dos navios que transportaram todo o material e produtos de Portugal para França, despesas de seguros, aquisição de bens, viagens para França, entre outros.

Ventura Terra recebeu 500\$000 réis pelo primeiro prémio no concurso para o Pavilhão das Colónias e o mesmo valor pelo primeiro prémio para o segundo pavilhão. Os dois constam de registos de 31-08-1899.

96		97	
Lisboa, 31 de Maio de 1900		Lisboa, 31 de Maio de 1900	
Diversos a Comissão Executiva		Diversos a Comissão Executiva	
Artigo 46.º I Material Grupo XVIII	Transporte 12.321,660	Artigo 50.º Instalação Comm. Executiva	Transporte 14.559,213
Uma caixa e feixes p. mesa	27,60	Artigo de escriptorio	13,60
caixa do grupo XVIII	27,60	Despesas mudas	2,15
ultra polareta e cubete, para o grupo XVIII		1 Carteira	15,00
Decorativas no grupo XVIII	360,00	Trabalho de estofador	10,00
	387,60		237,03
Artigo 46.º K Material - Imprevistos		Vencimento ao guarda fôrmo da Silva a 12,50 f. 645,00	
Aluguer de carroças	50,00	Idem a Almada Negreiros " 525,00	
Ordens e cartas do grupo IX	201,50	Idem a J.º Ferr. S.ª Cidade " 225,00	
Novo secudo	150,00	Idem a Almada Negreiros " 150,00	
	1.781,50	Total Fr. 5.287,50	
Artigo 47.º A Vencimentos		951,750	
Vencimento de J.º Almeida Soares	150,00	Idem ao feixes Almada Negreiros, Ant. Duffner, Cam.ª, Carlos F.º, Luiz Vidal, Humberto, J.º Paulo e A.º Augusto Lombard.	
Idem a J.º Rodrigues de Lisboa	50,00	Adiantamento de 30 dias	
Idem a J.º Rodrigues de Lisboa	50,00	Vencimento ao guarda fôrmo da Silva a 12,50 f. 645,00	
	2.775,00	Idem a Almada Negreiros 525,00	
Artigo 48.º Imprevistos		Idem a J.º Ferr. S.ª Cidade 225,00	
Aluguer de duas máquinas	33,00	Idem a Almada Negreiros 150,00	
Artigo 49.º A Vencimentos a pessoal		Total Fr. 5.287,50	
Adiantamento a Carlos Cam.ª	750,00	951,750	
Vencimentos a Ant.º Soares		Artigo 55.º B Vencimentos	
Cinco mil Costa, J.º J.º J.º	3.200,00	Passagem de Lisboa a Paris	
medo e Vasco Borges	600,00	Almada a fôrmo de Silva Fr. 90,00	
Vencimento a J.º Soares	150,00	16.200	
Idem a Vasco Borges	150,00	15.647,505	
Idem Idem	180,00	62.244,310	
	4.560,00		
Artigo 47.º A Vencimentos	878,400		
Vencimento ao architecto J.º			
Luiz Monteiro e Alexandre Soares	1.275,00		
Artigo 49.º B Passagens	33,815		
Passagens de J.º J.º J.º	187,85		
Artigo 50.º Instalação Comm. Executiva	66,80		
Artigo de escriptorio	59,50		
Carroças	126,30		
	14.359,243		
	46.647,035		

At the end of the Exposition, a supplementary budget of 21:946\$600 réis was approved to meet the deficit in the general budget and secure the expenses related to the return of materials to Lisbon, and other expenses unforeseen in Paris. But there was also an opportunity to recognise the revenues from sales of goods that would remain in Paris, such as wine, furniture, books and agricultural implements.

A curiosity...

Here, the record of payment to António Almada Negreiros (father of the artist José de Almada Negreiros) who worked in the Exposition, and on the next page the record of payment for its 1st class train travel to Lisbon following the Exposition

176		177	
Lisboa, 31 de Dezembro de 1900		Lisboa, 31 de Dezembro de 1900	
Diversos a Comissão Executiva		Diversos a Comissão Executiva	
Artigo 52.º Imprevistos Comm. Executiva	Transporte Fr. 420,50	Artigo 55.º B Passagens a feixes, quadras	Transporte Fr. 454,35
Importancia de 9 lotes a		Formo de Silva	134,00
Saul Sigasson	90,00	José Alves Monteiro	134,00
	510,50	José Rodrigues	134,00
Artigo 55.º A Vencimento a feixes guardas	91,590	José Rodrigues	134,00
Sago ao feixes Luiz Vidal, Almada Negreiros, Gomes de Silva e Antonio Duffner	2.060,00	Passagens de Paris para Lisboa a Almada Negreiros	134,00
Gratificações as seguintes guardas:		a A. Duffner	134,00
Manuel Pedro	50,00		
Fôrmo de Silva	50,00	José Rodrigues 134,00	
José Alves Monteiro	50,00	Passagens de Paris para Lisboa a Almada Negreiros 134,00	
José Rodrigues	50,00	a A. Duffner 134,00	
José Rodrigues	50,00	990,35	
Fôrmo de Silva no 1.º quinzenal do mes corrente	250,00	Artigo 62.º A Contabilização (contas em aberto)	
Vencimento ao feixes Luiz Vidal, Almada Negreiros, Gomes de Silva e A. Duffner	2.060,00	Fôrmo de jornais ao pessoal operario nas semanas feixes em 30 de novembro Fr. 1.437,50	
Idem as guardas no 2.º quinzenal do mes de novembro	2.270,05	Fôrmo de jornais relativa a semana feixes em 7 de dezembro 2.863,05	
Idem as guardas no 1.º quinzenal do mes de dezembro	629,00	Vencimento ao architecto José Alexandre Soares 500,00	
Idem no 1.º quinzenal de outubro - em 1.º	40,00	Fôrmo de feixes relativa a semana feixes em 14 de agosto 2.717,65	
Vencimento ao guarda no 1.º quinzenal de Novembro	110,00	Vencimento de 45 taboas para encastolamento do pessoal Fr. 1.350,00	
	7.972,05	1.341,576	
Artigo 55.º B Passagens a feixes guardas	1.430,469	Artigo 59.º Encargos, transportes, etc	
Fôrmo de vencimento do guarda no 1.º quinzenal do mes de dezembro	2.148,05	Sago a Luiz Vidal e Gomes de Silva	
Passagens de Paris para Lisboa ao seguinte pessoal		João J.º J.º J.º	
Joaquim José Soares	186,35	Passagens para transporte de productos para Lisboa Fr. 10.000,00	
Luiz Vidal	134,00	1.800,000	
Manuel Pedro	134,00	Artigo 62.º B Contabilização, pessoal	
	454,35	Fôrmo de jornais relativos a	
	4.543,52.148,05	8.748.918	
	4.819,590	8.133.896	

Com o final da Exposição, é aprovado um orçamento suplementar de 21:946\$600 réis para suprir as deficiências do orçamento geral e assegurar as despesas com o regresso dos bens a Lisboa e outras despesas não previstas em Paris. Mas há também oportunidade para a realização de receitas com a venda de bens que já não regressaram a Portugal, tais como vinhos, mobiliário, livros e alfaias agrícolas.

Uma curiosidade...

Na página anterior, o registo de vencimento como fiel a Almada Negreiros (António, pai do artista José de Almada Negreiros) e aqui o registo do pagamento da passagem para Lisboa em 1.ª classe após a Exposição.

The sinking of the steamship *Saint-André* – “Portuguese art fundamentally affected”

On reading these records, the discerning eye will discover references to a little-known incident that occurred following the Exposition: the sinking of the steamship *Saint-André*, one of the four steamships contracted to transport the products and works of art exhibited in Paris from the Port of Le Havre back to Portugal. In January 1901, the *Saint-André*, which it appears had seen better days, sank off the coast of Portugal, resulting in the permanent loss of some of the Portuguese works of art that had been shown in Paris. In *Journal no. 2*, we find several records of the compensation paid to artists and owners,

which reveal the scale of losses suffered in the shipwreck. For example, compensation paid for photographs of the pavilions and the installations, for 84 autotype *clichés**, for the blueprints for the Portuguese Displays at the Exposition, for printed monographs, and for industrial products (to Lisbon Glass Company, Industrial Production Company of Coloured Paper, Royal Factory of Vista Alegre, Lisbon Industrial Company). A record on 22 April 1901 lists the compensation paid for the lost works of art, totalling 16:584\$000 réis, to Carlos Reis, Veloso Salgado, José Malhoa and Alfredo Roque Gameiro, among others, whose works had been lost for good.

* Printed photographic reproductions

At the end of his book *Portugal na Exposição de Paris* [Portugal at the Paris Exposition], published in 1901, José de Figueiredo affirmed that “the disaster was, in large part, the consequence of the lack of care with which works of art are generally treated in Portugal”, decrying “the wall of silence that has grown around this shipwreck, and the indication this gives of its apparent unimportance as long as the artists are fully [?] paid by the company charged with securing their works, which tells us all we need to know about the narrow view our leaders have regarding the world of art.” As it turned out, the main news item of the time was instead the death of Queen Victoria on 22 January 1901.

The other cargo lost in the *Saint-André* shipwreck

The three *Journals* make no mention of it, but there was another precious cargo on board the *Saint-André*, and which would be lost forever: the personal documents of Eça de Queiroz, a portrait by Columbano owned by him, and furnishings from the house in Neuilly-sur-Seine, on the outskirts of Paris, where he had died on 16 August 1900. His widow had asked for these items to be transported on the same ship chartered by the government to bring back the works exhibited in Paris.

Lisboa, 22 de Abril de 1901		Transporte 33.476.825	
87/2	Vapor <i>S. André</i>		
	a Diversos		
107	a Francisco Xavier	24.185.000	
	d'ensinamento	42.140	24.527.940
		30	
13	Diversos		
	a Frederico Pessano Garcia		
67/2	Indemnizações de Obras d'arte		
	Pagas aos seguintes artistas		
	que se do correto pelo qua		
	dros perdidos no naufrá-		
	gio do vapor <i>S. André</i>		
	Carlos Reis	4.400.000	✓
	J. Veloso Salgado	4.100.000	✓
	José Malhoa	2.850.000	✓
	D. Laura Lavourada Pando	1.050.000	✓
	D. Emília Lauto Braga	900.000	✓
	Alfredo Hoel	850.000	✓
	Emílio Correia Ladeira	700.000	✓
	Alfredo Roque Gameiro	310.000	✓
	Arthur Prat	270.000	✓
	D. Mo. A. Pereira Bispo	250.000	✓
	J. de Mattos da Fonseca	225.000	✓
	Mo. Joaquim Lauto	175.000	✓
	D. Fausto Almeida	100.000	✓
	Alcides de Sá	100.000	✓
	Luciano Gallant	100.000	✓
	Alfredo Guebo	184.000	✓
	D. Virgínia Lauto	60.000	✓
		16.584.000	✓
	Sego au 9 a Columbano Per-		
	velo Lauto	910.000	✓
	Idem a Braun Assis em		
	13	300.000	✓
	Idem a Condesa de Alca de		
	Alcaram em 19	600.000	✓
112	Indemnizações diversas		
	Sego a Luiz Vidal pelo au		
	Indemnizações de 7 volumes		
		16.294.000	53.004.765

O naufrágio do vapor *Saint-André* – «A arte portuguesa atingida fundamentalmente»

Ao percorrer estes registos, um olhar mais atento descobre as referências a um acontecimento pouco conhecido, ocorrido após a Exposição: o naufrágio do vapor *Saint-André*, um dos quatro vapores contratados para transportar, desde o porto de Le Havre até Portugal, os produtos e obras de arte expostos em Paris. Em janeiro de 1901, o *Saint-André*, que ao que parece não teria grandes condições, naufragou já ao largo da costa portuguesa, tendo ficado irremediavelmente perdidas algumas das obras dos artistas portugueses que tinham estado expostas em Paris. No *Livro Diário n.º 2*, encontramos vários registos das indemnizações pagas aos artistas e a proprietários,

dando-nos a dimensão das perdas sofridas no naufrágio. Por exemplo, pelas fotografias dos pavilhões e instalações, por 84 clichés de autotipias*, pelas plantas de todas as instalações da Secção Portuguesa na Exposição, por impressão de monografias, por produtos industriais (à Empresa Vidreira Lisbonense, Companhia Industrial Produtora de Papéis Pintados, Real Fábrica da Vista Alegre, Companhia Fabril Lisbonense). Em registo de 22 de abril de 1901, estão listadas as indemnizações pagas pelas obras de arte perdidas, num total de 16:584\$000 réis, a Carlos Reis, Veloso Salgado, José Malhoa, Alfredo Roque Gameiro, entre outros, cujas obras desapareceram para sempre.

* Reprodução de fotografias por meio de prelos.

A outra carga perdida no naufrágio do *Saint-André*

Não consta dos três *Livros Diários*, mas havia uma outra carga preciosa a bordo do *Saint-André*, e que se perdeu para sempre: a documentação pessoal de Eça de Queiroz, um retrato seu de Columbano, e os móveis da casa onde falecera em Neuilly-sur-Seine, nos arredores de Paris, em 16 de agosto de 1900. A viúva pedira para este espólio ser transportado no navio que o governo fretara para o transporte de retorno de parte das obras expostas em Paris.

José de Figueiredo, no final da obra *Portugal na Exposição de Paris*, editada em 1901, afirmava que «o desastre foi, em grande parte, a consequência da falta de carinho com que, em Portugal, são geralmente tratadas as coisas da arte» lamentando «o silêncio que se tem feito à roda deste naufrágio, e que parece indicar a nenhuma importância dele desde que os artistas sejam integralmente [?] pagos pela companhia em que as suas obras vinham seguras, dão-nos bem o acanhado da ideia que os nossos dirigentes têm sobre as coisas da arte». Afinal, a notícia do momento era a da morte da rainha Vitória em 22 de janeiro de 1901...



Código QR para aceder ao conteúdo digital
QR code to access digital content

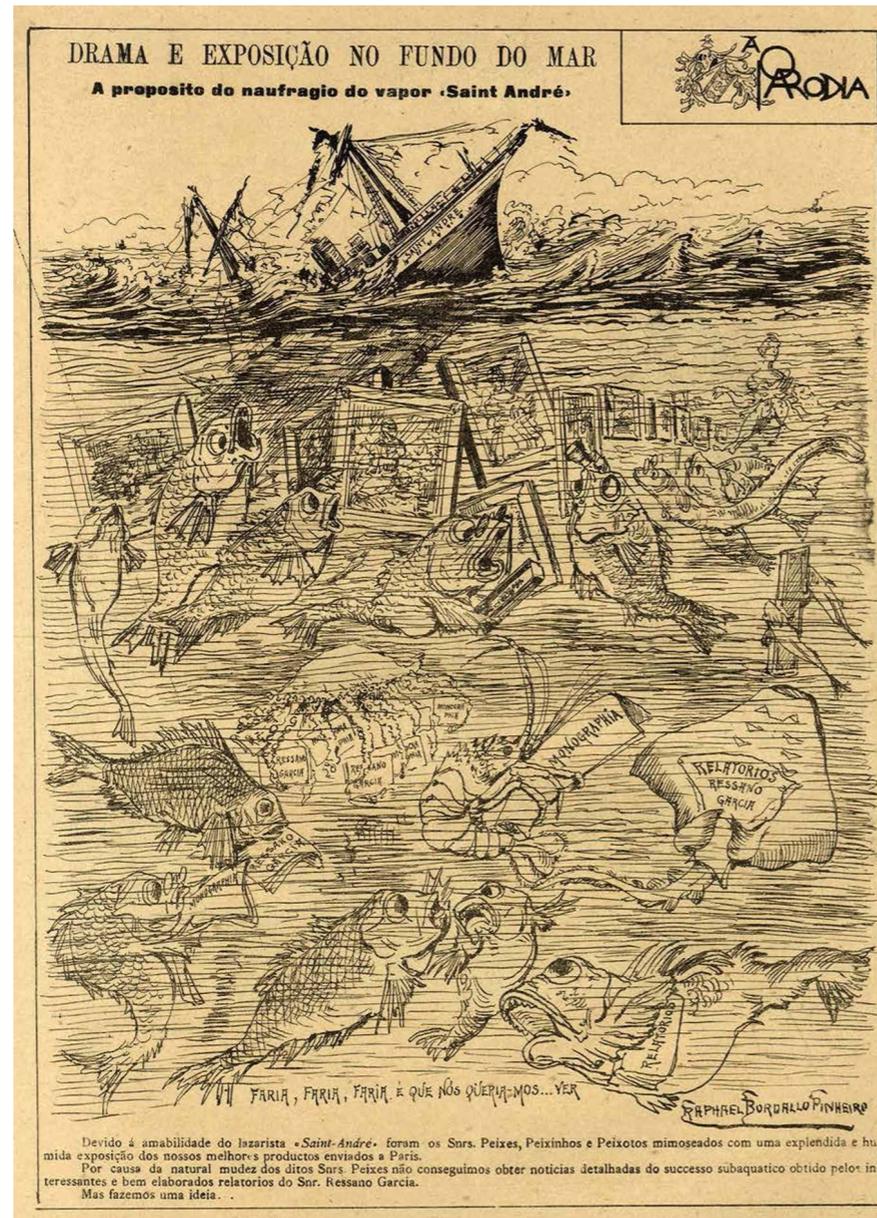
The sinking of the steamship Saint-André – as seen by Rafael Bordalo Pinheiro

Due to the generosity of the Lazarist “Saint-André”, our dear Messrs. Fish, Fishes and Fishies were treated to a splendid exhibition of our best products sent to Paris.

Due to the natural reticence of the said Messrs. Fish we cannot give detailed news of the underwater success of Mr Ressano Garcia’s interesting and well-elaborated reports. But we can take a guess...

On the next page

One, the diving-suited Commissioner, interrogating the codfish and sardines, searches for paintings, ceramics and sculptures; the other, who would be of help if he descended, cannot do this because he is a float and, like a float, he floats.



«Drama e Exposição no fundo do mar» – a propósito do naufrágio do vapor Saint-André
Jornal A Paródia, de 13-02-1901

Drama and Exposition at the bottom of the sea – on the case of the sinking of the steamship Saint-André
A Paródia journal, 13-02-1901



«Ainda o naufrágio do S. André» (epílogo da Exposição de Paris)
Jornal A Paródia, de 27-03-1901

"Ongoing at the shipwreck of S. André" (epilogue to the Paris Exposition)
A Paródia journal, 27-03-1901

O naufrágio do vapor Saint-André – visto por Rafael Bordalo Pinheiro

Um, o commissário escaphandro, interrogando bacalhaus e sardinhas, procura quadros, louças e esculturas, o outro, que faria bom serviço se descesse, não o pode fazer porque é boia e como boia, boia.

Na página anterior
Devido à amabilidade do lazarista «Saint-André» foram os Snrs. Peixes, Peixinhos e Peixotos mimoseados com uma esplêndida exposição dos nossos melhores productos enviados a Paris. Por causa da natural mudez dos ditos Snrs. Peixes não conseguimos obter noticias detalhadas do successo subaquatico obtido pelos interessantes e bem elaborados relatórios do Sr. Ressano Garcia. Mas fazemos uma ideia...

cimentos que por esta Contabilidade lhe foi feito sobre o facto de não ter sido lavrado auto de transição de gerências por ocasião da retirada de Bordeus do referido Consul Sousa Mendes:

" Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direcção Geral dos Negócios Económicos e Consulares - Proc. 510 - Nº. 37 - A Direcção Geral dos Negócios Económicos e Consulares tem a honra de informar a 7ª. Repartição da Contabilidade Pública, em resposta à sua nota nº. 436, de 18 do corrente, de que, tendo já o Tribunal de Contas conhecimento de que não foi lavrado o respectivo auto de transição de gerência do Consul Aristides de Sousa Mendes para o Secretário José de Saá, foi perguntado à Repartição dos Serviços Administrativos o motivo da chamada a Lisboa do referido Consul a qual, pela sua nota Nº. 450, de 25 do corrente, declarou o seguinte: --

Aristides de Sousa Mendes,
cônsul de Portugal em Bordéus
Aristides de Sousa Mendes,
Portuguese Consul in Bordeaux

"A Repartição dos Serviços Administrativos comunica à Repartição da Administração Consular, em resposta à sua nota nº. 25, de 24 do corrente mês, que o ex-cônsul em Bordeus Aristides de Sousa Mendes, regressou a Portugal em obediência a instruções telegráficas deste Ministério datadas de 24 de Junho de

TRIBUNAL DE CONTAS
001801

ENTRADA GERAL

-6. ABR. 1942

In this *History in the Accounts* we can also discover the final account of the Portuguese Consul-General in Bordeaux, Aristides de Sousa Mendes, from January to June 1940. The accounts were presented in 1941 and reviewed in 1942, with the Court considering Aristides de Sousa Mendes “quits” with the State.

Born in Cabanas de Viriato, Carregal do Sal (Viseu district) on 19 July 1885, Aristides de Sousa Mendes completed a degree in Law at the University of Coimbra, pursuing a diplomatic career that saw him perform functions in various countries.

At the beginning of the Second World War, he held the post of Consul-General de Portugal in Bordeaux, the city to which the French government had temporarily retreated when, in 1940, German troops invaded and occupied France. Thousands of refugees had also flocked to the city due to the German advance through French territory.

This is where the story of Aristides de Sousa Mendes takes place.

Going against the orders of the Portuguese government, in June 1940 the Consul-General de Portugal in Bordeaux awarded visas to thousands of refugees — many with Jewish origins — who wished to continue their journey to Portugal and the USA. Between 20 and 23 June, now at the Vice-Consulate in Bayonne, he continued to issue visas to refugees.



Aristides de Sousa Mendes
(1885-1954)

Bordéus, junho de 1940 — a praça
Pey-Berland, ponto de encontro
de refugiados em fuga de França

Bordeaux, June 1940 — *Place Pey-
-Berland*, meeting point for refugees
fleeing France

A História que as Contas nos Contam revela a última conta do cônsul-geral de Portugal em Bordéus, Aristides de Sousa Mendes, de janeiro a junho de 1940. As contas foram apresentadas em 1941 e julgadas em 1942, tendo o Tribunal considerado Aristides de Sousa Mendes *quite* com o Estado.

Nascido em Cabanas de Viriato, Carregal do Sal (distrito de Viseu), em 19 de julho de 1885, Aristides de Sousa Mendes concluiu a licenciatura em Direito na Universidade de Coimbra e seguiu a carreira diplomática, desempenhando funções em vários países.

No início da II Guerra Mundial, ocupava o posto de cônsul-geral de Portugal em Bordéus, cidade onde o governo francês se refugiou temporariamente quando, em maio de 1940, as tropas alemãs invadiram e ocuparam França, e onde afluíram também milhares de refugiados devido ao avanço alemão no território francês.

É neste cenário que tem lugar a ação de Aristides de Sousa Mendes.

Contrariando as ordens do governo português, o cônsul-geral de Portugal em Bordéus concedeu, em junho de 1940, vistos a milhares de refugiados — muitos de origem judaica — que pretendiam seguir para Portugal e para os Estados Unidos da América. Entre os dias 20 e 23 de junho, já no Vice-Consulado em Bayonne, prosseguiu a emissão de vistos a refugiados.



His responsibility for leading the Consulate-General of Portugal in Bordeaux was terminated on 30 June 1940.

On 27 July, Aristides de Sousa Mendes was placed on administrative leave. He would be subject to disciplinary action of a one-year suspension with half-pay, after which he was ordered to retire.

Aristides de Sousa Mendes died in Lisbon on 3 April 1954.

Recognition for his actions would only arrive posthumously. In 1966, he was awarded the title of “Righteous among the Nations” by the Holocaust Memorial in Jerusalem. In 1986, in Portugal, he was given the rank of Officer of the Order of Liberty and, in 1995, he was presented with the Military Order of Christ. On 3 July 2020, the Portuguese Parliament honoured him with a monument in the National Pantheon.

The Process of Accounts by the Court of Auditors

The accounts of the Consulate-General of Portugal in Bordeaux, under the responsibility of Aristides de Sousa Mendes (from 1 January to 30 June 1940), were judged by the Court of Auditors in 1942.

From the files kept in the Processes of Accounts archive we can select some of the more important documents that, without expressly mentioning the facts, still allow us to contextualise and confirm the story known to us. Set in motion on 12 May 1942, this case was led by the counsellor Reinaldo Duarte de Oliveira.

TRIBUNAL DE CONTAS

Caixa N.º _____ Processo N.º *1215*

Responsável
Aristides de Sousa Mendes
Consul. de Portugal em Bordeaux
Ano de *1940*

Gerência de *1* de *Janeiro* a *30* de *Junho* de *1940*

3.ª Secção Contador *Luís de Paiva*

Sua opinião
responsável

1.ª INSTÂNCIA
Relator: *Reinaldo Duarte de Oliveira*
Distribuído em: *12 MAI 1942*

2.ª INSTÂNCIA
Relator: _____
Distribuído em: _____

Data da acção em *12* de *Junho* de *1942* Notificação em *12* de *Julho* de *1942*

em de _____ de *1942* Intimação em de _____ de *1942*

Publicação em de _____ de *1942* Carta da Sentença em de _____ de *1942*

Emolumentos pagos em de _____ de *1942* Entrega dos documentos de despesa em *12* de *Janeiro* de *1943*

Fim em *12* de *Maio* de *1942*
Reinaldo Duarte de Oliveira

Arquivo em *12* de *Maio* de *1942*
Luís de Paiva

Capa do *Processo de Contas* julgadas do Consulado de Portugal em Bordéus da gerência de 1 de janeiro a 30 de junho de 1940

Cover of the Process of Accounts of the Consulate General of Portugal in Bordeaux from 1 January to 30 June 1940



Código QR para aceder ao conteúdo digital
QR code to access digital content

A sua responsabilidade na gerência do Consulado-Geral de Portugal em Bordéus terminou em 30 de junho de 1940.

Em 27 de julho, Aristides de Sousa Mendes foi colocado na disponibilidade por conveniência de serviço. Viria a ser condenado disciplinarmente com a pena de um ano de inatividade com direito a metade do vencimento da categoria, devendo em seguida ser aposentado.

Aristides de Sousa Mendes morreu em Lisboa em 3 de abril de 1954.

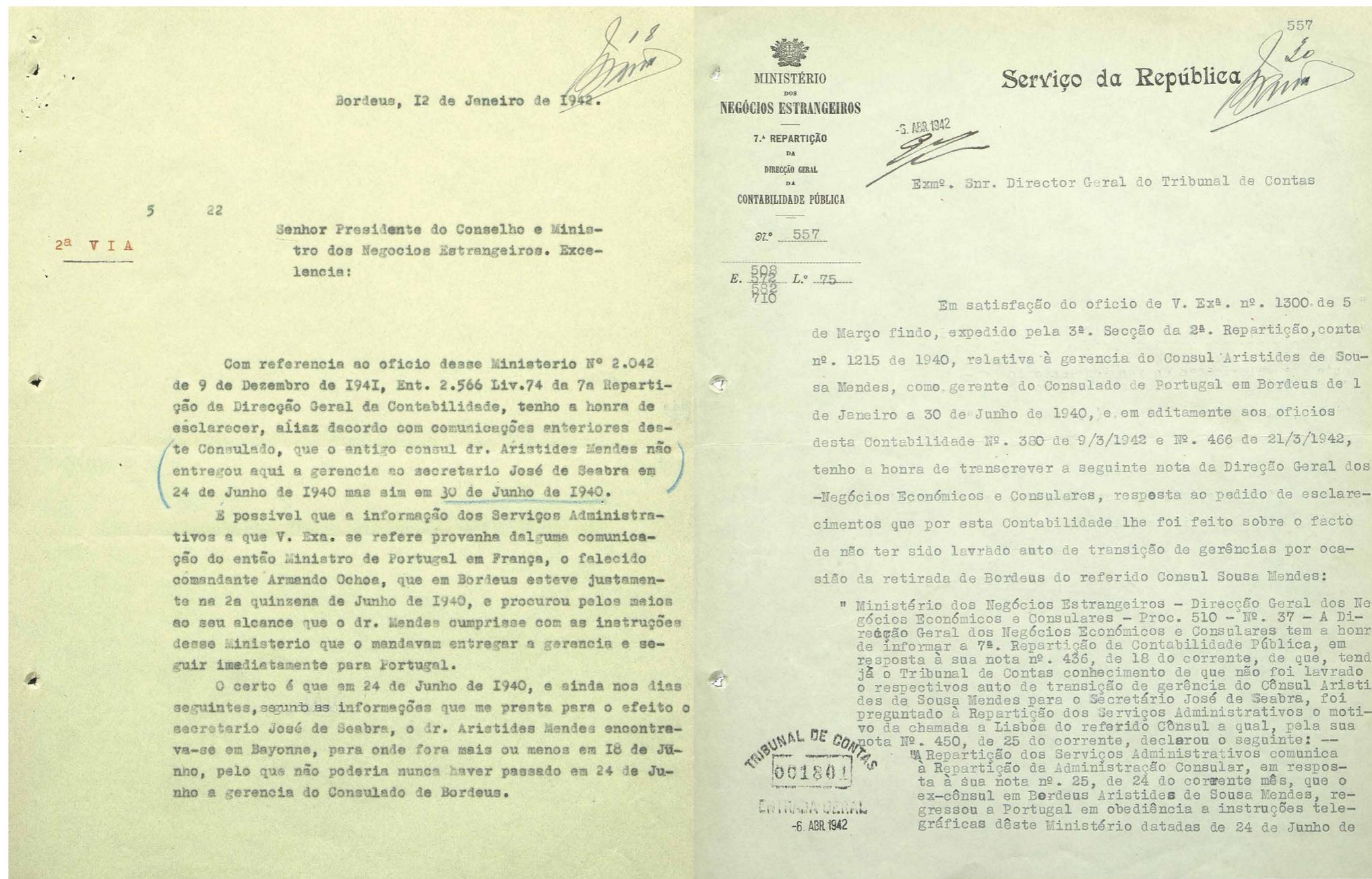
O reconhecimento pela sua ação só aconteceu a título póstumo. Em 1966, foi-lhe atribuído o título de *Justo entre as Nações* pelo Memorial do Holocausto em Jerusalém. Em 1986, em Portugal, foi-lhe concedido o grau de oficial da Ordem da Liberdade e, em 1995, foi agraciado com a Ordem Militar de Cristo. Em 3 de julho de 2020, a Assembleia da República concedeu-lhe honras de Panteão Nacional.

O Processo de Contas julgadas no Tribunal de Contas

As contas do Consulado de Portugal em Bordéus, da responsabilidade de Aristides de Sousa Mendes (gerência de 1 de janeiro a 30 de junho de 1940), foram julgadas no Tribunal de Contas em 1942.

Do processo conservado no Arquivo Histórico, no conjunto documental *Processos de Contas*, selecionámos alguns dos documentos mais significativos e que, sem mencionarem expressamente os factos, nos permitem contextualizar e confirmar a história que conhecemos. Distribuído em 12 de maio de 1942, este processo teve como relator o conselheiro Reinaldo Duarte de Oliveira.

Two documents in particular contain information relevant to the story of Aristides de Sousa Mendes's final days as Consul to Bordeaux. A report on 12 January 1942 from the Consul-General de Portugal in Bordeaux, José Manuel da Silva Bettencourt Ferreira, tells us that Aristides de Sousa Mendes handed over the management of the Consulate in Bordeaux to Secretary José Seabra on 30 June 1940 and not on 24 June, on which date he was in Bayonne. We also learn that this handing over of duties was conducted without an official act of delegation, which the Consul-General refused to attend, alleging that he was travelling to Lisbon for a few days before returning to Bordeaux. It is also confirmed that Aristides de Sousa Mendes continued in his post until 30 June by his own wishes, intending his term of office to coincide with the end of the second quarter of the year 1940. Further on the subject of the date of delivery of leadership (next page), the letter of the 7th Division of the Director-General of Public Accounting in the Ministry of Foreign Affairs, dated 4 April 1942.



Dois documentos em particular contêm informação relevante para a história dos últimos dias de Aristides de Sousa Mendes como cônsul-geral em Bordéus. Um officio de 12 de janeiro de 1942 do cônsul de Portugal em Bordéus, José Manuel da Silva Bettencourt Ferreira, dá-nos conta de que Aristides de Sousa Mendes entregou a gerência do Consulado de Bordéus ao secretário José Seabra em 30 de junho de 1940 e não em 24 de junho, uma vez que naquela data se encontrava em Bayonne. (ver na página anterior). Ficamos também a saber que a entrega da gerência foi feita sem auto de posse porque o cônsul-geral a tal se recusou, alegando que iria a Lisboa por alguns dias e depois regressaria a Bordéus. Confirma-se ainda que Aristides de Sousa Mendes continuou no seu posto até 30 de junho por vontade própria, desejando que o termo da gerência coincidissem com o termo do 2.º trimestre de 1940. Ainda sobre a questão da data de entrega da gerência (nesta página), o officio da 7.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública no Ministério dos Negócios Estrangeiros, datado de 4 de abril de 1942.

The summary chart from 1 January to 30 June 1940, presented to the Court of Auditors by the Consul José Maria da Silva Bettencourt Ferreira, dated 26 December 1941.

The judgement on case 1215/1940 is proffered on 30 June 1942 (see next page): Aristides de Sousa Mendes is judged quits with the State for his management of the Consulate General of Portugal in Bordeaux from 1 January to 30 June 1940.

The notification of the judgement was made on 15 July 1942.

A curiosity...

In 2017, the *Record Book of Visas* issued by Aristides de Sousa Mendes between 14 and 21 June 1940 was listed in the UNESCO Memory of the World Register. Belonging to the Diplomatic Historical Archive, this Book is one of the most impressive records of the flight of thousands of refugees across Europe during the Second World War.

Modêlo n.º 1			
Consulado de Portugal em BORDEUS			
Conta da responsabilidade de Aristides de Sousa Mendes			
Gerência desde 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1940			
Documentos sob o número	Designação da receita	Débito	
		Parciais	Totais
	Em dinheiro		
	Saldo da gerência anterior:		
	Em conta de receita do Estado.....	11 785 862	
	Em conta de operações de tesouraria:		
	De espólios.....	275 800	
	De depósitos. (N.º R:112).....		
			12 060 662
	Receitas do Estado:		
	Emolumentos consulares:		
	Cobrados no Consulado.....	163 285 800	
	Mínimos a mais cobrados.....	58 446 864	
	Provenientes dos postos consulares dependentes.....		
	Outras receitas:		
	Juros de depósitos... do 4.º trimestre 1939.....	0 819	
	Imposto do selo.....	5 800	
	Dispensa de serviço militar aos ausentes no estrangeiro.....		
			241 736 883
	Operações de tesouraria:		
	Fundos recebidos por transferência:		
	De.....		2 417 333
	De.....		
	Depósitos recebidos.....		
	Diferenças de câmbio:		
	Provenientes de.....		
	Provenientes de.....		
	Total.....		253 797 445
	Em papéis de crédito		
	Saldos da gerência anterior:		
	De espólios.....		
	De depósitos.....		
	Recebido durante a gerência:		
	De espólios.....		
	De depósitos.....		
	Total.....		

BORDEUS			
Ano de 1940			
a 30 de Junho de 1940			
Documentos sob o número	Designação da despesa	Crédito	
		Parciais	Totais
	Em dinheiro		
	Operações de tesouraria:		
	Transferência de fundos:		
	Para Crédit Lyonnais (1.º trimestre).....	39 687 50	
	Para " " (2.º trimestre).....	50 000 00	
	Entregas (ou transferências) de espólios.....		
	Restituições (ou transferências) de depósitos. (N.º R:112).....	275 800	
	Diferenças de câmbio:		
	Provenientes de.....		
	Provenientes de.....		
	Despesa bancária relativa ao 4.º trimestre de 1939.....	15 867	89 978 817
	Saldo que transita para a gerência seguinte:		
	Em conta de receitas do Estado.....	163 819 828	
	Em operações de tesouraria:		
	De espólios.....		
	De depósitos.....		
			163 819 828
	Total.....		253 797 445
	Em papéis de crédito		
	Saldos durante a gerência:		
	De espólios.....		
	De depósitos.....		
	Saldo que transita para a gerência seguinte:		
	De espólios.....		
	De depósitos.....		
	Total.....		

Consulado de Portugal em BORDEUS

36 de Dezembro de 1941

O Cônsul,

João Manuel da Silva Bettencourt Ferreira

TRIBUNAL DE CONTAS SERVIÇO DA REPÚBLICA

Processo n.º 1215

Acordam os do Conselho no Tribunal de Contas, em 1.ª Instância:

Viso este processo e o ajustamento a fls. 411, conferido e organizado em conformidade dos documentos justificativos da responsabilidade a que se refere, e que, devidamente rubricado pelo relator se dá como transcrito aqui;

Vistas as disposições legais em vigor;

Mostra-se que o débito desta responsabilidade importa em..... 2.590.851 \$ 01

e o crédito em..... 772.052 \$ 82

Importância alçada..... 1.818.798 \$ 19

com o saldo de..... 2.590.851 \$ 01

Julgam a Aristides de Sousa Mendes

pela sua gerência de *Consul de Portugal em Bordeaux*

no período decorrido de 1 de Janeiro de 1940 até 30 de Junho de 1940 quite com o Estado pela indicada responsabilidade, devendo o saldo, nas espécies mencionadas no relatório a fl. 2, que lhe é abonado, figurar como primeira partida do débito da conta seguinte a esta.

As devedoras, por noticiarem na imprensa em alguns, no ajustamento a fls. 3, a importância de 2.590.851 \$ 01, não cumpriram o dever de diligência, pelo que se dá quitadas.

Emolumentos... 125 \$ 00 devidas.....

Lisboa, 20 de Junho de 1942

Relator,

Ful presente

O mapa modelo 1 relativo à gerência de 1 de janeiro a 30 de junho de 1940, apresentado ao Tribunal de Contas pelo cônsul José Manuel da Silva Bettencourt Ferreira, é datado de 26 de dezembro de 1941.

O acórdão do processo 1215/1940 é proferido em 30 de junho de 1942: Aristides de Sousa Mendes é julgado quite com o Estado pela sua gerência de 1 de janeiro a 30 de junho de 1940 do Consulado de Portugal em Bordéus.

A notificação do acórdão foi feita em 15 de julho de 1942.

Uma curiosidade...

O Livro de Registo de Vistos concedidos por Aristides de Sousa Mendes entre os dias 14 e 21 de junho de 1940 é, desde 2017, um dos bens inscritos no Registo da Memória do Mundo pela UNESCO. Pertencente ao Arquivo Histórico Diplomático, este Livro é um dos registos mais impressionantes da fuga de milhares de refugiados na Europa durante a II Guerra Mundial.

The Processes of Accounts archive in the Historical Archive of the Court of Auditors

Over the history of the Court of Auditors, its role in auditing and judging accounts and financial responsibilities has been its first and oldest function, stretching back to the original House of Accounts.

This archive brings together the processes of accounts judged by the Court of Auditors from 1870 onwards.

O conjunto documental Processos de Contas no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas

Na história do Tribunal de Contas, a função de fiscalização e julgamento das contas é a primeira e mais antiga, remontando à Casa dos Contos.

Este conjunto documental reúne os processos de contas julgadas pelo Tribunal de Contas a partir de 1870.



**As contas de 1945 das obras
da Cidade Universitária de Coimbra**
The 1945 accounts of the Regeneration
of the university city of Coimbra

On 22 June 2013, UNESCO recognised the outstanding universal value of the University of Coimbra, classifying the area “University of Coimbra – Alta and Sofia” as a World Heritage Site.*

When, in 1537, the university was officially established in Coimbra, it was installed in the old Royal Palace – the Palace of Alcáçova, in the upper part of the city – which, within seven years, would come to house all of the university’s faculties. In the lower part of the city, near to the Santa Cruz Monastery, a road named Rua da Sofia was opened, with new buildings constructed to house the various colleges. Coimbra and the university became indissociable. The city, which had been Portugal’s first capital, took the university in, grew with it and was shaped by it. The university, one of the oldest in Europe, became a centre for the sharing of knowledge, expanding the frontiers of the city and leaving its mark on successive generations of students who studied there.

* In June 2019, UNESCO expanded this area to include the Machado de Castro National Museum, located in the former Episcopal Palace of Coimbra.

* Em junho de 2019, a UNESCO aprovou o alargamento desta área para inclusão do Museu Nacional de Machado de Castro, instalado no antigo Paço Episcopal de Coimbra.

Em 22 de junho de 2013, a UNESCO reconheceu o inquestionável valor universal da Universidade de Coimbra, classificando o conjunto *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* como Património da Humanidade.*

Quando, em 1537, a universidade se estabeleceu definitivamente em Coimbra, ficou instalada no antigo Paço Real – o Paço da Alcáçova, na zona alta da cidade –, local onde, sete anos depois, já se concentravam todas as faculdades.

Na zona baixa da cidade, próximo do Mosteiro de Santa Cruz, era aberta uma nova rua, a rua da Sofia, onde foram construídos edifícios que albergaram vários colégios. Coimbra e a universidade tornam-se indissociáveis. A cidade, que fora a primeira capital de Portugal, acolheu a universidade, com ela cresceu e por ela foi moldada. A universidade, uma das mais antigas da Europa, tornou-se um centro de difusão do conhecimento, transpondo as fronteiras da cidade e marcando sucessivas gerações de estudantes que nela se formaram.

A Universidade foi criada em 1290 com a designação de Estudo Geral no reinado de D. Dinis. Inicialmente funcionava em Lisboa e só dezoito anos depois passou para Coimbra. Em 1537, já no reinado de D. João III, é que ficou definitivamente instalada nesta cidade.

The university was founded in 1290 under the designation of “Estudo Geral” during the reign of King Dom Dinis. Initially based in Lisbon, it was only eighteen years later that it moved to Coimbra. It was not until 1537, during the reign of King Dom João III, that it became permanently established there.

Pátio das Escolas da
Universidade de Coimbra

Pátio das Escolas
[Coimbra University Courtyard]





The university city of Coimbra

The *Alta* [uptown area of Coimbra] is home to buildings from many different eras: the University Palace, the University Tower, the Joanina Library, the São Miguel Chapel and the São Pedro College, the College of Jesus, the College of the Arts and the College of Saint Jerome, the buildings rebuilt during the Pombaline reforms, and the buildings of the university city of the *Estado Novo* [New State regime].

The most recent urban intervention in the *Alta* was carried out between 1943 and 1975. The demolition of certain old buildings (some of them of historical value) and the expropriation of others paved the way for the construction of a monumental new university city, designed to glorify the regime – the *Estado Novo* – and creating a new image of the university and the city.

The idea of building a university city in Coimbra goes back to the

1930s, a time when the university buildings had become inadequate for holding an increasing number of courses and students, and when space in the *Alta* was already scarce.

In December 1934, the Government acknowledged the problem and the necessity of an intervention in this space – the *Alta*, the traditional centre of the university – that would later become the university city of Coimbra. The Government was presided over by António de Oliveira Salazar and the Minister of Public Works and Communications was Duarte Pacheco. And it was via this ministry that the Government nominated the architects Raul Lino and Luís Benavente to explore an urbanisation project around the central premises of the university, including the area necessary for its expansion and total isolation from private buildings (ordinance of 4 December). The architects were

À direita
Polo I da Universidade de Coimbra
– vista área

Right
Campus I, University of Coimbra
– aerial view

asked to present a project plan within three months, which, once adjusted to the programme for the university and its auxiliary installations approved by the Government, would become the project proper.

A commission was also established (ordinance of 11 December), composed of academic staff from the University of Coimbra, who were given responsibility for writing, once again within three months, a programme that would serve as the basis for the general plan of the new university city of Coimbra. The commission was composed of Luís Wittnich Carrisso (Professor in the Faculty of Sciences, head of the commission), Mário de Figueiredo (Professor in the Faculty of Law), Eugénio de Castro e Almeida (Professor in the Faculty of Arts & Humanities) and António Luís de Moraes Sarmiento (Professor in the Faculty of Medicine).



A Cidade Universitária de Coimbra

Na *Alta* de Coimbra coexistem, hoje, edifícios de várias épocas: o Paço das Escolas, a Torre da Universidade, a Biblioteca Joanina, a Capela de S. Miguel e o Colégio de S. Pedro, o Colégio de Jesus, o Colégio das Artes e o Colégio de S. Jerónimo, os edifícios da reforma pombalina e os edifícios da cidade universitária do *Estado Novo*. A mais recente intervenção urbanística na *Alta* decorreu entre 1943 e 1975. As demolições de edifícios antigos (alguns de valor histórico) e as expropriações abriram caminho à construção de uma Cidade Universitária monumental, projetada para glorificar o regime – *Estado Novo*

– criando uma nova imagem da universidade e da cidade. O projeto de construir uma cidade universitária em Coimbra remonta aos anos 30 do século xx, quando os edifícios da universidade eram já insuficientes para acolher o crescente número de cursos e de estudantes e o espaço na *Alta* era escasso. Em dezembro de 1934, o Governo reconhecia o problema e a necessidade de intervir no espaço – sempre na *Alta*, o núcleo tradicional da universidade – que viria a constituir a cidade universitária de Coimbra. António de Oliveira Salazar presidia ao Governo e Duarte Pacheco era ministro das Obras Públicas e Comunicações. E é através do seu ministério

que o Governo nomeia os arquitetos Raul Lino e Luís Benavente para estudarem um projeto de urbanização em torno do núcleo das instalações da universidade, abrangendo a área necessária à sua expansão e ao seu perfeito isolamento de edificações privadas (portaria de 4 de dezembro). É-lhes solicitado que apresentem, no prazo de três meses, um anteprojecto que, depois de ajustado ao programa das instalações universitárias e parauniversitárias aprovado pelo Governo, seria transformado em projeto definitivo. Foi também criada uma comissão (portaria de 11 de dezembro) composta por professores da Universidade de Coimbra encarregada de redigir, no prazo

This commission would be restructured in 1939 (ordinance of the Ministry of Public Works and Communications, 28 August), being composed of António Luís de Moraes Sarmiento (University Rector and Professor in the Faculty of Medicine, who now led the commission of which he was already a member), José Alberto dos Reis (Professor in the Faculty of Law), Anselmo Ferraz de Carvalho (Professor in the Faculty of Sciences) and Aristides de Amorim Girão (Professor in the Faculty of Arts & Humanities). But the intervention was delayed. Finally, in 1941, the idea of building a university city of Coimbra gained new momentum with the creation of the Administrative Commission for the Development of the university city of Coimbra (CAPOCUC) (Legislative decree 31576, 15 October).

Just as in 1934, the Government acknowledged the inadequacy of the university's premises for the "demands of teaching and academic life in such an important cultural centre." But now, there was a new framework for the solution to the problem: the "renovation of the highest national assets of culture," the implementation of which the government had committed to with Law no. 1985 on 17 December 1940.

Article 7 of Law no. 1985, part of the State Budget for 1941, foresaw that "in 1941 the Government will begin the execution of the

general plan for the education network, which will be named "*dos Centenários*" [of the Centennials]", defining the number, location and type of schools that would be built for primary education with the relevant grants being included in the budget. And, it added, "funds may also be included for preparatory work on the implementation of the university plan for Coimbra".

And so it was done: in the 1941 Budget of the Ministry of Public Works and Communications, in Chapter 18 (university city of Coimbra), a grant of 1:000.000\$ was given for payment of expenses for labour and materials, including the purchase or expropriation of buildings and studies, within the scope of the preparatory work for implementing the University of Coimbra plans.

The CAPOCUC, under the control of the Ministry for Public Works and Communications, brought together the administrative, directive and supervisory functions of the works and premises of the university city of Coimbra, whose general plan had been approved by the government. The definite plans for the works to be done would be based on the studies developed by the commission that had been established in 1934 and restructured in 1939.

The commission was overseen by the University Rector and also included a civil engineer

"of recognised competence in civil construction projects" (and who was the delegate-director, an executive function within the commission), an architect and a secretary-accountant with a degree in Economic and Financial Sciences. The commission was also attended by an architect specialising in works on public monuments.

The same Decree (Article 12) stated that the management of the administrative commission would provide accounts directly to the Court of Auditors.

The commission remained active until 1969. In August of that year (Legislative decree 49169) the Ministry of Public Works established the Directorate-General of School Construction, which took on the functions of the five bodies that until then had been responsible for studies, designs, construction, expansion and conservation of school buildings. One of those bodies, now abolished, was the CAPOCUC.

de três meses, o programa que serviria de base à elaboração do plano geral das instalações da Cidade Universitária de Coimbra. Compunham a comissão Luís Wittnich Carrisso (professor da Faculdade de Ciências, presidia à comissão), Mário de Figueiredo (professor da Faculdade de Direito), Eugénio de Castro e Almeida (professor da Faculdade de Letras) e António Luís de Moraes Sarmiento (professor da Faculdade de Medicina). Esta comissão viria a ser remodelada em 1939 (portaria do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, de 28 de agosto), passando a ser constituída por António Luís de Moraes Sarmiento (reitor da universidade e professor da Faculdade de Medicina, preside à comissão da qual já fazia parte), José Alberto dos Reis (professor da Faculdade de Direito), Anselmo Ferraz de Carvalho (professor da Faculdade de Ciências) e Aristides de Amorim Girão (professor da Faculdade de Letras). Mas a intervenção tardava. Finalmente, em 1941, a ideia de construção da Cidade Universitária de Coimbra ganha novo impulso com a criação da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra (decreto-lei 31576, de 15 de outubro). Tal como em 1934, o Governo reconhecia a inadequação das instalações da universidade às «exigências do ensino e da vida

académica de tão importante centro de cultura». Mas, agora, há um novo enquadramento para a solução do problema: a «renovação dos altos meios nacionais de cultura» a que o Governo se impusera e a vontade de dar execução à lei 1985 de 17 de dezembro de 1940. A lei 1985, integrada no Orçamento do Estado para 1941, previa no art.º 7.º que «o Governo iniciará em 1941 a execução do plano geral da rede escolar, que será denominado "*dos Centenários*"», fixando o número, a localização e o tipo de escolas a construir para o ensino primário, com as respetivas verbas a serem inscritas no orçamento. E, acrescentava-se, «[p]oderá também ser inscrita verba para os trabalhos preparatórios de execução do plano universitário de Coimbra».

E assim foi feito: no Orçamento de 1941 do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, no capítulo 18.º (Cidade Universitária de Coimbra) foi inscrita a verba de 1:000.000\$ para pagamento das despesas do pessoal e material, incluindo a compra ou expropriação de prédios e estudos, no âmbito dos trabalhos preparatórios de execução do plano universitário de Coimbra. A Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra (CAPOCUC), criada na dependência do Ministério das Obras Públicas

e Comunicações, concentrava as funções de administração, direção e fiscalização das obras e instalações da Cidade Universitária de Coimbra, cujo plano geral era aprovado pelo Governo. Os planos definitivos das obras a realizar teriam como base os estudos feitos pela comissão criada em 1934 e remodelada em 1939.

A comissão era presidida pelo reitor da universidade e dela faziam também parte um engenheiro civil «de reconhecida competência em trabalhos de construção civil» (e que era o diretor-delegado, órgão executivo da comissão), um arquiteto e um licenciado em Ciências Económicas e Financeiras que era o secretário-contabilista. A comissão era ainda assistida por um arquiteto especializado em obras de monumentos.

No mesmo decreto (art.º 12.º) estava expresso que a comissão administrativa prestaria diretamente contas da sua gerência ao Tribunal de Contas. A comissão manteve-se em atividade até 1969. Em agosto desse ano (decreto-lei 49169), é criada, no Ministério das Obras Públicas, a Direção-Geral das Construções Escolares, para a qual transitaram as funções dos cinco organismos que até então tinham a seu cargo os estudos, projetos, construção, ampliação e conservação dos edifícios escolares. Um destes organismos, agora extintos, era a CAPOCUC.

A conta da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, gerência de 1945, julgada pelo Tribunal de Contas

The process of the accounts of the Administrative Commission for the Development of the university city of Coimbra, 1945 management

The image shows the cover of a legal document from the Tribunal de Contas. At the top, it reads 'TRIBUNAL DE CONTAS' with a checkmark. Below this, it specifies 'Caixa N.º' and 'Processo N.º 1.112'. The responsible party is identified as 'Comissão Administrativa das Obras da Cidade Universitária de Coimbra, Ano de 1945'. The management period is 'Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1945'. The document is from the '2ª Secção' and is numbered 'C/n.º 1112 1945'. It is dated '21 JUN 1947'. The document is divided into two instances: '1.ª INSTÂNCIA' with a reporter 'Ex.ºm. Caus.º Alberto Xavier' and '2.ª INSTÂNCIA'. A circular stamp of the Tribunal de Contas is visible. The document includes various dates and actions: 'em 11 de Fevereiro de 1947' (Cota do acórdão), 'em 3 de Março de 1947' (Notificação), 'em de de 1947' (Intimação), 'em de de 1947' (Publicação), 'em de de 1947' (Carta da Sentença), 'em de de 1947' (Emolumentos pagos), 'em 12 de Abril de 1947' (Entrega dos documentos de despesa), 'em 15 de Abril de 1947' (Fim do), and 'em 15 de Abril de 1947' (Assinatura).

Capa do processo de julgamento da conta da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, gerência de 1945

Cover of the process of the accounts of the Administrative Commission for the Development of the university city of Coimbra, 1945 management



Retrato oficial do reitor Maximino Correia, existente na Galeria dos Reitores da Universidade de Coimbra
Henrique Medina (1957)

Official portrait of the Rector Maximino Correia, Rectors Gallery, University of Coimbra
Henrique Medina (1957)

The judgement of accounts

Taking the Process of the Accounts of the Administrative Commission for the Development of the University City of Coimbra (CAPOCUC), 1945 management – a document from the Historical Archive of the Court of Auditors – as our guide, we can learn about the way that accounts were rendered and also the Court of Auditors procedures. The accounts of the CAPOCUC for the period 1 January to 31 December 1945 were sent, on 29 May 1946, to the Court of Auditors by the commission led by Maximino José de Morais Correia (Rector of the University of Coimbra, head of the Commission), Manuel Duarte Moreira de Sá e Mello (engineer and delegate-director of the Commission) and the voting members José Ângelo Cottinelli Telmo (architect) and Abailardo Augusto da Costa (degree in Economic and Financial Sciences). The accounts were accompanied by seven folders of documentation, of which five folders contained 23 filing units of expense documents. At that time, accounts were rendered to the Court of Auditors in accordance with the “*Instructions for the organisation and documentation of accounts*”, approved by the Court on 12 February 1936. The CAPOCUC accounts passed through various phases:

1st Phase – Reception of the accounts

The accounts were registered by the Directorate-General of the Court with the reference No. 1112 and forwarded to the 2nd Department. The registration of the accounts marked the beginning of the review process.

2nd Phase – Preparation of the proceeding

The preparation of the proceeding was carried out by an accounts controller who, after reading and studying the documents, settled the account and developed a written report, summarising the verification and assessment of the legality and accuracy of the budgetary execution. The proceeding entered the Court of Auditors on 11 January 1947 and was distributed to a judge in the session on 21 January. The appendix documents containing the justification of the accounts, which were typically very extensive, were also made available to the judges.

3rd Phase – Judgement

The proceeding was distributed to judge Alberto Xavier.

The judge was responsible for providing complementary instruction, which was followed by the final decision.

With a decision taken by three votes (judges Alberto Xavier, Armando Cancela de Abreu and António Manuel Garcia da Fonseca), on 28 January 1947, the judgement session of the Court of Auditors delivered a judgement of quittance. However, the reading of the sentence was postponed until a later session, taking place on 11 February, when it was approved.

Present at both sessions were Albino Vieira da Rocha, chair, António Manuel Garcia da Fonseca, Reinaldo Duarte de Oliveira, Alberto Xavier and Armando Cancela de Matos Abreu. Also present were José Osório da Gama e Castro Saraiva de Albuquerque and Ernesto Marques da Gama, Director-General, who acted as secretary.

4th Phase – Notification of the sentence

Notification was then sent to CAPOCUC (3 March 1947).

Those responsible for the accounts could be considered creditors, debtors or quits, and they were guaranteed right to appeal – as was the Public Prosecution Service.

A tramitação do processo de julgamento de contas

Tomando como guia o processo de julgamento da conta da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, gerência de 1945, existente no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, ficamos a conhecer a forma de prestação de contas e a sua tramitação para efeitos de julgamento pelo Tribunal.

A conta de gerência da CAPOCUC relativa à gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1945 foi remetida, em 29 de maio de 1946, ao Tribunal de Contas pela comissão que tinha como responsáveis Maximino José de Morais Correia (reitor da Universidade de Coimbra, que presidia à comissão), Manuel Duarte Moreira de Sá e Mello (engenheiro e diretor-delegado da comissão) e os vogais José Ângelo Cottinelli Telmo (arquiteto) e Abailardo Augusto da Costa (licenciado em Ciências Económicas e Financeiras). A conta era acompanhada de sete pastas com a documentação de suporte à prestação, das quais cinco continham 23 maços de documentos de despesa e respetivas relações. Naquela época, as contas eram apresentadas ao Tribunal de Contas de acordo com as «Instruções para a organização e documentação das contas», aprovadas pelo Tribunal em 12 de fevereiro de 1936.

A conta de gerência da CAPOCUC passou por várias fases que culminaram com a entrada do processo de conta julgada em arquivo:

1.ª Fase – Receção e encaminhamento da conta de gerência

Já na Direção-Geral do Tribunal foi registada com o n.º 1112 e encaminhada para a 2.ª Repartição. Com o registo da entrada da conta, tinha início o processo de contas.

2.ª Fase – Organização do processo
A organização do processo era feita pelo contador que, depois de examinar e estudar os documentos, liquidava a conta e elaborava um relatório escrito da verificação e crítica da legalidade e da exatidão contabilística da execução orçamental, subindo então o processo (11 de janeiro de 1947) a julgamento precedido de distribuição em sessão (21 de janeiro de 1947). Habitualmente, os apensos com a documentação justificativa das contas, por serem muito volumosos, ficavam à disposição dos juizes na secção.

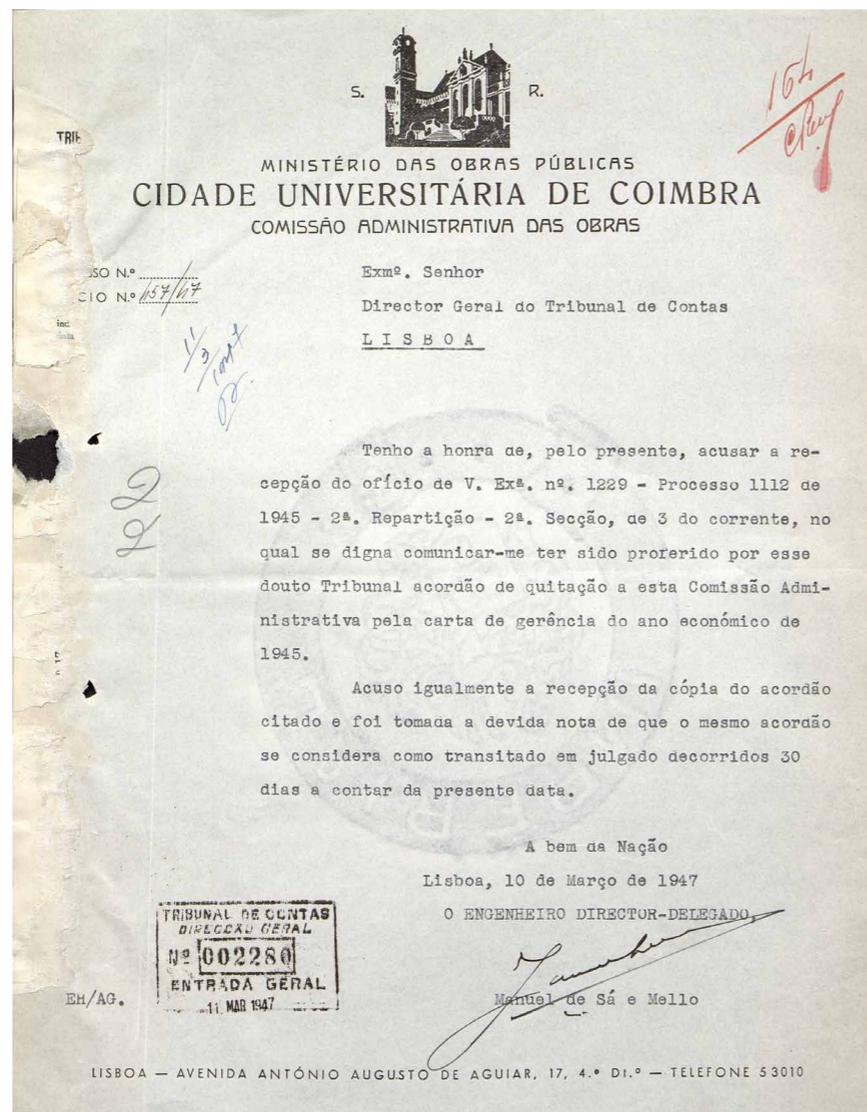
3.ª Fase – Julgamento do processo
O processo foi distribuído, tendo como relator o conselheiro Alberto Xavier. A instrução complementar do processo era da iniciativa e responsabilidade do juiz relator, seguindo-se a decisão final sob a forma de acórdão.

Com decisão tomada por três votos (relator Alberto Xavier, Armando Cancela de Abreu e António Manuel Garcia da Fonseca), em 28 de janeiro de 1947, o Tribunal de Contas, reunido em sessão de julgamento, deliberou proferir acórdão de quitação no processo de julgamento das contas da responsabilidade da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra relativas à gerência do ano de 1945. Porém, a leitura do acórdão foi adiada para uma sessão próxima, tendo ocorrido na sessão de 11 de fevereiro, na qual foi aprovado. Em ambas as sessões, estiveram presentes os conselheiros Albino Vieira da Rocha, que presidiu, António Manuel Garcia da Fonseca, Reinaldo Duarte de Oliveira, Alberto Xavier e Armando Cancela de Matos Abreu, com a presença do procurador da República José Osório da Gama e Castro Saraiva de Albuquerque e de Ernesto Marques da Gama, diretor-geral, que secretariou.

4.ª Fase – Notificação do acórdão
Seguia-se a sua notificação à entidade (3 de março de 1947). O responsável ou os responsáveis podiam ser considerados credores, devedores ou quites, havendo garantia de recurso por parte dos responsáveis da entidade que prestava a conta e, ainda, do Ministério Público.

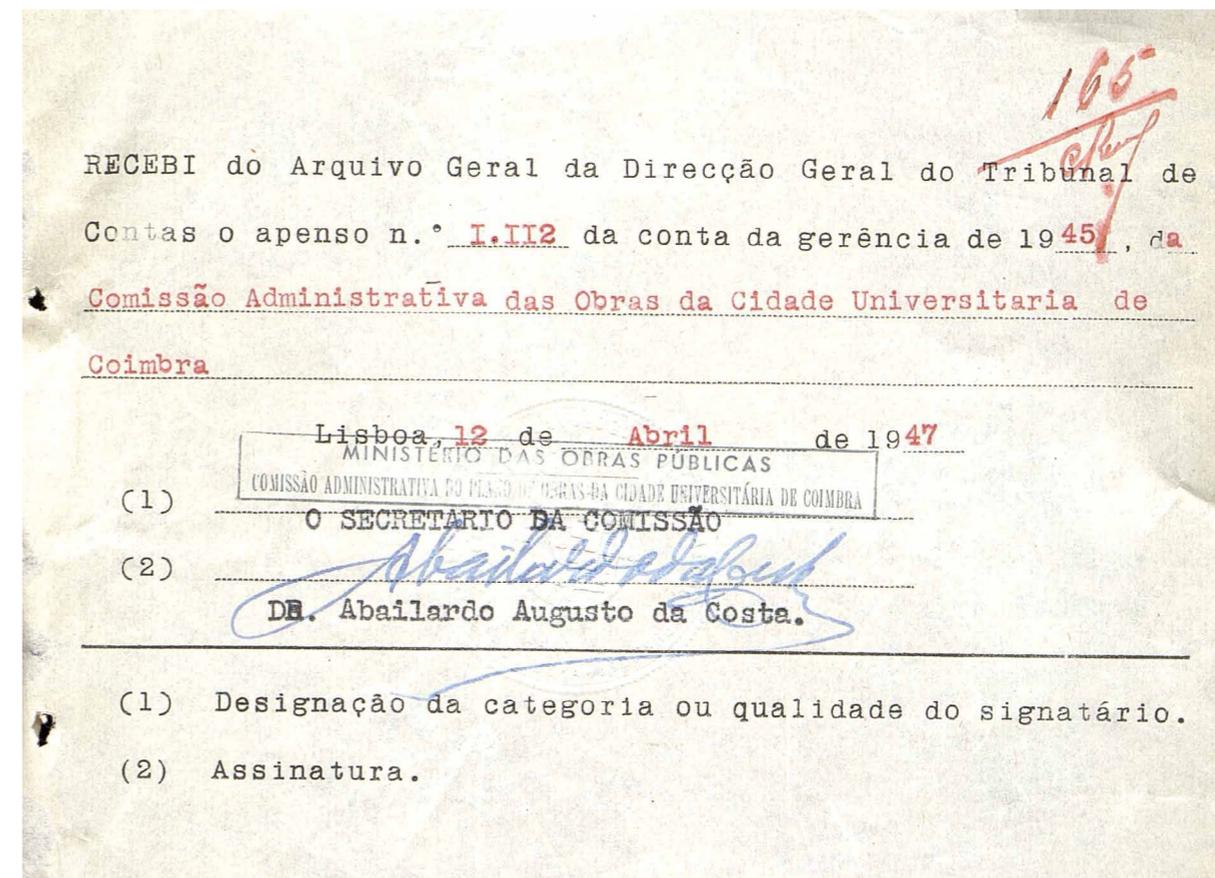
5th Phase – Return of appendices to the accounts
Expenses documents were collected by the services or respective Directors-General (in the case of organisations based outside Lisbon) within 60 days of the date of judgment and final sentencing (12 April 1947).
The Historical Archive of the Court of Auditors holds the judgement files for this account, composed of 165 folios.

6th Phase – Transfer to the archive
After completion on 15 April, the files were sent to the Court of Auditors archive on the same day.



Ofício da CAPOCUC para o Tribunal de Contas (10/03/1947) a acusar a recepção da notificação e da cópia do acórdão

Notice from CAPOCUC to the Court of Auditors (10/03/1947) acknowledging receipt of the notification and a copy of the sentence

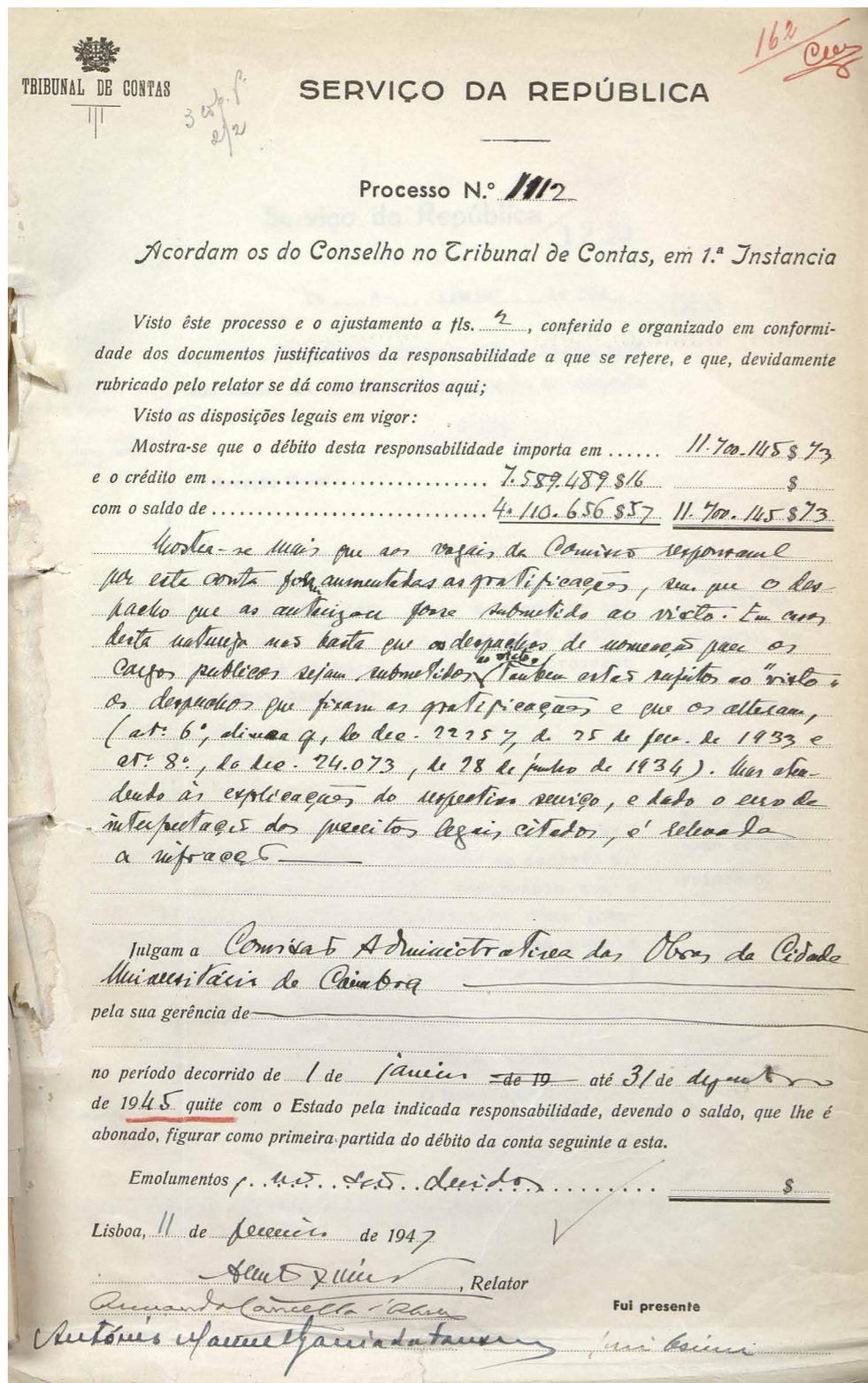


5.ª Fase – Devolução dos apensos da conta
Os documentos de despesa eram retirados pelos serviços ou respectivas Direcções-Gerais (no caso dos que tivessem sede fora de Lisboa) nos 60 dias seguintes àquele em que passar em julgado o acórdão final (12 de abril de 1947).
Termo de recebimento da documentação apensa à conta, levantada pela CAPOCUC no Tribunal de Contas.
O Arquivo Histórico do Tribunal de Contas conserva o processo de julgamento da conta, composto por 165 fls.

6.ª Fase – Remessa do processo para arquivo
Findo em 15 de abril, o processo foi remetido para o arquivo no mesmo dia.

Termo de recebimento da documentação apensa à conta, levantada pela CAPOCUC no Tribunal de Contas.
O Arquivo Histórico do Tribunal de Contas conserva o processo de julgamento da conta, composto por 165 fls.

Declaration of receipt of documentation appended to the accounts, collected by CAPOCUC from the Court of Auditors.
The Historical Archive of the Court of Auditors holds the judgement files for this account, composed of 165 folios.



Acórdão de 11 de fevereiro de 1947

Sentence of 11 February 1947

The sentence of the Court of Auditors

“The Court of Auditors rules, in the first instance...” The sentence shows that the debit of those responsible for these accounts was to the value of 11.700.145\$73 (credit of 7.589.489\$16, with a balance of 4.110.656\$57). And “it is shown that the fees for the voting members of the Commission responsible for these accounts were increased, without the orders that authorised these being submitted for a priori control [by the Court of Auditors]. In cases of this nature, it is not enough that the appointment orders for public positions be submitted for a priori control. The orders determining fees and alterations to these are also subject to a priori control (article 6, line g, of Decree 22257, 25 February 1933 and article 8 of Decree 24073, 28 June 1934). In the light of the explanations provided by the respective service and given the error in interpretation of the legal precepts cited, the infraction is not considered.”

By which “we judge the Administrative Commission for the Development of the University City of Coimbra in the period 1 January to 31 December 1945 “quits” with the State for the indicated responsibility, with the balance credited to it carried forward to open the account following this one”.

Remember the origin of the expression “we are quits” that we learnt about on page 43?

350 years on from the Letter of Quittance to Rui Gonçalves de Castel Branco, Head of Treasury at Ceuta House, the Court of Auditors used a sentence of quittance to close the case review of the CAPOCUC accounts.

O acórdão do Tribunal de Contas

«Acordam os do Conselho no Tribunal de Contas, em 1.ª instância...»

Mostra-se que o débito da responsabilidade por esta conta importava em 11.700.145\$73 (crédito em 7.589.489\$16, com o saldo de 4.110.656\$57).

E «mostra-se mais que aos vogais da Comissão responsável por esta conta foram aumentadas as gratificações, sem que o despacho que as autorizou fosse submetido ao visto [do Tribunal de Contas]. Em casos desta natureza não basta que os despachos de nomeação para os cargos públicos sejam submetidos ao visto. Também estão sujeitos ao “visto” os despachos que fixam as gratificações e que as alteram (art.º 6.º, alínea g, do decreto 22257, de 25 de fevereiro de 1933 e art.º 8.º do decreto 24073, de 28 de junho de 1934). Mas atendendo às explicações do respetivo serviço, e dado o erro de interpretação dos preceitos legais citados, é relevada a infração.»

Pelo que «[j]ulgam a Comissão Administrativa das Obras da Cidade Universitária de Coimbra no período decorrido de 1 de janeiro até 31 de dezembro de 1945 quite com o Estado pela indicada responsabilidade, devendo o saldo, que lhe é abonado, figurar como primeira partida do débito da conta seguinte a esta».

Lembra-se da origem da expressão «estamos quites» que lhe contámos na página 43?

350 anos depois da Carta de Quitação a Rui Gonçalves de Castel Branco, tesoureiro-mor da Casa de Ceuta, é com uma sentença de quitação que o Tribunal de Contas encerra o julgamento da conta da CAPOCUC.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra
PERÍODO DE 1 DE JANEIRO DE 195 A 31 DE DEZEMBRO DE 1945
RELAÇÃO DOS CONTRATOS COM O VISTO DO TRIBUNAL DE CONTAS E DOS PAGAMENTOS EFETUADOS POR CONTA DOS MESMOS

ENTIDADES CONTRATANTES	OBJETO DO CONTRATO	Visto do Tribunal de Contas	IMPORTÂNCIAS AUTORIZADAS	RUBRICA ORÇAMENTAL DO CUMENHO	Números		I M P O R T Â N C I A S P A G A S		TOTAL DESPENDIDO	
					Maço	Dootº	1944	1945		Parcial por anos
César do Couto Leite	Obras a realizar para o Instituto Botânico no Edifício de S. Bento	3430 23/ 2/44	1096.900\$00	Cap.2 Art. 3 N.º 2	11	1330	536.685\$00	110.670\$85	536.685\$00	647.355\$ 85
António Duarte	Grupos escultóricos para a Biblioteca Central	9913 26/ 5/44	170.000\$00	Cap.2 Art. 3 N.º 2	11	1399	56.660\$00	56.660\$00	56.660\$00	170.000\$00
Francisco Frenco de Sousa	Estátua de D. João III	19232 11/10/44	120.000\$00	Cap.2 Art. 3 N.º 2	-	625	36.000\$00	36.000\$00	36.000\$00	72.000\$00
Manuel de Jesus Cardoso	Escadaria de acesso à Praça de D. Dinis.	25924 23/12/44	1124.200\$00	Cap.2 Art. 3 N.º 2	-	1403	560.000\$00	32.071\$90	560.000\$00	1.124.200\$00
Silva Soares & Leite	Instalações eléctricas no Arquivo Geral	2830 10/ 2/45	100.500\$00	Cap.2 Art. 3 N.º 2	1091	1411	-	32.003\$30	-	100.500\$00
Simões Pereira & Ca. Lda.	Empreitada de instalação do Instituto de Coimbra.	3458 20/ 2/45	733.700\$00	Cap. 2 Art. 3 N.º 2	707	1327	-	91.195\$45	-	730.174\$25
Osório Luiz Soeiro	Empreitada complementar do Arquivo Geral	3960 27/ 2/45	278.000\$00	Cap.2 Art. 3 N.º 2	562	1409	-	13.691\$35	-	278.000\$00
F. Moreira Enes	Pavimentos e revestimentos no Arquivo Geral	7096 13/ 4/45	262.500\$00	Cap.2 Art. 3 N.º 2	1405	-	-	262.500\$00	-	262.500\$00
António Maia	Arranjo das fachadas nascente e norte do Paço das Escolas	10257 29/ 5/45	419.000\$00	Cap.2 Art. 3 N.º 2	1406	-	-	419.000\$00	-	419.000\$00

Contracts submitted to a priori control of the Court of Auditors
One of the documents presented with the 1945 accounts is “Contracts with the prior approval of the Court of Auditors”. This document contains 17 contracts, four of which were approved by the Court of Auditors in 1944 with payments made in that year and in 1945, with the rest reviewed in 1945. The total value of approved amounts was 6.186.270\$00, with payments

made up to the end of 1945 totalling a value of 5.206.746\$00 and 11 of the contracts paid in full. A quick review of the object of the 17 contracts signed between CAPOCUC and a range of organisations, all reviewed by the Court of Auditors, gives us an idea of the various aspects of the urban intervention that had started in 1943: Botanical Garden, Central Library, General Archive, University Courtyard, Grand Staircase, Institute of

Coimbra and the Faculty of Arts & Humanities. Comprising entirely new constructions and renovation of existing spaces, the new city profoundly altered the *Alta* area of Coimbra, giving it over completely to the university.

A relação dos contratos com o visto do Tribunal de Contas e dos pagamentos efetuados por conta dos mesmos.
Um dos documentos apresentados com a conta relativa a 1945 é a «Relação dos contratos com o visto do Tribunal de Contas e dos pagamentos efetuados por conta dos mesmos». Dela constam 17 contratos, dos quais quatro tiveram visto do Tribunal em 1944, com pagamentos efetuados nesse

ano e em 1945, e os restantes visados em 1945. O valor total das importâncias autorizadas é de 6.186.270\$00, sendo que, no final de 1945, se encontravam efetuados pagamentos no valor de 5.206.746\$00, com 11 destes contratos com os pagamentos completos. Mas uma leitura rápida do objeto dos 17 contratos celebrados entre a CAPOCUC e as diversas entidades e visados pelo Tribunal de Contas dá-nos ideia dos

vários cenários da intervenção urbanística que tinha iniciado em 1943: Jardim Botânico, Biblioteca Central, Arquivo Geral, Pátio das Escolas, Escadaria Monumental, Instituto de Coimbra e Faculdade de Letras. Com construções de raiz ou renovações de espaços já existentes, a nova Cidade alterou profundamente a Alta de Coimbra, destinando-a em exclusivo à universidade.

Umberto de Sousa Trigo.	Construção da estufa fria no Jardim Botânico.	10669 30/ 6/45	124.700\$00	Cap.2 Art. 3 N.º 2	1402	-	124.700\$00	124.700\$00	124.700\$00
Umberto de Sousa Trigo.	Empreitada das obras a levar a efeito no Jardim e Mata do Instituto Botânico de Coimbra.	12563 27/ 6/45	348.500\$00	Cap. 1 Art. 3 N.º 2	1412	-	348.490\$99	348.490\$99	348.490\$99
António Barbosa	Instalação eléctrica de sinalização e de telefones do Instituto de Coimbra.	12564 27/6/45	49.000\$00	Cap.2 Art. 3 N.º 2	1352	1408	-	8.613\$15	49.000\$00
Manuel Gonçalves Berreto	Carpintarias para o Instituto de Coimbra.	12565 27/6/45	67.870\$00	Cap.2 Art. 3 N.º 2	1391	-	67.870\$00	67.870\$00	67.870\$00
Carlos Filipe dos Santos	Estantes metálicas para o Arquivo Geral.	16417 27/3/45	671.500\$00	Cap.2 Art. 3 N.º 2	1404	-	671.500\$00	671.500\$00	671.500\$00
Construções e Reparações Electricas	Monta cargas para o Arquivo Geral	13466 29/9/45	81.500\$00	Cap.2 Art. 3 N.º 2	1401	-	81.500\$00	81.500\$00	81.500\$00
Salvador d'Eça Barata Feio	Execução de modelos de 4 estatuas alegóricas a erigir no novo edifício da Faculdade de Letras.	24972 11/12/45	200.000\$00	Cap.2 Art. 3 N.º 2	1197 A	-	200.000\$00	200.000\$00	200.000\$00
António Maia	Execução de fundações para a Faculdade de Letras.	25925 19/12/45	338.400\$00	Cap.2 Art. 3 N.º 2	-	-	-	-	-

Lisboa-Belem, em 24 de Maio de 1946
O SECRETÁRIO DA COMISSÃO,
Dr. Abelardo Augusto da Costa.



À esquerda

Estátua de Dom João III, do escultor Francisco Franco, no Pátio das Escolas
Data desconhecida

À direita

Fachada principal do edifício do Arquivo da Universidade
Autor e data desconhecidos
O Arquivo da Universidade de Coimbra, cuja primeira referência consta de um documento de 1525, é um dos maiores e mais importantes arquivos portugueses. Além da documentação relacionada com a universidade, tem também a função de Arquivo Distrital de Coimbra

Left

Statue of King Dom João III, by the sculptor Francisco Franco, on the University Courtyard
Date unknown

Right

Main façade of the University Archive building
Author and date unknown
The Archive of the University of Coimbra, the first reference to which appears in a document from 1525, is one of the largest and most important Portuguese archives. Beyond its documentation relating to the university, it also functions as the District Archive of Coimbra

In the University Courtyard, a contract approved by the Court of Auditors on 29 May 1945 was for the repair of the eastern and northern façades of the University Palace. The work was awarded to António Maia, with an approved value of 419.000\$00 paid in full in 1945.

It was also during this time that the University Courtyard became home to a monument of the monarch who had decreed the official establishment of the University in Coimbra in 1537 – the statue of King Dom João III. It was the work of the sculptor Francisco Franco, who signed the contract, approved the Court of Auditors on 11 October 1944.

The approved value of 120.000\$00 was paid in instalments (36.000\$00 in 1945, the same as in the previous year). The statue was unveiled in 1948.

The General Archive was the first brand new construction in the University City, with work beginning in 1943 and completed in 1947. We can infer, then, that the five contracts related to this work referred to advanced stages of the construction:

Electrical installations, contracted to Silva Soares & Leite (contract approved by the Court of Auditors on 10 February of that year), with an approved value of 100.000\$00,

fully paid in the same year; Complementary building work on the General Archive, contracted to Osório Luís Soeiro (contract approved by the Court of Auditors on 27 February of that year), with an approved value of 278.000\$00, of which 245.569\$90 was paid in 1945; Pavements and cladding, contracted to F. Moreira Enes (contract approved by the Court of Auditors on 13 April of that year), with an approved value of 262.500\$00, fully paid in the same year; Metal shelving for the General Archive (contract approved by the Court of Auditors



No espaço do Pátio das Escolas, um contrato visado pelo Tribunal de Contas em 29 de maio de 1945 tinha como objeto o arranjo das fachadas nascente e norte do Paço das Escolas. A obra foi contratada com António Maia, sendo a importância autorizada 419.000\$00, paga na totalidade em 1945. Foi também nesta época que o Pátio das Escolas passou a integrar um monumento que homenageia o monarca que decidiu o estabelecimento definitivo da universidade em Coimbra em 1537 – a estátua de D. João III. O seu autor foi o escultor Francisco Franco, com o qual foi

celebrado o respetivo contrato visado em 11 de outubro de 1944. Com uma importância autorizada no valor de 120.000\$00, foram efetuados pagamentos parciais (36.000\$00 em 1945, o mesmo que no ano anterior). A estátua foi inaugurada em 1948.

O Arquivo Geral foi a primeira construção de raiz da Cidade Universitária, com obras iniciadas em 1943 e concluídas em 1947. Certamente, por isso, os cinco contratos relacionados com esta obra dizem já respeito a fases adiantadas da construção: instalações elétricas, contratadas com Silva Soares & Leite (contrato visado em

10 de fevereiro daquele ano), com importância autorizada de 100.000\$00, totalmente pagos no mesmo ano; empreitada complementar do Arquivo Geral, contratada com Osório Luís Soeiro (contrato visado em 27 de fevereiro daquele ano), com importância autorizada de 278.000\$00, dos quais foram pagos, em 1945, 245.569\$90; pavimentos e revestimentos, contratados com F. Moreira Enes (contrato visado em 13 de abril daquele ano), com importância autorizada de 262.500\$00, totalmente pagos no mesmo ano; estantes metálicas para



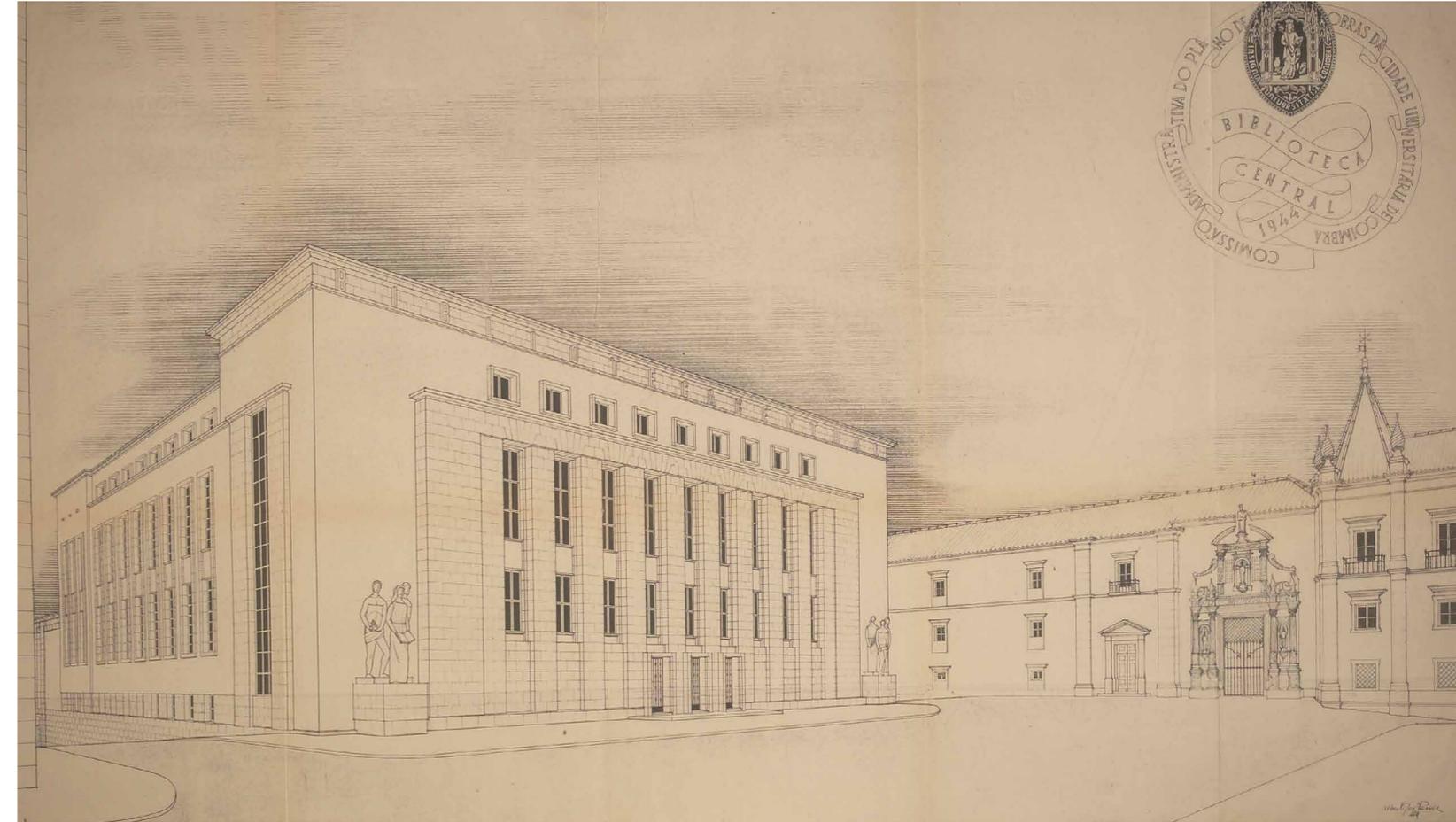
on 27 August of that year), contracted to Carlos Filipe dos Santos, with an approved value of 671.500\$00, fully paid in that same year; Goods lifts, contracted with electrical constructions and repairs (contracts approved by the Court of Auditors on 29 September and 19 November

of that year), with an approved value of 81.500\$00, fully paid that same year.

The official opening of the General Archive building at the University of Coimbra took place on 18 October 1948.

Fachada lateral dos edifícios do Arquivo da Universidade e da Biblioteca Geral

Side façade of the University Archive and General Library buildings



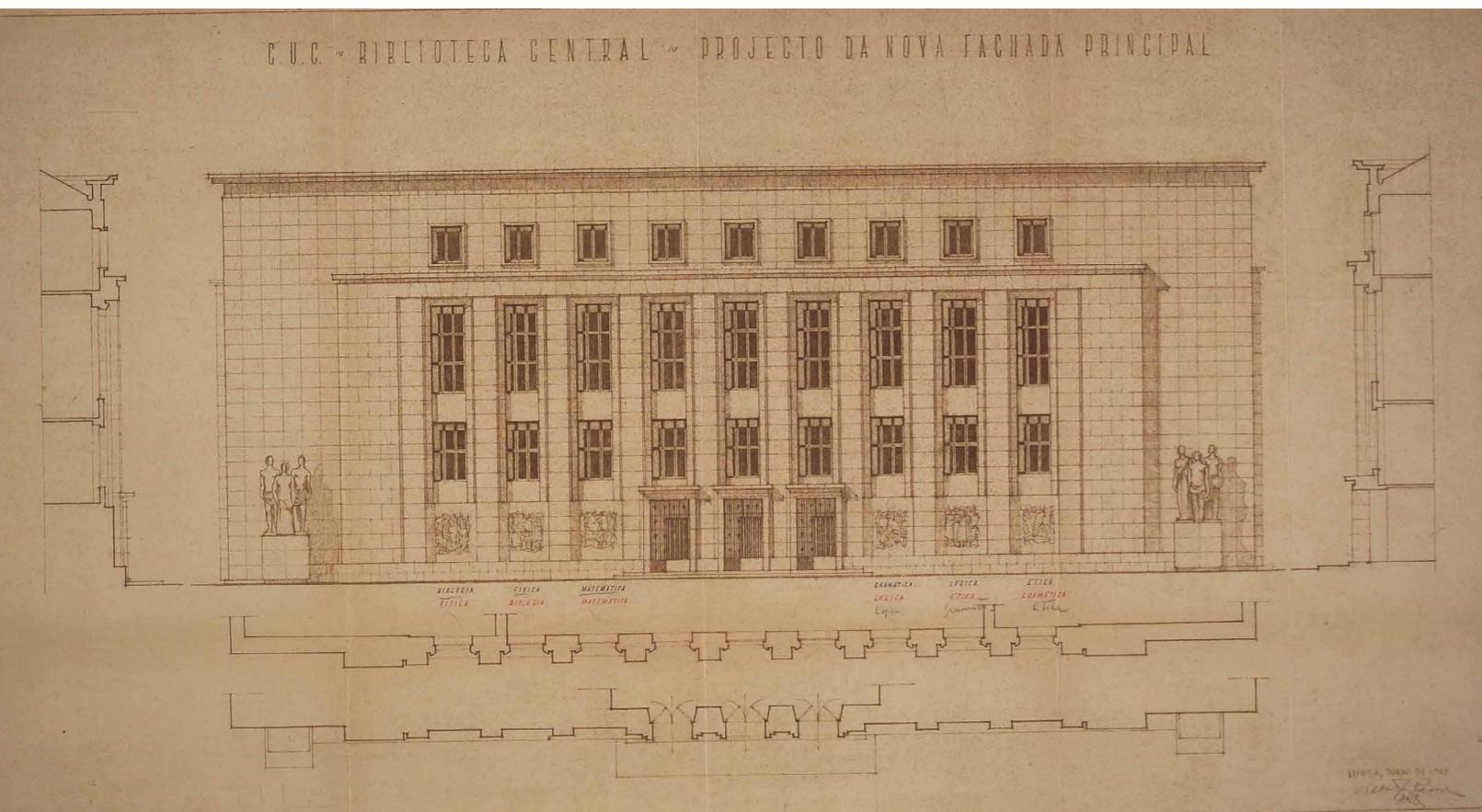
o Arquivo Geral (contrato visado em 27 de agosto daquele ano), contratadas com Carlos Filipe dos Santos, com importância autorizada de 671.500\$00, totalmente pagos no mesmo ano; monta-cargas, contratado com construções e reparações elétricas (contratos visados em

29 de setembro e 19 de novembro daquele ano), com importância autorizada de 81.500\$00, totalmente pagos no mesmo ano.

A inauguração oficial do edifício do Arquivo Geral da Universidade de Coimbra teve lugar em 18 de outubro de 1948.

Panorâmica da nova Biblioteca Geral projetada junto ao antigo Paço das Escolas, desenhada por Alberto José Pessoa, 1944. No lado direito, é visível a Porta Férrea que dá acesso ao Pátio das Escolas

Panoramic view of the new Library standing next to the old University Palace, designed by Alberto José Pessoa, 1944. Visible to the right is the Iron Gate, which opened onto the University Courtyard



The building of the Central Library (which adjoined the General Archive, together forming a block) resulted from the adaptation of the old Faculty of Arts & Humanities. Larger in size than the Archive building, the adaptation works (designed by the architect Alberto José Pessoa) took more time, with the new Library building (now designated the General Library) opening officially only on 29 May 1956.

One of the contracts submitted to a priori control of the Court of Auditors concerns the sculptural objects intended for the Central Library, produced by the sculptor António Duarte (approval on 26 May 1944). The amount approved was 170.000\$00, with two payments of 56.660\$00 made in 1944 and 1945. The two groups of sculptures, representing the liberal arts, were placed on the corner pieces of the main façade in 1951.

Projeto da nova fachada principal da Biblioteca Geral, desenhada por Alberto José Pessoa, 1949

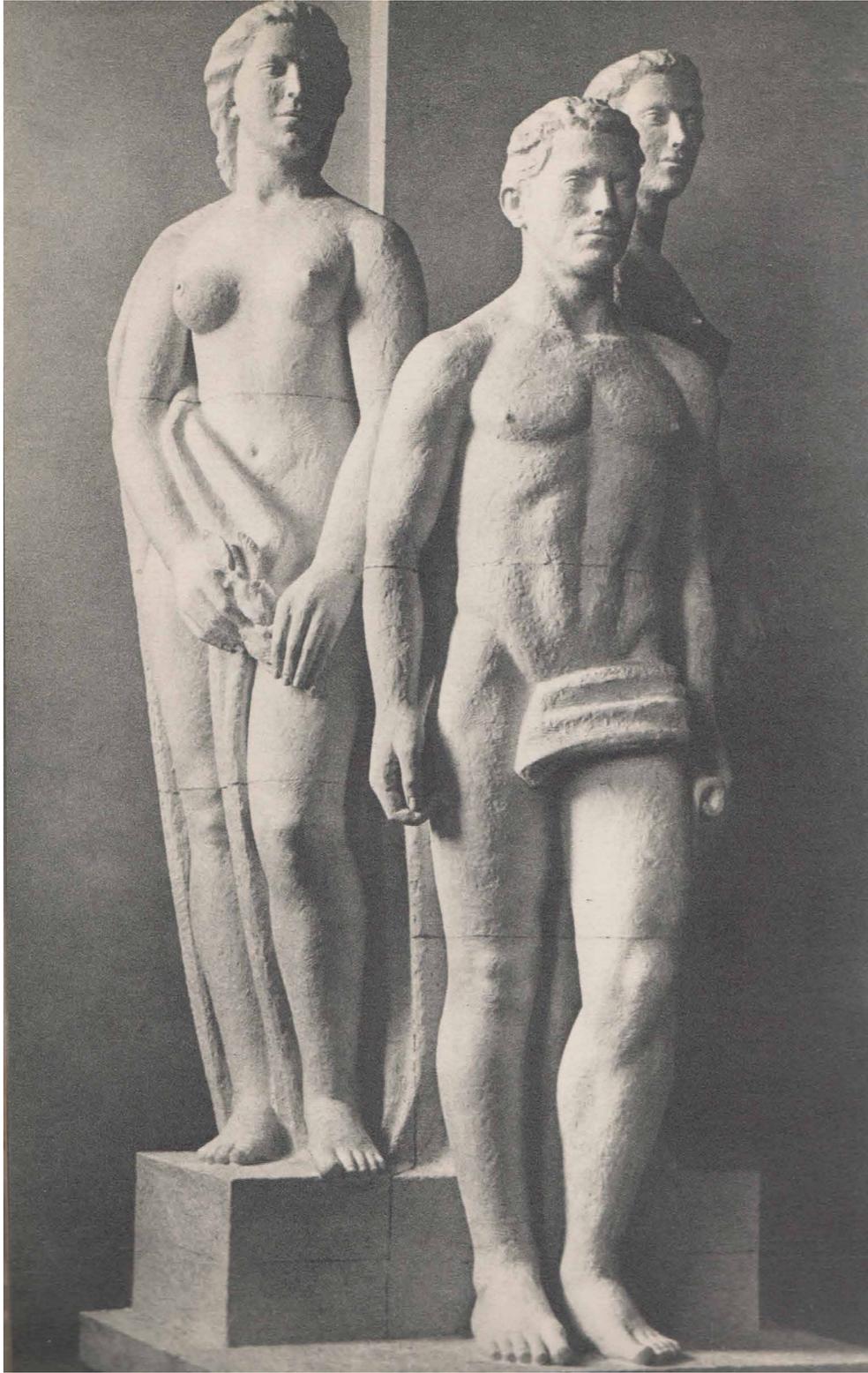
Design of the new main façade of the General Library, designed by Alberto José Pessoa, 1949

O edifício da Biblioteca Central (contíguo ao do Arquivo Geral, formando com aquele um quarteirão) resulta da adaptação da antiga Faculdade de Letras. De dimensão superior à do edifício do Arquivo, as obras de adaptação (com projeto do arquiteto Alberto José Pessoa) demoraram mais tempo, tendo o edifício novo da Biblioteca (hoje designada Biblioteca Geral) sido oficialmente inaugurado somente em 29 de maio de 1956.

Na «Relação...» de 1945 contam apenas os pagamentos relativos ao contrato visado pelo Tribunal em 26 de maio de 1944, que tinha por objeto os grupos escultóricos para a Biblioteca Central, da autoria do escultor António Duarte. A importância autorizada era de 170.000\$00, tendo sido efetuados dois pagamentos em 1944 e 1945 no mesmo valor — 56.660\$00. Os dois grupos escultóricos, representando as artes liberais, foram colocados nos cunhais da fachada principal em 1951.

Edifício da Biblioteca Geral. Considerada a maior biblioteca universitária do mundo lusófono, a Biblioteca da Universidade de Coimbra tem já mais de 500 anos. Desconhece-se o seu início, porém, data de 1513 o primeiro documento que refere uma Casa da Livraria da Universidade.

General Library building
Considered the largest university library in the Portuguese-speaking world, the Central Library of the University of Coimbra is over 500 years old. Its beginnings are unknown, with the earliest document referring to a "Casa da Livraria da Universidade" [University Library House] dating to 1513.



Um dos grupos escultóricos para a fachada da Biblioteca Geral ainda no ateliê do escultor António Duarte, autor não-creditado, 1948 (?)

One of the groups of sculptures for the façade of the General Library, pictured in the workshop of sculptor António Duarte, author uncredited, 1948 (?)

Em 1945, teve início a construção do edifício da Faculdade de Letras, no espaço fronteiro ao da nova Biblioteca Central que, por sua vez, iria resultar de obras de remodelação já em curso no edifício da antiga Faculdade. Com projeto do arquiteto Alberto José Pessoa, sob orientação do arquiteto Cottinelli Telmo, o contrato para execução das respetivas fundações foi visado em 18 de dezembro de 1945. A empreitada foi contratada com António Maia, com a importância autorizada de 338.400\$00. No mesmo ano, em 11 de dezembro, o Tribunal de Contas também visara o contrato entre a CAPOCUC e o escultor Salvador d'Eça Barata Feyo para a execução de modelos das quatro estátuas alegóricas a erigir no novo edifício da Faculdade de Letras. 200.000\$00 foi o valor da importância autorizada, tendo ainda sido efetuado um pagamento naquele ano no valor de 60.000\$00. Estas quatro estátuas são as que se encontram na fachada do edifício e que representam a Eloquência, a Filosofia, a História e a Poesia. O edifício da nova Faculdade de Letras foi inaugurado em 22 de novembro de 1951, com a presença do Presidente da

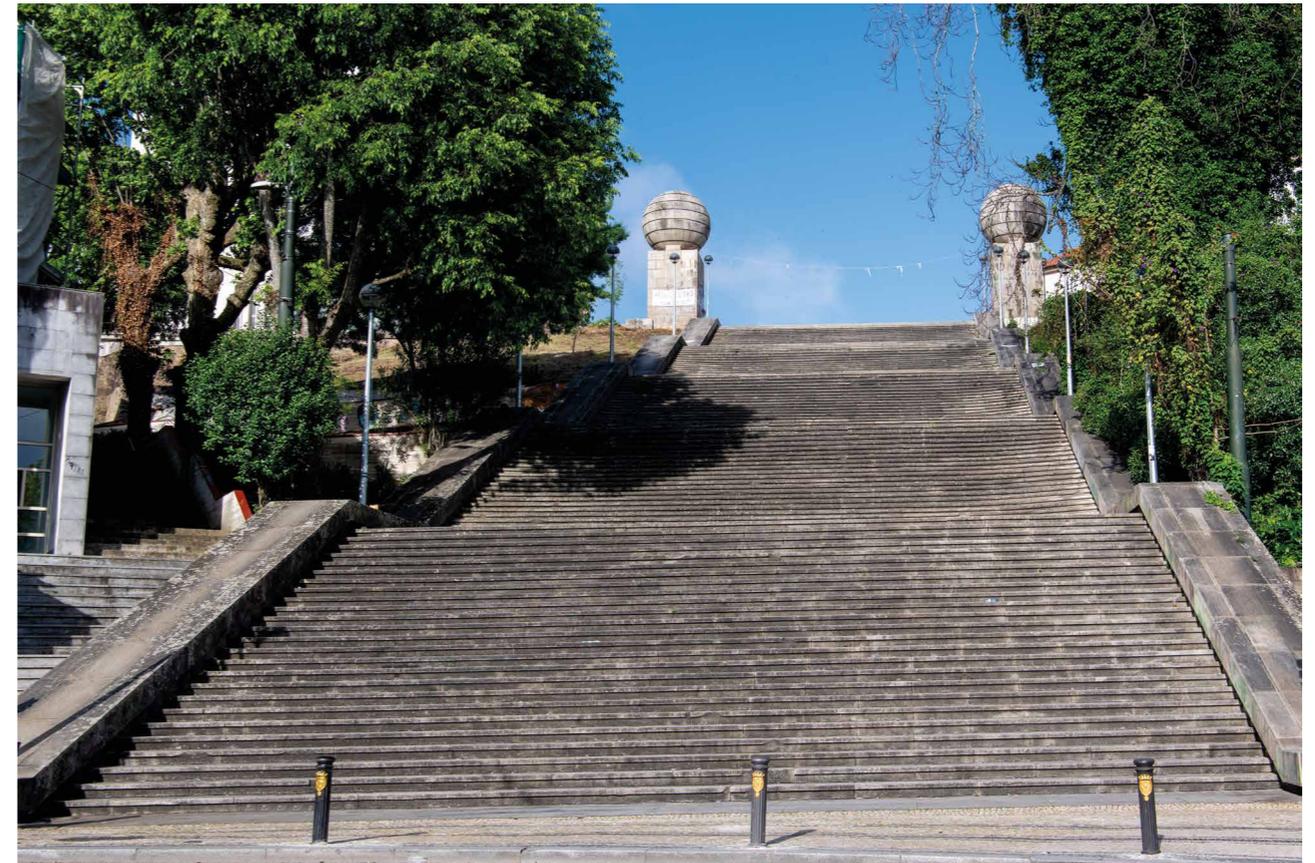
República, Craveiro Lopes. Também outras estruturas já existentes foram objeto de obras de melhoramento aquando da construção da cidade universitária. No Colégio de S. Bento, fundado em 1555 e cuja cerca fora já em grande parte cedida para a instalação do Jardim Botânico criado em 1772 pela reforma pombalina da universidade, as obras para o Instituto Botânico foram contratadas a César do Couto Leite, tendo o respetivo contrato sido visado em 28 de fevereiro de 1944. Com uma importância autorizada no valor de 1.096.900\$00, os pagamentos efetuados em 1944 e 1945 totalizavam 647.355\$85. Também o Jardim Botânico foi alvo de várias intervenções nesta época. Além de obras no Jardim e na Mata, com uma importância autorizada de 348.500\$00 totalmente paga em 1945, teve também lugar a construção da Estufa Fria. A empreitada foi contratada com Umberto de Sousa Trigo, com o contrato respetivo visado em 27 de junho de 1945 e uma importância autorizada no valor de 124.700\$00. O antigo edifício da Imprensa da Universidade foi o espaço

escolhido para a instalação do Instituto de Coimbra. As obras de remodelação tiveram início em 1945, tendo sido visados nesse ano três contratos, com importâncias totais autorizadas no valor de 2.283.270\$00. Os contratos diziam respeito à empreitada de instalação do Instituto (celebrado com Simões Pereira e C^a Lda^a e importância autorizada de 733.700\$00), de instalação elétrica de sinalização e de telefones (celebrado com António Barbosa e importância autorizada de 49.000\$00) e de carpintarias (celebrado com Manuel Gonçalves Barreto e importância autorizada de 67.870\$00). As obras ficaram concluídas em 1948. Do plano da edificação da cidade universitária constava também a construção de uma escadaria de acesso à praça D. Dinis — a Escadaria Monumental — que se tornou num dos ex-líbris da Universidade de Coimbra. A empreitada foi adjudicada a Manuel de Jesus Cardoso, com a importância autorizada de 1124.200\$00. O contrato foi visado pelo Tribunal de Contas em 23 de dezembro de 1944. O primeiro pagamento, no valor de 560.000\$00, ocorreu ainda em 1944. Em 1945, não foi efetuado qualquer pagamento.

The construction on the Faculty of Arts & Humanities building commenced in 1945, in the area in front of the new Central Library, which itself was the result of repurposing works already taking place on the old Faculty building. Designed by the architect Alberto José Pessoa, under the guidance of the architect Cottinelli Telmo, the contract for implementing the respective foundations was approved on 18 December 1945. The construction contract was awarded to António Maia, with an approved value of 338.400\$00. In the same year, on 11 December, the Court of Auditors also approved the contract between CAPOCUC and the sculptor Salvador d’Eça Barata Feyo for the execution of models for four allegorical statues to be erected on the new Faculty of Arts & Humanities building. The value approved was 200.000\$00, with a payment made already in that year with a value of 60.000\$00. These four statues are now found on the façade of the building, representing Eloquence, Philosophy, History and Poetry. The new Faculty of Arts & Humanities building was opened on 22 November 1951, in the

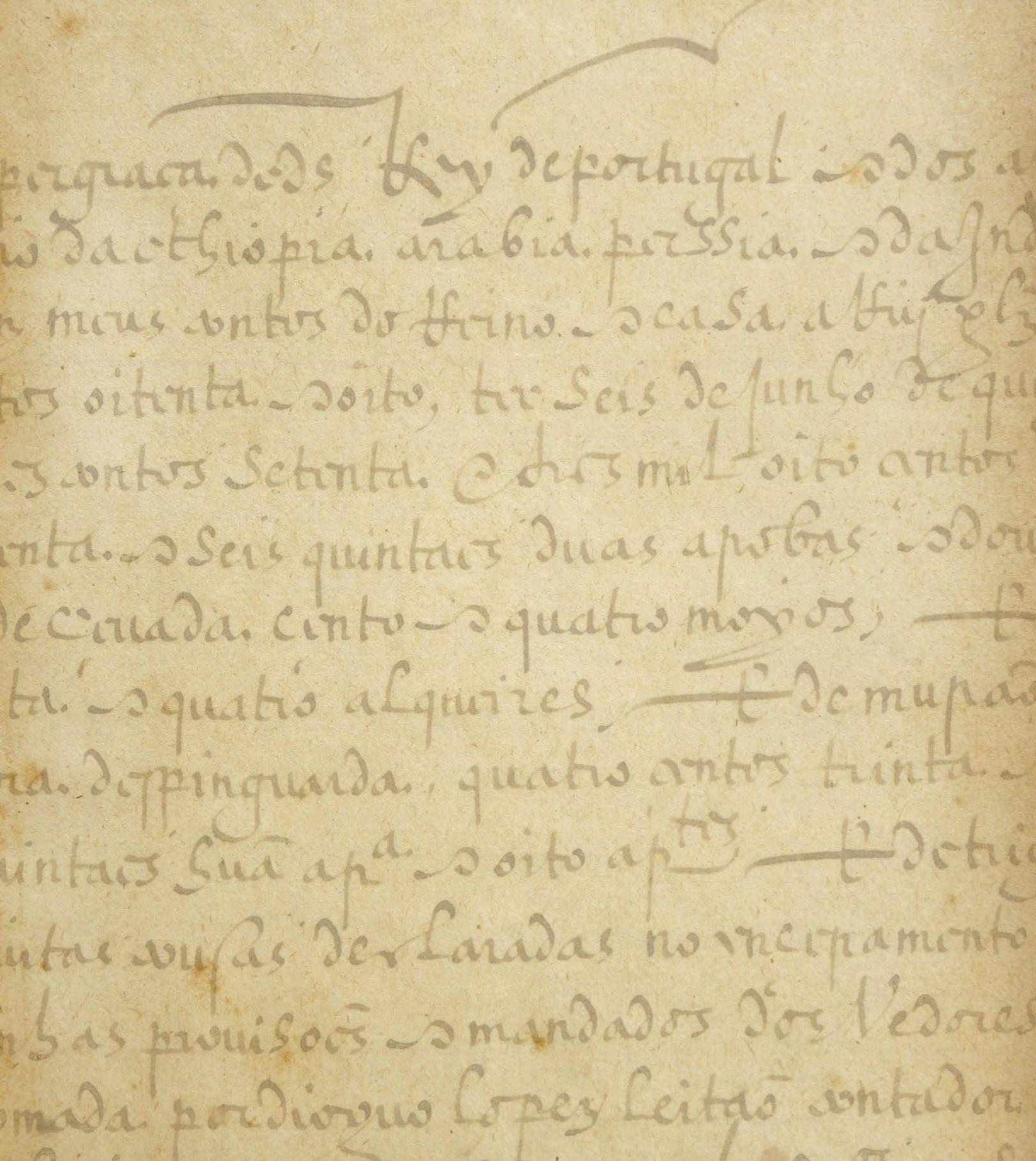
presence of the President of the Republic, Craveiro Lopes. Further existing buildings were subject to improvement works during the construction of the university city. At the College of São Bento – founded in 1555 and whose enclosure had already mostly been ceded for the creation of the Botanical Garden, during the 18th-century reforms – the works on the Botanic Institute were contracted to César do Couto Leite, the respective contract being approved on 28 February 1944. With a total approved value of 1.096.900\$00, the payments made in 1944 and 1945 totalled 647.355\$85. The Botanical Garden was also the target of a number of interventions during this time. Besides the works on the Garden and Forest, with an approved value of 348.500\$00 fully paid in 1945, there was also room for the construction of the [*Estufa Fria*] The construction contract was awarded to Umberto de Sousa Trigo and approved on 28 June 1945 with a value of 124.700\$00. The old building of the University Press was chosen as the premises for the Institute

of Coimbra. The renovation works began in 1945, with three contracts being approved in that year, with a total authorised value of 2.283.270\$00. The contracts related to the construction and installation of the Instituto (awarded to Simões Pereira e C^a LDA^a with an approved value of 733.700\$00), electrical installations for signalling and telephones (awarded to António Barbosa with an approved value of 49.000\$00) and carpentry (awarded to Manuel Gonçalves Barreto with an approved value of 67.870\$00). The works were completed in 1948. The building plan for the city university also included the construction of an access stairway leading to the Praça Dom Dinis – the Grand Staircase – which became one of the emblematic landmarks of the University of Coimbra. The construction project was awarded to Manuel de Jesus Cardoso, with an approved value of 1.124.200\$00. The contract was approved by the Court of Auditors on 23 December 1944. The first payment, with a value of 560.000\$00, was made in 1944. No payments were made in 1945.



Composed of 125 steps divided into five flights, the stairs connect Praça Dom Dinis, in the *Alta*, to the area next to Praça da República, where the premises of the Academic Association of Coimbra – designed in the 1950s by the architect Alberto José Pessoa and opened in 1961 – can be found.

125 degraus, divididos em cinco lanços, unem a praça de D. Dinis, na *Alta*, às proximidades da praça da República, zona onde se encontram as instalações da Associação Académica de Coimbra, projetadas nos anos 50 pelo arquiteto Alberto José Pessoa e inauguradas em 1961.



Imagens iniciais

Initial images

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC), *Livro de conta corrente de António Xavier Soeiro e seu irmão, Manuel de Sousa Soeiro, como Tesoureiros Gerais das Sisas do Reino e seus depósitos, nos anos de 1752 a 1759*, Casa dos Contos, 35 (pp. 4-5); *Carta de quitação a Rui Gonçalves de Castel Branco que serviu de tesoureiro mor da Casa de Ceuta de 18 de outubro de 1588 até 6 de junho de 1593*, *Cartas de Padrão e de Tenças, Mercês e Doações, Escrituras e Alvarás*, 9 (pp. 6-7)

O Tribunal de Contas: do Castelo de São Jorge à Avenida da República

The Court of Auditors: from São Jorge Castle to Avenida da República

Fotografia Susana Barriga (pp. 12-13; 38-39); © Câmara Municipal de Cascais / Museu Condes de Castro Guimarães, *Vista da cidade de Lisboa* (ca. 1515-1520), António de Holanda (atrib.), crónica de D. Afonso Henriques, por Duarte Galvão [pergamino manuscrito e iluminado] - MCCG-BIB-014 (p. 16); Coleção do Museu de Lisboa / EGEAC / Câmara Municipal de Lisboa, *Desembarcacion de SVM en Lisboa* [gravura], Iom Schorquens, Domingos Vieira Serrão - MC. GRA.1404 (p. 17); Coleção do Museu de Lisboa / EGEAC / Câmara Municipal de Lisboa, *Lisboa antes do terramoto de 1755* [maqueta], Ticiano Violante, Gustavo Adriano de Matos Sequeira, Jaime Martins Barata - MC.MAQ.0005 (pp. 18-19); AHTC, *Livro da despesa da conta de António Vaz Coimbra que serviu de tesoureiro dos depósitos dos Contos do Reino e Casa de 2 de novembro de 1755 até 15 de fevereiro de 1759*, Casa dos Contos, 3 (pp. 20-21); AHTC, *Livro diário letra A das obras do Real Arsenal pela Administração da Junta do Comércio*, Erário Régio, 4299 (pp. 22-23); Tribunal de Contas, inv. 510, fotografia João Silveira Ramos (p. 24); Acervo Fundação Biblioteca Nacional (Brasil) - à esquerda, icon. 275640,

disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon275640/icon275640.jpg; à direita icon. 685316, disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon685316/icon685316.jpg (p. 25); © Arquivo Municipal de Lisboa - PT/AMLSB/CMLBAH/PCSP/004/EDP/001870 (p. 26); Fotografias Eduardo Gageiro (p. 27); Tribunal de Contas, inv. 1612, fotografia João Silveira Ramos (p. 29); Fotografias Paulo Bastos (pp. 30-37); fotografia João Silveira Ramos (pp.38-39)

A origem da expressão «estamos quites»

The origin of the expression “we are quits”

AHTC, *Carta de quitação a Rui Gonçalves de Castel Branco que serviu de tesoureiro mor da Casa de Ceuta de 18 de outubro de 1588 até 6 de junho de 1593*, cartas de Padrão e de Tenças, Mercês e Doações, Escrituras e Alvarás, 9 (pp. 42-45 e 48-49); Bibliothèque Nationale de France. [...] *Septa*. Georg Braun, Franz Hogenberg, 1572 (p. 47); AHTC, selo de chumbo pendente com as armas reais (1763), Cartas de Padrão e de Tenças, Mercês e Doações, Escrituras e Alvarás, 265, fotografia Susana Barriga (p. 52)

A arte da escrita à mão na prestação de contas

The art of penmanship in accounting

AHTC, *Relacionamento do Arquivo da Tesouraria Geral das Tropas das Províncias do Norte e Partido do Porto*, Erário Régio, 4139 (pp. 54-55, 68-83); AHTC, *Livro de conta corrente de António Xavier Soeiro e seu irmão, Manuel de Sousa Soeiro, como Tesoureiros Gerais das Sisas do Reino e seus depósitos, nos anos de 1752 a 1759*, Casa dos Contos, 35 (pp. 56, 58-67); AHTC, *Livro Borrador do Diário da Contadoria das Províncias do Reino e Ilhas dos Açores e Madeira* (1766), Erário Régio, 2731 (p. 85, em cima); *Livro Diário da Contadoria das Províncias do Reino e Ilhas dos Açores e Madeira* (1765-1766), Erário Régio, 2718 (p. 85, em baixo)

A edificação da Igreja do Estreito de Câmara de Lobos

The construction of the Church in Estreito de Câmara de Lobos

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM), Perestrellos Photographos, Séc. XX, MFM-AV - PER/3736 (pp. 86-87, 93); AHTC, *Orçamento de despesa para a edificação da Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito da Câmara de Lobos na ilha da Madeira no ano de 1747*, Casa dos Contos, 44 (pp. 90-91); ABM, Photographia Vicente, 1925, MFM-AV - VIC/13179 (p. 94); ABM, Perestrellos Photographos, s.d., MFM-AV - PER/12381 (p. 95, em cima); ABM, Perestrellos Photographos, s.d., MFM-AV - PER/12382 (p. 95, em baixo); ABM, fotografia Artur Campos (entre 1991 e 1996), MFM-AV - ACF/53 (p. 96, à esquerda); Fotografias Joana Gaivão (p. 96-97)

O antigo Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada

The former Jesuit College at Ponta Delgada

Direção Regional da Cultura / Museu Carlos Machado, fotografia António Pacheco (pp. 98-99, 100, 110-117); Biblioteca do Tribunal de Contas (BTC), *Carta Régia: [de Dom José I, ordenando o sequestro dos bens da Companhia de Jesus]*, Fundo Livro Antigo, LA 84, vol. I/6 (p. 103); AHTC, *Inventário e outros documentos pertencentes ao colégio de Todos-os-Santos da Companhia de Jesus, na ilha de S. Miguel, Açores*, Junta da Inconfidência, mç. 246 (p. 105); Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas (p. 106); Direção Regional da Cultura, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (p. 109)

Memórias do terramoto de 1755

Memories of the 1755 Lisbon earthquake

Coleção do Museu de Lisboa / EGEAC / Câmara Municipal de Lisboa - MC.GRA.0857 (pp. 118-121); AHTC, *Livro dos achados do terramoto: 1755-1761*, Cartórios Avulso, 72 (p. 122); BTC, *Memórias das principais providências, que se derão no terremoto, que padeceu a Corte de Lisboa no anno de 1755*,

ordenadas e offerecidas à Magestade fidelíssima de El Rey D. Joseph / por Amador Patrício de Lisboa, 1758, Fundo Livro Antigo, LA 40 (p. 123)

Uma dieta hospitalar no século XVIII

An 18th-century hospital diet

AHTC, *Livro de provisões e cartas expedidas à Capitania de Minas Gerais (1766-1801)*, Erário Régio, 4073 (pp. 124-125, 128-129).

A rua Larga de São Roque e o imposto da Décima

Rua Larga de São Roque and the décima tax

Fotografia Susana Barriga (p. 134-135); Coleção do Museu de Lisboa / EGEAC / Câmara Municipal de Lisboa, des. Alberto de Sousa, 1939, MC. DES.0230 (pp. 136-137); AHTC, *Livro dos Arruamentos e lançamento da Décima das Propriedades, Maneios, da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação, do termo da cidade de Lisboa, para o ano de 1779*, Décima da Cidade, 396 AR, 1779 (pp. 138-145); Fotografia Susana Barriga (pp. 140, 149, 150)

A reedificação do Aqueduto de Óbidos

Rebuilding the Óbidos Aqueduct

AHTC, *Livro de registo de decretos e ordens, 1787-1789*, Erário Régio, 415 (p. 156); AHTC, *Livro mestre das contas dos Rendimentos da Casa e Estado da Rainha Nossa Senhora que se arrecadam pela Contadoria Geral da África Ocidental, Território da Relação da Baía e Governos de Sua Dependência*, Erário Régio, 4332 B (pp. 158-159)

O primeiro diplomata português nos Estados Unidos da América

The first Portuguese diplomat in the United States of America

AHTC, *Livro mestre da Contadoria-Geral da Cidade de Lisboa e seu Termo, 1792-1794*, Erário Régio, 902 (pp. 160-161, 175); The Library Company of Philadelphia, *The City of Philadelphia, in the State*

of Pennsylvania North America; as it appeared in the Year 1800 [Birch's Views of Philadelphia] (pp. 162-163); BTC, *[Collecção das Leis...]*, Fundo Livro Antigo, LA. 50, vol. V (pp. 168-169); *idem*, vol. VI (pp. 170-171); AHTC, *Livro de registo de decretos e ordens do Tesouro Real, 1791-1793*, Erário Régio, 417 (pp. 172-173); AHTC, *Livro da receita e despesa do Tesoureiro-Mor do Erário Régio pelos rendimentos correntes, 1793*, Erário Régio, 61 (p. 174); AHTC, *Livro de posses [dos funcionários do Erário Régio, 1762-1829]*, Erário Régio, 461 (p. 176, em cima); AHTC, *Livro de registo de decretos, avisos, portarias, ordens e representações da Contadoria Geral da Cidade de Lisboa e seu termo, 1806-1812*, Erário Régio, 2210 (p. 176, em baixo); Coleção dos herdeiros do Prof. Doutor Augusto de Athayde Soares de Albergaria, Cipriano Ribeiro Freire, óleo sobre tela de Ângelo Foschini, 1825, fotografia Paulo Bastos (p. 177)

A viagem da princesa Leopoldina, de Itália ao Brasil

The journey of Princess Leopoldina, from Italy to Brazil

AHTC, *Livro de despesa com as reais ucharias no porto de Liorne no ano de 1817*, Erário Régio, 2082 (pp. 178-179, 194-197); © KHM-Museumsverband [Áustria] (p. 180); Acervo do Museu Histórico Nacional / Ibram [Brasil], fotografia MHN - N.º 000.464 (p. 183); Franz Joseph Frûbeck / Coleção Martha e Erico Stickel / Acervo Instituto Moreira Salles (pp. 184-189); AHTC, *Livro dos socorros do encarregado, seu escrivão e mais praças suas anexas, para a comissão na cidade de Liorne no ano de 1817*, Erário Régio, 2081 (p. 190); AHTC, *Treslado das relações dos móveis e outros objetos que se compraram para uso de sua Alteza Real (Princesa D. Leopoldina da Áustria) e a da sua comitiva a bordo da nau D. João VI e da nau São Sebastião, em 18 de julho de 1818*, Erário Régio, 2083 (p. 193)

Miguel Lupi – pintor e amanuense no Tribunal de Contas

Miguel Lupi – painter and amanuensis at the Court of Auditors

AHTC, *Termos de posse do Tribunal de Contas (13-11-1849 a 28-05-1888)*, Tesouro Público, 18 (pp. 198-199, 203); *O Ocidente*, n.º 153, 21/03/1883 (p. 200); AHTC, *Folhas de vencimento de empregados do quadro [do Tribunal de Contas]*, Tesouro Público, 625 (pp. 204-205); Tribunal de Contas, inv. 132782 (p. 206); AHTC, *Assentamento dos conselheiros e empregados do Tribunal de Contas*, Tesouro Público, 19 (p. 207)

Portugal na Exposição Universal de Paris de 1900

Portugal at the Paris World Expo 1900

AHTC, *Livro Diário n.º 1 [das despesas da Exposição de Paris em 1900]*, Tesouro Público, 271 (pp. 210-211, 220, 222-225); CC0 Paris Musées / Petit Palais, Musée des Beaux-Arts de la Ville de Paris, *L'Exposition de Paris*, Encyclopédie du siècle, Petit Palais, 1900, tome III (p. 212); CC0 Paris Musées / Petit Palais, Musée des Beaux-Arts de la Ville de Paris. *Le Petit Journal: l'Exposition Universelle de 1900*, Henry Meyer, 1900 (p. 215); *O Ocidente*, n.º 753, 30/11/1899, (pp. 218-219); AHTC, *Livro Diário n.º 2 [das despesas da Exposição de Paris em 1900]*, Tesouro Público, 132 (pp. 220-221, 226); AHTC, *Livro Diário n.º 3 [das despesas da Exposição de Paris em 1900]*, Tesouro Público, 133 (p. 221); *A Paródia*, n.º 57, 13-02-1901 (p. 228); n.º 63, 27-03-1901 (p. 229)

Aristides de Sousa Mendes, cônsul de Portugal em Bordéus

Aristides de Sousa Mendes, Portuguese Consul in Bordeaux

AHTC, *Processo de contas julgadas do Consulado de Portugal em Bordéus da gerência de 1 de janeiro a 30 de junho de 1940*, Processos de Contas, 1215/1940 (pp. 230-231, 234, 236-239);

Archives Sud Ouest, *Vue d'automobiles et de camions stationnés près de l'hôtel de ville, place Pey-Berland et de la population migrante lors de l'exode à Bordeaux en 1939-1940* (pp. 233)

As contas de 1945 das obras da Cidade Universitária de Coimbra

The 1945 accounts of the regeneration of the university city of Coimbra

© Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC), fotografia Varela Pécurto, 1988 (pp. 240-241, 265); © Universidade de Coimbra (UC), fotografia Delfim Ferreira (p. 243); © UC, fotografia João Armando Ribeiro (p. 245); AHTC, *Processo de Contas da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra da gerência de 1945*, Processos de Contas, 1112/1945 (pp. 248, 254-256, 258-259); © UC, fotografia Paulo Amaral (p. 249); AHTC, *Livro de atas das sessões do Tribunal de Contas - 1.º semestre de 1947*, Tesouro Público, 1148 (pp. 252-253); © BGUC (pp. 260-262); © Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), des. Alberto José Pessoa, 1944, Fundo CAPOCUC (Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra), Processo/Pt 147 (p. 263); © AUC, des. Alberto José Pessoa, 1949, Fundo CAPOCUC (Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra), Processo/Pt 316 (p. 264); © UC, fotografia Paulo Amaral (p. 269)

Imagens finais

Final images

AHTC, *Carta de quitação a Rui Gonçalves de Castel Branco que serviu de tesoureiro mor da Casa de Ceuta de 18 de outubro de 1588 até 6 de junho de 1593*, Cartas de Padrão e de Tenças, Mercês e Doações, Escrituras e Alvarás, 9 (p. 272); AHTC., *Relacionamento do Arquivo da Tesouraria Geral das Tropas das Províncias do Norte e Partido do Porto*. Erário Régio, 4139 (p. 279-278)

Imprensa Nacional
é a marca editorial da **INCM**

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S.A.
Av. de António José de Almeida
1000-042, Lisboa

impresanacional.pt
loja.incm.pt
facebook.com/ImprensaNacional
instagram.com/impresanacional.pt
editorial.apoiocliente@incm.pt

© Tribunal de Contas
e Imprensa Nacional-Casa da Moeda

TÍTULO
A História que as Contas nos Contam
History in the Accounts

DIREÇÃO E APRESENTAÇÃO
José F. F. Tavares,
Presidente do Tribunal de Contas

AUTORIA DOS TEXTOS
Cristina Cardoso,
Diretora do Arquivo Histórico
do Tribunal de Contas

COLABORAÇÃO
Arquivo Histórico do Tribunal de Contas:
Alexandra Pinto
Ângela Silva
Maria de Lurdes Henriques
Nuno Duarte

Departamento de Sistemas e Tecnologias
de Informação:
João Paulo Amado

Gabinete de Comunicação:
Susana Barriga
Joana Gaivão (até outubro de 2023)

EDIÇÃO
Afonso Reis Cabral

TRADUÇÃO PARA INGLÊS
Joseph Owen

REVISÃO
Ana Isabel Albuquerque (português)
Sarah Greenwood (inglês)

CAPA, CONCEÇÃO GRÁFICA E PAGINAÇÃO
Rita Múrias

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Imprensa Nacional-Casa da Moeda

1.ª EDIÇÃO
Maio de 2024

ISBN 978-989-95634-2-1
DEPÓSITO LEGAL 530611/24
EDIÇÃO N.º 1026208



RELAÇÃO GERAL

demonstrativa de todos os

Livros, Listas, Quadernos, e mais Docu-
mentos que formão o ~

ARQUIVO

das extinctas

VEDDORIAS

Este livro foi composto
com as letras Capitollium 2 e Barlow
e impresso no papel Arena Natural Smooth
pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda
em Maio de 2024

This book was typeset
using Capitollium 2 and Barlow fonts
and printed on Arena Natural Smooth paper
by Imprensa Nacional-Casa da Moeda
in May 2024



A presente obra, ao invés de versar sobre a própria história da instituição, visa antes lançar um olhar sobre alguns factos da História de Portugal, através de documentos do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas. (...) A prestação de contas é um ponto de partida para todas as histórias e, a partir delas, ficamos a conhecer a evolução da instituição no tempo e no espaço, num percurso que passa por quatro sedes diferentes. Três quilómetros e 600 anos separam a Casa dos Contos, no Castelo de São Jorge, da Avenida da República, em Lisboa, onde hoje está situado o Tribunal.

Do prefácio

Rather than dealing with the history of the institution itself, this book instead examines a series of moments from Portuguese History using documents from the Historical Archive of the Tribunal de Contas as its lens. (...) The rendering of accounts is the starting point for all the stories in this book, through which we learn about the evolution of the institution in time and space, on a journey that passes through four different headquarters. Three kilometres and 600 years separate the House of Accounts, in São Jorge Castle, from Avenida da República, Lisbon, where the Court is located today.

From the forward



TC TRIBUNAL DE
CONTAS

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

